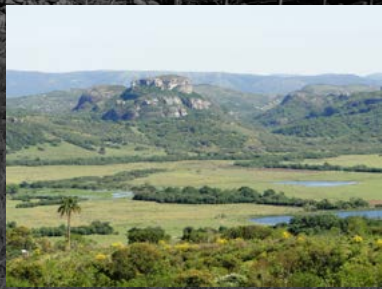


OLHARES SOBRE O PAMPA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Eliane Maria Foletto
Organizadoras

EDITORA
Evangraf
LTDA

Porto Alegre
2017



Conselho Editorial Evangaf
Daniela de Freitas Ledur (UFRGS)
Mauro Meirelles (UNILASALLE)
Paulo Fávio Ledur (PUCRS)
Ribas Vidal (UFRGS)
Valdir Pedde (FEEVALE)
Véra Lucia Maciel Barroso (FAPA)

© dos autores
1ª edição: 2017

Projeto gráfico: Jadeditora Editoração Gráfica
Editoração e Capa: Rafael Marczal de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O45 Olhares sobre o pampa [recurso eletrônico]: um território em disputa / organizadoras Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Eliane Maria Foletto. – Porto Alegre: Evangraf, 2017.
7.5 Mb ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7727-956-2

1. Pampas- Brasil- Conservação. 2. Pampas- Uruguai- Conservação. 3. Pampas- Argentina- Conservação. 4. Pampas- Bioma. 5. Políticas públicas. 6. Sustentabilidade. I. Wizniewsky, Carmen Rejane Flores. II. Foletto, Eliane Maria.

CDU 502.63(252.5)
CDD 333.72

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)



Sumário

Apresentação 6

PARTE 1

Políticas públicas e demandas de conservação

Políticas de conservação no pampa brasileiro 10

Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Eliane Maria Foletto

Políticas públicas para el sector agropecuario Argentino y sus consecuencias sobre la conservación de la pampa 24

Iscaro Mariano Ernesto

Jimena Verón

Políticas de la dirección Nacional de Medio Ambiente de Uruguay en la conservación de los pastizales naturales 46

Santiago Medina

Transformações estruturais no pampa 62

Luiza Chomenko

A transformação do pampa: demandas e alternativas para conservação..... 78

Fernanda Maria Follmann
Franciele da Silva
Marilse Beatriz Losekann

PARTE 2

A ação do capital no pampa

La territorialización del capital y la monopolización del territorio pampa..... 90

Ana Domínguez

La pampa argentina: ventajas comparativas y renta diferencial como elementos estructurantes de un país desarticulado 101

Gonzalo Yurkievich

El bioma pampa: un territorio en disputa 125

Marcel Achka

Transformações na paisagem do pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território 140

Adriano Severo Figueiró

A ação do capital no território do pampa 169

Janete Webler Cancelier
Kelly Perlin Kassol
Tatiane Almeida Netto

PARTE 3

O pampa invisibilizado e as populações esquecidas

Resistencia rurales y recursos naturales en el Uruguay 180

Pablo Díaz Estévez

Etnografía da pecuária: o modo de vida campeiro no pampa Brasileiro¹..... 194

Flávia Rieth
Daniel Vaz Lima

PARTE 4

Alternativas e experiências de sustentabilidade no pampa

Agricultores assentados reconstruindo sua identidade na região da campanha gaucha..... 207

Rosa Maria Vieira Medeiros

Una experiencia de extensión rural: síntesis metodológica del trabajo realizado en Pueblo de Los Santos y Paso de Arriera 221

Milva Panizza Etcheverry

El geoparque global de laUNESCO grutas del palacio en Uruguay: instrumento para el desarrollo local sustentable 237

César Goso

Beatriz Amorín



Apresentação

Esta obra, organizada por docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, representa a ampliação das fronteiras do debate interdisciplinar acumulado desde 2006, quando da realização do Iº Seminário de Sustentabilidade na Região da Campanha, o qual foi sucedido pelo IIº Seminário no ano de 2010 e o I Congresso Internacional do Pampa, realizado em 2016, na perspectiva de reafirmação de que o Pampa representa muito mais do que um bioma.

O conceito de bioma francamente utilizado desde a ciência até a política, não dá conta da complexidade inerente a este território com grande diversidade natural amalgamada pelo enraizamento de uma cultura particular que coevoluiu com a paisagem ao longo dos séculos, entrelaçando a dinâmica da natureza com a história dos diferentes grupos humanos que lá vivem. A supremacia do fisionômico, e do biótico dentro dele, omite o fato de que sua estrutura atual reflete um processo histórico de manejo cultural que acaba sendo grandemente responsável pelo quadro natural que se observa hoje.

Assim, quando se chama a atenção para o baixo nível de proteção existente neste território, estamos alertando para o fato de que não são apenas as espécies do Pampa que estão desaparecendo; junto com elas e em nome de uma economia global que vê a natureza exclusivamente como fonte de recursos,

desaparecem também diferentes formas de patrimônio que se forjaram em estreita ligação com estas comunidades bióticas ao longo da história.

As estratégias da modernidade ao longo do século vinte para concretizar seu modelo civilizatório, fundado em princípios de uma racionalidade econômica, têm resultado, de um lado, na exaustão ecológica e perda do patrimônio natural e cultural naquelas áreas submetidas ao processo de exploração econômica mais intensa e, por outro lado, em uma profunda estagnação socioeconômica de comunidades que residem em áreas onde os limites do quadro natural tem mantido afastados os modelos tecnológicos da intensificação produtiva.

Tanto uma situação quanto a outra, tem contribuído para empurrar a humanidade a uma condição socioambiental insustentável, e as duas situações ocorrem no Pampa sul-americano. No “Pampa fértil”, a enorme produção de commodities tem contribuído não apenas para alimentar a balança que alimenta o neocolonialismo dos países do Prata frente ao mercado global, mas, especialmente, para desfigurar de forma irreversível a paisagem e o patrimônio desta porção do território que se insere, mesmo que de forma subalterna, à lógica do modelo hegemônico de produção.

Já no “Pampa tradicional”, em que pese o grande potencial de sócio-geobiodiversidade desta paisagem, a impossibilidade de exploração intensiva do agronegócio produziu, ao longo de décadas, uma conseqüente estagnação econômica frente à ausência de quaisquer outras iniciativas. A partir do início do século XXI, todavia, este quadro vem sendo rapidamente transformado por uma política público-privada que desconsidera os melhores potenciais da região em favor de um projeto de “florestamento” de árvores exóticas voltado ao mercado externo e “vendido” à comunidade regional como um “passaporte ao desenvolvimento”. No curso deste processo, os saberes, potencialidades e características tradicionais desta paisagem, bem como as alternativas locais de desenvolvimento, têm passado por uma dinâmica de “marginalização” frente às possibilidades de inserção dependente deste território à economia global. Um novo modo de vida se redesenha e se organiza, de maneira insustentável, à medida que o mundo pampeano insiste em tornar-se homogêneo.

Para fazer frente a transformações desta natureza, mais do que nunca, torna-se necessário desenvolver estratégias de conservação e sustentabilidade que sejam capazes de focar o conjunto da riqueza patrimonial deste território, dando voz às pessoas, grupos e instituições capazes de pensar um outro Pampa possível, natural e culturalmente mais rico e mais diverso.

Sob este novo olhar a paisagem, percebida de início como um espaço de profunda restrição e fraca acessibilidade às atividades humanas, em virtude essencialmente dos seus condicionamentos físicos, passa a conhecer, ao longo do

tempo, novos cenários e apropriações, onde se continuam a misturar traços de uma ocupação e usos arcaicos, com inovadoras funções e atividades. Tal condição serve de alicerce ao desenvolvimento endógeno, entendido como aquele desenvolvimento capaz de promover uma nova coerência entre os elementos tradicionais e os externos, tratando de harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e econômicas locais.

Assim, essa obra reúne textos de pesquisadores do Brasil, Uruguai e Argentina que refletem e investigam sobre o tema em questão, realizando um debate sobre políticas públicas de demandas de conservação, a ação do capital no pampa, o pampa invisibilizado e as populações esquecidas e alternativas e experiências de sustentabilidade no pampa, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável para este território.

Cabe lembrar que o texto de cada autor é de sua inteira responsabilidade.

As organizadoras

A rural landscape under a clear blue sky. In the foreground, there is a dirt path and some dry grass. A stone wall runs across the middle ground, with a wooden gate in the center. To the left, there is a large cactus and a bare tree. The background shows more trees and a clear sky.

PARTE 1

Políticas públicas e demandas de conservação



Políticas de conservação no pampa brasileiro

Carmen Rejane Flores Wizniewsky¹
Eliane Maria Foletto²

As primeiras intervenções através da legislação, no sentido da conservação e proteção ambiental no Brasil, surgem com as políticas de caça, pesca e do Código Florestal Brasileiro e da água na década de 1930, posteriormente ganham impulso com as Convenções dos Tratados Internacionais, e se desenvolve em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista iniciado a partir da segunda metade do século XX.

A partir de então inúmeras foram as políticas públicas ambientais instituídas através das leis, decretos e resoluções, que condicionam a ocupação do espaço e restringem áreas à ocupação, visando a preservação e conservação, em consequência disso foram deflagrados muitos conflitos, impulsionado por política públicas de ampliação de fronteiras para o incremento da produção agropecuária, como no caso do Pampa.

A ação do poder público, através das políticas públicas, interferindo no processo de ocupação do espaço, de forma a ordenar o território, visa atender,

através de Áreas Protegidas, aos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, amparada pelo texto da Constituição de 1988, conforme dispõe o Art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Dentre as políticas que restringem a ocupação, impondo ordenamento do espaço, destaca-se, no caso brasileiro: a de Meio Ambiente, através dos Instrumentos de Controle de uso e ocupação, como o licenciamento ambiental; e a implantação dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos; e, as leis ambientais setoriais como: Política Nacional de Recursos hídricos, com os Planos de Bacia Hidrográfica; Código Florestal, com as áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal; e, a que institui as Unidades de Conservação; de maneira complementar, os diversos zoneamentos, como as Reservas da Biosfera recomendadas Internacionalmente pela UNESCO, através do Programa o Homem e a Biosfera, e ainda outros zoneamentos para fins de planejar o uso como (agrícola, econômico, ambiental...), além dos Planos Diretores, as leis de Uso e Ocupação do Solo dos territórios municipais, dentre outros.

Sem dúvida que a promulgação da Lei 6.938 de 1981 da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA demonstra uma conquista da sociedade em termos de normatização ambiental, com objetivo da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento sócio-econômico; os interesses da segurança nacional; e a proteção da dignidade da vida humana.

Esta política definiu como um de seus instrumentos, para viabilizar seu objetivo, a possibilidade da implantação dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos- ETEP, que posteriormente foi incorporado ao texto da Constituição Federal de 1988, conforme dispõe:

Art. 225, § 1º. (...) incumbe ao Poder Público: ... III. – Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção.

Sendo que a implantação, destes espaços, é de responsabilidade do poder público federal, estadual ou municipal.

Estes espaços podem ser instituídos por atos administrativos, pelo poder público, com objetivo de proteção especial mais ampla, incluindo além dos recursos naturais, aspectos culturais como por exemplo, os espaços recomendados pela UNESCO, as Reservas da Biosfera; e os definidos como patrimônio nacional pela CF/88 e, que no Capítulo VI, Do Meio Ambiente, Art. 225, § 4º, definiu como patrimônio nacional: a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

Destaca-se como relevante para a conservação do Pampa no território Gaúcho, segundo site (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-materia/90280>) o encaminhamento de uma proposta para emenda parlamentar, por Ambientalistas Gaúchos, para modificar parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, alterando a lista de biomas brasileiros, conforme classificação adotada pelo IBAMA, incluindo os Campos Sulinos como patrimônio Nacional. A designação de Patrimônio Nacional é mais um dispositivo para reforçar a importância da conservação dos Biomas assim designados pela Constituição Federal.

Considera-se aqui, a terminologia das principais áreas protegidas que estão sobre o território do Pampa, áreas com restrições de uso, que impõe uma gestão específica, sendo estas: Áreas de Preservação Permanente – APP, e Reserva Legal – RL, ambas previstas pelo Código Florestal Federal (Lei nº 12.651/2012); as Unidades de Conservação (UCs), definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –SNUC (Lei nº 9.985/2000).

Salienta-se que a abordagem das áreas protegidas, no Pampa, como territórios definidos e demarcados pelos atributos preferenciais a serem conservados, devem ser consideradas juntamente com a complexidade inerente a esta paisagem, dada as suas características de interação e interdependência, não podem ser visualizadas, analisados e interpretados de forma isolada de todo o contexto estabelecido em seu contexto cultural.

Além das áreas protegidas, aqui consideradas, os municípios poderão instituir em seus territórios as Áreas de Interesse Especial, determinação que se ampara legalmente na Lei nº 10.257/01, do Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal/88. Assim, cabe aos municípios, ao estabelecer sua política de uso do solo urbano/Plano Diretor, definir as diretrizes de forma a proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico de seu território.

Neste texto abordaremos questões sobre as áreas mais representativas no território do Pampa, que são: Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente

e Unidades de Conservação, e desta forma interferem na ocupação à medida que impõem restrições de determinados usos objetivando a conservação.

Áreas protegidas: reserva legal e áreas de preservação permanente

Sabe-se que a Lei nº 12.651/2012 do Código Florestal Federal, e a mais abrangente do território brasileiro, definindo Áreas de Preservação Permanente de: topo de morro, margem de rio e declividades acentuadas, e a Reserva Legal de todas as Propriedades, independente do estado ou município do país, em consequência disso, também ocorrem em todo o bioma pampa.

Não haveria exagero em afirmar que se a lei fosse instituída de fato, no Bioma Pampa, garantiria a conservação, minimizando os problemas ambientais decorrentes da ocupação de usos agrícolas, como lavouras e plantações de árvores exóticas. Segundo a Lei nº 12.651, a Reserva Legal a ser instituída em todas as propriedades do país, no Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

... III- Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. E ainda na mesma lei “ VII- manejo sustentável: administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

O percentual da área da propriedade a ser reservada para reserva legal, vai depender da localização geográfica e das características dos biomas considerando: a estrutura, dinâmica e sua funcionalidade, sendo de: 80% em propriedades

rurais localizadas em área de floresta na Amazônia Legal; 35% em propriedades situadas em áreas de Cerrado na Amazônia Legal, sendo no mínimo 20% na propriedade e 15% na forma de compensação ambiental em outra área, porém na mesma microbacia; 20% na propriedade situada em área de floresta, outras formas de vegetação nativa nas demais regiões do país; e 20% na propriedade em área de campos em qualquer região do país segundo (art. 12) do Código Florestal Federal.

Destaca-se que no Bioma Pampa, a reserva a ser mantida nas propriedades de 20% de campos, prevista na lei, não permite a retirada da vegetação nativa, e admite o uso sustentável, como por exemplo da pecuária extensiva do RS que se desenvolve há séculos conservando a vegetação do pampa. Acrescenta-se a isso que a averbação da RL, à margem da inscrição da matrícula do imóvel, deverá ocorrer no cartório de Registro de Imóveis, mediante assinatura, pelo proprietário, do Termo de Responsabilidade de Conservação da Reserva, sendo vedada à alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título, de desmembramento ou de retificação de área.

Convém lembrar que, além das Reservas Legais, existem as Áreas de Preservação Permanente, também definidas pelo Código Florestal, que considera como APPs as faixas marginais de cursos d'água natural, as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, de reservatórios d'água artificiais, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, as encostas ou partes destas com declividade superior a 45, as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, os manguezais, as bordas dos tabuleiros ou chapadas, as áreas no topo de morros, montes, montanhas e serras, as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros e em veredas.

Ainda em relação as APP e Reserva Legal, o código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Lei Estadual n.º 9.519/92, quando faz referência no Art. 23:

“...que é proibida a supressão parcial ou total das matas ciliares e da vegetação de preservação permanente definida em lei bem como da reserva florestal, salvo quando necessário à execução de obras, planos ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante a elaboração prévia do Estudo de Impacto ambiental e licenciamento do órgão competente ou Lei própria. “

E indispensável considerar que além das áreas já definidas em todo o território, por efeito de lei, como as do Código Florestal Federal, existem áreas,

que pela sua relevância ambiental, pode ser instituída pelo poder público, seja municipal, estadual ou federal, por lei ou decreto, chamadas de Unidades de Conservação.

Áreas Protegidas: unidade de conservação

Considera-se aqui o conceito da IUCN para áreas protegidas, pois permite considerar a criação dessas áreas como uma estratégia de controle do território, devido às restrições de uso impostas, garantindo, assim, medidas preventivas. Conforme Cabral e Souza (2005), tais medidas seriam: interromper, em alguns casos, a atuação antrópica, de modo a permitir a manutenção e a recuperação de atributos naturais ou, em outros casos – de maneira concomitante ou não no mesmo espaço –, permitir o uso desses recursos, garantindo sua manutenção no longo prazo em condições regulares, minimizando, assim, em ambos os procedimentos, as respostas negativas da atuação antrópica.

As Unidades de Conservação, no Brasil, são definidas pela Lei nº 9.985/00 “Lei do SNUC”, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, dividindo-as em dois grupos, cada grupo composto por várias tipologias, diferentes quanto ao objetivo da conservação, posse da terra e gestão.

As de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei, e as Unidades de Uso Sustentável, que têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Ainda em relação à Lei do SNUC os Arts. 8 e 14 elencam as Unidades de Proteção Integral: as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.

Na maioria das tipologias de Proteção Integral, para a efetiva gestão, necessita do Plano de Manejo, junta-se a isso ainda a necessidade de definir a Zona de Amortecimento, que para GANEM (2015):

Possui a função de minimizar ou mesmo evitar impactos sobre as UCs, constituem áreas-tampão em torno das unidades, onde as atividades humanas são regradadas ten-

do em vista a manutenção dos processos ecológicos no interior da unidade.

A Zona de Amortecimento não faz parte da UC, tampouco impede o desenvolvimento de atividades econômicas junto a ela, nem requer desapropriação das terras. No Rio Grande do Sul, conforme estabelecido no Art. 9, Decreto nº 42.010/2002, que regulamenta os Parques no Estado:

...fica definido que, a zona de amortecimento é a área do entorno da unidade, onde são necessários regramentos para que as atividades realizadas nas mesmas não representem riscos ou provoquem impactos significativos ao Parque.

Além disso, a Resolução CONAMA nº 428/2010 estabelece que aquelas Unidade de Conservação que ainda não possuem zona de amortecimento definida permanecerão com um raio de 3 km (três quilômetros) ao redor dos seus limites onde deve ser emitida a autorização do órgão responsável pela administração da UC para o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental na zona de amortecimento.

E o Código estadual do Meio Ambiente – Lei estadual nº 11.520/2000, estabelece:

Art. 55 - A construção, instalação, ampliação, reforma, recuperação, alteração, operação e desativação de estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. Parágrafo único - Quando se tratar de licenciamento de empreendimentos e atividades localizados em até 10 km (dez quilômetros) do limite da Unidade de Conservação deverá também ter autorização do órgão administrador da mesma (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Para Gabriel (2016) para todas as zonas de amortecimento das Unidades de Conservação de proteção integral situadas no território do Rio Grande do Sul,

sejam federais, estaduais, municipais, públicas ou privadas, deverão ser observadas as exigências de consultar o órgão gestor para os licenciamentos das atividades desenvolvidas em um raio de 10 km, sem limite de tempo para validade da norma. Ainda sobre a ZA Vidrih, Pascuchi (2016):

A preocupação quanto ao entorno das áreas protegidas é um fator que deriva da natureza interdependente do meio ambiente, onde a simples afetação de um único de seus elementos (ar, solo, água, fauna, flora dentre outros), seja ela de origem ecológica, como o “efeito borda”, ou decorrentes de intervenções humanas, representa a quebra de todo o equilíbrio ecológico que rege o funcionamento dos ecossistemas.

Já as Unidades de Uso Sustentável contemplam as seguintes tipologias: as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais; as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna; as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural que no estado do Rio Grande do Sul são de proteção Integral.

Cabe aqui destacar que antes mesmo da criação do SNUC em escala federal, no Rio Grande do Sul o governo estadual criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), estabelecido pelo Decreto nº 34.256/1992 e regulamentado pelo Decreto nº 38.814/1998, sendo constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipais. Ficou definida a criação de 14 categorias de UCs, reunidas em três grupos distintos de proteção: Unidades de Proteção Integral, Unidades de Manejo Provisório e Unidades de Manejo Sustentado.

Em ambos os Grupos, estas interferem no ordenamento territorial e definem uma gestão diferenciada ao território, visando à conservação ambiental. Em algumas UCs seu território poderá ser intermunicipal ou interestadual, dependendo do limite da unidade, que deve considerar o atributo a ser conservado; e terá como órgão gestor o que a instituiu, podendo ser federal/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), estadual/SEMA/DFAP/DUC ou ainda municipal.

Pode-se dizer que as Unidades de Conservação, apesar de não ser um consenso absoluto, são instituídas pelo poder público, considerando sua relevância ecológica e/ou pela sua vulnerabilidade a ocupação humana. Nesse sentido, à restrição de uso e a criação de novas unidades de conservação torna-se uma das estratégias e uma das ações do Poder Público para a proteção dos recursos na-

turais, biodiversidade e da vida humana, ameaçados por um modelo econômico pautado na exploração.

As unidades de conservação no Bioma Pampa:

A importância das políticas de conservação está em garantir a conservação e, conseqüentemente, a continuidade dos serviços ambientais, os quais trazem qualidade de vida para a sociedade. Ainda sobre a implantação de UCs, para Follmann et.al. (2016):

Para que as características fisionômicas do Pampa sejam mantidas, com a diversidade cultural e social, vinculada, principalmente a pecuária extensiva, que se configurou nas características atuais, traz as atividades antrópicas, como um dos principais componentes a serem conservados. Assim, ao criar unidades de conservação neste bioma, unidades de uso sustentável configuram as categorias mais adequadas, para que se efetive a proteção da sociobiodiversidade.

Junta-se a isso as considerações de Overbeck (2009, p 40) que,

Apenas a proteção legal pode efetivamente proibir a transformação dos campos naturais em áreas para agricultura ou silvicultura, prevenindo assim a perda completa da vegetação Campos. Entretanto, pelo menos nas regiões onde a maioria dos estudos foi conduzida, os campos não podem ser mantidos como tais em áreas de proteção integral, ou seja, com um status de conservação que não permite a interferência humana por longa data.

Acredita-se ainda que pela necessidade da conservação do Bioma Pampa a quantidade de unidades de conservação ainda e pouco representativa, se considerarmos os demais Biomas brasileiros e até mesmo em relação ao Rio Grande do Sul, segundo Mahler Junior (2016), o estado possui 34 Unidades de Conservação federais e estaduais. Destas, 27 são de Proteção Integral: 15 Parques, 7 de Uso Sustentável. As UCs federais e estaduais totalizam uma área aproximada

de 721.666 hectares, o que representa somente 2,56% de toda a superfície do Estado.

No Bioma Pampa na Fronteira entre Brasil e Uruguai, segundo Silva (2016) temos:

1) O Parque Estadual do Espinilho Criado em 1975, portanto anterior a lei do SNUC, localiza-se no município de Barra do Quaraí, extremo sudoeste do Rio Grande do Sul, na divisa com Uruguai e Argentina, o Parque que contempla a categoria de proteção integral, possui uma área de 1.617,14 hectares, que segundo Mahler Junior (2016) é a única UC da tipologia de Parque no Brasil que protege a vegetação Savana. Pelo endemismo, a área do Parque do Espinilho é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente (2007) como de extrema importância biológica e prioritária para a conservação de muitas espécies flora e fauna de importância regional, nacional e global. Destaca-se, também, pela ocorrência de campos naturais, com uma vasta variedade de gramíneas ameaçadas pela ação antrópica local (Mahler Junior, 2016). Nesse contexto, a integração entre conservação e os distintos usos realizados nas propriedades particulares da zona de amortecimento do Parque são de grande relevância para a manutenção e conservação dessa área tão singular.

2) Reserva Biológica Estadual do Ibirapuitã, localizada às margens do rio Ibirapuitã, no município de Alegrete, possui uso restrito, da categoria de proteção integral. Na área de aproximadamente 350 hectares, predominam os campos com espécies de gramíneas e a presença esparsa de espinilhos, além de uma mata ciliar densa e preservada (Simas et al. 2002). São ainda encontrados afloramentos de rocha onde se destacam espécies de cactáceas.

3) Área de Proteção Ambiental Federal do Ibirapuitã, da tipologia de Uso Sustentável, permite uso sustentável, extensão de 316.790,42 hectares, localizada nos municípios de Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento. Seus limites foram definidos pelo divisor de água da porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã. Localiza-se na fronteira Brasil-Uruguai, na região conhecida como Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, e seu limite sul coincide com o limite internacional, não havendo acidentes geográficos (rios, vales, etc.) e nem muros ou barreiras físicas separando-a do território uruguaio.

Para Silva (2016) uma das formas de conservar o Bioma Pampa para além das fronteiras do Uruguai:

... e para manter a soberania de cada país, uma estratégia de conservação integrada poderia ser a implantação de uma Reserva da Biosfera para o bioma Pampa, que contemplasse tanto o território brasileiro, quanto o

uruguaio. Assim, conciliando áreas destinadas somente a preservação do ecossistema (equivalente às zonas núcleo de uma Reserva, contemplando Áreas Protegidas de uso restrito) com aquelas que oportunizem o desenvolvimento sustentável, privilegiando a cultura do gaúcho e suas formas de desenvolvimento. Cria-se, dessa forma, uma proposta que tenha por objetivo o desenvolvimento de um mosaico de Áreas Protegidas, promovendo, assim, uma efetivação da conservação de remanescentes do bioma Pampa brasileiro-uruguaio, não prevalecendo “ilhas de conservação”, bem como a associação com áreas de desenvolvimento sustentável, onde não ocorra a inserção de agronegócios e suas implicações no território.

Pode-se dizer que para assegurar o direito difuso, de possuir um ambiente ecologicamente equilibrado, não basta a implantação de áreas de proteção integral, como a: O Parque Estadual do Espinilho, Reserva Biológica Estadual do Ibirapuitã, juntamente com suas Zonas de Amortecimento; e as Área de Preservação Permanente, que abarcam o território do Bioma Pampa, juntamente com a Área de uso sustentável, como a Proteção Ambiental Federal do Ibirapuitã, e Reservas Legais a serem definidas em 20% da propriedade privada, deveriam se efetivar conforme o previsto na legislação atendendo aos objetivo para o qual foram criadas.

Enfim é possível afirmar que não existe um consenso quanto à tipologia mais adequada para a conservação, e até mesmo a proteção e conservação no Bioma Pampa, por caracterizar-se como uma paisagem cultural. Deve-se acrescentar porem, que as áreas Protegidas, mesmo sem consenso quanto a tipologia e gestão, definem um ordenamento específico, que dificulta a expansão da monocultura da soja, eucalipto e mineração. Apesar da dificuldade na efetivação, seja: das Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Proteção Integral e suas zonas de amortecimento, estas, exercem um controle objetivo, já que demandam das atividades que causam degradação, o prévio licenciamento do órgão ambiental competente.

Outro aspecto a ser considerado é o planejamento das áreas de forma sistêmica, observando os princípios da ecologia de paisagem, quanto a dinâmica, funcionalidade e estrutura deste bioma. Se as Reservas Legais fossem planejadas de modo a serem conectadas pelas Áreas de Preservação Permanente (função de corredor ecológico, com as Unidades de Conservação, poderiam conferir

mecanismos adicionais de proteção permitindo a manutenção dos processos ecológicos, do fluxo de espécies e genes, além de proteger a área dos efeitos negativos das intervenções humanas.

Sem dúvida, o conflito mais evidente na implantação e consolidação das áreas a serem protegidas está na restrição de uso, incompatíveis com as políticas de incentivo ao aumento da produção agrícola e pecuária, que demandam cada vez mais espaço, os gestores e a sociedade em geral não consideram, até então, a importância de efetivar as áreas protegidas em seus territórios; preocupam-se demasiadamente com a restrição de uso, esquecendo-se dos serviços ambientais prestados por essas áreas, principalmente para a qualidade de vida.

Notas

¹ Prof.ª Dr.ª no Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM. carmenrejanefw@gmail.com.

² Prof.ª Dr.ª no Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM.

Bibliografia:

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei Federal n. 4.771**, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, Acesso 25 nov. 2015.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas>. Acesso 25 nov. 2015.

BRENTANO, B.; FOLLMANN, F. M.; FOLETO, E. M. Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: **Ciência e Natureza**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. n. 3, vol. 37, set-dez de 2015.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas. 2. ed. São Carlos: RiMa, 2005.

GABRIEL, A.P.; SILVA, F.; FOLETO, E. M. Análise do uso da terra e cobertura vegetal na zona de amortecimento do Parque Estadual do Espinilho – Barra do Quaraí/RS. . **Anais**. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. acesso em 02 de Nov. 2016.

GANEM, R. S. **Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação**. Brasília, Câmara dos Deputados Editora, 2015.

FOLLMANN, F. M; FOLETO, E. M. Conservação ambiental em Santa Maria, RS: área de transição do Pampa e Mata Atlântica. I Congresso Internacional do Pampa. **Anais**. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. acesso em 02 de Nov. 2016.

MEDEIROS, R.A. Proteção da Natureza: das estratégias internacionais e Nacionais às demandas locais. 2003. 392 p. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Pampa**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MONOSOWSKI, E. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. Cadernos FUNDAP, São Paulo, ano 9, n.16, p. 15-24, 1989.

SILVA, F; FOLETO, E. M. Pampa Uruguaio sul-rio-grandense: análise das áreas protegidas vizinhas (Brasil/Uruguai) através dos sistemas ecológicos transfronteiriço. I Congresso Internacional do Pampa. **Anais**. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. acesso em 02 de Nov. 2016.

OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: Um bioma negligenciado. In: Pillar et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

VIDRIH, G. L. B.; PASCUCHI, P.M. **Zona de Amortecimento:** A proteção ao entorno das unidades de conservação. Site: Âmbito Jurídico.com.br (O seu portal Jurídico na Internet). http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5917 . Acesso em 08 de set. 2016.

Site:<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/90280>. Acesso em 08 de set. 2016.





Políticas públicas para el sector agropecuario Argentino y sus consecuencias sobre la conservación de la pampa

Iscaro Mariano Ernesto¹
Jimena Verón²

RESUMEN

El siguiente trabajo se propone un recorrido crítico sobre el conjunto de políticas implementadas en Argentina durante las últimas décadas, destinadas al sector agropecuario, y su particular incidencia sobre las posibilidades de conservación en el ecosistema de pastizales de la llanura pampeana. Para ello, se comienza con un recorrido histórico por los diferentes modelos de desarrollo y las formas que fue adquiriendo la apropiación de los recursos de la región. A continuación se propone un abordaje de tres políticas explícitas: Ley de extranjerización de la tierra, Ley de Presupuestos Mínimos para la conservación del Bosque Nativo y Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial. Para finalizar se presenta el estado de la conservación en el espacio pampeano, a la luz de las políticas implícitas que guían el actual modelo de desarrollo.

Un marco histórico de la transformación productiva del espacio pampeano.

La incorporación de Argentina a la división internacional del trabajo (DIT) sobre finales del siglo XIX produjo grandes alteraciones en los ecosistemas originarios que fueron puestos en producción. La pampa argentina fue convirtiéndose sin dudas en una de las ecorregiones de producción agrícola y ganadera más intervenidas antrópicamente por su importancia en la producción destinada a exportación. El primer ciclo productivo estuvo protagonizado por la introducción de ganado vacuno, ovino y caballar desde el siglo XVI sobre la base de pastizales naturales. Hasta las primeras décadas del siglo XX, el predominio productivo estuvo marcado por la ganadería extensiva, con bajo nivel de incorporación tecnológica y refinamiento de razas.

La agricultura, nacida como complemento de la ganadería (demanda de pasturas para refinamiento ganadero vacuno) hacia fines del siglo XIX, modificó sustancialmente el paisaje original, lo cual generó una vasta pérdida de pastizales naturales en la ecorregión junto con la rica y particular flora y fauna nativa que habitan en ellos. De esta manera, el pastizal pampeano, flora característica de la ecorregión, fue dando paso a sistemas productivos más simplificados y modificados por la introducción de especies exóticas. Los reductos del ecosistema original comenzaron a presentarse solo en zonas marginales de la región, dedicadas a la ganadería de cría sobre la base de pastos naturales.

Durante buena parte del siglo XX predominaron en la región sistemas de producción mixta (agricultura - ganadería) sobre la base de productores de diversa escala, y con prevalencia de la propiedad como régimen de tenencia. En términos prácticos los esquemas de rotación de cultivos y su integración con el ciclo ganadero, permitieron sostener grandes espacios con bajo grado de intervención a la vez que permitían diversificar riesgos al productor agropecuario.

Podría pensarse que el modelo de desarrollo de la Argentina estuvo controlado desde su inserción a la DIT por la preponderancia de la oferta natural, especialmente de maderas de alto valor comercial y suelos agrícolas (Morello y Matteucci, 2000). En las últimas décadas del siglo XX y principios del siglo XXI se produjeron grandes cambios en la utilización de los factores de producción y en el uso del suelo lo que supuso una profundización de dicho modelo. Estos cambios, lejos de ser una particularidad regional, obedecieron a cambios estructurales de escala global, a los cuales la región se adaptó de manera vertiginosa.

El capitalismo experimentó una crisis económica mundial a partir de las

década del 70'. La respuesta a esta crisis consistió en una reorganización de la relación capital- trabajo y de las instituciones que lo apoyaban durante el periodo del Estado Benefactor. La evidencia visible de estos cambios fueron una acelerada espiral de concentración y centralización, y una urgente compulsión a encontrar nuevos mercados y nuevas fuentes de recursos para el imparable poder de los capitales mundiales dominantes (Shaikh, 2001).

El modelo de acumulación instaurado desde 1976 a partir de la dictadura militar en la Argentina se ha caracterizado por el predominio de la “valorización financiera” (Basualdo, 2006), y la “desindustrialización – reprimarización productiva del país” (Schorr, 2005). Estos procesos complementarios explican gran parte de los cambios que afectaron a la economía en general y al sector agropecuario en particular. Ambos son el resultado de procesos globales que se expresan localmente como formas de inserción periférica del país en el contexto de la economía mundial. La actual DIT, en su versión neoliberal ha incorporado a la Argentina en el Sistema Económico Mundial (SEM) de una forma subordinada y dependiente de los flujos de capital e inversión externa (Benítez, Liberali y Gejo, 1995).

En este contexto, el Ajuste Estructural en los 90' y el quiebre de la Convertibilidad en el año 2002 reforzaron la salida exportadora sobre la base de la producción de commodities para el mercado externo. La aplicación de políticas neoliberales por parte del Estado con la apertura de mercados, liberalización del comercio exterior, flexibilización laboral, entre otros cambios profundos, impusieron a las conflictivas relaciones capital – trabajo, una clara regulación en favor del gran capital concentrado.

El sector agropecuario (principal fuente de divisas del país) consolidó su protagonismo en la economía nacional, favorecido por la devaluación de la moneda que significó un salto en la rentabilidad, la pesificación de las deudas contraídas en dólares por parte de productores, y el aumento de los precios internacionales (traccionados por la demanda asiática de alimentos y la volatilidad de los mercados agropecuarios). Se proyecta de esta manera un modelo de integración caracterizado por algunos autores como “posneoliberal – neodesarrollista” (Félez y López, 2010), ya que sobre la base de un modelo “extractivista primarizado” (Svampa, 2005) que se sostiene sobre gran parte del esquema neoliberal, se consolidan gobiernos de corte nacional- progresista o de izquierda que desarrollan un conjunto de políticas redistributivas y de proyección industrialista. De esta manera, el periodo inaugurado a partir de 2002 incrementa esta tendencia estructural de concentración, primarización y salida exportadora, pero sobre la base política de gobiernos que ideológicamente se ubicaban dentro del desarrollismo. Este fenómeno se replica en varios países latinoamericanos en

condiciones de producir commodities con ventajas comparativas y competitivas considerables.

América latina en general, y en especial el sector agropecuario de Brasil y Argentina, resultan de gran atractivo para el avance del capital. Para el caso argentino, la región pampeana ha sido, sin lugar a dudas, el espacio más dinámico de la economía nacional, capaz de captar una parte importante de esos flujos de capital financiero. La zona pampeana, es un ejemplo claro de tal dinamización de los flujos de capital dominado en gran medida por empresas transnacionales.

El cultivo más destacado en la expansión horizontal de la producción fue la soja transgénica. Desde 1970 hasta 1996 el cultivo de soja en el país se incrementó sostenidamente de casi 38 mil a 6 millones ha., promovido por los cambios de producción y comercialización de alimentos (harinas proteicas para la producción animal) a escala mundial. La importancia del cambio tecnológico en el sector agropecuario argentino con la introducción del paquete de la Siembra Directa – Soja RR desde su implementación masiva el año 1997, hace que el cultivo de soja se incremente, desde 1997 al 2000, en 4.5 millones de hectáreas (Rodríguez, 2010). Una de sus consecuencias de este hecho consiste en reforzar un modelo de integración comercial agroexportador en un contexto internacional favorable de precios (Barsky y Gelman, 2009). La soja RR se consolidó como el principal cultivo difundido (54% de la producción de granos en 2010), junto con la variedad BT de maíz, lo que lleva a una expansión inédita de la frontera agrícola, en detrimento de otros sistemas productivos y ecosistemas naturales (Sili, 2005).

El avance de relaciones de producción particularmente concentradas y con predominio de estos actores fue tal, que se denominó “pampeanización” al proceso de avance sobre la frontera agropecuaria en las ecorregiones de NEA y NOA. El avance de la frontera agrícola también ha sido causal de la fragmentación y achicamiento de los bosques, especialmente en la Pampa, donde se talan y desmontan las pocas formaciones boscosas de la zona y se avanza sobre otras formaciones boscosas propias del espinal o del bosque chaqueño.

En este proceso se reconoce un profundo cambio del uso de suelo destinado a la ganadería, que tiene una reducción de 6,8 millones de hectáreas, sustituida por el cultivo de soja. Sin embargo, si bien la producción sufrió una gran reducción, ya que ha habido una sustitución y desplazamiento a zonas menos productiva y marginales, no ha sido directamente proporcional en cuanto al stock de ganado bovino, que concentró más unidades de ganado por hectárea (Rodríguez, 2010), difundándose el engorde intensivo como técnica de producción (Feed Lot).

Asistimos entonces a una gran transformación en el uso de suelo. Un

proceso de agriculturización sin diversificación, lo que conlleva un mayor riesgo económico y grandes transformaciones sociales con la desaparición de actores históricos del sector, pequeños y medianos productores, y la emergencia de nuevos, caracterizados por su visión cortoplacista y especulativa (Pooles de siembra, Fideicomisos agropecuarios, etc.).

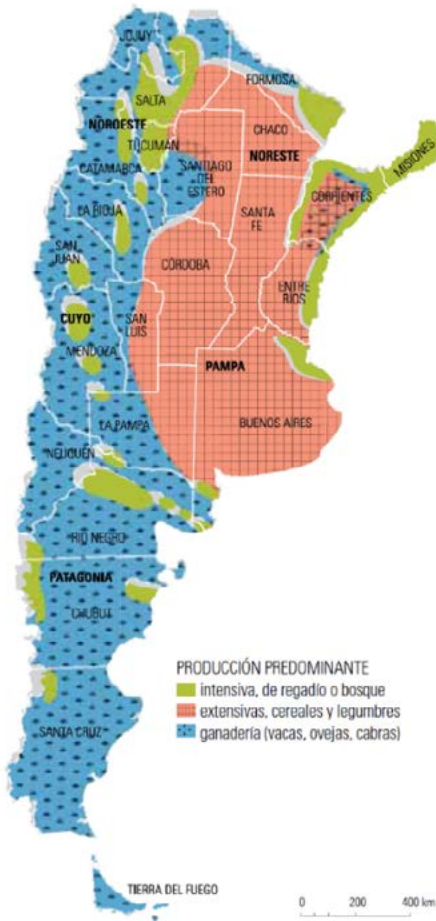
Se consolida así un nuevo modelo agropecuario que profundiza la expansión de la agroindustria orientada a la exportación, manejada por un reducido número de empresas nacionales y transnacionales, que se articulan desde la venta de semillas, pesticidas, maquinaria de siembra directa, cosecha y fumigación hasta la comercialización. Asistimos a un proceso de creciente racionalización de la producción que tiene como objetivo central la maximización de las ganancias y el uso eficiente (siempre en términos económicos, no necesariamente ambientales o sociales), de los factores de la producción.

El marco de políticas implementadas: situación de la biodiversidad pampeana en el contexto de intensificación agropecuaria

La ecorregión pampeana es uno de los ecosistemas más representativos de la Argentina ya que sus pastizales naturales, flora y fauna, han sido la base para el desarrollo de la actividad agropecuaria. Con una superficie que alcanza las 42.600.000 hectáreas, la región pampeana cuenta con una biodiversidad notable. Encontramos en sus pastizales más de 370 especies diferentes de pastos, unas 400 especies de aves y cerca de un centenar de mamíferos terrestres. (Mapa 1).

Mapa 1

Espacios productivos.
Argentina, parte continental americana



Mapa 2

Ecorregiones. Argentina, parte continental americana



Debido a la intensificación del uso agropecuario sobre la base de cultivos extensivos (Mapa 2) que se le ha dado a esta región, la flora y fauna nativa se perdió en gran medida y menos del 10% de la superficie de la ecorregión estaría en buen estado de conservación (actualmente desplazadas por la agricultura, plantaciones forestales y urbanización).

A continuación haremos una revisión de las principales políticas implementadas con incumbencia en materia ambiental. La mayoría de ellas de presentan un alcance nacional, pero con un correlato pampeano.

Las políticas de conservación: entre lo explícito y lo implícito

Un marco conceptual adecuado para entender la lógica de lo que viene sucediendo y como esto se ensambla con el esquema productivo actual es el que brinda Gligo (1997) sobre el análisis de las políticas ambientales.

El autor plantea una mirada amplia sobre lo que se debe entender como política ambiental, dividiendo las mismas entre aquellas explícitas y las implícitas. Las **políticas ambientales explícitas** se originan en los organismos centrales ambientales de la administración pública: los ministerios de medio ambiente o las comisiones o consejos ambientales. Encuadramos aquí “al conjunto de instrumentos y acciones que se proponen para resolver los problemas ambientales a nivel gubernamental, [...] constituye la política ambiental interna de cualquier unidad administrativa autónoma [...] a través de la aplicación de la legislación vigente y de los programas de gobierno” (Gligo, 1997). Casi todos los organismos públicos ambientales de los países de la región son reactivos en sus políticas ambientales. Responden a las urgencias que se derivan principalmente de la contaminación producida por la expansión urbana e industrial, la deforestación, la erosión de los suelos, el deterioro de los recursos del mar y la contaminación por la actividad minera. Entre las políticas más importantes agrupadas en este grupo se encuentran los sistemas de áreas protegidas, las evaluaciones de impacto ambiental y los proyectos de ordenamiento territorial. Una evaluación rápida de sus alcances en los últimos años da cuenta de que las políticas ambientales explícitas han tenido poco éxito, pese al reforzamiento institucional de los organismos ambientales del sector público, el presupuesto asignado, el personal y su presencia en la agenda pública sigue siendo escaso. En muy pocos casos se ha podido permear en los sectores de la economía ligados a los procesos que generan contaminación.

A la par de las políticas anteriormente mencionadas, encontramos las decisiones que se toman en otros ámbitos de la política pública o en los sectores productivos, y que significan medidas que influyen en la transformación de medio ambiente y constituyen lo que el autor antes citado refiere como **políticas ambientales implícitas**. Estas tienen que ver con la modalidad de desarrollo impuesto (en mayor medida desde afuera), y que presenta altos costos ambientales.

A continuación desagregamos algunas de las políticas implícitas:

a) **Políticas macroeconómicas:** Las políticas macroeconómicas repercuten en la situación ambiental al mantener o extender una modalidad de desarrollo abiertamente perjudicial para el medio ambiente. Tres son las políticas que, desde una perspectiva global, los países tienen interés en profundizar.

- **Política de fomento de las exportaciones:** En la creciente globalización de las economías, los países de la región tratan de fomentar sus exportaciones. En general no se evalúa el componente ambiental o la degradación de los recursos que se ponen en juego. Si existen consideraciones ambientales ellas se deben a las demandas de los países importadores.
- **Política de captación de inversiones extranjeras:** Para captar capitales los países tratan de dar una imagen de estabilidad económica y destacar lo barato que son sus recursos naturales. El concepto de baratura se debe, por lo general, a que no se incorporan los costos ambientales. Se establece así una “falsa competitividad” basada en escasos controles ambientales.
- **Política de fomento de la ocupación del espacio:** A muchos territorios con predominio de actividades extensivas o ecosistemas naturales se los consideran aún como no ocupados y aptos para profundizar o ampliar actividades económicas. En estos casos el Estado impulsa deliberadamente la ocupación masiva de sus territorios. Los estímulos económicos aplicados son: desgravámenes para actividades productivas como la ganadería; creación de áreas de radicación industrial con ventajas fiscales; construcción de infraestructura de transporte para posibilitar la incorporación territorial, y otros. Estas políticas ambientales implícitas han derivado en muchos casos en estímulos con un fuerte impacto negativo.

b) **Políticas económicas sectoriales:** Estas generan políticas ambientales implícitas de mayor importancia. Los sectores productivos de la economía condicionan la inversión, el crecimiento económico y la transformación del medio ambiente. Son estos sectores los que tienen responsabilidades por los residuos que se generan en las actividades productivas que fomentan, o en el consumo de los productos generados.

- **Políticas de desarrollo industrial:** tienen diversos grados de eficacia, y generan un conjunto de políticas ambientales implícitas derivadas de varios factores (insumos utilizados, procesos de transformación, generación de residuos, destino de los productos, etc.), las que en muchos casos tienen signo negativo.
- **Políticas agrícolas:** Tienen gran importancia ambiental porque la agricultura transforma ecosistemas vivos. La expansión de la frontera agropecuaria, así como el fomento del desmonte con créditos, para los cuales se exige un porcentaje del predio deforestado y limpio, tiene implícito un alto costo ecológico en deforestación, pérdida de biodiversidad, empobrecimiento de suelos, erosión y embancamiento de cursos y espejos de agua. La modernización agrícola, entendida como la aplicación de tecnologías de artificialización generalmente alta del ecosistema, tienden a ser de corto plazo, ya que crean agrosistemas de baja estabilidad natural. El objetivo de lograr una alta productividad en el corto plazo plantea contradicciones ambientales de muy difícil solución. Las políticas ambientales implícitas en un porcentaje importante de planes y programas de desarrollo agrícola son de signo negativo, ya que en ellas se externalizan los costos ecológicos.
- **Políticas de desarrollo energético:** este tipo de políticas ha incorporado en alguna medida el tema ambiental. A las preocupaciones tradicionales por el impacto de fuentes energéticas como la biomasa, las represas hídricas y la energía nuclear, cabe añadir las relacionadas con la eficiencia energética y los patrones de consumo, que deberían rescatarse.
- **Políticas de reforestación y explotación forestal:** estas se dan a través de créditos, subsidios u otras vías. El caso más ilustrativo son las políticas de reforestación que provocan una sustitución del bosque nativo por plantaciones. El bosque nativo tiene funciones: de regulador hídrico, hábitat de la biodiversidad, freno a la erosión del suelo, aporte al paisaje, etc., las

que se pierden irremediablemente, ya que las plantaciones solo aportan una mínima parte de ellas.

- **Políticas de obras públicas:** Estas conllevan políticas ambientales implícitas importantes. Los caminos, puentes, embalses, canales de riego, muelles y puertos, se traducen en transformaciones significativas del medio ambiente y, aunque muchas de ellas se realizan con estudios de impacto ambiental, éstos son solo correctivos, porque dan baja ponderación a los factores climáticos.
- **Políticas de desarrollo científico y tecnológico:** la investigación científica de nuestro territorio tiene serios rezagos, sobre todo en materia de biodiversidad. La investigación tecnológica relacionada con el medio ambiente tiende a hacerse sólo respecto de tecnologías limpias, sin explorar a fondo los impactos ambientales de las tecnologías de uso corriente.
- **Políticas de desarrollo urbano:** estas políticas muestran la complejidad de un tema en el que se entremezclan políticas de ordenamiento urbanístico, de vivienda, de transporte, de industria, de centros de recreación, servicios y consumo, y de parques y jardines. Todas envuelven planteamientos ambientales y su aplicación tiene notables repercusiones en el medio ambiente. Así, muchas de las políticas de expansión urbana no obedecen a criterios ambientales, sino a la presión por la disponibilidad de terrenos baratos y por la especulación con el suelo urbano.

El entrelazamiento de políticas explícitas e implícitas en la pampa.

El hecho de que se rescate la importancia de las políticas ambientales implícitas en las políticas económicas, y en general en las políticas de desarrollo, no quiere decir que ellas sean alternativas a las políticas ambientales explícitas

generadas por los organismos ambientales. Al contrario, ambas políticas interactúan y en ocasiones entran en contradicción

En general puede afirmarse que el modelo económico implementado desde la dictadura militar hasta la actualidad ha presentado pocas variaciones en términos de considerarse extractivista y primarizador de la economía. Complemento de la salida exportadora productivista es el hecho de que los marcos de conservación elegidos por lo general han significado una política de “*dejar hacer*” en los grandes espacios destinados a la producción agropecuaria y forestal, complementado de una tibia política de “*manos afuera*” en pequeños reductos de territorio. Es de destacar que las políticas ambientales, que tienden a conservar o reparar los “daños” ocasionados por el sistema de producción y consumo, en la actualidad se caracterizan por ser reactivas, una vez que se genera el “problema” intervienen (degradación, pérdida de biodiversidad, contaminación de agua, entre otras).

La modalidad de desarrollo actual no resulta sustentable, no por errores cometidos en la implementación de tal o cual política sino por elementos que hacen a la estructura del funcionamiento del sistema capitalista en su versión local. En un país periférico cuyo modelo de desarrollo está basado en la oferta natural, parte de la rentabilidad y ganancias empresarias se sostiene sobre posibilidad de degradar con bajo nivel de control los recursos disponibles. Por tanto, las políticas explícitas de conservación entran en una contradicción irreconciliable con buena parte de las políticas implícitas. Si de forma pragmática analizamos la tendencia actual, se debería avanzar lo más posible con soluciones intermedias, porque lo que se encuentra en juego son los ecosistemas, la biodiversidad, y las personas como parte de los mismos.

A continuación desarrollaremos brevemente tres políticas explícitas emanadas del Estado, desarrolladas en los últimos 10 años, las cuales dan cuenta de las contradicciones en los intentos de preservación, resultando en buena medida funcionales al modelo de desarrollo extractivista.

Ley de presupuestos mínimos para la protección del bosque nativo. Una política explícita desfinanciada y sistemáticamente violada.

La ley que protege los Bosques Nativos, promulgada en el 2007 y reglamentada en el 2009, obliga a las provincias a realizar un ordenamiento territorial de Bosques Nativos priorizando áreas según tres categorías (áreas de alto,

medio o bajo valor de conservación) para regular la expansión de la frontera agropecuaria y de cualquier otro cambio de uso del suelo (siendo un instrumento para frenar los desmontes, ya que a esto se le suma la obligación de realizar un estudio de impacto ambiental y una audiencia pública para su autorización); hace prevalecer los principios precautorio y preventivo, manteniendo bosques nativos cuyos beneficios ambientales o los daños ambientales que su ausencia generase, aún no puedan demostrarse con las técnicas disponibles en la actualidad; y, por último, fomenta las actividades de enriquecimiento, conservación, restauración mejoramiento y manejo sostenible de los bosques nativos.

Más allá de sus objetivos y los instrumentos creados para proteger los Bosques resultan innovadores y puede considerarse una ley pionera en América Latina, la ejecución de la misma está estrechamente relacionada al presupuesto destinado. La asignación presupuestaria estaría compuesta por menos del 0.3 % del Presupuesto Nacional más el 2 % del total de las retenciones a las exportaciones de productos primarios y secundarios provenientes de la agricultura, ganadería y sector forestal, y donaciones y créditos, entre otros.

Si se analizan las partidas presupuestarias destinadas desde su reglamentación, distan de manera considerable de los establecidos por la ley, siendo un obstáculo considerado para su aplicación. Por otro lado, si bien la mayoría de las provincias entre el 2009 y el 2014 han finalizado y aprobado por Ley sus Ordenamientos territoriales de bosques nativos (OTBN), Córdoba y Corrientes han promulgado leyes para los mismos pero se encuentran en estado de revisión, y Buenos Aires aún no la ha promulgado.

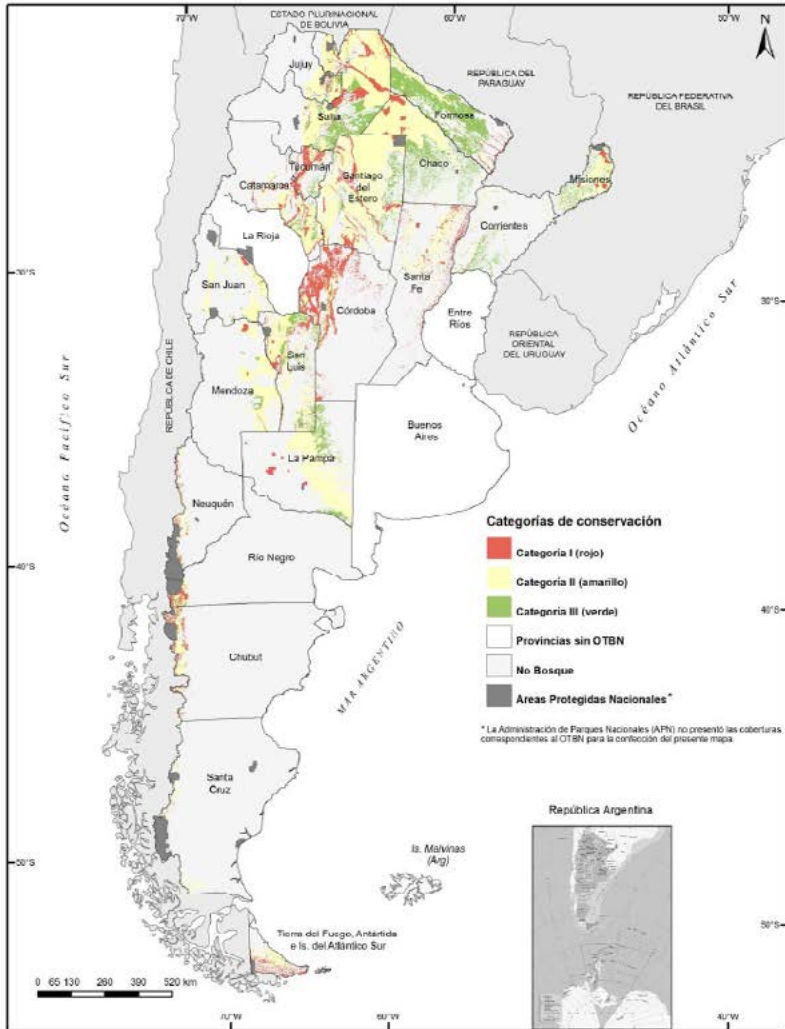
MAPA 3

Mapa 1. Ubicación de los bosques nativos y las categorías de conservación.



Ordenamiento Territorial de los Bosques Nativos (OTBN) de la República Argentina Ley 26.331 de Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos

Provincias que aprobaron por ley el OTBN (Junio 2014)



Fuente:
OTBN entregado por las provincias.
Cartografía base del Instituto Geográfico Nacional
Administración de Parques Nacionales

Mapa confeccionado en la Dirección de Bosques
Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, Junio de 2014.

En principio son tres los problemas o contradicciones que presenta dicha Ley:

A) La zonificación en tres áreas con diferente intensidad en el manejo de los ecosistemas naturales significó en la práctica una cristalización del “dejar hacer” en las áreas consideradas de bajo y medio valor de conservación (verde y amarillo). En la búsqueda de conservar mediante planes de manejo las áreas consideradas de alto valor, se habilitó la posibilidad de desmontar el resto del territorio. Dicho conflicto estuvo presente en las discusiones a nivel provincial, previo a la zonificación definitiva. Si observamos el mapa 3 podemos apreciar que la zonificación definitiva deja a la pampa a merced del avance indiscriminado de la actividad agropecuaria.

B) Desde su promulgación ha contado con un presupuesto sensiblemente inferior al que había sido considerado por ley (entre 10 y 20 % dependiendo del año). Asimismo de este escaso presupuesto solo el 10% ha sido ejecutado como compensación a los dueños de las parcelas de bosques nativos que establecieron planes de manejo según lo previsto por ley. (Informe Greenpeace Argentina, Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN) y Fundación Vida Silvestre).

C) En paralelo a la falta de controles y ejecución presupuestaria, el avance de los desmontes ilegales se estima en 1.800.000 hectáreas entre 2006 y 2011. La ley terminó actuando como un impulsor de los desmontes en la medida que los actores que llevaban adelante el avance de la frontera agropecuaria apuraron la “limpieza de campos” antes que la ley entrara definitivamente en vigencia.

Ley de extranjerización de la tierra. ¿Una Política explícita para la tribuna?

Por otro lado, la Ley 26.737, que establece un Régimen de Protección al Dominio Nacional sobre la Propiedad, Posesión o Tenencia de las Tierras Rurales, aprobada en 2011 y reglamentada en el 2012, pretende establecer limitaciones en el acceso a tierras rurales a extranjeros. La misma establece un límite de la titularidad extranjera del 15 % sobre el territorio nacional; el 30% de una misma nacionalidad, aplicado al 15% del territorio es decir en términos de superficie la limitación por nacionalidad opera en un 4,5%; que las tierras rurales que limiten o contengan cuerpos de agua de envergadura y permanentes no podrán ser adquiridas por extranjeros, y que el tope personal es de 1000 hectáreas en zona núcleo, o su equivalente (por su valor cultural, biológico, social, entre otros) según propuesta de las provincias aprobadas por el Consejo Interministerial de Tierras Rurales (Gómez, 2016).

Según el Registro Nacional de Tierras Rurales (2015), el 95,5 % de la superficie argentina es rural y el cual el 6,1 está en manos de extranjeros (personas jurídicas o físicas). Dicha ley, se modificó en 2016 por el

Decreto 820/16, el cual ha sido muy controvertido ya que modifica sustancialmente una Ley Nacional para la cual se necesitó la aprobación de las dos Cámaras Legislativas.

Esta ley nació vieja, dado que el criterio para establecer limitaciones es el origen nacional del capital, sin tener en cuenta dos aspectos fundamentales: a) buena parte de la adquisición de tierras rurales en Argentina por parte de extranjeros se realiza vía testafierros nacionales que operan en el blanqueo de fondos de diferentes fuentes legales o ilegales; b) establecer criterios para la lograr soberanía sobre los recursos naturales implica poner en orden el uso del suelo que se pretende para las mismas. Bajo la mirada de la actual ley de tierras, se supone arbitrariamente que la nacionalidad del dueño de la tierra es un fundamento positivo de la conservación del recurso. El argumento resulta demasiado arcaico en un país formado por inmigrantes.

La explicitación de lo implícito: plan estratégico agroalimentario y agroindustrial participativo y federal 2010-2020 (PEA).

Pensado en función de los 24 complejos agroalimentarios y agroindustriales más importantes del país, el PEAA constituye un documento que establece metas y estrategias de producción y exportación al año 2020 (CaLiSA FAUBA, 2012).

El PEAA plantea entre algunos de sus objetivos: aumentar del 10 al 14% la producción de biocombustibles a partir de cereales secundarios y trigo, y del 9 al 16% la proveniente de oleaginosas; pasar de las 100 millones de toneladas de granos que se producen actualmente a 160 millones; aumentar a 42 millones de hectáreas la superficie sembrada (desde las actuales 33 millones); incrementar un 145% las exportaciones derivadas del sector agroalimentario y agroindustrial, lo que representa cerca de 100 mil millones de dólares.

Dejando en claro que los protagonistas de estas políticas son el sector empresarial que ha venido llevando adelante la expansión de la frontera agropecuaria, la Agricultura Familiar y metas de Soberanía Alimentaria no son consideradas en el diagnóstico. Las mismas aparecen de manera desfigurada, ya que se propone su fortalecimiento, en un contexto de avance del agronegocio, siendo un planteo contradictorio *per se*.

Asimismo, el diagnóstico sobre el sector agropecuario, carece de los impactos que el modelo extractivista primarizado conlleva: pérdida de biodiversidad, expansión del monocultivo, desplazamiento de poblaciones rurales, deforestación, contaminación de cauces de agua, entre otras mencionadas anteriormente. Ello queda de manifiesto en el hecho de plantear la incorporación de 9 millones de hectáreas al área sembrada, a sabiendas se desarrollará sobre los remanentes de bosques nativos y pastizales naturales.

El estado de la conservación en argentina

La Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) define a un Área Protegida como “una superficie de tierra y/o mar especialmente consagrada a la protección y el mantenimiento de la diversidad biológica, recursos naturales y culturales asociados y manejada a través de medios jurídicos y otros medios eficaces”. Las áreas protegidas no sólo garantizan la conservación de las especies de la flora y la fauna, también aseguran la protección de las cuencas y la producción en áreas vecinas. Proveen servicios ambientales esenciales para el bienestar humano y son soluciones naturales para adaptarnos mejor a los impactos del cambio climático.

En términos generales, se acepta que un área natural protegida es un territorio comprendido dentro de ciertos límites bien definidos, de características naturales o seminaturales, que se somete a un manejo de sus recursos para lograr objetivos establecidos. Normalmente, el territorio pertenece a la nación o a un organismo del sector público de la nación, pero también puede ser propiedad privada, manejada de acuerdo a normas fijadas por autoridades nacionales o estatales.

El Registro Nacional de Tierras Rurales (2015) considera que el 95,5% de la superficie del territorio argentino es considerado rural. Presentando gran potencial para establecer políticas de conservación.

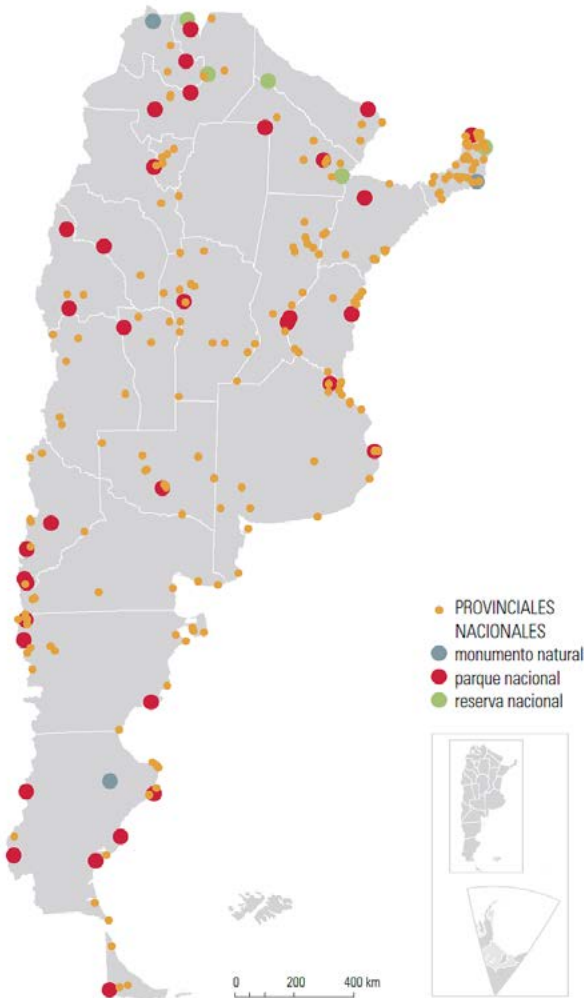
En la Argentina, sólo alrededor del 10% de la superficie continental se encuentra incluida en unidades de conservación. A su vez, sólo un 20% de las áreas protegidas terrestres se encuentra con un nivel aceptable de manejo, mientras que el 57% cuenta con nulo nivel de implementación (Vida Silvestre, 2016).

La Argentina no cuenta con un sistema jurídico-institucional unificado en materia de Áreas Protegidas. Conviven iniciativas del ámbito nacional, provincial y privado sin mayor grado de articulación. Por lo tanto, y más allá de la formalidad establecida, resulta difícil pensar que las políticas de conservación implementadas al día de hoy, pretendan formar parte de un plan organizado tendiente a conservación.

El Estado nacional ha implementado y desarrollado un sistema de parques nacionales desde hace más de ocho décadas que fue modelo en América Latina y que está en permanente expansión, constituido actualmente por 53 áreas protegidas, con una superficie de 4.175.000 ha (1,5% del territorio continental argentino) y una cobertura de manejo del 96%.

Las 24 jurisdicciones provinciales han implementado sistemas provinciales de áreas protegidas, creando 384 áreas protegidas, con una superficie de 26.540.000 ha (10,51% del territorio continental), pero con una cobertura de manejo que sólo llega al 19% de las áreas.

MAPA 4
Áreas naturales protegidas.
Argentina, parte continental americana



Fuente: Administración de Reservas Nacionales

Para homogeneizar la variedad de criterios y definiciones sobre clases de Áreas Protegidas (AP) que existían, entre todos los países del Mundo, la UICN estableció la clasificación actual de 6 Categorías de Manejo, definidas según el principal objetivo de conservación para el que se creó el AP y las normas de manejo que la rigen para su cumplimiento. Las Categorías de Manejo y su breve descripción son las siguientes:

- Categoría I – Reserva Natural Estricta
- Categoría II – Parque Nacional (o Provincial).
- Categoría III – Monumento Natural.
- Categoría IV – Área de Manejo de Hábitat (o Especies).
- Categoría V – Paisaje Protegido.
- Categoría VI – Área Protegida con Recursos Manejados.

Las cuatro categorías de manejo en que están clasificadas las AP del ámbito federal se homologan con la clasificación internacional de la siguiente manera:

- Reserva Natural Estricta (Decreto Nacional 2148/90) (Categoría I)
- Parque Nacional (Categoría II)
- Monumento Natural (Categoría III)
- Reserva Nacional (Categoría VI)

Las AP de jurisdicción provincial son clasificadas de forma diversa según la correspondiente legislación. En la mayoría de los casos se vio sujeta implícita o explícitamente a la clasificación internacional de la UICN.

La región pampeana cuenta con uno de los niveles más bajos de superficie protegida en reservas naturales del país. Según la Administración de Parques Nacionales, alcanzan apenas el 1,02% (cobertura precaria) de superficie protegida (unas 400.000 hectáreas), cuando a nivel internacional se recomienda conservar el 17% de la ecorregión (Vida Silvestre, 2016).

Además de la baja representatividad, la debilidad institucional a nivel provincial de los organismos administradores es motivo de que, hasta hoy, en muchas provincias las AP sean escasas, de tamaño reducido y representatividad biogeográfica limitada, y nivel de implementación bajo. Por ello, una alta proporción de las AP existentes adolece de escasa o nula presencia institucional, que cumpla funciones esenciales de la gestión territorial, como son planificación, regulación, control y manejo.

Consideraciones finales

Existe una fuerte expansión de la frontera agrícola, principalmente del cultivo de soja, transformando los sistemas naturales por lo general frágiles en sistemas productivos intensivos. Estos cambios en el uso del suelo generan cambios en la biodiversidad y en los procesos biológicos que resultan beneficiosos para los seres humanos, también conocidos como servicios ecosistémicos. La principal amenaza a la conservación de la biodiversidad en agroecosistemas es la pérdida de heterogeneidad ambiental (por expansión e intensificación agrícola) y el dominio de las especies exóticas en el paisaje, con la consecuente pérdida de especies y cambios en los ensamblajes en las comunidades. El repaso propuesto hasta aquí nos permite afirmar que es en la ecorregión pampa donde estos procesos son más elocuentes.

Como observan Morello y Matteucci "...la ausencia de políticas de conservación fuera de las áreas protegidas es un sine qua non; más aún, parece que implícitamente se incrementan las áreas protegidas para dar vía libre a la degradación del resto del territorio [...] La decisión privada ha estado omnipresente en el manejo de los hábitats y recursos naturales, haciendo ilusoria toda conservación del patrimonio fuera de las áreas naturales protegidas. Pecaríamos de inocentes si creyéramos que esto es consecuencia de falta de conocimiento técnico-científico, o un problema de educación ambiental..." (2000). Las causas del continuado deterioro se atribuyen por un lado, a nivel más general, a que el modo de acumulación se basa en la rentabilidad y la ganancia por sobre el bienestar de las personas. Por otro, pueden atribuirse a una falta de voluntad política para regular el funcionamiento de las empresas a través de la normativa legal adecuada, la vigilancia y el control; y para promocionar y financiar los programas de investigación en ecología, manejo y conservación del recurso naturales y genéticos.

Dado que más del 80% de nuestro territorio se encuentra en manos privadas, resulta fundamental involucrar a los propietarios de tierras en la conservación de las riquezas naturales de nuestro país. Para ello resulta fundamental establecer políticas de control en el uso del suelo, así como también políticas de prevención y promoción de conservación.

Notas

¹ Profesor de Geografía. Docente e investigador en la Facultad de Ciencias Agra-

rias – UNMDP. Maestrando en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural. Doctorante en Geografía en la UNLP. Miembro del Laboratorio Agriterris.

²Licenciada en Trabajo Social. Docente e investigadora en la Facultad de Ciencias Agrarias y en la Facultad de Ciencias de la Salud y Servicio Social – UNMDP. Doctorante en Ciencias Sociales UBA. Miembro del Laboratorio Agriterris.

Bibliografía

ÁREA DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y EL ÁREA DE VINCULACIÓN Y CONTROL DE LA DIRECCIÓN DE BOSQUES (2014). “**Ley N° 26.331 de Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos. Informe de Implementación.** Ordenamiento Territorial de Bosques Nativos y planes financiados a través del Fondo Nacional para la Conservación y el Enriquecimiento de los Bosques Nativos”. Argentina.

BARSKY, O. y GELMAN, J. **Historia del Agro Argentino:** Desde la Conquista hasta comienzos del siglo XXI. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2009

BASUALDO, E. La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas. De la sustitución de importaciones a la valorización financiera. En BASUALDO, E. & ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BENÍTEZ, J.; LIBERALI, A. y GEJO, O. **Estructura Económica Mundial y Argentina** (compiladores). Buenos Aires: Ediciones Pharos, 1995.

BURKART, R.; J. MORELLO y B. MARCHETTI. Las áreas protegidas en el tercer milenio. En: **El futuro Ecológico de un continente:** Una visión prospectiva de la América Latina. México, Fondo de Cultura Económica. n. 79, 1995, p. 325- 351.

GLIGO, N. Institucionalidad pública y políticas ambientales explícitas e implícitas. **En Revista de la CEPAL,** Santiago de Chile, n. 63, p. 51-63, 1997.

GOMEZ, F. **Vienen por el agua: las modificaciones a la ley de Tierras Rurales.** Argentina: Centro de Estudios Patagonia, Documento de Trabajo, Estado y Gobierno, n. 2, 2016.

GOMEZ, F; et al. **Registro Nacional de Tierras Rurales. Una política registral para la Soberanía Territorial.** Ministerio de Justicia y Derechos Humanos Presidencia de la Nación. Argentina, 2014.

GUDYNAS, E. **Las áreas protegidas latinoamericanas en el siglo XXI.** Desafíos crecientes, medidas urgentes. CLAES. Disponible en: <www.ambiental.net>. 2007.

Informe conjunto de Greenpeace Argentina, Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN) y Fundación Vida Silvestre Argentina sobre la Ley de Bosques y su aplicación. **Ley de Bosques: 5 años con pocos avances.** Disponible en: <http://www.greenpeace.org/argentina/es/informes/Ley-de-Bosques-5-anos-con-pocos-avances/>.

LEY nº 26.331. **Presupuestos mínimos para la protección del bosque nativo.** Argentina, 2007.

LEY nº 26.737. **Régimen de Protección al Dominio Nacional sobre la Propiedad, Posesión o Tenencia de las Tierras Rurales.** 2011.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y PESCA (2011). **Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal 2010 -2020.** Argentina.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN INVERSIÓN PÚBLICA Y SERVICIOS. **Plan Estratégico Territorial Argentina 2016.** Argentina, 2008.

MORELLO, J. y MATTEUCCI, S. Singularidades territoriales y problemas ambientales de una país asimétrico y terminal. Argentina: **IADE, Realidad Económica**, n. 169, p. 70-96, 2000.

RODRIGUEZ, J. Consecuencias económicas de la soja genéticamente modificada en Argentina, 1996-2006. En BRAVO, A.; Et al. **Los señores de la Soja. La Agricultura Transgénica en América Latina.** Argentina: Ediciones CICCUS/CLACSO, 2010.

SCHORR, M. **Modelo Nacional Industrial. Límites y posibilidades.** Buenos Aires: Colección Claves para todos, Capital Intelectual, 2005.

SHAIKH, A. La explicación de la inflación y el desempleo: una alternativa a la teoría económica neoliberal. En GUERRERO D. (ed.): **Macroeconomía y crisis mundial**. Madrid: Ed. Trotta, 2000.

SILI, M. **La Argentina rural**: De la crisis de la modernización agraria a la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo de los territorios rurales. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2005.

SILI, M., GUIBERT, M., & BUSTOS CARA, R. **Atlas de la Argentina rural**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.

SILI, M; GUIBERT, M; BUSTOS CARA; R. **Atlas de la Argentina Rural**. Argentina: Capital Intelectual, 2016.

SVAMPA, M. **La sociedad excluyente**: La argentina bajo el signo del neoliberalismo. Bs As. Taurus, 2005.





Políticas de la dirección Nacional de Medio Ambiente de Uruguay en la conservación de los pastizales naturales

Santiago Medina¹

Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA)

El objetivo de la DINAMA es diseñar e implementar políticas públicas participativas e integradas en materia de ambiente, territorio y agua, para promover la equidad y el desarrollo sostenible, contribuyendo a la mejora de la calidad de vida de los habitantes del país.

En el Bioma Pampa se presentan distintos ecosistemas siendo el dominante las praderas, en el siguiente artículo se focaliza en las principales herramientas con las que la DINAMA cuenta y de qué manera las utiliza para la conservación de los pastizales naturales en Uruguay llamado “El Campo Natural”.

Cambios en el uso del suelo en Uruguay

Uruguay ha sufrido respecto al uso del suelo un proceso similar al del resto del Bioma Pampa en la región. Los cambios presenciados fueron: aumento del precio de la tierra (en términos reales y sobre todo en términos comparativos con los productos de exportación²), cambio de propiedad y extranjerización de la tierra (se vendieron 5 millones y medio de hectáreas en la temporada 2000 a 2011 sobre un total de 16 millones agrícolas), un aumento de la superficie agrícola de secano, acompañado de un aumento en la intensidad del uso asociado a la aplicación de un paquete tecnológico vinculado a la siembra directa (450 mil hectáreas en la temporada 2000/2001 a 1.250 mil hectáreas en la temporada 2010/2011), aumento de la superficie forestada, principalmente por pinos y eucaliptus 600 mil hectáreas en 2003 a 1.000 mil hectáreas en 2015³.

Este proceso implicó cambios de uso del suelo de pastizales naturales a los monocultivos mencionados. Ante este escenario la DINAMA desarrolla distintas estrategias para la conservación del ecosistema Campo Natural.

¿Qué queremos conservar?

Cuando nos referimos a la conservación de los pastizales nos referimos a la conservación de importantes componentes de la biodiversidad del país. El enfoque se hace a nivel del paisaje lo que supone integrar aspectos que trascienden al predio, pero teniendo en cuenta que la unidad de gestión en la cual el productor es el protagonista es el predio, y cuyo éxito radica en su gestión articulada con otros predios.

Cuando nos referimos al pastizal o campo natural, nos referimos a toda la vida que interactúa en él, nos referimos a su estructura, funciones y composición de especies, ecosistemas y paisajes, entre otros.

La conservación de las praderas “naturales” uruguayas significa la protección de los elementos y funciones naturales que las integran, pero también y de forma inseparable, la protección de una modalidad de producción y de un conjunto de elementos culturales que hacen a una forma de aprovechamiento de ese territorio por el ser humano.

Asociado a la conservación del pastizal hay muchos servicios que el pastizal nos provee los cuales varían según el estado de conservación.

¿Cuáles son las razones por las que queremos conservar los pastizales naturales?

- Conforman uno de los más importantes biomas de praderas templadas a nivel mundial. Según William Lauenroth(2014) en Uruguay se encuentran pastizales naturales de mediana-alta productividad en el mejor estado de conservación a escala de paisaje respecto al mundo. Esto nos pone en un compromiso como sociedad.
- Mantienen una diversidad biológica única, sumado a que ciertas especies sólo sobrevivirán si una porción importante de pastizales es conservada.
- Los pastizales en Uruguay y en el mundo siguen disminuyendo de manera alarmante debido al cambio de uso de la tierra.
- El paisaje de las pampas está asociado a un tipo cultural que se formó aquí mismo, este paisaje es muy valorado por las personas.
- Toneladas de carbono se encuentran “secuestradas” en suelos y raíces, pero son liberadas a la atmósfera cuando los pastizales son deteriorados o remplazados, entre otros por cultivos agrícolas industriales. Con las consecuencias climáticas conocidas.
- Los pastizales naturales proveen una gran adaptación climática que le da estabilidad a todos los recursos naturales que involucra y al sistema productivo que se desarrolla en ellos.
- Los pastizales bien conservados constituyen una reserva estratégica de suelos, previniendo erosión.
- Los pastizales naturales tienen un rol fundamental en preservar y purificar el agua.
- Toda la ganadería directa o indirectamente, y en particular la ganadería extensiva, dependen del buen estado de las pasturas naturales.

¿Cuáles son las fortalezas y debilidades actuales para la conservación de pastizales naturales?

Una gran fortaleza de la sociedad uruguaya es que tenemos una cultura ganadera (instituciones, técnicos y productores) de aprovechamiento del campo natural que es un importante patrimonio de la sociedad y una gran oportunidad para el desarrollo de esta actividad conservando el campo natural.

Uruguay tiene mucho para mejorar tanto en los términos productivos como ambientales que implican un ganar-ganar, este proceso no solo implica la generación de nuevo conocimiento donde existen vacíos de información, tenemos un gran desafío en la aplicación del conocimiento ya disponible.

Actualmente hay muchas tecnologías apropiadas que implican un ganar-ganar en el ámbito productivo y ambiental para el manejo de campo natural, no se aplican de forma pasiva y de esta forma no se pueden conservar de forma apropiada los pastizales, generando cambios a otros usos del suelo menos conservacionistas.

Actualmente existe una convergencia en la visión de muchas instituciones públicas y privadas en el potencial de crecimiento productivo de la ganadería sobre campo natural asociado a la conservación, implicando una retroalimentación positiva en la producción- conservación. Este momento de interés institucional en el campo natural y la ganadería que se desarrolla sobre él, promueve desarrollo y validación de tecnologías apropiadas.

Cuando hablamos de un campo natural bien conservado seguramente las distintas instituciones estamos idealizando una situación diferente focalizando en recursos diferentes (estructura del tapiz, forrajeras, fauna, agua, suelos, etc.) y a una escala diferente (potrero, predio, paisaje, país). Para trabajar de forma articulada entre las distintas instituciones es importante llegar a consensos mínimos en las expectativas para poder entender hacia dónde queremos ir, y en ese sentido cuáles son las mejores estrategias para alcanzar nuestros objetivos.

Respecto a la intensificación del uso de campo natural, lo cual es una alternativa para que esta forma de producción sea más competitiva, es importante que las instituciones que trabajan en evaluación y validación de tecnologías evalúen el riesgo e implicancias de los distintos niveles de intervención como aplicaciones de insumos y manejos que disminuyen la heterogeneidad estructural del tapiz. En el proceso de intensificación ganadera sobre el campo natural es fundamental tener en cuenta que algunos servicios ecosistémicos que estos pastizales nos dan pueden verse resentidos y este ganar-ganar, producir-conservar ya no sería tal.

Muchos de los servicios ecosistémicos que el campo natural nos provee como la purificación del agua son cada vez más valorados y comienzan a tomarse en cuenta en las políticas públicas, a la vez una debilidad es que esta valoración por el momento no tiene implicancias significativas en la mayoría de los productores que son los que están gestionando los recursos naturales de la mayor parte del territorio nacional

En algunos sitios del Uruguay a la ganadería sobre campo natural le cuesta mucho competir con otras actividades productivas del punto de vista económico por lo tanto es necesario para la conservación del campo natural algunas regulaciones y/o incentivos.

¿Cómo estamos conservando los pastizales en Uruguay?

Dentro del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio ambiente (MVOTMA) la DINAMA trabaja de forma articulada con la Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial (DINOT). Dentro de la DINAMA existen diferentes áreas que trabajan en la conservación de los pastizales naturales. Estas áreas son: Área Ecosistemas compuesta por División Biodiversidad y División Sistema Nacional de Áreas Protegidas y; Área Evaluación de Impacto Ambiental.

Como ámbito extra ministerial existe una instancia de articulación que involucra a distintas instituciones que trabajan en la conservación y usos ganaderos del campo natural, esta organización es la Mesa de Ganadería sobre Campo Natural. A continuación se describen cada uno de estos ámbitos de trabajo.

Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial (DINOT)

De acuerdo a la definición del artículo 9 de la Ley N^o. 18.308, las Directrices Nacionales constituyen el instrumento general de la política pública en la materia del Ordenamiento Territorial. Tienen por objeto:

- a) el establecimiento de las bases y principales objetivos estratégicos nacionales en la materia;
- b) la definición básica de la estructura territorial y la identificación de las actuaciones territoriales estratégicas;
- c) la formulación de criterios, lineamientos y orientaciones generales para los demás instrumentos de OT, para las políticas sectoriales con incidencia territorial y para los proyectos de inversión pública con impacto en el territorio nacional;
- d) la determinación de espacios sujetos a un régimen especial de protección del medio ambiente y sus áreas adyacentes y las modalidades de aprovechamiento, uso y gestión de los recursos naturales;
- e) la propuesta de los Incentivos y sanciones a aplicar por los Organismos correspondientes que contribuyan a la concreción de los planes;
- f) la proposición de Medidas de fortalecimiento institucional y el apoyo a la coordinación y cooperación para la gestión planificada del territorio.

La normativa en ordenamiento territorial genera Instrumentos a diferentes escalas: Nacional, Regional, Departamental, Interdepartamental y especiales.

El marco de la ley de ordenamiento territorial se da una descentralización en la cual adquieren competencia los gobiernos departamentales para la categorización de suelos.

Los gobiernos departamentales reaccionan de diferentes formas, en algunos casos han elaborado legislación de largo plazo (como el caso de Montevideo). Otros gobiernos departamentales reaccionaron ante instancias puntuales vinculadas a la forestación estableciendo medidas cautelares prohibiendo la plantación en suelos que no fueran designados de prioridad forestal. (San José, Florida, Cerro Largo). En Maldonado, para las “ Zonas de Protección paisajística y de Nacientes de Cursos de Agua y Biodiversidad”, se establece que “se desestimulará la forestación con montes de rendimiento...”

El ordenamiento territorial al categorizar suelos y posibles usos actúa conservando los pastizales naturales de forma indirecta al restringir ciertos usos que son los que generan cambio de uso del suelo.

Área Evaluación de Impacto Ambiental

La evaluación de impacto ambiental o “EIA” es un instrumento preventivo de gestión ambiental, ampliamente conocido en el mundo, presente en la mayor parte de las legislaciones ambientales y que en Uruguay se aplica desde el año 1994. La EIA es un procedimiento técnico y participativo, para la identificación y valoración -en forma anticipada- de las consecuencias ambientales de un proyecto aún no ejecutado, con la finalidad de eliminar, mitigar o compensar sus impactos ambientales negativos.

También permite habilitar o fundamentar la adopción de una decisión de la autoridad ambiental, tomando en cuenta la admisibilidad de los impactos residuales de la construcción, operación y cierre de dicho proyecto. La EIA es un instrumento de gestión ambiental comprensivo de todos los aspectos ambientales de las iniciativas económicas y sociales más relevantes., que quedan sujetas a un conjunto de autorizaciones, la más importante de ellas es conocida como Autorización Ambiental Previa (AAP).

En Uruguay, el régimen de Evaluación de Impacto Ambiental existe desde la vigencia de la Ley Nº 16.466, de 19 de enero de 1994 y su decreto reglamentario 349/005, de 21 de setiembre de 2005, que actualmente regula las autorizaciones ambientales y que fuera elaborado en base a un proceso de revisión y participación realizado a través de la Comisión Técnica Asesora de la Protección

del Medio Ambiente (COTAMA), de manera multidisciplinaria e interinstitucional.

El Decreto 349/005, denominado Reglamento de Evaluación de Impacto Ambiental y Autorizaciones Ambientales (REIA/AA), mantuvo y mejoró lo relativo a la Autorización Ambiental Previa (AAP) e incorporó otros tres instrumentos de gestión ambiental, a saber: la Viabilidad Ambiental de Localización (VAL), la Autorización Ambiental de Operación (AAO) y la Autorización Ambiental Especial (AAE), que vinieron a complementar la AAP.

Requerirán la Autorización Ambiental Previa, las actividades, construcciones u obras que se detallan a continuación, sean las mismas de titularidad pública o privada:

1) Construcción de carreteras nacionales o departamentales y toda rectificación o ensanche de las existentes, salvo respecto de las carreteras ya abiertas y pavimentadas, en las que la rectificación o ensanche deberá modificar el trazado de la faja de dominio público, con una afectación superior a 10 (diez) hectáreas.

2) Construcción de tramos nuevos de vías férreas y toda rectificación de las existentes en áreas urbanas o suburbanas, o fuera de ellas cuando implique una afectación de la faja de dominio ferroviario superior a 5 (cinco) hectáreas.

3) Construcción de nuevos puentes o la modificación de los existentes cuando implique realizar nuevas fundaciones.

4) Construcción de nuevos aeropuertos de uso público o remodelaciones de los existentes cuando incluyan modificaciones en las pistas.

5) Construcción de nuevos puertos, tanto comerciales como deportivos o remodelaciones de los existentes donde existan modificaciones de las estructuras de mar, ya sean escolleras, diques, muelles u obras que impliquen ganar tierra al mar.

6) Construcción de terminales de trasvase de petróleo o productos químicos.

7) Construcción de oleoductos y gasoductos que superen una longitud de 10 (diez) kilómetros.

8) Construcción de emisarios de líquidos residuales, cuando la tubería que conduce los líquidos hacia el cuerpo receptor, posee una longitud de más de 50 (cincuenta) metros dentro de éste.

9) Construcción de plantas de tratamiento y disposición final de residuos tóxicos y peligrosos.

10) Instalación de plantas para el tratamiento de residuos sólidos y la apertura de sitios de disposición final de los mismos o la ampliación de los existentes, cuando su capacidad sea mayor o igual a 10 (diez) toneladas/día. Se exceptúa la ampliación de sitios de disposición final de residuos sólidos dentro de los 3

(tres) primeros años de vigencia de este decreto, siempre que la suma de las ampliaciones del respectivo sitio no aumenten su capacidad actual en más del 50 % (cincuenta por ciento).

11) Construcción de plantas de tratamiento de líquidos cloacales diseñada para servir a más de 10.000 (diez mil) habitantes.

12) Construcción de plantas de tratamiento de líquidos y/o lodos de evacuación barométrica o ampliación de las existentes.

13) Extracción de minerales a cualquier título, cuando implique la apertura de minas (a cielo abierto, subterráneas o subacuáticas), la realización de nuevas perforaciones o el reinicio de la explotación de minas (a cielo abierto, subterráneas o subacuáticas) o perforaciones que hubieran sido abandonadas y cuya autorización original no hubiera estado sujeta a evaluación del impacto ambiental. Se exceptúa la extracción de materiales de la Clase IV prevista en el artículo 7º del Código de Minería (Decreto- Ley Nº 15.242, de 8 de enero de 1981), cuando se realice en álveos de dominio público, o, cuando se extraiga menos de 500 (quinientos) metros cúbicos semestrales de la faja de dominio público de rutas nacionales o departamentales, así como de canteras destinadas a obra pública bajo administración directa de organismos oficiales.

14) Extracción de materiales de la Clase IV prevista en el artículo 7º del Código de Minería (Decreto- Ley Nº 15.242, de 8 de enero de 1981), de los álveos de dominio público del Río Uruguay, Río de la Plata, Océano Atlántico y Laguna Merín, así como la extracción en otros cursos o cuerpos de agua en zonas que hubieran sido definidas como de uso recreativo o turístico por la autoridad departamental o local que corresponda.

15) Explotación de combustibles fósiles cualquiera sea su método de extracción.

16) Construcción de usinas de generación de electricidad de más de 10 (diez) Megavatios, cualquiera sea su fuente primaria".⁴

17) Construcción de usinas de producción y transformación de energía nuclear, sin perjuicio de lo establecido por el artículo 215 de la Ley Nº 16.226, de 29 de octubre de 1991.

18) Construcción de líneas de transmisión de energía eléctrica de 150 (ciento cincuenta) kilovoltios o más o la rectificación del trazado de las existentes.

19) Construcción de unidades o complejos industriales o agroindustriales, o puesta en funcionamiento de unidades que no hubieren operado continuamente por un período ininterrumpido de más de 2 (dos) años, que presenten alguna de las siguientes características: a. más de una hectárea de desarrollo fabril, incluyendo a esos efectos, el área construida, las áreas de operaciones

logísticas y los sistemas de tratamiento de emisiones y residuos; b. fundición de metales con una capacidad de procesamiento mayor o igual a 50 (cincuenta) toneladas anuales; c. fabricación de sustancias o productos químicos peligrosos cualquiera sea su capacidad de producción; d. fraccionamiento y almacenamiento de sustancias o mercaderías peligrosas. La Dirección Nacional de Medio Ambiente determinará a estos efectos, el listado de los productos y mercaderías peligrosas, pudiendo establecer cantidades o capacidades específicas.

20) Instalación de depósitos de sustancias o mercaderías peligrosas, realicen o no fraccionamiento de las mismas. El listado de tales sustancias y mercaderías será determinado por la Dirección Nacional de Medio Ambiente, la que podrá establecer cantidades o capacidades específicas.

21) Construcción de terminales públicas de carga y descarga y de terminales de pasajeros.

22) Construcción de ampliación de zonas francas y parques industriales.

23) Construcción de complejos turísticos y recreativos.

24) Implantación de complejos y desarrollos urbanísticos de más de 10 (diez) hectáreas y aquellos de menor superficie cuando se encuentren a una distancia de hasta 2000 (dos mil) metros del borde de la suburbana de un centro poblado existente, incluyendo los fraccionamientos con destino a la formación o ampliación de un centro poblado y el establecimiento de clubes de campo o fraccionamientos privados.

25) Construcción de represas con una capacidad de embalse de más de 2 (dos) millones de metros cúbicos o cuyo espejo de agua supere las 100 (cien) hectáreas.

26) Construcción de canales, acueductos, sifones o estaciones de bombeo que se utilicen para riego, cuando conduzcan más de 2 (dos) metros cúbicos por segundo. 27) Instalación de tomas de agua, con capacidad para extraer más de 500 (quinientos) litros por segundo respecto de los cursos de agua superficiales y más de 50 (cincuenta) litros por segundo para las tomas de agua subterránea.

28) Explotaciones hortícolas, frutícolas o vitícolas de más de 100 (cien) hectáreas, en un único establecimiento o unidad de producción.

29) Dragado de cursos o cuerpos de agua con fines de navegación; con excepción de los dragados de mantenimiento de las vías navegables.

30) Nuevas plantaciones forestales de más de 100 (cien) hectáreas en un establecimiento o unidad de producción.

31) Construcción de muelles, escolleras o espigones.

32) Instalación de cementerios, sean públicos o privados.

33) Toda construcción u obra que se proyecte en la faja de defensa de costas, definida por el artículo 153 del Código de Aguas (Decreto-Ley N° 14.859,

de 15 de diciembre de 1978, en la redacción dada por el artículo 193 de la Ley 15.903, de 10 de noviembre de 1987).

34) Las actividades, construcciones u obras que se proyecten dentro de las áreas naturales protegidas que hubieran sido o sean declaradas como tales y que no estuvieren comprendidas en planes de manejo aprobados con sujeción a lo dispuesto en la Ley Nº 17.234, de 22 de febrero de 2000.

35) La instalación de establecimientos de engorde de ganado bovino a corral con destino a faena o recría, las instalaciones de cuarentena de bovinos en pie, y, otras prácticas de encierro permanente de ganado bovino a cielo abierto en un máximo de hasta 45 m² (cuarenta y cinco metros cuadrados) por animal, localizados en la cuenca del Río Santa Lucía, siempre que cualquiera de ellos tenga una capacidad de encierro superior a 5.000 (cinco mil) animales.”⁵

36) “Los estudios del lecho marino o del subsuelo marino, incluyendo las actividades de prospección y las de exploración de los mismos, en todos esos casos cuando se realicen a través de métodos que utilicen fuentes acústicas o electro-magnéticas”.⁶

La enumeración precedente, es sin perjuicio de aquellas otras actividades, construcciones u obras que sean incorporadas por el Poder Ejecutivo, actuando en acuerdo del Presidente de la República con el Ministro de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente y el Ministro del área al que corresponda la actividad, construcción u obra que se incorpora.

Dentro de la evaluación de impacto ambiental que comprende las actividades anteriormente citadas se analizan el ecosistema campo natural al igual que los otros ecosistemas involucrados. En el último año por la importante presión que este ecosistema sufre el nivel de análisis del impacto se está llevando en algunos casos a escala de las distintas comunidades de pastizales incluso a nivel de especie para algunos casos particulares.

Actualmente existen actividades que implican cambio de uso del suelo como es la agricultura, que no están comprendidas dentro de la evaluación de impacto ambiental.

Área Ecosistemas

El Área Ecosistemas está compuesta por la División Biodiversidad y la División Sistema Nacional de Áreas Protegidas. La Estrategia Nacional de Biodiversidad⁷ establece la política nacional para la conservación y uso sostenible de la diversidad biológica, siendo el instrumento base para la gestión de los eco-

sistemas, especies y recursos genéticos, así como de los bienes y servicios que de ellos se derivan. Esta Estrategia, que comprende el período 2016-2020, ha sido diseñada como parte del cumplimiento de los compromisos que Uruguay ha asumido como Estado Parte de la Convención de Diversidad Biológica de las Naciones Unidas (CDB). Asimismo, responde a una necesidad específica del país en un contexto de expansión e intensificación del uso de los recursos naturales. Su punto de partida es la “Propuesta de Estrategia Nacional de Biodiversidad” elaborada en el año 1999, lo que fuera disparador para llevar adelante una serie importante de actividades vinculadas a la conservación y uso de la biodiversidad, así como para la obtención de financiación de proyectos a escala nacional y regional.

La **División Biodiversidad** entre otras cosas, desarrolla criterios de forma articulada dentro de la DINAMA para la valoración de la biodiversidad en **Evaluación de Impacto Ambiental (EIA)** y es la responsable del nexo entre los compromisos internacionales y la gestión local.

Uruguay cuenta con el reconocimiento de dos Reservas de Biosfera las cuales son gestionadas por la **División Biodiversidad** que implican aproximadamente el 8 % del territorio terrestre nacional, implica un grado especial de protección que se da mediante un trabajo articulado con Evaluación de Impacto Ambiental y Ordenamiento Territorial.

El Plan Estratégico para el **Sistema Nacional de Áreas Protegidas 2015-2020**⁸ propone dos componentes: la Estrategia de Diseño de la Red Física y la Estrategia de Planificación y Gestión. Esta última, abarca tres niveles de actuación: a) el sistema, b) las áreas protegidas y c) los aspectos funcionales relacionados con cada uno de los temas clave: aspectos jurídico-institucionales y gobernanza; presupuesto y sostenibilidad financiera; gestión del conocimiento y la información; y comunicación, sensibilización y educación.

El **Sistema Nacional de Áreas Protegidas** de Uruguay es una herramienta que permite armonizar el cuidado del ambiente, en particular de la diversidad biológica, con el desarrollo económico y social del país.

Las áreas protegidas son parte del ordenamiento general del territorio. Constituyen a la vez laboratorios en los cuales investigar la dinámica de los procesos naturales y estrategias de gestión eficientes de los recursos naturales, sitios donde se preservan elementos apreciados socialmente (por una amplia variedad de razones), y unidades discretas de escalas variables que incluyen varios predios donde se busca asegurar la continuidad de servicios ecosistémicos claves para el bienestar humano.

El objetivo último de las áreas protegidas no es entonces guardar “islas” de naturaleza intacta aisladas de la matriz de ambientes antropizados que que-

dan fuera, sino influir en la dinámica de esa matriz para asegurar la persistencia en ella del conjunto de elementos objetos de conservación que la componen. De esta forma las áreas protegidas no sólo cumplen un rol de protección de la biodiversidad, también cumplen un rol importante en el mantenimiento de los servicios ecosistémicos y culturales que sustentan a la sociedad.

La biodiversidad a conservar resulta muy difícil de concebir sin tomar en cuenta transformaciones resultado de la acción humana presente o pasada. Así por ejemplo, algunos paisajes y ambientes que hoy representan claramente el territorio uruguayo -como las praderas “naturales” - son el resultado de varios siglos de pastoreo por especies introducidas a partir de la llegada de los europeos. Así también, testimonios del pasado prehistórico son parte inseparable del territorio y constituyen en consecuencia elementos a considerar al momento de diseñar un sistema de áreas protegidas. La naturaleza, se concibe como parte integrante de la propia cultura, patrimonio de un territorio.

La conservación de las praderas “naturales” uruguayas significa la protección de los elementos naturales que las integran, pero también y de forma inseparable, la protección de una modalidad de producción y de un conjunto de elementos culturales que hacen a una forma de aprovechamiento de ese territorio por los humanos. Una forma de relacionarse entre el ser humano y la naturaleza.

El desarrollo de sistemas pastoriles más eficientes del punto de vista físico-biológico, económico, social, cultural y cuidadosos del “campo natural”, constituye un aspecto clave para una adecuada integración de las unidades productivas en las áreas protegidas y fuera de ellas. Uno de los trabajos que se llevan a cabo por los Equipos locales del SNAP es desarrollar y validar sistemas productivos compatibles con los objetivos de conservación.

Actualmente Uruguay con 14 Áreas Protegidas dentro del Sistema Nacional de Áreas Protegidas que implican aproximadamente el 1 % del Territorio terrestre nacional.

Imagen 1 – Áreas Protegidas del SNAP



Imagen 1: Áreas Protegidas ingresadas al Sistema Nacional de Áreas Protegidas(SNAP); Áreas en proceso de ingreso al Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP); Propuestas en elaboración de áreas para el ingreso al Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP); Reserva de Biosfera-Bioma Pampa.

Mesa de ganadería sobre campo natural.

La Mesa de Ganadería sobre campo natural (MGCN) fue creada por decreto por el Ministerio de Ganadería y Pesca el 5 de Junio de 2012. Los cometidos sugeridos por la resolución y aportados por el trabajo inicial de la mesa se dirigen a hacer compatible el uso ganadero con la conservación del recurso; incentivar prácticas de manejo ganadero que promuevan la conservación y aprovechamiento eficiente del recurso; identificar y promover el reconocimiento del conjunto de beneficios que la sociedad obtiene del campo natural; valorizar el recurso campo natural por sus atributos productivos, su capacidad resiliente

frente a la variabilidad climática y por los servicios ecosistémicos que provee a la sociedad en su conjunto.

Con el objetivo, de implementar y profundizar acciones transversales y de complementación en la gestión de los organismos que la conforman, la MGCN, ha cumplido en ser un ámbito de coordinación interinstitucional en materia de ganadería sobre campo natural, desde una mirada del recurso campo natural hasta su utilización por la ganadería y la gente que vive y desarrolla su familia en él.

La MGCN ha funcionado como ámbito de coordinación directa o indirectamente. Estas acciones y proyectos se han dividido en tres grandes áreas: Cartografía, Utilización y Conservación.

El **área de Cartografía** pretende elaborar un mapa descriptivo de la estructura y funcionamiento del campo natural, o sea un mapa disponible en el Sistema Nacional de Información Agropecuaria, de acceso público, que contenga entre otros datos la composición de especies, el estado de conservación y la productividad en cada zona del país. También ese mapa es útil como plataforma para la generación de nuevas investigaciones y direccionamiento de la política pública.

El **área de Utilización** tiene tres objetivos principales: por un lado promover y cuantificar cambios en los predios, promoviendo una intensificación ecológica. Esto es un sistema de producción predial, mejorando la asignación de forraje por animal, permitiendo una mayor productividad por superficie y una mejor conservación de los recursos naturales. Por otro lado una serie de herramientas informáticas que permitan un mejor diseño y manejo de los sistemas de producción, y por último como acercar e intercambiar esta y toda información a la población rural, definiendo pautas para un sistema de extensión rural.

El **área de Conservación** tiene dos bases principales: por un lado el fortalecimiento de las Áreas protegidas y zonas adyacentes; y por otro lo concerniente a los recursos Fitogenéticos del país, por ello la necesidad de estudiar y elaborar reglamentación concerniente al uso de estos recursos.

La Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA) es representada en la MGCN por el Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Dentro de las actividades en las cuales actualmente está trabajando la MGCN que la DINAMA considera prioritarias es un mapeo de sitios prioritarios para la conservación el cual la DINAMA pretende que sea una importante herramienta de gestión ambiental y talleres sobre regulaciones e incentivos para la conservación productiva del campo natural donde participan las instituciones públicas junto a instituciones de productores.

Conclusiones

Los escenarios planteados en el Uruguay marcan un crecimiento económico basado en la explotación intensa de los recursos naturales que pueden generar problemas ambientales y sociales de importancia.

Los Instrumentos de ordenamiento territorial pueden prevenir y orientar conflictos previendo los lugares de desarrollo de las actividades, de las compatibilidades de las mismas y de la interacción entre los diferentes actores sociales. El Uruguay tiene un marco legal que le posibilita tomar decisiones que no solo respondan a los conflictos emergentes en ese momento.

Actualmente existe una convergencia en la visión de muchas instituciones públicas y privadas en la importancia de la conservación del campo natural. Muchos de los servicios ecosistémicos que el campo natural nos provee como la purificación del agua son cada vez más valorados y comienzan a tomarse en cuenta en las políticas públicas.

Dentro de la DINAMA las distintas áreas (Biodiversidad, Sistema Nacional de Áreas Protegidas, Planificación y Control, Evaluación de Impacto Ambiental) comienzan a hacer sinergia con sus distintos instrumentos focalizando en la conservación del “Campo Natural”.

Notas

¹ Dirección Nacional de Medio Ambiente, Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, URUGUAY. contacto: santiago.medina@mvotma.gub.uy; Galicia 1133- CP 11100, Montevideo-Uruguay. Teléfono 29170710 int. 4200

² Uruguay, 2011.

³ Uruguay, 2015.

⁴ Aprobado/a por: Decreto N° 178/009 de 21/04/2009.

⁵ Aprobado/a por: Decreto N° 162/014 de 04/06/2014. Artículo 8.- (Nuevos establecimientos e instalaciones).

⁶ Aprobado/a por: Decreto N° 72/016 de 09/03/2016 artículo 1.

⁷ Estrategia Nacional de Biodiversidad.

⁸ Plan Estratégico para el Sistema Nacional de Áreas Protegidas 2015-2020

Bibliografía

Uruguay. 2011. **Anuario Estadístico Agropecuario** 2011. MGAP- DIEA. Versión Digital.

Uruguay. 2015. **Anuario Estadístico Agropecuario** 2015. MGAP- DIEA. Versión Digital.

Estrategia Nacional de Biodiversidad: <http://mvotma.gub.uy/estrategia-nacional.html>

Plan Estratégico para el Sistema Nacional de Áreas Protegidas 2015-2020 <http://www.mvotma.gub.uy/ciudadania/item/10007173-plan-estrategico-para-el-sistema-nacional-de-areas-protegidas-2015-2020.html>





Transformações estruturais no pampa

Luiza Chomenko¹

O momento atual vem trazendo para o contexto de discussões internacionais, grandes alterações que têm sido introduzidas em diferentes setores da sociedade e estas induzem a transformações estruturais, que tem repercussões não só em aspectos temporais de curto prazo, mas em significativas mudanças na funcionalidade de complexos sistemas a médio e longo prazos. Grande parte destas alterações é decorrente do processo de globalização que induzem à introdução de novos fatores e elementos em todas as partes do planeta, muitas vezes desconsiderando especificidades locais ou regionais.

Ampliam-se as discussões sobre o que se pretende por “desenvolvimento”, e grande parte destas se baseia somente na temática de cunho econômico, deixando de se levar em consideração que, para que se tenham efetivos processos de desenvolvimento sustentável, ou durável segundo Lévêque (1999), para tanto, devem ser consideradas outras variáveis básicas, como: ambiente, sociedade e cultura.

Neste ponto é adequado referir que Lévêque (1999) considera que a denominação correta seria *desenvolvimento durável*, pois a demanda que se faz necessária é de um desenvolvimento que seja constante e que sirva para:

“Reintegrar as políticas de meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento econômico. A idéia central permanece sendo a do desenvolvimento, mas as políticas ambientais não devem mais ser mantidas à margem das principais escolhas econômicas e sociais. É necessário, portanto, inventar novos modos de desenvolvimento e pesquisar novas técnicas de gestão que permitam uma exploração durável. É preciso encontrar um equilíbrio entre uma necessária gestão centralizada que assegure uma coerência de conjunto e uma participação das populações, única garantia de que o meio ambiente, a longo prazo, seja tomado em consideração”

A partir desta perspectiva se fará uma avaliação com uma visão sobre o Bioma Pampa, no Rio Grande do Sul.

O Pampa, como é conhecido esse território, é um dos seis biomas terrestres ou grandes regiões naturais do Brasil. É o único que se estende por um só Estado, ocupando uma superfície de 178 mil km², que representa 63% do território gaúcho e 2,1% do território nacional.

Mas, o bioma não é exclusivamente brasileiro. O Pampa gaúcho faz parte de uma extensa região natural com mais de 750 mil km² que abrange todo o Uruguai, o centro-leste da Argentina e o extremo sudeste do Paraguai, além da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa região, denominada *Pastizales del Río de La Plata* ou, simplesmente, Campos e Pampas, constitui a maior extensão de ecossistemas campestres de clima temperado do continente sul-americano.

Globalmente, os campos temperados cobriam no passado uma área de 9 milhões de km², ou 8% da superfície terrestre, estando presentes em todos os continentes, exceto a Antártida. Na atualidade, formam o bioma mais alterado, mais ameaçado e menos protegido do planeta, preço que pagam por terem sido, desde os tempos históricos mais remotos, um dos ambientes mais favoráveis ao estabelecimento humano e também um dos mais produtivos.

Os campos temperados têm abrigado – ou historicamente abrigavam – algumas das maiores concentrações de herbívoros (tanto selvagens quanto domésticos) do planeta, ao mesmo tempo em que as paisagens campestres e muitas espécies de gramíneas, como o milho, o trigo, o arroz e a cana-de-açúcar, continuam provendo uma importante base alimentar ao homem. A maior parte desses ecossistemas foi profundamente modificada pela atividade humana e, em 2010, apenas 3,4% dos campos temperados do mundo estavam inseridos

em áreas de preservação ambiental, comparados aos mais de 20% de florestas tropicais e subtropicais protegidas.

O ritmo acelerado em que os campos naturais do Pampa estão desaparecendo para dar lugar a áreas agrícolas ou de silvicultura lançam sérias dúvidas sobre o futuro do bioma e de sua biodiversidade. O número de espécies ameaçadas de extinção que dependem de ecossistemas campestres tem aumentado nos últimos anos.

Dados relativos à fauna indicam que o percentual de espécies campestres ameaçadas no Rio Grande do Sul passou de 13,6% para 17,9% entre 2002 e 2013, principalmente em consequência da alarmante redução das áreas de campos naturais. Das 86 espécies ameaçadas que ocorrem no Bioma Pampa, 19 são endêmicas do Rio Grande do Sul, incluindo 14 espécies de peixes anuais. Informações sobre a flora indicam níveis equivalentes de ameaça às plantas campestres (BENCKE, 2016)

Quando se está avaliando uma região com particularidades tão importantes, sejam sob enfoques ambientais quanto culturais, como o Pampa, é fundamental se ter em mente que ali habitam elementos bióticos amplamente diversificados e adaptados ao ambiente campestre, constituindo um complexo sistema de distintos ecossistemas claramente adaptados ao seu relevo, formando assim um mosaico de paisagens. Há significativo número de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, inclusive em nível global. Além disto, para se ter uma objetiva análise de situação é importante ter claro que é fundamental avaliar este Bioma sob enfoque sócio ambiental visto que sua dimensão cultural desempenha importante papel.

Quando se aborda a questão das paisagens salienta-se que somente a partir da década de 1970, ocorreu o reconhecimento da paisagem como patrimônio cultural mundial. (Recomendação de Paris, 1972 – da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), incluiu a natureza na lista do Patrimônio Mundial). É claro que sua simples referência para uma região como patrimônio da humanidade não garante que a mesma seja conservada, mas estimula sim o sentimento de pertencimento e de enraizamento das populações locais a estas regiões, e ao mesmo tempo pode propiciar que governos adotem medidas mais compatíveis com as regiões.

No Brasil, o Pampa foi oficialmente reconhecido como bioma apenas em 2004, alcançando *status* equivalente ao da Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Cerrado e Amazônia. Até então, estava vinculado aos chamados Campos Sulinos, como parte do Bioma Mata Atlântica.

“Essa distinção inseriu formalmente o Pampa na agenda ambiental nacional, contribuindo para a conservação do rico patrimônio natural e cultural da região e permitindo destacar, inclusive no âmbito da legislação, a importância, a singularidade e as potencialidades desse ambiente campestre único no mundo” (BENCKE, CHOMENKO e SANT’ANNA, 2016).

Apesar destas especificidades, em nível nacional não é reconhecido como área importante de conservação na constituição do Brasil, nos moldes de outros biomas brasileiros.

A situação é distinta se considerada a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que no inciso XVI do § 1º do art. 251 afirma que:

Art. 251. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido.

§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, o Estado desenvolverá ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe, primordialmente:

XVI- valorizar e preservar o Pampa Gaúcho, sua cultura, patrimônio genético, diversidade de fauna e vegetação nativa, garantindo-se a denominação de origem (RS, 1989).

É reconhecido em várias instâncias oficiais que “conhecer a biodiversidade brasileira é uma condição fundamental para a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável de nosso país” (IPEA, 2011). Porém, nem sempre é levado em consideração quando da implantação de novos modelos de gestão nacional.

Na atualidade percebe-se que embora os Recursos Naturais sejam constantemente utilizados como elementos de planejamento e estratégia de desenvolvimento, na maior parte das vezes não são considerados nem valorados economicamente da forma correta. A discussão sobre os serviços ambientais que os mesmos prestam, e inclusive a forma de percepção a estes, é dificultada pelos

inúmeros atores envolvidos nas discussões, pelos interesses diversos e por pressões decorrentes de distintos enfoques dados aos temas que estejam sendo trabalhados. Assim sendo, em se tratando de pampa é fundamental ter-se em conta os vários serviços ambientais que são prestados pelos ambientes campestres.

Falta de certa forma uma visão de integração entre os elementos constituintes do meio ambiente de uma determinada região, e faltam também os conhecimentos técnicos que permitem fazer destes uma utilização socialmente útil. A realidade vem mudando diariamente, a concorrência surgiu, e com tendências futuras e formas praticamente impossíveis de serem revertidas, onde apenas os mais aptos sobreviverão. Esta competição é, principalmente, ligada aos setores que utilizam os recursos naturais como matéria prima e que servem de base para grande gama de mercados nos quais as exigências se tornam cada vez maiores.

A cadeia produtiva está cada vez mais curta, em função de diversos fatores, que levam as informações de um canto a outro do planeta em questão de segundos, a partir da moderna utilização de recursos de comunicação. Este fator de integração *campo x mercado consumidor* tem criado situações nas quais há necessidade de rápida e intensa modernização dos conceitos, ações e indicadores que permitam avaliar a eficácia de medidas que vem sendo adotadas, ou possibilitando uma eventual mudança de rumo que se faça necessária para impedir impactos adversos.

Diariamente passam a ser desenvolvidos novos valores tecnológicos, científicos, econômicos e culturais. Além disto, discute-se uma nova ordem econômica internacional, sendo indispensável, portanto avaliar situações previstas (ou não) a médios e longos prazos entre estes aspectos. Esta temática tanto pode ocorrer, em locais isolados, relativamente bem conservados, quanto em centros urbanos e regiões intensamente ocupadas por populações humanas.

Inúmeros levantamentos mundiais que vem sendo realizados mostram que a biodiversidade, vem sendo reduzida drasticamente em todos os sistemas ambientais em função de atividades antrópicas, e as formas como isto vem ocorrendo são distintas, pois podem se levar em conta quais os principais fatores atuantes ou quais os mecanismos que estejam agindo (ou interagindo). O fundamental, porém, de se avaliar é que, a capacidade suporte dos ambientes vem sendo desconsiderada, e isto tanto pode estar ocorrendo por falta de estratégias adequadas para o conjunto de fatores que devam ser levados em conta, ou pela carência efetiva de elementos estruturantes que possibilitem uma adequada aplicação de conhecimentos para a sustentabilidade (permanência), seja ela, social, econômica, cultural ou ambiental.

Os impactos decorrentes de atividades humanas diferenciam-se em fun-

ção de seus agentes causadores, e também em função de aspectos relacionados com as temporalidades e a espacialidade de seus efeitos. Uma dificuldade para se propor uma gestão adequada, considerados distintos lapsos de tempos, é a falta de visão integral dos atores envolvidos, e ainda a própria falta de percepção por parte destes em relação aos temas tratados. Uma forma de tratar este tema poderia ser a partir de avaliações feitas junto a setores (atores), que ainda não utilizam determinados elementos, mas o farão num futuro.

Uma proposta de se identificar principais fatores que podem induzir ao progresso ou à redução de qualidade de vida da população humana deve considerar que os processos produtivos devem levar em conta aspectos ambientais e culturais específicos, pois somente assim se conseguirão internalizar valores que induzam a um efetivo desenvolvimento. (CHOMENKO, 2006)

Desta forma pode-se afirmar que a conservação da variabilidade intraespecífica é importante seja observada sob enfoques estéticos, morais ou mesmo de motivação mais prática. Cada dia mais se tem valorizado elemento da biodiversidade, e para que haja sobrevivência de uma espécie há que se ter populações minimamente viáveis, pois uma diversidade genética reduzida coloca em risco a viabilidade de populações em longo prazo, a partir de redução de potenciais de adaptações a mudanças ambientais, e outras causas decorrentes de inúmeros fatores tais como estresses hídricos, surgimento de doenças, baixa capacidade de competição com predadores, mudanças climáticas entre outros.

Verdum (2016), afirma que a complexidade se intensifica quando se reconhece que, pouco a pouco, os campos foram sendo moldados e manejados pelos seres humanos para constituírem a base econômica que veio a se revelar como marca da paisagem pampiana: a pecuária extensiva. Assentada nos relevos das coxilhas, essa paisagem da pecuária em vales e colinas suaves se rompe com os relevos em forma de mesa – os cerros e as serras.

Entre conquistas e derrotas em batalhas, os seres humanos que ali viveram denominaram os elementos da paisagem segundo a sua história. “Esses elementos acabaram por tornarem-se ícones, onde se alicerçam identidades locais e sentimentos de pertença: Vale dos Lanceiros, Cerro dos Porongos, Serra das Asperesas, Serra das Veledas.”

“A atual paisagem de coxilhas recortadas por alambrados que demarcam os limites das propriedades remonta ao estabelecimento da fronteira política entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Essas divisões são consideradas como a primeira forma concreta de demarcação fundiária do Rio Grande do Sul, a qual estruturou, também nessa porção do Pampa, a tradição da criação animal extensiva nos amplos espaços campestres” (VERDUM, 2016).

Chomenko (2016), afirma que na Metade Sul (Pampa), o principal modelo de ocupação esteve historicamente ligado à pecuária extensiva. Basta ver o progresso econômico que existia no tempo das charqueadas, que já por volta de 1780 eram conhecidas no Rio Grande do Sul, embora só muito mais tarde, no século XIX, o charque tenha passado a ser produzido em escala industrial, em Pelotas.

A partir da segunda metade do século XX, houve no Rio Grande do Sul um forte incremento da agricultura intensiva, principalmente para produção de grãos: o arroz, cultivado principalmente nas áreas de várzeas, além da soja, milho e trigo. Em várias regiões houve e continua havendo a introdução da fruticultura, dando origem a processos industriais que vem modificando o perfil de desenvolvimento local (vitivinicultura, oliveiras, além da produção de espécies nativas).

Em fins do século XX e no início do século XXI, inaugurou-se um novo ciclo econômico no Pampa, com a chegada da silvicultura, principalmente de eucaliptos. Em poucos anos foram plantadas centenas de milhares de hectares, destinados à produção de celulose para exportação.

Outras atividades, como a exploração de recursos minerais, a produção de energia elétrica, o extrativismo predatório, a introdução de espécies exóticas invasoras, a ocupação de áreas de preservação permanente (APPs) e o próprio processo de urbanização acelerado são ameaças graves às condições ambientais dos espaços naturais do Estado.

Schwanz (2010) afirma que “Constata-se que o gaúcho nasceu identificado a uma dada paisagem e uma dada atividade que, embora tenha sofrido algumas transformações, como a ocorrida com a introdução dos imigrantes e de diferentes atividades de produção, acabou por ser considerada como o modo de ser dos habitantes do estado sulista. Práticas e representações consubstanciaram a identidade do gaúcho como o habitante da região dos pampas”.

Santos (2006) afirma que:

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p.140).

A modernidade tardia experimenta uma desestabilização das estruturas de referência como o Estado e a Nação, fazendo com que o sujeito entre em contato com uma variedade de identidades. Ao mesmo tempo esse fenômeno provoca uma volta às origens, uma busca pelo local, onde o sujeito perde os referenciais e tenta encontrá-los na sua origem (SCHWANZ, 2010).

De acordo com Lima (2002) a globalização fortalece o desenraizamento, mas também fortalece a tribalização. As pessoas começam a perder referências maiores, de nacionalismo, e buscam referenciais mais próximos, locais. No Rio Grande do Sul, isso se aplica à recuperação da demarcação da cultura (LIMA, 2002,). A identidade do gaúcho tem uma origem histórica, assim como está baseada em práticas culturais e em um dado espaço. Essa identidade é periodicamente reafirmada e ou reconstruída em face de situações que a coloquem em perigo, ou seja, que se torne necessária para a confrontação com o outro.

Abordando a situação das alterações estruturais que o Bioma Pampa vem sofrendo, pode-se observar que o elemento humano gaúcho, vem historicamente sofrendo mudanças econômicas, o que, porém, não lhe tirou sua marca maior que é a “de ver a paisagem olhando para longe ... sem fronteiras”.

Streliaev (2006) afirma que “o Pampa é o lugar onde se enxerga longe. E essa é a característica do gaúcho, um povo que enxerga longe, através da infinita horizontalidade do Pampa. Então, pampa é sinônimo de olhar longe.”

A natureza... a paisagem ampla... o horizonte distante ... sempre foram uma marca significativa que dá uma sensação de liberdade ao elemento humano pampiano.

“A lida campeira, que para muitos teria deixado esse homem embrutecido, parece exercer o efeito contrário. O contato com a natureza, o trabalho com os animais parece dar ao gaúcho o ritmo da natureza. A impressão que tive durante o trabalho de campo é que o tempo passa de maneira mais lenta para o gaúcho campeiro. Os nove meses de gestação do gado bovino e os onze do gado equino dão a esse homem a sabedoria da espera. O convívio tão íntimo com a natureza faz com que ele a respeite e faça parte dela, siga o seu ritmo” (SCHWANZ, 2010)

Em tempos de globalização e de nova ordem mundial, temas importantes como o dos serviços ambientais que os ecossistemas prestam são frequentemente desconsiderados ou menosprezados. No Pampa, diversos serviços que

fazem parte do cotidiano das populações locais passam por uma crescente valorização no mercado internacional, mas ainda são pouco reconhecidos em escala local e regional. Entre eles estão o turismo (rural, ambiental e de observação da natureza), o sequestro de carbono atmosférico, o controle da erosão, a prevenção de enchentes, a reciclagem de nutrientes, a conservação da biodiversidade, a certificação de processos produtivos (por exemplo, a pecuária extensiva sobre campos nativos), a certificação de produtos com denominação de origem e a utilização de componentes da biodiversidade nativa como fatores de desenvolvimento (frutos, plantas ornamentais e abelhas sem ferrão, por exemplo).

Além disso, é importante destacar a estreita relação homem/natureza no caso do gaúcho e do Pampa. Em parte, essa desvalorização das potencialidades regionais está relacionada à falta de políticas de incentivo e apoio, principalmente junto ao setor rural, contribuindo para a migração de produtores em direção às cidades. Essa situação é mais grave quando se consideram setores ligados à agricultura familiar, uma vez que esses agricultores, por falta de incentivos públicos, passam a se ver marginalizados e acabam por vender ou arrendar suas terras a grandes empresas, muitas delas multinacionais.

É fundamental compreender que, quando se fala em transformações no Pampa, não se está referindo apenas a aspectos econômicos e ambientais, mas também a mudanças sociais e culturais. Símbolos naturais como o cavalo, o gado, o folclore e o campo aberto passaram a perder espaço em razão do avanço da soja e da silvicultura em larga escala. A expansão da silvicultura e da agricultura intensiva também permitiu que houvesse um novo olhar sobre o Pampa, chamando a atenção de distintos setores da sociedade civil, em nível nacional e internacional, para o futuro do bioma.

Gonçalves e Ferreira (2012), em seu trabalho: “O pampa, o cavalo, a pedra e o trabalho”, abordam as grandes transformações sociais que vêm ocorrendo no Pampa em consequência das mudanças de modelos de desenvolvimento. Com base em relatos de antigos peões de fazenda, observaram que algumas profissões tipicamente pampianas estão à beira da extinção devido à introdução de novas formas de trabalho (tecnologias) ou de matérias primas. Entretanto, é interessante analisar a forma como alguns elementos dessa sociedade em transformação vêm e vivenciam suas experiências.

“É possível perceber nas conversas entre os gaúchos que já trabalharam como peões de fazendas em épocas passadas (anos 1960, 1970 e 1980) uma distinção entre o trabalho que era realizado no passado e o que é atualmente. As durezas que eram a falta de conforto, de luz

elétrica, de água encanada etc., e as exigências dos afazeres são ressaltadas como um aspecto que marca a vida pregressa. No entanto, são positivamente recordadas as relações de amizade entre patrões e empregados, entre vizinhos e entre os trabalhadores de uma mesma região. A memória do lazer e das diversões ‘de antigamente’ é muito valorizada, pois, segundo relatam, alguns eventos como carreiras de cavalo, marcação de gado e bailes de campanha reuniam a todos que tinham como intuito apenas se divertir, sem violência e maiores separações de classes.” (GONÇALVES e FERREIRA, 2012).

De certa forma, esse novo modelo de desenvolvimento veio despertar um sentimento de pertencimento que estava esquecido na memória dos habitantes do Pampa. O Rio Grande do Sul começou a ver, de certa forma, o risco de perda da identidade “gaúcha”.

Sob esta lógica de raciocínio verifica-se que surgiu o rompimento de um ciclo de “olhar longe ... o horizonte... sem fronteiras”, tão típico do Pampa .

Tal processo ensejou o ressurgimento de movimentos em defesa do Pampa e de sua cultura, sob a forma de manifestações sociais, ambientais e até mesmo culturais.

A situação mundial, atualmente, é de redução da qualidade de vida dos seres humanos no meio rural, em função da deterioração da capacidade-suporte dos recursos naturais, promovendo com isto, um incremento do êxodo em direção às cidades; como outra consequência imediata, constata-se uma redução da produção de alimentos e incremento do número de consumidores, aumentando a miséria das populações (CHOMENKO, 1999).

Analizando-se sob este prisma pode-se tranquilamente afirmar que “muitas das atividades produtivas em expansão no Pampa, como a silvicultura e o cultivo da soja, vêm avançando sobre regiões com grande fragilidade ambiental, colocando em risco os recursos naturais e a segurança alimentar além da identidade sociocultural das populações humanas.

Essa realidade demonstra claramente a falta de valorização das especificidades regionais do Pampa. A este respeito, Schwanz (2010), afirma que “ao que tudo indica, se a expansão das monoculturas continuar aos moldes de outros países e até de outros estados brasileiros, haverá sim, o desenraizamento, causado pela expulsão do homem do campo e pela substituição dos elementos que fazem parte do seu cotidiano e que dão sentido à sua vida no campo.

Com o tempo os vínculos afetivos que tinham a paisagem de campos como

posso, serão aos poucos esquecidos. E já que a identidade tem a ver com pertencimento, o gaúcho que já não sente mais pertencer àquele lugar, não mais se identificará com ele. Talvez não nessa geração, mas nas seguintes, essa imagem do Pampa, das coxilhas a perder de vista seja só uma lembrança dos mais velhos, seja só uma imagem retratada em alguma pintura ou fotografia e cantada em verso e prosa....

“O gaúcho como construção identitária não irá desaparecer, mas o gaúcho, homem do campo que traz na alma esse profundo apego à paisagem de campos, esse sim, esse está desaparecendo e levando consigo uma forma de viver muito específica dessa região “ (SCHWANZ, 2010, p.255).

O sistema econômico nacional vem acompanhando alterações mundiais, e que muitas vezes tem sido decidida em círculos completamente alheios a características locais, mas baseando nas estratégias ditas globais.

O Brasil, e o Rio Grande do Sul, estão acompanhando estes ciclos, e vem desde a década de 70 sofrendo profundas alterações em seus sistemas econômicos. Lourenço (002) aponta que:

“Tais modificações decorrem da sincronização de três movimentos, tangenciados por alguns fatores de natureza política ou institucional. O primeiro movimento é representado pela globalização, consequência da acentuação da tradicional internacionalização dos mercados, dos fluxos econômicos e da própria atuação dos agentes, particularmente das corporações multinacionais, na tentativa de consolidação de suas estratégias de ocupação pulverizada dos diferentes espaços do planeta. Evidentemente, o fenômeno da globalização representa o amadurecimento de uma tendência antiga que superpõe estágios de internacionalização dos capitais produtivo (especificamente comercial e industrial) e financeiro. O segundo movimento abrange a exaustão do regime de acumulação centrado na química e na metalmeccânica e o advento/efetivação de uma apreciável reestruturação produtiva, marcada pela revolução da microeletrônica. Há quem defenda inclusive que a troca do eixo dinâmico da economia mundial, com a incorporação e o avanço

dos segmentos de tecnologia de ponta (informática, telecomunicações, robótica, biotecnologia, mecânica de precisão, novos materiais e química fina), estaria conformando a terceira Revolução Industrial.

Na verdade, a revolução científica e tecnológica implícita na progressiva supremacia do paradigma microeletrônico praticamente derrubou a organização da produção nos moldes fordistas, abrindo espaço para os processos flexíveis (supressão de estratos hierárquicos, trabalho em grupo e just in time). Ao mesmo tempo, operou-se uma reorganização dos mercados com propensão à formação e consolidação dos blocos econômicos (Nafta, União Européia, Mercosul, dentre outros).

O terceiro movimento corresponde ao que se convencionou chamar de acumulação financeira, derivada da enorme capacidade dos agentes econômicos notadamente aqueles com maior densidade empresarial, de promover a multiplicação da renda, do patrimônio e do capital por meio de transações nos mercados de câmbio, de ações e de títulos públicos” (LOURENÇO,2002, p.2.).

A partir de uma visualização destes enfoques supra referidos, pode-se chamar a atenção sobre a urgente necessidade de se procederem cada vez mais atividades que valorizem a biodiversidade brasileira que é única, e que é resultante de transformações que vem ocorrendo há milhões de anos. Algumas alterações decorrentes de ações que não levem em conta tais características podem colocar em risco grandes potenciais de desenvolvimento, pois os recursos bióticos são elementos básicos deste desenvolvimento. Há que se avaliar com cuidados processos produtivos que não signifiquem ameaças, em função de um teórico “crescimento econômico”, à perda de nosso capital natural.

A formulação de políticas e ações sejam elas, públicas ou privadas deve levar em conta formas de evitar ou mitigar perdas ambientais e em decorrência outras questões como por exemplo as culturais e sociais.

Fuentes (2011), tem uma visão bastante crítica a este respeito, e afirma que a humanidade esta perdendo a biodiversidade não por causa de crescimento econômico, mas sim devido à ineficiência humana e também por suas próprias escolhas. Desta forma a solução, segundo o autor, não é deter o crescimento econômico, o qual reflete a satisfação das preferências humanas, mas sim otimizar processos e reduzir a ineficiência destes.

A questão que se coloca é: será que o elemento humano esta consciente de seu comportamento no que tange às perspectivas de manutenção ou perda de capacidade de suporte do planeta terra e insere tal situação em seu modelo de consumo?

A partir dessa perspectiva, o Pampa desponta como uma região economicamente promissora e de reconhecidas potencialidades, dadas as suas características. A valorização da cultura típica de uma região passa a integrar o rol de exigências para garantir a qualidade dos produtos e dos processos produtivos. Algumas experiências já vêm sendo desenvolvidas no sentido de estimular o uso de elementos da biodiversidade regional como fatores de desenvolvimento para as populações humanas e, com certeza, tem-se aí um campo ainda completamente aberto e com grandes oportunidades de expansão.

Ainda há tempo de harmonizar a produção e o desenvolvimento da região com a conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e da cultura do Pampa, mas o prazo está se esgotando. O primeiro passo é conscientizar a população do seu “pertencimento” a tudo que a rodeia.

Os grandes desafios que o país como um todo, e neste caso o Pampa ainda mais, claramente tem grandes desafios a serem superados. Segundo IPEA (2011), estes são:

- Conectar a política ambiental às demais políticas públicas, inclusive a econômica.
- Conhecer os serviços ecossistêmicos dos biomas brasileiros, suas conexões e articulações com cenários até 2030 e 2050, avaliando-as qualitativa e quantitativamente.
- Transitar dos atuais modelos de desenvolvimento rural e agricultura para modelos mais sustentáveis.
- Dar ao Brasil, capacidade de resposta antecipada aos efeitos indesejáveis às mudanças ambientais, a partir de uma visão sistêmica e territorialmente adequada (IPEA,2011).

A perda e degradação de habitats bem como sua fragmentação são os maiores riscos à diversidade genética de populações nativas. É fundamental que se destinem investimentos em ações de desenvolvimentos de técnicas de manejo que propiciem a restauração de ambientes degradados ou que permitam a construção de conectividade entre locais isolados. A riqueza genética de uma nação é um marco referencial básico para sua própria sobrevivência e independência.

Assim sendo, é importante que comecem a ser internalizados cada vez mais ações que evitem a **Biohomogeneidade** processo oriundo, principalmente, a partir de ações antrópicas, com efeitos sobre a bagagem genética de espécies da flora, fauna e microorganismos, promovidas geralmente, com fins de se obter ganhos financeiros; corresponde à perda ou redução da biodiversidade nativa de uma região, em função da homogeneização dos bancos de germoplasma ocorrentes naturalmente. Este processo pode, eventualmente, ocorrer em situações involuntárias, porém sempre a partir da introdução de novos elementos bióticos, dentro de um sistema ambiental natural (CHOMENKO, 2006).

Neste sentido, pode-se referir que é fundamental que as políticas públicas cada vez mais internalizem na construção de suas estratégias o emprego de conhecimento disponíveis a partir da geração de processos científicos e o adequado staff de profissionais envolvidos com os temas abordados, evitando desta forma, que sejam trazidos modelos de produção externos àquelas realidades. Nesta construção de cenários futuros é fundamental sejam considerados aspectos tais como:

- Recursos ABIOTICOS são finitos (embora isto não seja reconhecido);
- Recursos BIOTICOS estão sendo sub-valorizados (não se trata de uma questão meramente financeira, mas de efetiva valoração em sua percepção total sob enfoques sociais, e culturais);
- Modelo atuais de consumo são insustentáveis;
- A sociedade não avalia realidade de forma adequada (por quê?);
- RIO GRANDE DO SUL não sabe vender sua imagem de PAMPA, que é grife internacional.

Notas

1 Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do RS (MCN/FZB)

Referências

BENCKE, G.A. Biodiversidade. In: Chomenko, L. Bencke, G.A. (org.) **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p.61-73.

BENCKE, G.A.; CHOMENKO, L.; SANT'ANNA, D.M. O que é o Pampa? In: Chomenko, L. Bencke, G.A. (org.). **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 17-20

CHOMENKO, L. DOC.DE TRABAJO 28.In: Progr. De Coop. Sur-sur sobre desarrollo socioeconomico ambientalmente adecuado en los trópicos húmedos/reunión internacional p/la promocion del desarrollo . Sostenible en los PALOP mediante la cooperacion internacional. UNESCO/MAB 17-23.mayo, 1998. Sesimbra-Portugal

CHOMENKO, L. Poluição e degradação ambiental. Nota técnica. In: **Estudos prospectivos setoriais e temáticos**. Módulo 4. CGEE. Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasília. 2006 .86p.

CHOMENKO, L.O Pampa em transformação In: Chomenko, L. Bencke, G.A. (org.) **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p.189-197

CHOMENKO, L. BENCKE, G.A. (org.) **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.208 p.

FUENTES, M. – 2011 – Economic growth and biodiversity. In: **Biodiversity and Conservation** 20(14):3453- 3458. Disponível em: <<http://www.udc.es/grupos/gibe/uploads/gibe/fuentes/Fuentes2011.pdf>>.

GONÇALVES, J, W. E FERREIRA, L.F. **O pampa, o cavalo, a pedra** e o trabalho. **Iluminuras**, 13(30), 2012. p. 192.199

IPEA. **Comunicados do IPEA**. Série Eixos de Desenvolvimento Brasileiro: sustentabilidade ambiental no Brasil, biodiversidade, economia e bem-estar humano. 2011. nº 78- 54 p.

LÉVÊQUE, C. **A biodiversidade**. EDUSC, Bauru, SP.1999.p.86.

LOURENÇO, G.M. **O Brasil e as transformações estruturais recentes da economia mundial**. *Análise Conjuntural*, v.24, 2002. n.11-12, p.4,.

RS. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Constituição Estadual. 1989.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHWANZ, A.K. **FLORESTAMENTO - DESENRAIZAMENTO**: a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho. Dissertação, Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. 2010.216p.

STRELIAEV, L. O pampa. Onde se enxerga longe. **IHU Online**. UNISINOS, S., Leopoldo, 2006 . p. 29-30.

VERDUM, R. - Paisagem do Pampa: monotonia que se rompe no espaço e no tempo. In: Chomenko, L. Bencke, G.A. (org.) **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 2016.p. 45-51.





A transformação do pampa: demandas e alternativas para conservação

Fernanda Maria Follmann¹

Franciele da Silva²

Marilse Beatriz Losekann³

Introdução

A caracterização do Pampa está vinculada ao manejo e uso da terra realizado no decorrer dos séculos de ocupação humana. Suas especificidades foram sendo desenhadas de forma conjunta entre as interações antrópicas, bióticas e abióticas. Assim, menciona-se que a atividade pecuária é desenvolvida por mais de 200 anos nos campos pampeanos, com uma relação harmoniosa entre os usos realizados e a conservação dos campos.

Contudo, as alterações da matriz produtiva, com a inserção do agronegócio, por meio, principalmente, da sojicultura, silvicultura e arrozais, têm significativo impacto sobre as características paisagísticas, ecológicas e culturais do pampa. Nesta perspectiva, alternativas sustentáveis, com intuito de conservar os campos são necessárias no cenário atual.

Valores presentes na paisagem pampeana

Os campos exibem elementos da fauna e da flora que compõem o pampa. Este apresenta um conjunto de ecossistemas, que expõe formas relictuais da paisagem, integradas a dinâmicas recentes. Os componentes antigos e recentes da paisagem pampeana proporcionaram a coexistência de uma grande biodiversidade, ainda não completamente descrita pela ciência.

Os campos do pampa, portanto, fazem parte da história natural do continente Sul-americano, onde, a biodiversidade, geodiversidade e atividades antrópicas formam a variedade de paisagens a serem conservadas. Estas são descritas, desde serras a planícies, morros rupestres a coxilhas, juntamente ao imenso patrimônio cultural associado (MMA, 2016). A paisagem pampeana abarca, desse modo, valores de cunho ecológico, científico, econômico, educacional, cultural, estético e recreativo, mencionados por Ferreira et al (2016, [s. p]):

As formações campestres do Rio Grande do Sul possuem extrema beleza e hospedam uma alta diversidade de espécies. Além de ser fonte forrageira para a pecuária, protegem o solo contra a erosão e garantem a conservação dos recursos hídricos.

Os elementos e espécies que compõem a paisagem do pampa são diversos, alguns ameaçados de extinção, podendo ser da fauna ou da flora. Outros são responsáveis por proporcionar as características dos campos em questão, possibilitando a manutenção do sistema ambiental.

“A diversidade de solos procedentes da grande variabilidade geológica, da topografia, da distribuição da pluviosidade, da temperatura e da disponibilidade de água” (BOLDRINI, 2009, p. 64), associam diferentes ambientes, os quais consistem como substrato a diversidade biológica. Assim, todos os elementos da paisagem são responsáveis pelas características pampeanas, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1 – Paisagens típicas do pampa



Fonte: Autoras, (2016).

A conservação do pampa decorre da importância relatada em estudos científicos, bem como de observações sobre a transformação da paisagem. Relacionam a necessidade de conservação de espécies ameaçadas da flora, muitas ainda não descritas. Mas também, destinam análises em relação aos campos como habitat de uma parcela expressiva da fauna do sul do Brasil.

BENCKE (2009) destaca algumas espécies características da fauna gaúcha, como os animais essencialmente campestres: a ema (*Rhea americana*), a perdiz (*Nothura maculosa*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), a caturrita (*Myiopsitta monachus*), o João-de-Barro (*Furnarius rufus*), o zorrilho (*Conepatus chinga*) e o graxaimdo-campo ou “sorro” (*Lycalopex gymnocercus*). São animais que ocupam com maior expressividade os campos.

Os campos sulinos, compostos de uma diversidade de sistemas ambientais, únicos, apresentam espécies da flora e da fauna que são endêmicas e ameaçadas de extinção. Alguns exemplos são “as gramíneas *Piptochaetium palustre* e *Thrasypopsis juergensii*” (MMA, 2008 e Rio Grande do Sul, 2003 apud VALLS, et al, 2009, p. 143).

Em busca da conservação socioambiental dos campos, merecem atenção, também, as espécies não ameaçadas, mas que possuem potencial de exploração econômica, como as de produção de forragem. Acrescenta-se, aos valores econômicos, paisagísticos, alimentícios, ornamentais e de habitat destinados às espécies da fauna e da flora, a biomassa subterrânea, pois constitui-se de relevada importância na produtividade primária dos campos (FIDELIS; GLÓRIA; PFADENHAUER, 2009)

A beleza dos campos, possibilitadas pelo arranjo dos atributos que compõem as paisagens naturais e culturais, despontam como atração turística. A manutenção das características originais campestres, com valor paisagístico, possibilita, desse modo, o interesse econômico/turístico em relação às particularidades presentes no pampa.

Como exemplos de bens culturais (e genéticos) específicos às regiões de campo [...] o gado franqueiro, a ovelha crioula, as taipas (cercas de pedra que dividiam as antigas propriedades e outras que serviam de corredores para conduzir as tropas). Expandindo a visão para os campos regionais, não há como deixar de mencionar, então, a grama-forquilha, as flechilhas, o capim-santa-fé, a barba-de-bode e várias outras espécies que conferem aspectos paisagísticos peculiares aos campos do Cone Sul. (VALLS, et al, 2009, p.149)

Com todas essas características mencionadas, de qualidades faunísticas, florísticas, paisagísticas, culturais, entre outras que possibilitam a existência dos campos, os estudos sobre as potencialidades presentes nos sistemas ambientais dos campos sulinos, ainda não contemplam toda sociobiodiversidade existente. É neste aspecto que se torna essencial a implementação de medidas eficientes em favor da conservação socioambiental do pampa.

Os campos devem ser protegidos de modo a manter as funções que os organismos possuem, sem que os demais componentes do sistema sejam afetados. Assim, o ecossistema de um determinado local não será alterado, mantendo os serviços ecossistêmicos desempenhados. Para que isso ocorra, devido as características, a integração do homem nos sistemas ambientais é fundamental, pois ele integra a essência do pampa.

O capital e sua territorialização na paisagem do Pampa

Ameaçado a partir de uma lógica neoextrativista que, segundo Gudynas (2011) consiste em um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada, o Pampa sofre com a perda de suas características socioambientais históricas.

Argentina, Brasil e Uruguai alentam mudanças agrícolas, sobretudo, orientando a monocultivos de exportação sob o Pampa. Estas novas práticas representam um extrativismo agrícola, principalmente, com o cultivo de soja, baseado em variedades transgênicas, alto uso de maquinários, herbicidas, escasso ou nulo processamento, e exportação como commoditys. O mesmo ocorre com os monocultivos florestais, que contemplam amplas superfícies e estão destinados

para fabricação de pasta de celulose (GUDYNAS, 2011).

Nas palavras de Pillar et al. (2009), nas últimas décadas, cerca de metade da superfície originalmente coberta com os campos no estado do Rio Grande do Sul foi transformada em outros tipos de cobertura vegetal. Esse processo aconteceu sem que limites tenham sido efetivamente estabelecidos e aplicados, nem pelo poder público nem pela sociedade. A legislação ambiental a respeito é ainda precária e negligenciada, algumas políticas públicas têm estimulado a conversão e os campos ficam, cada vez mais, restritos as áreas representadas nas Unidades de Conservação.

No Uruguai, Achkar et al. (2008) expõem o mesmo cenário descrito, com a forte inserção do agronegócio e a conversão da vegetação do Pampa em culturas específicas. Para os autores, a introdução de uma lógica capitalista transformou a cultura agrícola e pastoril em um agronegócio; assim, os objetivos das atividades agropecuárias se concentram em maximizar a produção através da imposição de um paradigma distinto, sustentado na eficiente gestão das denominadas empresas rurais. Sob esse cenário, o Pampa vai sendo descaracterizado e cada vez mais degradado.

Dados recentes da expansão do cultivo de soja na Argentina, Paraguai e, especialmente no Uruguai, país em que a área cultivada cresceu de 28.900 ha na safra de 2001-2002 para 450.000 ha na de 2007-2008 Zibechi (2008 apud VALLS et al, 2009) mostram que este é mais um problema de âmbito regional. O eventual retorno desses campos depauperados ao uso pecuário será sempre marcado por um enorme rebaixamento de sua produtividade original, abertura à entrada fácil de espécies invasoras e perspectivas muito baixas de sustentabilidade futura.

Ou seja, o que se vê hoje, não só no pampa, mas na América Latina como um todo, é um processo de reprimarização, de retomada da economia baseada nos setores menos desenvolvidos do ponto de vista da alta tecnologia, baseado na exploração de recursos naturais.

Na década de 1990, o pampa gaúcho, enfrentou uma considerável crise socioeconômica em sua cadeia produtiva, alicerçada na pecuária de corte e na lavoura empresarial do arroz irrigado, reflexo da abertura econômica brasileira, que provocou significativas transformações em determinadas economias regionais. Assim, foram lançadas distintas políticas públicas por parte do Governo Estadual visando à reestruturação socioeconômica da região (CHELOTTI, 2008).

Na busca de novas áreas para o cultivo de florestas exóticas, o estado do Rio Grande do Sul lançou uma política de incentivo ao florestamento (eucaliptos, pinus e acácia), utilizando-se do discurso da promoção do desenvolvimento regional, mormente, na Campanha Gaúcha, onde empresas como a Aracruz, Stora

Enso e Votorantim começaram a fazer maciços investimentos na aquisição de terras para o cultivo de florestas (CHELOTTI, 2008).

Hoje, o incentivo a produção das florestas plantadas no Rio Grande do Sul apresenta-se mais intenso, principalmente, após a aprovação do Projeto de Lei nº 145 de 29 de novembro de 2016, que altera a política agrícola estadual para florestas plantadas, ampliando a possibilidade de plantio de lavouras de silvicultura e transferindo a fiscalização dessa atividade da Secretaria do Meio Ambiente para a pasta da Agricultura. O então Projeto, que agora figura como lei, desconsidera o zoneamento da silvicultura proposto para o estado em 2009, aumentando, assim, as ameaças à biodiversidade, principalmente, para a área do Pampa gaúcho.

Figura 2 – Exemplos de conversão das paisagens do pampa – Florestas plantadas e produção de soja.



Fonte: Autoras, (2016); Danilo Menezes Sant’Anna, (2007).

Em decorrência deste cenário, passa a ocorrer uma significativa mudança da matriz produtiva do Pampa, passando da atividade pecuária nos campos a uma intensa exploração silvícola, além do aumento das áreas de lavouras de soja, descaracterizando o ambiente que há séculos se complementa com a figura do homem pampeano. Deixando um passivo ambiental e até mesmo de degradação social e cultural extremamente alto, porque as consequências básicas desse neoextrativismo estão ligadas a concentração fundiária, a conflitos socioambientais, a uma perda de soberania alimentar, a vulnerabilidade econômica desses territórios, a fragilidade política- visto que no momento que se intensifica o capital, concentra-se as propriedades e a sociedade é submetida na lógica política perversa- e, por fim, uma erosão cultural profunda de perdas de saberes, de perda de história, visto que o capital não tem memória, tem acumulação.

De tal modo, questões que envolvem o meio ambiente, as ações do homem e a sustentabilidade tornaram-se algumas das maiores preocupações atuais envolvendo o Pampa.

Alternativas de sustentabilidade no pampa

Como visto, as demandas de conservação do pampa são inúmeras e nesse contexto surgem experiências e alternativas que visam à sustentabilidade deste. Dentre estas, as Unidades de Conservação/Áreas Protegidas despontam como espaços protegidos que vem garantindo a conservação de parte do pampa nos países que o abrangem (Argentina, Brasil e Uruguai). No quadro 1, apresenta-se o número de UC's/Áreas Protegidas no pampa Argentino, Brasileiro e Uruguaio.

Quadro 1- Unidades de Conservação/Áreas Protegidas no Pampa.

Unidades de Conservação/Áreas Protegidas no Pampa	
Argentina	7
Brasil	16
Uruguai	14
Total de UCs e Áreas Protegidas	37

Fonte: Ministerio de Defensa da Argentina; Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente do Uruguai; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Estado do Rio Grande do Sul.

Org.: Autoras.

Mesmo com as dificuldades que assolam estas UC's, como a falta de recursos financeiros e de pessoal, elas vêm contribuindo para a conservação de significativas porções do Bioma Pampa. Estudos apontam para a necessidade de considerar o papel do homem na conservação da sociobiodiversidade desse Bioma, o que se justifica pelo fato de que foi a coexistência entre o homem e natureza que garantiu a conformação e manutenção das características deste (Bencke, 2009). Portanto, as UC's de uso sustentável, como a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (Brasil, RS), através dos serviços ecossistêmicos, da manutenção da atividade pecuária, da preservação de patrimônios histórico-culturais e naturais, e do CONAPA (Conselho Consultivo da APA do Ibirapuitã) enquanto espaço de diálogo e mediação, vem contribuindo para a conservação do Bioma Pampa (LOSEKANN, 2016).

Além de UC's já implementadas, ressalta-se também a necessidade de criar novas, a exemplo do estudo de Rosseto e Moraes (2016) que aponta para a necessidade de implementar uma UC de uso sustentável em Quaraí (RS), de-

vido a presença de milhares de butiazeiros da espécie *B. yatay*, palmeira nativa do Bioma Pampa, com ocorrência natural no Brasil, Argentina e Uruguai, onde produtoras rurais praticam o extrativismo do butiazeiro e utilizam os butiás para a produção de bebidas, doces e artesanato, como no caso da comunidade de Salsal-Quatepe, localizada na zona rural do município de Quaraí/RS (citar ANAIS CIPA)

Em relação às áreas naturais protegidas no Brasil o Pampa é o bioma que tem menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), representando apenas 0,4% da área continental brasileira protegida por unidades de conservação (MMA, 2015). A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, em suas metas para 2020, prevê a proteção de pelo menos 17% de áreas terrestres representativas da heterogeneidade de cada bioma.

Além das UC's, diversas experiências⁴ vem contribuindo para diminuir os impactos causados pelo uso e exploração dos campos sulinos. Como as experiências de organizações em prol da pecuária sustentável, a qual é secularmente praticada nos campos sulinos, e é apontada como a mais sustentável. A seguir são citados alguns exemplos: Alianza del Pastizal, ADAC (Associação de Desenvolvimento do Alto Camaquã), Associação dos Moradores do Rincão do 28 e Associação dos Moradores do Rincão do Batista, ambos na APA do Ibirapuitã, Rede Campos Sulinos, APROPAMPA (preservação e proteção da indicação geográfica da carne, couro e seus derivados, da região "Pampa Gaúcho da Campanha Meridional"), dentre outras.

Ao que tange as áreas com ocupação mais intensiva como a prática da agricultura, conseqüentemente, há maior conversão dos campos nativos. Mesmo com o aumento de áreas plantadas de soja convencional, emergem práticas que visam tornar esses impactos menos agressivos, tais como os "circuitos curtos" de comercialização de produtos da agricultura familiar, o artesanato em lã, o uso de defensivos alternativos no controle de pragas do arroz orgânico (extratos a base de fumo, óleo de neem e calda sulfocálcica), pesquisa com espécie nativa do bioma pampa com potencial para produção de óleo essencial (*hesperozygis ringens*), bem como a incorporação de uma abordagem participativa e de busca do desenvolvimento sustentável por cooperativas de assistência técnica à agricultura.

Também é possível destacar o turismo sustentável, bem como atividades de educação ambiental como trilhas ecológicas e estratégias de sensibilização ambiental desenvolvidas por instituições de ensino, tanto de educação básica como superior.

Constata-se um aumento de atividades de pesquisas e extensão voltadas ao Pampa, o que pode ser atribuído, em grande parte, a criação de novas Instituições de Ensino como a UNIPAMPA, IFFar, UERGS, bem como o surgimento de novos campi descentralizados de instituições como UFSM e UFPEL. Também a Fundação Zoobotânica/SEMA/RS, se configura como Instituição responsável pela maior parte de projetos de pesquisa e produções bibliográficas acerca do Pampa.

Considerações

Como observado, a conversão dos campos em áreas de florestas plantadas e produção intensiva de soja acabam por descaracterizar a paisagem pampeana que há anos se manifesta nos países que compõem essas vastas planícies. Ameaçado a partir de uma lógica neoextrativista, e com incentivos do poder público, as ações de conservação ambientais apresentam-se de forma urgente, considerando, principalmente, as ameaças de perda de biodiversidade e sobretudo culturais que assolam o Pampa.

Assim, as Áreas Protegidas e as UCs configuram-se como medidas eficazes para conservação dos campos sulinos. Nestas é possível a coexistência da conservação ambiental, estabelecida por meio de política pública, associada a atividades econômicas sustentáveis. Contudo, faz-se necessário que as premissas aplicadas a esses espaços protegidos também se concretizem na totalidade do pampa.

Notas

- 1) Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES. Contato: ferfolmann@yahoo.com.br
- 2) Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES. Contato: francieli17@gmail.com
- 3) Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES. Contato: marilosekann@hotmail.com
- 4) Para obter detalhes acerca das experiências e alternativas de sustentabilidade citadas ver ANAIS do I CIPA 2016 (Congresso Internacional do Pampa), Eixo 5 – Alternativas e experiências de sustentabilidade no pampa. Disponível em: www.ufsm.br/cipa.

Referências

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A.; PESCE, F. **AGRONEGÓCIOS LTDA**. Nuevas Modalidades de Colonialismo en el Cono Sur de América Latina. Montevideu: 2008

BENCKE, G. A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, V. de P. et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. cap. 7, p. 101-12.

BOLDRINI, I. I. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. de P. et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. cap. 4, p. 63-77.

CHELOTTI, M. S.; PESSÔA, V. L. S. Conflitos pela apropriação do território na Campanha Gaúcha: luta pela terra versus florestamento. In: MARAFON, GLAUCIO JOSÉ; PESSÔA, VERA LÚCIA SALAZAR (Orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupo de pesquisa no rural e urbano**. Uberlândia: Assis Editora, 2008. 352 p. p. 105-132.

FERREIRA, M. Z.; DEBLE, A. S. de O.; DEBLE, L. P. (2016, [s. p]). Sustentabilidade socio-ambiental no palmar de Coatepe, Quaraí/RS, Brasil. **Anais... I CIPA e III SSRC**, Santa Maria/BR: 2016.

FIDELIS, A.; GLÓRIA, B. A. da; PFADENHAUER, J. A importância da biomassa e das estruturas subterrâneas nos Campos Sulinos. In: PILLAR, V. de P. et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. cap. 6, p. 88-100.

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In: ACOSTA, E. et al. **Colonialismos del siglo XXI. Negocios extractivos y defensa del territorio en América**. Barcelona: Icaria, 2011. p. 75-92.

LOSEKANN, M. B.. APA do Ibirapuitã: Contribuições à conservação do pampa. **Anais... I CIPA e III SSRC**, Santa Maria/BR: 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Pampa**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso em: 22.02.2016.

PILLAR, V. P. et al. **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. 403 p.

ROSSETO, V.; MORAIS, M. M.. Sustentabilidade socio-ambiental no palmar de Coatepe, Quaraí/RS, Brasil. **Anais...** I CIPA e III SSRC, Santa Maria/BR: 2016.

VALLS, J. F. M. et al. O patrimônio florístico dos Campos: potencialidades de uso e a conservação de seus recursos genéticos. In: PILLAR, V. de P. et al. **Campos sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. cap. 10, p. 139-154.



A landscape photograph showing a body of water in the foreground, a grassy hillside with trees in the middle ground, and a range of rocky mountains in the background under a clear sky. A wooden fence post is visible in the lower left foreground.

PARTE 2

A ação do capital no pampa



La territorialización del capital y la monopolización del territorio pampa

Ana Domínguez¹

“Frente al extractivismo: extra-activismo
como una de las articulaciones
estratégicas para la defensa de los
territorios”

(Convocatoria en la Cumbre de los Pueblos, Santiago de Chile, 2013, por parte del Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA) y el Observatorio de Conflictos Mineros en América Latina (OCMAL) entre otras organizaciones).

EL ACCIONAR DEL CAPITAL

A escala mundial un conjunto de agentes económicos están interviniendo intencionalmente en los territorios rurales latinoamericanos, producto de un análisis geopolítico en el que se vislumbran las potencialidades que poseen estos territorios como consecuencia de la presencia de los denominados recur-

tos naturales estratégicos. El capital en América Latina subsumió la agricultura y se adueñó de tierras, aguas, bosques y territorios, afectando la economía, las costumbres, la cultura y la sociedad según sus propios intereses (Almeyra *et al*, 2014).

Es en este sistema de economía global, que los efectos son diferenciales, generando la expulsión de millones de campesinos y “pequeños agricultores en países pobres debido a los 220 millones de hectáreas de tierra adquiridas por inversores y gobiernos extranjeros desde el año 2006 y las prácticas mineras destructivas en países tan diferentes como Estados Unidos y Rusia” pero por otra parte, se presenta una concentración extrema ya que (...)“ha habido un aumento del 60% en la riqueza del uno por ciento más rico a nivel global” (Sassen, 2015:24).

Por ello, para situar los cambios y dinámicas presentes en el territorio pampa, se realizará un análisis más amplio involucrando en primer lugar, la escala de América Latina, ya que es una de las regiones del mundo donde se están presentando dinámicas muy aceleradas en relación a los cambios y transformaciones en los territorios rurales. Es donde se presentan procesos muy acentuados de mercantilización y privatización de la naturaleza que son funcionales a los intereses de las corporaciones transnacionales y a las elites nacionales asociadas (Drago, 2015).

Una de las causas, entre otras, que explican la territorialización y monopolización del capital (lo que posibilita el dominio, el poder y privilegios de ciertos sectores) es la alta concentración de riquezas, ya que en América Latina se localiza un tercio de las reservas mundiales de cobre, bauxita, cobalto, y carbón, así como un cuarto del petróleo, el 8% del gas y el 5% del uranio, además las cuencas hidrográficas contienen el 35% del potencial hidroenergético y el 40% de la biodiversidad a escala planetaria (Seoane, 2006).

Conviene destacar que se registran en las últimas décadas procesos de reconfiguración territorial a nivel rural que son producto de un conjunto de acciones localizadas del capital financiero y de empresas transnacionales, que provocan distorsiones y fragmentaciones socioambientales y quizás una de las más importantes sean las referenciadas al conflicto por la tierra y los impactos de la megaminería, que ha aumentado de 120 conflictos en 2010, a 185 en el año 2013 y continúan incrementándose, llegando al año 2015 a 210 conflictos, con la implicancia de 220 proyectos y 315 comunidades afectadas. (OCMAL, 2016). También se registran conflictos por la instalación de megarrepresas, las que provocan importantes procesos de desterritorialización de personas y saberes.

Los cambios, dinámicas y reconfiguraciones Territoriales en América Latina

La principal explicación de estos cambios, dinámicas y reconfiguraciones en los territorios latinoamericanos, es que se está instalando en las décadas recientes un modelo denominado neo-extractivista, que consolida el modelo que funcionó a lo largo de siglos. Conviene aclarar, que el prefijo neo, entre otros aspectos se vincula a que en el último decenio en la región, los gobiernos de tendencias progresistas se hicieron proclives a alentar la producción de *commodities* por el alto valor relativo que poseían en el mercado internacional.

Este relato fue justificado, tomando la producción de los *commodities* como central para alcanzar necesariamente la mejora de las condiciones económicas de los países en cuestión, pero lo que estuvo ausente principalmente en este discurso, fueron las consecuencias de estos procesos de re-primarización de la economía que está afectando a la región. Como ejemplo de este proceso, en Argentina de las 20 mayores empresas, 11 se orientan a la venta de productos agrarios o derivados y la mayoría de las otras 9 son de carácter extractivista minero (Hocsman, 2014).

Este modelo neoextractivista se erige y se profundiza como un patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de los recursos naturales y en la expansión de las fronteras del capital hacia territorios considerados de baja productividad con el objetivo de producir y extraer materias primas a gran escala para la exportación, situación que va afectando los derechos sociales de amplias regiones (Svampa, 2013). En este marco, van actuando nuevos agentes de intervención territorial que generan cambios sustanciales en la matriz de uso del suelo agrario en los territorios del Pampa con lógicas de acción de enclave, así como de desplazamiento de la frontera agrícola apoyándose estratégicamente en la intensificación agraria.

Acercando el foco a los territorios pampeanos

Las acciones del capital sobre las favorables condiciones geológicas de alta productividad del bioma Pampa, tanto en Argentina, Brasil y Uruguay con la agriculturización, han generado homogeneización y fragmentación de los paisajes, han afectado la biodiversidad, han avanzado sobre suelos menos favorables, además se presenta una gran concentración de los predios productivos y una importante extranjerización de las tierras. En relación a los países con mayo-

res adquisiciones de tierras por extranjeros, se encuentran Argentina, Brasil y Uruguay (tierras acaparadas 6,31; 22,55 y 3,46 cientos de miles de hectáreas respectivamente) (Sassen, 2015)

Lo que se va profundizando es una situación de desigualdad en relación al acceso y permanencia a/en las tierras productivas, con el despojo de campesinos y la desaparición de la agricultura familiar y la tendencia a la territorialización del capital, lo que genera resistencia por parte de los movimientos de agricultores o campesinos.

En esta fase de avance del capital, varios movimientos sociales y ambientales (GRAIN-WRM-ATLAC, 2012) han denunciado que se ataca la capacidad de las familias, comunidades y pueblos para definir libremente las formas de manejo, uso y protección de los bienes comunes tales como las tierras y las aguas, así como la producción de alimentos.

Cambios importantes se registran en la región pampeana, como por ejemplo en Argentina, que de potencia productora de cereales, pasó a depender de las exportaciones de forrajes para el ganado chino, o de Uruguay que destina importantes superficies a la forestación o a la soja. En tanto también en el sur de Brasil se registran casi los mismos cambios en la matriz de uso del suelo.

Estas dinámicas que responden a situaciones favorables del comercio mundial de *commodities*, a la necesidad del capital financiero de invertir en un nuevo activo estratégico como son las tierras agrícolas y a gobiernos propensos a recibir inversiones extranjeras, generan los mismos efectos, a lo largo y ancho del bioma pampa, tal es el caso del avance de la frontera agraria, que provoca deforestación de los bosques nativos, degradación de los pastizales, de tierras y aguas, afectación a la salud, expulsión de trabajadores rurales y de productores que tienen predios pequeños o medios, con la consiguiente afectación a la calidad de vida de la población y a la disminución de los grados de libertad de alcanzar la soberanía alimentaria.

Se están debilitando las posibilidades de garantizar las necesidades básicas de la población, así como la diversidad de prácticas culturales. Se profundiza por lo tanto en el pampa, lo que Harvey (2005) dio en llamar acumulación por desposesión o por despojo, es decir una alta concentración de capital por parte de algunos sectores, en base a la pérdida de bienes comunes por parte de los sectores menos favorecidos económicamente. En Brasil, por ejemplo, la concentración de la tierra es de tal magnitud que los predios mayores a 1.000 ha, ocupan el 53% del área agrícola y corresponden al 1,5% de las propiedades totales del país, en tanto, en el otro extremo, los predios agrícolas menores a 10 ha, si bien constituyen el 34% del total, solamente ocupan el 1,4% de la superficie agrícola. Pero, en relación a la ocupación de mano de obra, se da como contra-

partida, que los establecimientos menores a 100 ha, utilizan aproximadamente 46 veces más trabajadores que los mayores a 1.000 ha. (Pereira y Alentejano, 2014). En Argentina, con la sojización, los agricultores familiares son los que más se han visto afectados, ya que en el periodo 1998-2008, el número de productores pasó de 421.000 a 270.000. Además solamente el 2% de las empresas agrícolas controlan más del 50% del área; mientras que las pequeñas empresas, que son el 57% del total, administran sólo el 3 por ciento de la tierra. (Alvarez y Ledger, 2014). En Uruguay, la concentración de la tierra es también de destacar ya que del total de casi 45.000 establecimientos, 25.000 son menores a 100 hectáreas, y casi 1.200 son mayores a 2.500 hectáreas y en relación a la agricultura de secano, el 73% de la superficie está manejada por un 5% de los productores agropecuarios.

El acaparamiento de tierras en la región del pampa, es muy importante, si consideramos los países del Cono Sur encontramos una gran concentración de la tierra, según el índice de Gini para Paraguay es de 0,94, Brasil es de 0,86 y en Uruguay 0,84. (Land Action, 2012) Por ejemplo, en Brasil el 43% de las tierras agrícolas del país forman parte de los latifundios. Situación que es aprovechada por las grandes corporaciones, varios países asiáticos y grupos financieros para realizar sus inversiones y operar no solamente en la fase agrícola, sino también vendiendo los insumos necesarios para la producción de granos.

Lo otro interesante que se presenta en estos territorios del pampa, es el distanciamiento que se opera en los dos extremos de la cadena del sistema de agronegocios, por un lado los oligopolios vinculados con los productores de semillas y productos agroquímicos y en el otro extremo los grandes productores asociados a acopiadores y exportadores de granos, pero sin duda todos favorecidos por este sistema extractivista. La integración vertical entre acopiadores, productores aceiteros, transportistas, comercializadores y puertos, es una de las características de la región pampeana.

Por otra parte, en todo el territorio del Pampa, se registra la aparición de nuevos tipos de empresarios, tal como lo señala Piñeiro (2014) para el Uruguay. Estos tipos recientes de empresarios son los vinculados a las empresas transnacionales que compran o construyen una agroindustria y compran o arriendan tierra para proveer a la agroindustria, y otro tipo es la empresa en red, que reproduce el modelo que se crea en Argentina relacionado a la producción de granos en la pampa húmeda. El capital principal de estas empresas en red, es el conocimiento relacionado a los aspectos técnicos, de producción y de comercialización así como los vínculos con los mercados internacionales y los mercados a futuro.

Sin embargo, por otro lado aparecen los agricultores familiares o productores con predios de mediana extensión con debilidades para la colocación de sus productos en el mercado interno, y con grandes dificultades para mantenerse en sus territorios de vida y producción ya que se tornan muy débiles las políticas públicas para darles una solución integrada e integral. Y teniendo en cuenta el devenir político de la región, es de prever que se van a agudizar las disputas entre el paradigma del capitalismo agrario y el de la cuestión agraria (Fernandes, 2014).

En tanto, a nivel territorial se van implantando cientos de obras de interconexión física del plan de Integración de Infraestructuras Regionales de Suramérica (IIRSA) que son megaproyectos que vinculan áreas de producción agrarias o mineras con puertos de salida, lo que genera la definición de territorios que aparecen como eficientes para el accionar del capital y que coloca en situación de debilidad a los campesinos, y agricultores familiares (Domínguez, 2014; Achkar y Domínguez, 2006). Este modelo de las graffías del poder se continúa consolidando en el marco del Consejo Suramericano de Integración y Planeamiento (CO-SIPLAN) en la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) (Domínguez, 2011).

El ensamblado de acciones que se expresan como producto de la territorialización del capital en el bioma pampa, devienen en sistemas promotores de nuevas inversiones, lo que sustenta condiciones para que en el futuro, sigan operando los nuevos agentes de intervención que pretenden consolidar cada vez con mayor velocidad, un sistema de producción de agricultura sin agricultores, la implantación de paquetes tecnológicos y el acercamiento concatenado de las diversas fases de los agronegocios. Incluso, Syngenta (empresa trasnacional) publicitando sus servicios, llegó a presentar un mapa de los territorios del Cono Sur, como República Unida de la Soja, en la que además se añadía una bandera verde con un grano de soja en el centro (GRAIN, 2013) como símbolo de esta formación territorial comandada por un rubro de producción, que da lugar al proceso de sojización regional.

También, en lo que refiere a la ganadería se están registrando un conjunto de cambios, tales como en Argentina que ha disminuido la superficie destinada a la cría de vacunos en 13 millones de hectáreas por el aumento registrado para la soja, además de intensificar el sistema de confinamiento (cria a corral) por la disminución de las zonas de pastoreo en la pampa, y Brasil tiene un comportamiento diferente pero también intensifica la cría, amplía la frontera del centro-oeste y sobre la región amazónica, además de incorporar un conjunto de cambios técnicos que posibilitan el aumento del stock ganadero. En Uruguay se registra también el aumento del sistema de cría a corral, ante la competencia del uso del suelo agrícola sobre la superficie pastoril.

Pero como proceso contrapuesto, se siguen generando formas de organización y resistencias en todos los lugares donde el accionar del capital atenta contra los territorios de vida y producción de los campesinos y agricultores familiares. Debido a ello, las agendas académicas debieran nutrirse de contenidos que resignifiquen entre otras, cuestiones tales como territorios, territorialidades, bienes comunes, justicia social y ambiental.

Notas

¹⁾Docente e investigadora del Laboratorio de Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental del Territorio. Instituto de Ecología y Ciencias Ambientales. Geografía. Facultad de Ciencias. Udelar. Uruguay.

BIBLIOGRAFÍA

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A. (Coords.). **IIRSA Otro paso en la explotación de los pueblos y territorios sudamericanos**. Montevideo: Redes, Programa Uruguay Sustentable, 2006.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A. Y PESCE, F. Hacia un escenario de Gestión Sustentable del Territorio por Cuencas Hidrográficas en el contexto post neoliberal en el Uruguay. **Revista Científica Monfrague**: Unión Europea FEADER, España, v. IV, nº. 1, p. 104-123, enero, 2015.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A. Y PESCE, F. **Cuencas Hidrográficas del Uruguay**. Situación y Perspectivas ambientales y territoriales. Montevideo: Programa Uruguay Sustentable, 2013.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A. Y PESCE, F. **El pensamiento geográfico en Uruguay**. Montevideo: Ed. Zonalibro, 2011.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A. Y PESCE, F. **Agronegocios Ltda**: Las empresas agroalimentarias en América del Sur. Montevideo: Ed. T. Verde- Redes- Programa Uruguay Sustentable, 2008.

ACHKAR, M, et al. Concentración, extranjerización y exclusión agraria en el Uruguay rural contemporáneo. **ALASRU Asociación Latinoamericana de Sociología Rural**, México, v. 6, p. 209-242, 2012.

ALMEYRA, G. et al. (coords.). Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012): Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. **CLACSO**, Buenos Aires, v. 1, 2014.

ALVAREZ, M. Y LEDGER, W. (Eds.). **Atlas de la carne**. Santiago de Chile: Fundación Heinrich Böll., 2014.

AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL (ATI). **Financiarización de la Biodiversidad**. Disponible en:< <http://tinyurl.com/q6tse73>>. 2014.

BRAVO, E. W. **La concentración de la propiedad de la tierra, una aproximación a la problemática actual**. Roma: Coalición Internacional para el acceso a la tierra, 2011.

DOMÍNGUEZ, A. La mercantilización de la naturaleza y el diseño de nuevas territorialidades: bienes comunes en tensión. En: LÉRTORA, C. (Coord.) Geonaturalia. **Territorios, Recursos Naturales y Ambiente: hacia una historia comparada**. Buenos Aires: IPGH-FEPAL, 2014. p. 53-72.

DOMÍNGUEZ, A. Transformaciones territoriales recientes en los sistemas rurales uruguayos. En: LÉRTORA, C. (Coord.) Geonaturalia. **Territorios, Recursos Naturales y Ambiente: hacia una historia comparada**. Buenos Aires: IPGH-FEPAL, 2012. p. 63-82.

DOMÍNGUEZ, A. Graffías de los Planes de Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) y nuevos desafíos. En: ETGES, V.E. Y AREND, S.C (orgs) **CEPAL: Lecturas sobre o desenvolvimiento latino-americano**. Santa Cruz do Sul, Brasil: EDUNISC, 2011. p. 101-124.

DOMÍNGUEZ, A Multifuncionalidad agrícola, sustentabilidad y territorios en el mundo rural. El caso de la fruticultura en Uruguay. En: DOMÍNGUEZ, A. Y PESCE, F. (Coords). **Lecturas y análisis desde la(s) Geografía(s)**. Montevideo: Departamento de Geografía. 2011. p. 107-115.

DOMÍNGUEZ, A. Las diversas escalas en el análisis territorial. Desde la geopolítica hasta el desarrollo local. En: DOMÍNGUEZ, A. Y PESCE, F. (Coords). **Lecturas y análisis desde la(s) Geografía(s)**. Montevideo: Departamento de Geografía. 2011. p 107-115.

DOMÍNGUEZ, A. Los procesos de globalización y su incidencia en las configuraciones territoriales urbanas y rurales En: Anales del IPA, Año nº 3, 2008, Montevideo. **Anales del IPA**, 2008. p. 165- 174.

DRAGO, M. **Financierización de la naturaleza. Nuevas fuentes de reproducción del capital. Redes-AT**. Montevideo, 2015.

FATHEUER, T. Nueva economía de la naturaleza: Una introducción crítica. **Serie Ecología**: Fundación Heinrich Böll, México, v. 35. Disponible en: <<http://tinyurl.com/pam7yfy>>. 2014.

FERNANDES, B.M. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiarias. **Cultura Académica**: UNESCO, São Paulo, 2014.

FERNANDES, B. M. **Sobre la tipología de los territorios**. São Paulo: UNESP, 2012.

FERNANDES, B. M. (Org). **Campeinato e Agronegocio na América Latina**: A Questao Agrária Atual. São Paulo: Expresao Popular, 2008.

FERNÁNDEZ, E. Y CARÁMBULA, M. Territorios en disputa: la producción familiar en el este uruguayo. En: **Pampa**: Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, año 8, n°. 8, Santa Fe, Argentina, UNL. p. 89-109 2012

FORLANI, N. Complejidades y desafíos para una América Latina pos-extractivista. **Revista Electrónica de Psicología Política**, Año 13, nº 34, jul/ago. p 62-78, 2015

GRAIN. **La República Unidad de la Soja Recargada**. Barcelona, 2013.

GRAIN-WRM-ATALC. El trasfondo de la economía verde. En **Economía verde**: El asalto final a los bienes comunes. Alianza Biodiversidad (GRAIN), Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (WRM) y Amigos de la Tierra América Latina y El Caribe (ATALC). Disponible en: <http://tinyurl.com/nj2lzhd>, 2012

HAESBERT, R. **Territorios alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011

HARVEY, D. El **Nuevo Imperialismo. Sobre reajustes espacio-temporales y acumulación mediante desposesión**. Parte I y II. Disponible em: <<http://www.herramienta.com.ar>>. 2004.

HOCSMAN, L. Tierra, capital y producción agroalimentaria: despojo y resistencia en Argentina. En: ALMEYRA, G. et al. (coords.) **Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. v. 1, p. 17-61.

MARAFÓN, G.J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agraria. En: DE DAVID, C. Y FLORES WIZNIEWSKY, C. (Orgs). **Agricultura & Transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 26-38.

MASSUH, G. (Ed.). **Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Mardulce, 2012.

MÉNDEZ PAZOS, A. El acaparamiento de tierras y su impacto en la seguridad alimentaria mundial. **Boletín Opinión**, Instituto Español de Estudios Estratégicos. nº 43, p. 1-15. Disponible en: <www.ieee.es>. 2012.

Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. OCMAL. **Conflictos mineros en América Latina**: Extracción, saqueo y agresión. Estado de situación, 2014.

Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. OCMAL. **Mapa de Conflictos mineros en América Latina**. Disponible: <mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/>. 2016

PEREIRA, J.M.M. Y ALENTEJANO, P. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. En: ALMEYRA, G. et al. (coords.). **Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)**. Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. Buenos Aire: CLACSO, 2014. v. 1. p. 63-136.

PIÑEIRO, D. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. En: ALMEYRA, G. et al. (coords.). **Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)**. Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. Buenos Aire: CLACSO, 2014. v. 1. p. 215-257.

SASSEN, S. **Expulsiones**: Brutalidad y complejidad en la economía global. Buenos Aires: Katz Editores., 2015

SEOANE, J. Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: resistencia al neoliberalismo, configuración de alternativas. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília. v. 21., nº 1, p 85-107, 2006

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguaje de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, nº. 244, Mar/abr. p. 30-46, 2013

VILLAGÓMEZ, Y. et al. (Eds.). **Territorios y actores rurales latino-americanos**: Nuevas prácticas y nuevos modelos de gestión. Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, Université de Toulouse II, Pont. Universidad Javeriana, 2011.

WIZNIEWSKY, C. F. Reflexões acerca do desenvolvimento, agroecologia e educação. En: DE DAVID, C. Y FLORES WIZNIEWSKY, C. (Orgs) **Agricultura & Transformações socioespaciais**: olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 80-91.

ZIBECHI, R. Y HARDT, M. **Preservar y compartir. Bienes comunes y movimientos sociales**. Buenos Aires: Mardulce, 2013.





La pampa argentina: ventajas comparativas y renta diferencial como elementos estructurantes de un país desarticulado

Gonzalo Yurkievich¹

INTRODUCCIÓN

La República Argentina, debido a las ventajas comparativas de sus amplias llanuras centrales, se constituyó, durante la segunda mitad del siglo XIX, en proveedor de cueros, carnes y granos de la “economía-mundo capitalista”². La región favorecida, por sus fuerzas productivas, dentro de este modelo fue, debido a sus aptitudes naturales, la zona central del país o Región Pampeana, generándose, desde entonces, una desarticulación demográfica, económica y territorial que aún perdura en nuestros días.

La orientación de la producción pampeana hacia la exportación demandó la ejecución de una compleja infraestructura de transportes y estaciones portuarias que facilitarían la salida de los víveres hacia el mundo a través del océano Atlántico y la entrada de bienes manufacturados hacia un vasto *hinterland* local. El estado argentino, junto al capital privado, en su mayor parte extranjero, di-

señaron, de esta manera, una red de infraestructura fragmentada y orientada fundamentalmente hacia el puerto de la ciudad de Buenos Aires y en menor medida hacia los puertos de Rosario y Bahía Blanca (LAZARO, 1992, pp 22).

El modelo agro-exportador instaurado se basó, para la producción de alimentos masivos, en las ventajas comparativas que brindaban las llanuras extensas de la región Pampeana. De esta forma la producción de carne vacuna y ovina y más tarde de trigo, maíz y girasol se ubicaron en esta franja, situada en el centro del país, cercana a la fachada marítima y al dominio de los ríos de la Cuenca del Plata. Aquí se construyeron los principales puertos fluviales y marítimos y sigue siendo aquí, como veremos luego, donde se concentran hoy los principales polos exportadores del país.

En este sentido, el estado-nación argentino, en su búsqueda de desarrollar infraestructuras adecuadas a sus intereses, diseñó una red de transporte desarticulada entre sí y orientada hacia fuera. La misma cuenta, desde su génesis, con un gran puerto central, Buenos Aires, por donde pasaba hace un siglo, y aún pasa hoy, el mayor volumen del comercio exterior, especialmente las importaciones, y una serie de puertos regionales, cercanos a zonas productoras de alimentos y materias primas estratégicas. El resto de las regiones del país, que no lograron ingresar en la lógica agro-exportadora, se vieron segregadas en términos territoriales, económicos y políticos. Esta estructura territorial de la Argentina persiste, con algunos matices en la actualidad (YURKIEVICH, 2010).

Las aptitudes naturales de esta región, generaron las condiciones ideales para la producción de alimentos a gran escala, obteniéndose grandes ventajas comparativas en la obtención de renta diferencial debido a la alta calidad y disponibilidad de sus suelos. De esta manera, en pocos años la Argentina se transformó en uno de los grandes “graneros del mundo”. La realidad económica nacional se maniató, desde entonces, a la producción de alimentos y a la dependencia externa de todo el resto de productos atinentes a surtir el consumo nacional de bienes de uso durables y de capital. Las malas coyunturas externas arrastraron a la Argentina a través de la historia a reiteradas y cíclicas crisis económicas.

A partir de la década de 1970 se dio un proceso conocido como “agriculturización de la Pampa” ganando la partida la producción de cereales y oleaginosas a las carnes. Este proceso, se dio de la mano de la llamada “revolución verde” a través de la cual se difundieron los nuevos paquetes tecnológicos en el agro con difusión de nuevos y mejores fertilizantes y pesticidas y semillas transgénicas súper resistentes a condiciones de exceso y déficit hídrico y a características edáficas más pobres. En este marco, existió una amplia expansión de la frontera agrícola, superando la zona de producción de alimentos a la Región Pampeana en sí misma (BARKSKY, 1993).

A este proceso se lo denominó también “pampeanización” de la Argentina. Esta nueva realidad estructural estuvo apalancada por el gran capital ligado al agronegocio y a la transformación de los productos primarios a través de un proceso industrial en *commodities* para la exportación. De esta manera, la renta diferencial a escala internacional fue acaparada por el gran capital transnacional el cual remesa dinero a sus países de origen. En este sentido, la matriz productiva nacional poco se ha transformado a principios del siglo XXI con respecto a sus orígenes datados a fines del siglo XIX (PLACENSIA, 1996, pp 67).

Los mega-emprendimientos agroindustriales, que verticalizan e integran el proceso productivo, se convirtieron en los agentes más dinámicos del reconfigurado modelo económico basado en la exportación y sostenido por el alto precio de los alimentos, las materias primas y los combustibles en el mercado mundial (PLACENSIA, op. Cit, pp 76).

Las estaciones portuarias destinadas a ser exclusiva de los principales productos exportables y entrada de manufacturas e insumos, y sus *hinterlands*, se vieron en una situación de éxtasis portuario. Sin embargo, al igual que en los esquemas diseñados en el siglo XIX, éstas se concentraron en el norte de la región pampeana sobre la cuenca del Plata, no generándose una articulación ni promovándose una dinamización de regiones del país marginales como el Noreste y el Noroeste (YURKIEVICH, op. cit).

El rol de nuestro país dentro de la economía mundo capitalista poco ha variado y la actual crisis mundial puso a prueba a la estructura exportadora nacional la cual como hace más de 100 años sigue respondiendo a un modelo que acumula por desposesión y que privilegia y desarrolla regiones geográficas en forma selectiva y desigual.

La promesa de la reducción de la pobreza a partir de un comercio más libre, mercados abiertos y estrategias neoliberales de globalización no se ha materializado y el “desarrollo geográfico desigual”³ continúa siendo una premisa básica para la reproducción del capital a escala planetaria y a escala nacional.

El presente escrito pretende reflejar estos procesos, observando el rol clave que cumple la Pampa argentina como eje estructurador de la historia nacional a partir de las ventajas naturales que representan sus fértiles suelos y sus condiciones climáticas para la generación de renta.

La Pampa como epicentro territorial de un país diverso

La Argentina es un país con una gran diversidad de ambientes resultado de sus características estructurales: ubicación, extensión latitudinal y conformación de su relieve.

Debido a su rica historia geológica y geomorfológica ofrece todos los tipos de relieve: amplias llanuras, mesetas escalonadas separadas por profundos valles, depresiones absolutas y la imponente cordillera de los Andes.

Por su desarrollo en altitud y latitud posee casi todos los climas del subtropical al frío así como áreas con precipitaciones abundantes y otras con lluvias inexistentes.

Podemos hablar de 13 ambientes bien diferenciados que contemplan en términos topográficos altiplanos, zonas de cordillera, zonas montañosas de precordillera, sierras, mesetas, bolsones y amplias llanuras. En términos climáticos encontramos zonas muy húmedas en la cordillera austral, zonas húmedas en el centro del país y dos tercios del territorio emplazado en zonas sub-húmedas, semi-áridas y áridas. En términos fito-geográficos, encontramos selvas, pastizales, savanas, humedales, praderas y bosques perennes y caducifolios.

Entre estos ambientes encontramos la denominada región pampeana o Pampa argentina, la cual se define como región geográfica.

La Región Pampeana, en este sentido, debe ser entendida no solo a partir de sus condiciones naturales sino también desde sus características humanas. Según Vidal de la Blache (2001): *“La región es la suma inseparable de todos los elementos naturales y humanos, el cúmulo de transformaciones y relaciones que se establecen entre la naturaleza y el hombre como elementos en los cuales se observa una relación de tipo simbiótica”*.

Fueron las condiciones naturales óptimas para la producción de alimentos en forma masiva las que condicionaron el poblamiento y el desarrollo histórico de la Región pampeana.

La Pampa es, en términos topográficos, una amplia llanura sedimentaria de origen precámbrico debajo de la cual subyace el macizo cristalino de Brasil.

La misma se extiende por la Provincia de Entre Ríos, la mitad sur de Santa Fe, gran parte de Córdoba, La Pampa, toda la provincia de Buenos Aires y el sureste de San Luis. La Pampa en términos estructurales ocupa también todo el Uruguay y buena parte de Río Grande del Sur.

La región de las Pampas se asienta sobre un clima templado sin temperaturas extremas con lluvias abundantes repartidas a lo largo de todo el año. Su relieve es casi totalmente plano y sus suelos aptos para la agricultura y el *pastoreo*. Es una pradera de gramíneas con ausencia casi absoluta de árboles ya que estos se *desarrollan* con escasa variedad de especies en los bordes orientales de la llanura *cerca* del río de la Plata y a lo largo de cursos de agua. Se divide en pampa ondulada, *pampa* deprimida, pampa inter-serrana y pampa alta. Presenta una casi imperceptible variedad climática que gradualmente de Norte a Sur pasa del clima subtropical, al clima templado, siendo más húmedo hacia el este.

En sentido etimológico el término *pampa*, proveniente del quechua significa 'llanura', en especial *llanura entre montañas*. Fueron los españoles que bajaron en el siglo XVI desde la región andina, especialmente por la Quebrada de Humahuaca desde Potosí, quienes refirieron como *las pampas* a esas grandes llanuras sin bosques importantes que existen en el centro del Cono Sur.

La Pampa es uno de los ambientes más degradados del país por factores naturales y por la acción Antrópica. Hoy no existe una sola zona de la Región en estado prístino. Se introdujeron en ella gran cantidad de especies de plantas y animales alóctonos. El ombú por ejemplo es originario de misiones.

Entre las principales modificaciones que sufrió esta zona podemos destacar:

- La instalación de molinos y tanques australianos para la provisión de agua.
- La importación de grandes cantidades de alambre de Europa para delimitar las propiedades.
- La introducción artificial de árboles para proteger a los animales de las lluvias y del sol y para obtener leña ya que no había otros combustibles.
- La sustitución de la vegetación natural para plantar forrajeras para alimentar el ganado.
- El tendido de las vías férreas, que se distribuyeron en forma de abanico a partir de los puertos de exportación de Rosario, Buenos Aires y Bahía Blanca. Los primeros pueblos y ciudades pampeanos se erigieron en el entorno de las estaciones ferroviarias.
- El tendido de líneas telegráficas, paralelas a las vías.
- La pavimentación de las rutas a partir de 1930.

La ciudad de Buenos Aires, concentró el aparato comercializador, y se transformó en centro financiero y sede administrativa del país, hecho que motivó un gran crecimiento urbano.

El frente fluvial Paraná- de la Plata adquirió importancia a partir de 1930 con el desarrollo industrial. La industria, en este sentido se radico y coincidió con la zona de mayor consumo consolidándose una gran planta industrial a partir de la década de 1930 en las zonas fluviales de la Región Pampeana.

De “desierto verde” a epicentro territorial de la república

La evaluación de las potencialidades de un ambiente es compleja y cambiante, por tanto las sociedades no solo deben evaluar la cantidad, calidad, renovabilidad, diversificación y accesibilidad de los recursos naturales sino también otros factores como la cotización internacional de algunos recursos o el grado de desarrollo de las tecnologías productivas. La valoración de los ambientes no solo depende de los recursos sino también de los intereses de la sociedad. Los conquistadores españoles calificaron de horrible “desierto verde” a la llanura pampeana porque no ofrecía los metales preciosos que ellos buscaban. Esta región, sin embargo se transformaría en el centro económico del país a partir del momento en el cual sus fértiles suelos pasaron a producir alimentos para la economía mundo capitalista.

En este sentido, si seguimos la tesis de “rendimientos marginales decrecientes” y “ventajas comparativas” elaboradas por David Ricardo en la primera mitad del siglo XIX, observaremos que el costo del salario de los obreros industriales de la metrópolis inglesa equivalía al monto necesario para cubrir las necesidades alimenticias de éstos. Mientras crecía la población inglesa y crecía la actividad industrial las tierras destinadas a la producción de alimentos se iban haciendo escasas y cada vez más distantes de los centros de consumo. Este elemento fomentaba un aumento del precio de los alimentos y por ende un incremento del valor de la mano de obra industrial.

Esto propició que amplias zonas de la periferia, en las cuales se ubicaban vastas superficies de territorio con grandes aptitudes para la producción agrícola, fueran puestas en valor y en producción luego de que en el año 1831 se liberara el comercio permitiéndose la entrada en Inglaterra de alimentos importados. La burguesía industrial inglesa, de esta manera le torcía la mano a la oligarquía terrateniente de este país.

De esta manera, ingresaban en la División Internacional del Trabajo, la Pampa Argentina, uruguaya y brasilera, el midwest americano, las amplias llanuras del Este de Europa y los vastos territorios de Australia y Nueva Zelanda, entre

otros. La metrópolis exportaba la mano de obra necesaria para producir alimentos a través de grandes oleadas migratorias que también tenían el efecto de descomprimir poblacionalmente Europa. Por otro lado, fomentaban mediante el crédito la construcción de infraestructura de transporte y puertos para drenar los productos primarios y alimentos hacia la metrópolis e introducir los bienes manufacturados ingleses. De esta forma endeudaban a los estados periféricos, al tiempo que construían la infraestructura necesaria a sus intereses. Así fue la historia primogénita de la Pampa Argentina, incorporada formalmente al sistema mundo luego de la creación del Virreinato del Río de la Plata en el año 1776. (YURKIEVICH, 2011, pp 123).

La Pampa como núcleo exportador y surtidor de la dieta nacional

El desarrollo del sector agropecuario argentino, particularmente el de la región productora de cereales, carnes y oleaginosas denominada “pampeana”, ha atravesado por una serie de etapas de auge, caída, reactivación y estancamiento. La evolución de los mercados internacionales de productos de origen pampeano y las políticas estatales implementadas hacia el sector, macroeconómicas y sectoriales, ocupan un lugar destacado en las causas que provocaron los periodos de auge o retracción productiva.

El peso de esta región en la economía nacional es relevante. Así, si el sector agropecuario argentino aporta hoy el 15% del PBI, porcentaje que sube al 36% si se toma en cuenta el conjunto de la agroindustria, la región pampeana genera el 60% de la producción agropecuaria nacional (BARKSKY, 1993, pp 143).

La estrecha asociación entre la situación productiva pampeana y el funcionamiento de la economía nacional, hace que las medidas de tipo macroeconómico afecten directamente su funcionamiento, y que las demandas sectoriales agropecuarias de esta región devengan así, directamente, en demandas directas sobre cambios en las prácticas macroeconómicas. Estas cuestiones tienen que ver con los roles de la región pampeana, que esencialmente son:

Proveer a la economía de una parte decisiva del ingreso de divisas, que permite el funcionamiento de otros sectores de la economía, particularmente del sector industrial. Las exportaciones agropecuarias y agroindustriales representaron en las dos últimas décadas alrededor del 75% del total nacional, correspondiendo a la región pampeana algo más del 80% de las exportaciones agropecuarias totales.

Proveer los alimentos básicos de la dieta nacional. El país prácticamente se autoabastece en materia de alimentos, importando sólo el 5% del gasto total en este rubro, restringiéndose las importaciones a productos de origen tropical y subtropical. El trigo y derivados, los productos cárnicos y lácteos, y los oleaginosos, todos de origen pampeano, representan un 20% del costo total de la canasta familiar.

Aportar, mediante el impuesto a las exportaciones, llamado en Argentina “retenciones”, una parte estratégica de recursos para el financiamiento del Estado. Pero lo más relevante no es su importancia cuantitativa, sino que estos impuestos son de cobro inmediato y automático, lo que los convierte en claves para coyunturas de ahogo fiscal, frente a las dificultades en el cobro de otros impuestos existentes en Argentina. Su presencia significa reducir el precio de los alimentos básicos para el consumo interno, al tomarse como referente para los mismos a los precios de exportación menos el monto de las retenciones (BARSKY y GELMAN, op. Cit, pp235).

Modernización y “agriculturización” de la Pampa argentina

El crecimiento agrícola pampeano fue posible porque, a pesar de las oscilaciones permanentes de los precios recibidos por los productores, los aumentos de productividad debidos al gran cambio tecnológico operado en la agricultura permitían en promedio obtener rentabilidades adecuadas.

Este cambio, que se había iniciado en la región en la década de 1960, tomó fuerte impulso en el periodo 1970-1985 y si bien constituye un conjunto de innovaciones integradas que guardan una clara interrelación, es posible distinguir aspectos centrales cuya introducción reorganiza a su alrededor a todos los demás.

En las décadas del 1950 y 1960 el hecho dominante fue el proceso de recuperación de la energía del sector, lo que se dio a través de un importante avance en la tractorización y en la masiva difusión de maquinarias e implementos agrícolas, dentro de los cuales se destacó la cosechadora de maíz, que produjo un gran impacto en el desplazamiento de mano de obra rural, con una importante reducción de los costos. En la década de 1970 la escena está dominada por dos hechos centrales: la introducción de las semillas mejoradas del maíz, trigo, sorgo granífero y girasol, y la difusión masiva de la soja, todo lo cual implica la adopción de un complejo paquete tecnológico para su producción adecuada (OBSCHATKO, 1990).

La introducción de la soja en forma masiva significó un cambio muy importante en las formas de producir, en la utilización del suelo y en los resultados económicos de la producción agrícola. En estas décadas la producción gozaba de fuerte demanda internacional por su aprovechamiento para aceite y la utilización de los residuos vegetales (pellets) que se producen una vez extraído el aceite, aprovechables para la alimentación animal.

Además, la soja, es un cultivo que se complementa estacionalmente con el trigo con germoplasma mexicano de ciclo corto, permitiendo una combinación trigo-soja durante el mismo año agrícola que duplica la utilización de las tierras asignadas a estos nuevos usos. Por otra parte, las altas exigencias tecnológicas del cultivo hicieron que los productores recurrieran en forma masiva a los técnicos agropecuarios, lo que permitió mejorar el conjunto de la producción agrícola en materia de prácticas culturales.

La introducción de los herbicidas fue un elemento muy relevante en la eliminación de las malezas que tradicionalmente se realizaba con medios mecánicos. Ello fue imprescindible para el desarrollo del cultivo de soja.

El área fertilizada subió de 93.000 hectáreas en 1977 a 1.902.000 en 1985, año en que se puso en marcha el Subprograma Nacional de Fertilizantes (OBSCHATKO, op. cit.).

En cuanto a los procesos de mecanización, si bien en la década de los setenta se había completado la tractorización del agro pampeano y extendido la cosecha mecánica a todos los cereales y oleaginosas, en las décadas siguientes el proceso se profundizaría, permitiendo un mejor manejo de los suelos y acortando los tiempos de siembra y cosecha con la consiguiente disminución de los riesgos climáticos y de costos. El parque de tractores en 1960 ascendía a 104.000 unidades en todo el país como una potencia de 4 millones de caballos de vapor (CV).

Hacia 1985 se encontraban laborando las tierras 175.000 unidades con una potencia de 13 millones de CV. La potencia promedio de cada tractor pasó de 48,1 CV en 1960 a 104,2 en 1985. La industria local compuesta en 1984 por seis fábricas de tractores, 11 de cosechadoras y 407 de implementos agrícolas abastecía la casi totalidad de esta demanda (OBSCHATKO, op. cit.).

Y vinculados estrechamente con la rápida homogeneización del cambio tecnológico en la región pampeana, se expandieron en estas décadas los contratistas. Se agrupan en esta denominación propietarios de cosechadoras, los contratistas de labores (que realizan las tareas de siembra y diversas labores culturales) y los contratistas tanteros, por cosecha o anuales (que en realidad son arrendatarios por períodos menores a un año que pagan en dinero o en porcentaje de la producción por el uso de la tierra). Esta forma de división de la

propiedad de los factores de la producción permite la maximización de la utilización del capital invertido en maquinaria, favoreciendo menores costos del agro pampeano en comparación con otros países competidores. En este periodo, la producción agrícola aparece altamente especializada en 5 cultivos: soja, trigo, maíz, girasol y sorgo granífero (BARKSKY, 1993).

Todos estos procesos determinaron cambios muy profundos en el paisaje rural y en las formas de vida de los productores agrícolas. En gran parte de las unidades se produce el abandono de las viviendas porque sus dueños se mudan a los pueblos y ciudades intermedias, desde las cuales pueden atender los procesos productivos agrícolas. Parte de estas actividades son desarrolladas por contratistas.

Pero además, la mejora de los caminos y la difusión masiva de vehículos automotores utilitarios permiten trasladarse a los centros de servicios de educación, salud, comerciales, financieros y otros aspectos que la modernización social producida impone como necesidad para los productores y su familia. Y en los casos en que las viviendas rurales quedan habitadas, se aprecia la disminución de actividades características de la chacra como la cría de animales domésticos, huertas y montes frutales. La difusión de la telefonía rural colabora en facilitar cambios profundos en las formas de organizar las tareas agrarias.

Estos procesos, que implicaron el desplazamiento de 5 millones de hectáreas de la ganadería a la agricultura y una gran expansión productiva encabezada por la soja, fueron agrupados bajo el nombre de “agriculturización” de la región pampeana. Estos procesos también transformaron las características productivas de las subregiones pampeanas. La tradicional zona maicera del norte de Buenos Aires y sur de Santa fe aumentó su dominancia agrícola sobre la ganadería, pero en función de la gran expansión de la soja que desplazó al maíz. El núcleo maicero o corn belt argentino ha desaparecido en relación con sus características productivas (Barksky y Gelman, op. cit).

Si bien el conjunto de los cultivos agrícolas pampeanos avanzaron, se observa que lo hicieron en mucho mayor proporción las oleaginosas que los cereales. Dentro de un marco general de precios decrecientes para el conjunto de la producción agropecuaria pampeana, los avances de la agricultura sobre la ganadería tuvieron que ver con mejores rentabilidades relativas, fenómeno de también explica el mayor avance de las oleaginosas sobre los cereales.

Efectos del desembarco neoliberal en la Pampa Argentina

A principios de la década del 90' podemos ubicar nuevos cambios estructurales en la economía Argentina de los cuales la región Pampera no resulta ajena. Entre estos cambios debemos destacar que el gobierno de Carlos Menem sancionó la ley 23.696 de Reforma de Estado y de la ley 23.697 de Inversiones Extranjeras. Estas medidas fueron complementadas por el decreto 2284/91, que desreguló la economía y en particular el comercio interior y exterior de bienes y servicios, y el decreto 817/92 de Reorganización administrativa y privatización del transporte marítimo, fluvial y lacustre, practicaaje, pilotaje, baquía, y remolque y regímenes laborales (YURKIEVICH, 2010).

En este marco se dio una profunda transformación de la estructura productiva del país. La venta de empresas públicas y la apertura de la economía fomentó la llegada de inversión externa en rubros como el transporte; la producción y distribución de energía; la extracción, refinamiento y venta de hidrocarburos; la extracción de metales y rocas de aplicación; y la producción, transformación y comercialización de alimentos. La venta de la empresa petrolera estatal a la empresa española Repsol S.A motivo el aumento de las exportaciones de hidrocarburos, generándose un alza del precio en el mercado interno de los combustibles, los cuales ya no adoptaron como base el costo de producción sino el precio de los mismos en el mercado internacional.

La pesca fue otra actividad que incrementó su nivel de exportaciones debido a la entrada al mercado nacional de empresas europeas via *Joint Ventures* en el marco del acuerdo sobre las relaciones en materia de pesca entre la unión europea y la república Argentina" (ley 24.315) del año 1994. Otra actividad desregulada y promocionada fue la actividad minera, la cual logró atraer inversiones externas en el marco de las reformas al código minero (*ley 24.498, de Actualización Minera y ley 24.196 de Inversiones Mineras*) para explotar yacimientos de oro y cobre en la zona cordillerana (YURKIEVICH, op. cit).

En este contexto, se dio durante los años 90' un avance del monocultivo de soja propiciado por la introducción de las semillas transgénicas en el año 1996, para este cultivo, para el maíz y para el algodón.

En el año 2005 casi el 100% de la soja, el 65% del maíz y el 60% del algodón fueron cultivados con semillas transgénicas⁴. Rápidamente proliferó la soja por toda la zona norte de la región pampeana e incluso avanzó hacia regiones extrapampeanas, subtropicales ubicadas más al norte (Norte de Santa Fe y Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán y este de Salta). El fenómeno de la sojización estuvo

vinculado estrechamente al aumento de la inversión extranjera en proyectos agroindustriales. Estos capitales integraron verticalmente los procesos de producción (grandes pools de siembra y agricultura de contrato), transformación (nuevos complejos agro industriales y compra de existentes) y comercialización de alimentos (exportación y supermercadismo). Otras producciones extra pampeanas como la vid, el azúcar, y el algodón, orientadas históricamente al mercado interno, encararon procesos similares, con entrada de capitales extranjeros, tecnificación, exclusión de pequeños y medianos productores, incremento de la industrialización y reorientación hacia mercado externo.

El cambio en todas estas ramas fue estructural y si bien fue traumática la coyuntura macroeconómica de final de década y comienzo de la década del 00', el incentivo propiciado por la devaluación de la moneda de 2002 le dio un nuevo empujón al auge exportador, que duplicó entre 2002 y 2007 sus valores en dólares corrientes (ver Tabla Nº 1).

De esta forma, se intensificó el proceso de re-primarización de la economía argentina, que había empezado en los 70', siendo el complejo de la soja, en todas sus variedades (Semillas, aceites y residuos destinados a producir alimento para animales), el rubro de exportación por excelencia. Lo siguieron los hidrocarburos, la petroquímica y el material de transporte terrestre (vehículos y repuestos). Otros productos como los frutales y sus derivados agroindustriales, los metales, el pescado y los vinos, también se insertaron en el camino exportador.

De esta forma se incrementó la extracción de "renta a escala internacional" por parte de agentes externos que operaron principalmente en la Pampa argentina y que montaron una gran planta agro-industrial en pos de generar valor agregado en los principales *commodities* exportables.

Examinemos, antes de continuar, este concepto para luego examinar la estructura de las exportaciones argentinas de los últimos años y observar cómo el origen de la mayor parte de los productos, sigue siendo, la región pampeana.

La renta diferencial a escala internacional

La renta agraria que apropia la agroindustria es la llamada renta diferencial en escala internacional (RDEI). Es decir, no nos referimos a cualquier tipo de renta agraria sino solo a aquella que proviene de ventajas naturales que existen en comparación con otros países.

A) La renta diferencial

En la teoría de Marx la renta diferencial aparece como un tipo de trans-

ferencia de plusvalía al interior de una misma rama. Recordemos que la competencia capitalista produce la nivelación de las tasa de ganancia entre ramas, mientras que reproduce una constelación de tasas de ganancia distintas hacia el interior de una misma rama. Estas distintas tasas de ganancia se corresponden con el distinto grado de eficacia productiva de las diversas firmas, de modo que las más eficientes obtienen una sobre-ganancia o ganancia extraordinaria. Marx define esta ganancia extraordinaria como la diferencia entre el precio general de producción (PPG) y el precio de producción individual (PPI)

Las mercancías se realizan al precio general de producción de la rama (PPG). Pero cada firma de la rama tiene su propio costo individual de producción (según las condiciones más o menos eficientes con las que realiza la producción) y por lo tanto tiene su propio precio individual de producción (PPI). La ganancia extraordinaria se produce cuando la firma tiene un costo unitario individual inferior al social. Esto obedece a alguna ventaja sobre sus competidores, que puede ser natural o no natural (tecnológica, impositiva, organizativa, etc.). Si esta ventaja es natural, tal superganancia recibe el nombre la renta (Placencia, 1996).

B) La escala internacional.

El precio de los bienes agropecuarios está regulado, en ausencia de cambios sustanciales en la demanda, por las condiciones marginales, es decir por los costos unitarios de producción de las peores tierras. En estas circunstancias las tierras mejores reciben una sobre-ganancia que es renta. Es evidente con la noción de “mejor” es relativa a alguna otra tierra contra la que se realiza la comparación. La noción de renta diferencial alude a ventajas que existen en comparación con otras tierras. ¿Cuál es, entonces, el espacio pertinente a considerar en el estudio de las ventajas diferenciales? Es aquel que incluye a todas las empresas de una misma rama (porque la renta es un tipo de transferencia de plusvalía intra-rama), que participan (o pueden hacerlo) de un mismo mercado.

Desde fines del siglo pasado, el espacio pertinente a considerar en el estudio de las ventajas diferenciales pasó a ser prácticamente todo el mundo: el desarrollo del transporte marítimo, de las comunicaciones y del frigorífico permitió la expansión del comercio internacional de productos agropecuarios y la conformación de un mercado mundial para estos productos. Los precios en el mercado internacional pasaron a regir a los precios internos de los bienes agroexportables.

Pero al haber un mercado mundial ¿Cómo quedó ubicado nuestro país con respecto a las condiciones de producción marginales que pasaron a regular el precio internacional? La Argentina se encontró con ventajas naturales extraordinarias que lo ubicaron en el rango de las condiciones de producción mejores (la

situación se semejó a la del siglo XIX aunque con una escala globalizada). Esto daría origen a una renta diferencial (es decir basada sobre la posibilidad de vender nuestros productos agropecuarios a precios superiores a los necesarios para cubrir los costos internos más la ganancia normal); y en escala internacional porque esta ventaja existe sólo con respecto a las condiciones de producción de países cuya tierra es la marginal.

C) Renta “generada” y renta “apropiada”.

Para estudiar la renta agraria argentina nos será útil diferenciar la “generación” de la “apropiación” de renta. ¿Quién es el que genera renta? El que es capaz de producir a un precio de producción individual inferior al general, es decir el productor agropecuario, gracias a ventajas naturales. Pero ¿Quién se la apropia? Eso depende. Podría quedársela el productor agropecuario; podría apropiarla (y este es el caso arquetípico) el terrateniente.

Pero existen otros sectores vinculados con la producción agropecuaria (los que monopolizan el sistema de transporte de productos agropecuarios o su comercialización; la agroindustria que procesa estos productos; el sistema financiero) que tienen un poder relativo para apropiar, también, parte de la renta. No existe una regla económica para la distribución de la renta. La proporción en que ésta se reparte obedece a determinaciones extraeconómicas y tiene que ver con las relaciones sociales que se establecen entre las partes involucradas.

¿Cuál agroindustria?

No todas las empresas agroindustriales están en condiciones de apropiar RDEI. A fin de analizar sus distintas posibilidades nos será útil clasificarlas en tres grupos:

- Industrias que producen principalmente para el mercado internacional (aceiteras, harineras, frigoríficos);
- Industrias orientadas principalmente al mercado interno, que procesan la producción pampeana (por ejemplo usinas lácteas, galletitas);
- Industrias orientadas principalmente al mercado interno, que procesan producciones regionales (por ejemplo, tabacaleras, vitivinícolas).

El **grupo 1** es históricamente un apropiador de RDEI. La mayor evidencia empírica de este fenómeno (cuya magnitud no podemos cuantificar) es que, aun hoy, nuestro país es internacionalmente competitivo en aquellos bienes que, directa o indirectamente, aprovechan ventajas naturales del sector primario

como lo evidencian las exportaciones agropecuarias que constituyen, aun hoy, dos tercios del valor total exportando. Los principales rubros de exportación en el balance comercial son los derivados del complejo aceitero-harinero-pellets. De las 20 primeras firmas exportadoras, 13 son agroindustrias pertenecientes a este primer grupo (Ver tabla N° 5).

El **grupo 2** debe ser analizado con detenimiento ya que en él se encuentra la novedad. Este sector se vincula con una producción primaria que, en principio, goza de ventajas naturales con respecto al mundo. Pero la existencia de ventajas naturales no es suficiente para dar lugar a una ganancia extraordinaria. Se requiere además que la tecnología permita que el producto pueda ser realizado en un mercado mundial (cuyo precio refleje el costo de producción en zonas menos favorecidas). Pero en la Argentina la apertura económica y el nuevo paradigma tecnológico vienen desempeñando un papel crucial porque brindan las posibilidades técnicas para el traslado internacional de productos perecederos o frágiles.

Tomemos como ejemplo el sector lácteo. El hecho de que una vaca en la Argentina pueda, a igual tecnología, producir a un costo unitario menor que en otros lugares, no dará lugar a una ganancia extraordinaria a menos que el tamboro pueda vender su leche en tales mercados. Pero no podrá, dadas las características sumamente perecederas de la leche fluida. Sin embargo ciertos subproductos lácteos son menos perecederos (y la tecnología alimenticia tiende a ampliar esta gama). La usina láctea puede aprovechar las ventajas naturales de la producción primaria y realizar una sobre-ganancia (que es renta por provenir justamente de ventajas naturales) vendiendo en mercados internacionales. Una señal clara de las posibilidades de obtener renta en este grupo es el interés de empresas internacionales por producir tales bienes desde la Argentina hacia el exterior⁵.

El **grupo 3** no goza en general de ventajas naturales en escala internacional, por lo que no podemos afirmar que tenga posibilidad de captar RDEI, aunque sí puede apropiarse otros tipos de renta.

Los efectos territoriales de la extracción de renta diferencial

Como puede observarse en la tabla N°1, la balanza comercial argentina resultó favorable, aunque con modestas cuantías de exportación, hasta el año 1992 en el cual se dieron los cambios antes referidos y se entró en el período de la convertibilidad estableciéndose un tipo de cambio fijo, en el cual el peso se ligó al dólar estadounidense. Durante prácticamente todo este período, la balan-

za comercial resultó negativa. Fue recién durante el año 2000 que producto de la recesión y la disminución de las exportaciones la balanza comercial fue nuevamente favorable. En los años siguientes, y producto de la brusca devaluación de la moneda del año 2002, las exportaciones crecieron vertiginosamente y la balanza comercial comenzó a arrojar saldos favorables y crecientes.

Tabla N° 1: Balanza comercial argentina 1983-2011

Serie histórica de la Balanza Comercial Argentina. Años			
Años	Exportación	Importación	Saldo
Miles de dólares corrientes			
1983	7.836.063	4.504.156	3.331.907
1984	8.107.405	4.584.672	3.522.733
1985	8.396.017	3.814.148	4.581.869
1986	6.852.213	4.724.053	2.128.160
1987	6.360.160	5.817.818	542.342
1988	9.134.812	5.321.565	3.813.247
1989	9.579.271	4.203.194	5.376.077
1990	12.352.532	4.076.665	8.275.867
1991	11.977.785	8.275.271	3.702.514
1992	12.234.949	14.871.754	-2.636.805
1993	13.117.758	16.783.513	-3.665.755
1994	15.839.213	21.590.255	-5.751.042
1995	20.963.108	20.121.682	841.426
1996	23.810.717	23.761.809	48.908
1997	26.430.855	30.450.184	-4.019.329
1998	26.433.698	31.377.360	-4.943.662
1999	23.308.635	25.508.157	-2.199.522
2000	26.341.029	25.280.485	1.060.544
2001	26.542.726	20.319.579	6.223.147
2002	25.650.599	8.989.546	16.661.054
2003	29.938.753	13.850.774	16.087.979
2004	34.575.734	22.445.281	12.130.455
2005	40.386.762	28.686.890	11.699.872
2006	46.546.203	34.153.683	12.392.520
2007	55.980.309	44.707.463	11.072.093
2008	70.018.839	57.462.452	12.556.387
2009	55.672.097	38.786.269	16.885.827
2010	68.187.207	56.792.578	11.394.629
2011	83.950.205	73.936.537	10.013.668

Fuente: INDEC

Fuente: INDEC

Si observamos la tabla N° 2, podemos observar que las exportaciones de productos primarios creció vertiginosamente durante el período inmediatamente

te posterior a la devaluación de la moneda. También lo hicieron a un ritmo muy importante las manufacturas de origen agropecuario y las de origen industrial. En este punto, debemos remarcar que del total de exportaciones, por ejemplo del año 2007, las cuales totalizan 17.333 millones de dólares 44,20% del total corresponden al complejo petroquímico, 34,6% al complejo automotriz y 11,28% al complejo siderúrgico.

Es decir que el 90% de las exportaciones industriales por fuera de la agro-industria corresponden a solamente tres complejos, lo cual habla de lo poco diversificada que se encuentra aún en la actualidad la matriz económica argentina. Esto puede constatare en la parte de importaciones de la misma tabla en la cual se observa que la mayoría de los productos importados corresponden a bienes intermedios y bienes de capital. Esto remarca la dependencia externa de la economía argentina y lo sensible que resulta a la variación de demanda o la disminución de precios de sus principales productos exportables.

Tabla Nº 2: Exportaciones e importaciones por productos 2005-2012.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Exportaciones FOB	40.387	48.648	66.980	70.019	66.872	88.134	83.960	81.206
Productos primarios	3.110	3.826	12.486	18.202	9.267	16.142	20.214	19.642
Manufacturas de origen agropecuario	13.142	16.286	19.214	23.908	21.226	22.881	28.192	27.474
Manufacturas de origen industrial	11.986	14.343	17.333	22.063	18.734	23.318	23.916	27.980
Combustibles y energía	7.160	7.313	8.949	7.348	8.467	8.616	8.829	8.628
Importaciones FOB	27.300	32.638	42.626	64.698	37.148	63.888	70.743	86.683
Fletes	1.241	1.387	1.981	2.637	1.460	2.381	2.840	2.816
Seguros	148	189	222	230	190	272	364	358
Importaciones CIF	28.887	34.164	44.708	67.483	38.798	66.602	73.938	89.614
Bienes de capital	7.011	8.201	10.397	12.988	8.868	11.847	13.999	12.137
Bienes intermedios	10.378	11.813	16.371	20.228	12.681	17.887	21.793	19.996
Combustibles	1.646	1.732	2.346	4.333	2.828	4.474	9.413	9.288
Piezas y accesorios para bienes de capital	4.868	6.176	8.086	9.969	7.230	11.469	14.919	14.137
Bienes de consumo	3.182	3.970	6.208	8.292	6.089	8.811	8.040	7.293
Vehículos automotores de pasajeros	1.803	2.038	2.709	3.374	2.612	4.482	6.692	6.386
Otros	132	119	114	111	131	142	209	301

Fuente: INDEC.

Si observamos la Tabla Nº 3 podemos ver que el complejo de oleaginosas concentra en el año 2011 más de un cuarto de las exportaciones nacionales siendo la soja casi en exclusividad la que compone este guarismo. Por otro lado, podemos ver que el resto de los cereales constituyen otro 11 por ciento de las exportaciones. Es decir que estos dos complejos resultan en cerca del 40% de las exportaciones argentinas.

Tabla N° 3: Exportaciones según complejos 2007-2011

Exportaciones según complejos exportadores. Años 2007-2011					
Complejos exportadores	Años				
	2007	2008	2009	2010	2011*
	Millones de dólares				
Total general	55.980	70.019	55.672	68.187	83.950
Principales complejos	46.887	57.210	44.242	55.417	68.179
Complejos oleaginosos	14.401	18.394	13.964	18.079	22.014
Complejo soja	13.605	16.609	12.990	17.317	20.561
Complejo girasol	764	1.729	934	721	1.367
Otras exportaciones oleaginosas	32	57	40	42	88
Complejo automotriz	6.010	7.247	5.982	8.620	10.627
Complejos cereales	5.243	7.662	3.931	5.417	9.426
Complejo maicero	2.296	3.593	1.679	3.227	4.696
Complejo triguero	2.386	3.143	1.430	1.359	3.108
Complejo arrozero	148	234	267	230	357
Otras exportaciones cerealeras	413	692	555	600	1.265
Complejos petrolero-petroquímico	7.679	8.510	6.772	7.213	7.388
Complejo petróleo y gas	5.614	6.189	5.247	5.393	5.300
Complejo petroquímico	2.065	2.321	1.525	1.820	2.088
Complejos de origen bovino	3.236	3.522	3.230	3.276	3.944
Complejo carne	1.493	1.735	1.888	1.356	1.501
Complejo cuero	1.099	964	696	1.036	960
Complejo lácteo	644	823	647	884	1.482

Fuente: INDEC

Si observamos ahora la tabla N° 4 podemos observar que las principales provincias exportadoras resultan las tres principales provincias de la Región Pampera. Buenos Aires, que concentra el 33,51 del total de las exportaciones nacionales con una estructura diversificada, Santa Fe con un 21,2% significando solamente la soja más de la mitad y Córdoba con un 12,66%. Es decir que solo tres provincias de un total de 23 con que cuenta la República Argentina concentran más del 65% de las exportaciones nacionales, siendo los productos agropecuarios y los productos agroindustriales derivados los protagonistas principales del paquete exportable.

Tabla Nº 4: Origen provincial de las exportaciones año 2011.

Origen provincial según complejos exportadores. Año		
Provincia - Complejo	Miles de dólares	Participación
Total exportaciones	83.950.205	%
BUENOS AIRES	28.433.733	100
Automotriz	6.892.914	25,0
Resto exportaciones	6.625.241	24,0
Soja	2.639.275	9,0
Triguero	1.815.987	6,0
Maicero	1.681.746	6,0
Siderúrgico	1.525.453	5,0
Petroquímico	1.272.638	5,0
Petróleo y gas	1.018.894	4,0
Girasol	987.966	4,0
Otras exportaciones cereales	865.106	3,0
Carne bovina	803.123	3,0
Pesquero	558.116	2,0
Cueros bovinos	468.555	2,0
Hortícola	256.475	1,0
Lácteos	222.437	1,0
Celulósico-papelero	149.704	1,0
SANTA FE	17.804.329	100
Soja	10.230.365	57,0
Resto exportaciones	2.865.471	16,0
Automotriz	1.357.477	8,0
Maicero	698.667	4,0
Lácteos	666.377	4,0
Carne bovina	397.430	2,0
Triguero	355.161	2,0
Cueros bovinos	282.771	2,0
Girasol	236.773	1,0
Siderúrgico	161.701	1,0
Petroquímico	158.206	1,0
Petróleo y gas	136.505	1,0
CÓRDOBA	10.634.504	100
Soja	4.054.813	38,0
Automotriz	2.103.027	20,0
Resto exportaciones	1.321.171	12,0
Maicero	1.161.800	11,0
Maní	766.558	7,0
Lácteos	504.067	5,0
Triguero	369.256	3,0
Carne bovina	100.650	1,0
Otras exportaciones cereales	77.961	1,0
Girasol	75.919	1,0

Fuente: INDEC

Observemos finalmente la tabla N° 5 y podremos constatar que el 53% de las exportaciones argentinas están repartidas en solamente 25 empresas. De estas 25, 13 están ligadas al agronegocio y si consideramos las primeras 10, 7 de ellas se dedican al procesamiento de productos agropecuarios y sus derivados. Es decir que las principales empresas exportadoras argentinas extraen renta diferencial a escala internacional motivada principalmente por las excelentes condiciones relativas que presentan las praderas pampeanas para la producción de alimentos a gran escala. El resto de las empresas que aparecen en esta tabla están ligadas a la industria petrolera, petroquímica, siderúrgica y automotriz, mostrando una vez más lo poco diversificada que resulta la matriz productiva nacional.

Tabla N° 5 Principales exportadores argentinos año 2011.

PRINCIPALES EXPORTADORES ARGENTINOS	
Año 2011 - En millones de u\$s	
Minera Alumbraera	4.132
Cargill	3.737
Pan American Energy	3.608
Bunge	3.517
LDC	3.060
Acelitera General Deheza	1.931
Volkswagen	1.616
ADM	1.602
Vicentin	1.554
Noble Argentina	1.412
Alfred Toepfer	1.376
Molinos Rio de la Plata	1.356
Nidera	1.162
Transportadora de Gas del Sur	942
FOR	873,7
Oleaginosa Moreno	873,6
Asoc. de Coop. Arg.	764
YPF	655
Medanito	632
Siderca	621
Aluar	603
Tecpetrol	573
General Motors	540
Cerro Vanguardia	511
Pan American Sur	232
TOTAL SOBRE EXPORTACIONES ARGENTINAS	53%

Fuente: AIERA sobre datos de Nosis

Conclusiones

Como pudimos observar, la república Argentina debido a las aptitudes naturales de su franja centro-oriental ingresó, hacia fines del siglo XIX, a la División Internacional del Trabajo como productora de alimentos a gran escala. La fertilidad de sus suelos, le permitió a la Argentina gozar de notorias ventajas comparativas para el desarrollo de la ganadería y la agricultura extensivas. En este sentido, el eje económico que hasta entonces se encontraba en la región Noroeste vinculada a la dinámica económica del virreinato del Perú se desplazó hacia Virreinato del Río de la Plata creado hacia fines del siglo XVIII en pos de los intereses comerciales de la metrópolis inglesa.

El Puerto de Buenos Aires se erigió, desde entonces, en eje de la economía nacional. Por allí se drenarían los alimentos destinados a surtir las necesidades de los obreros industriales ingleses y entrarían los productos manufacturados en la metrópolis destinados a surtir las necesidades de bienes de uso y de capital locales.

Las oleadas migratorias de fines del siglo XIX, cumplieron por un lado la función de descomprimir poblacionalmente a Europa Occidental y por otro lado dotaron de mano de obra a la pujante actividad agropecuaria argentina. Estas oleadas migratorias, conformaron la fisonomía socio-cultural de la Región Pampeana, entendida esta como un compendio de elementos naturales y antrópicos, combinados dialécticamente en función de las necesidades de la historia.

La evolución de las actividades agrícola-ganaderas pampeanas atravesó por sucesivas etapas en función de la paulatina incorporación del tecnología tanto en términos agronómicos como de maquinarias. Las décadas de los años 1960 y 1970, supusieron un punto de inflexión al compás de la revolución verde. La incorporación a escala de tractores, semillas mejoradas y herbicidas marcaron un desplazo de la ganadería a manos de las actividades agrícolas. Este proceso se conoce como “agriculturización” de la Pampa. La ganadería, por su parte, fue desplazándose hacia zonas extra-pampeanas en un proceso referido como “pampeanización de la argentina”.

El proceso de apertura económica, iniciado por la dictadura militar durante los años de 1970, en latencia durante los años 80', fue institucionalizado por el gobierno de Carlos Menem en los 90' a través de leyes y normas que redujeron y descentralizaron el estado. En estos años las semillas transgénicas ingresaron a la región pampeana y con ella se difundieron ampliamente las oleaginosas en detrimento de los cereales.

Desde entonces, los mega-empresamientos agroindustriales, que verticalizan e integran el proceso productivo, se convirtieron en los agentes más dinámicos del reconfigurado modelo económico basado en la exportación y sos-

tenido por el alto precio de los alimentos, las materias primas y los combustibles en el mercado mundial. Estos agentes se transformaron en grandes acaparadores de renta diferencial a escala internacional. Sobre todo en función de alimentar el creciente mercado asiático.

En este sentido, podemos remarcar, que aún con matices, el rol de la República argentina dentro de la economía mundo capitalista poco ha variado con respecto al siglo XIX. La Región Pampeana sigue detentando ventajas comparativas para la producción de alimentos generando cerca del 60% de las exportaciones nacionales. De esta forma, existe una continuidad histórica de un modelo que acumula por desposesión y que privilegia y desarrolla regiones geográficas en forma selectiva y desigual.

La mayor participación de los complejos petroquímico y automotriz en las exportaciones, tiñe de matices el esquema pero se encuentra, en gran medida, en manos de volátiles capitales multinacionales que no dudarán en seleccionar otros espacios geográficos en la medida que las coyunturas los obliguen o que el estado no les garantice las condiciones jurídico-administrativas necesarias para continuar su proceso de reproducción de capital.

La promesa de la reducción de la pobreza a partir de un comercio más libre, mercados abiertos y estrategias neoliberales de globalización no se ha materializado y el desarrollo geográfico desigual⁵ continúa siendo una premisa básica para la reproducción del capital a escala planetaria y a escala nacional.

En ese marco encontramos hoy a la Región Pampeana argentina, epicentro territorial de un país fragmentado y desarticulado.

Notas

¹⁾ Docente en la cátedra de Geografía Económica de la carrera de Economía de la Universidad Nacional de Buenos Aires. Licenciado en Geografía por la Universidad Nacional de Mar del Plata. Doctor en Historia por la Universidad Nacional de Mar del Plata.

²⁾ Sistema diseñado por la burguesía europea en función de asegurar la continuidad de su crecimiento económico, basado en la división internacional del trabajo. Mientras el core o centro, ubicado en Europa Occidental, producía manufacturas, la periferia, ubicada en América, Asia, África y Oceanía, producía materias primas estratégicas y alimentos baratos que permitirían una disminución de los costos de la mano de obra industrial así como una mayor especialización de los asalariados centrales en labores de alto valor agregado. Véase Immanuel Wallerstein, "The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the

European World Economy in the Sixteenth Century”, New York, 1974.

³⁾ Véase David Harvey, Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual, GeoBaires, Cuadernos de Geografía, mayo de 2007, p18.

⁴⁾ Revista QuímicaViva, número 1, año 5, abril 2006.

⁵⁾ En el sector lácteo la extranjera Parmalat compró La Vascongada; Nestlé expandió sus inversiones en instalaciones; la francesa Danone se asoció con Mastellone, etc. En la producción de galletitas, Nabisco compró a Terrabussi, Danone a Bagley, etc.

Bibliografía

Barsky, Osvaldo (1993): *“La evolución de las políticas agrarias en Argentina”*. En Marta Bonaudo y Alfredo Pucciarelli (compiladores): *“La problemática agraria. Nuevas aproximaciones”*. Tomo III. Colección Los Fundamentos de las Ciencias del Hombre N° 121. Bs As. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires.

Barsky, Osvaldo y Gelman, Jorge (2001): *“Historia del Agro Argentino. Desde la Conquista hasta fines del siglo XX”*. Editorial Grijalbo Mondadori. Buenos Aires.

Blanco, Mariela (2001): *“La agricultura conservacionista y sus efectos sobre la mano de obra rural. La aplicación de siembra directa en el cultivo de cereales y oleaginosas”*. En Neiman, G. (compilador). Trabajo de Campo. Ciccus. Buenos Aires.

Castells, Manuel (1996) *“The rise of the network society. The information age: Economy, society and culture”*, volume I., Blackwell Publishers Ltd. Oxford, U.K.

Flichman, Guillermo (1982): *“La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino”* Siglo XXI, Buenos Aires.

Harvey, David (2005) *“Una Breve historia del neoliberalismo”*, Akal, Madrid.

Harvey, David (2007) *“Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual”*, GeoBaires, Cuadernos de Geografía, Buenos Aires.

Lázaro Silvia (1992), *“Estado, capital extranjero y sistema portuario argentino (1980-1914)”*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires.

Liberali, Ana María y Gejo, Omar. *“Globalización y Regionalización. Algo más que una contradicción aparente”*. Anuario de la División Geografía 2000-2001 – Luján.

Ortiz, Ricardo M. (1943) *“Valor económico de los puertos argentinos”*, Losada, Buenos Aires.

Obschatko, Edith (1990): *“La transformación económica y tecnológica de la agricultura pampeana. 1950 – 1984”*. Cap. 1. Ediciones culturales Argentinas. Ministerio de Educación y Justicia de la Nación. Secretaria de Cultura, Buenos Aires.

Plasencia, Maria Adela (1996): *“Renta Agraria y Agroindustria”*. En Realidad Económica N° 143. IADE, Buenos Aires.

Santos, Milton (1998), *“Metamorfoses do Espaço Habitado”*, Hucitec, Sao Paulo.

Teubal, M. (1995): *“Globalización y expansión agroindustrial, ¿superación de la pobreza en América Latina?”*. Editorial Corregidor Buenos Aires, Argentina.

Teubal, M.; Rodríguez, J. (2002): *“Agro y alimentos en la Globalización. Una perspectiva crítica”*. Editorial La Colmena Buenos Aires, Argentina.

Wallerstein, Immanuel (1974) *“The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century”*, New York.

Yurkievich, Gonzalo (2009) *“Transformación estructural, conflictividad social y deterioro espacio-ambiental en el Puerto de la ciudad de Mar del Plata. 1997-2007”*, en: Revista de Estudios Marítimos y Sociales, año 2, N°2, Mar del plata, GESMAR.

Yurkievich, Gonzalo (2010), *“Actualidad de los puertos argentinos en el marco de los nuevos paradigmas portuarios de la globalización”* en Liberali, Ana y Gejo, Omar (compiladores): *“La Argentina como Geografía. Procesos productivos e impacto social (1990-2008)”*, Centro de Estudios Alexander Von Humboldt.

OTRAS FUENTES

- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.
- Organización Mundial del Comercio.
- Secretaría de Agricultura Ganadería, Pesca y Alimentación.
- Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo Pesquero.





El bioma pampa: un territorio en disputa

Marcel Achka¹

Aspectos generales

El proceso actual de intensificación de la producción agropecuaria en el Bioma Pampa presenta dos grandes hitos. El primero de ellos, se vincula con la promoción de cultivos forestales de rápido crecimiento que se viabilizó en forma diferencial según los distintos países: aprobando leyes, implementando programas e incluso subsidiando a los monocultivos forestales. El segundo hito es la aparición y expansión progresiva desde Brasil y Argentina del fenómeno de sojización. Estos dos monocultivos intensivos en cuanto a la utilización de bienes naturales (suelos y aguas) y extensivos por la superficie que ocupan, son los principales responsables por la presión que los agronegocios ejercen en la dinámica ambiental del bioma pampa (ACHKA et al. , 2010).

Desde la década de 1990 a la actualidad, los territorios del Pampa han

experimentado un proceso creciente de intensificación productiva agraria. Se define como “intensivismo” a una modalidad de gestión de los bienes basada en la remoción y movilización de materiales y flujos de la naturaleza a gran escala, con la finalidad de incrementar la producción a expensas de la incorporación de paquetes biotecnológicos y fitosanitarios. La intensificación se constituye por la expansión de las actividades agrícolas en dos dimensiones: una en sentido horizontal, al extenderse la frontera agrícola, y la otra dimensión en sentido vertical, al incrementarse la producción por unidad de superficie.

La extensión de la frontera agrícola lleva implícita la especialización productiva, cambios en los usos del suelo y la simplificación y homogeneización de los territorios rurales. Para aumentar la eficiencia de la inversión en tecnologías y maquinaria se requiere ampliar el tamaño de las unidades de producción, por tanto la extensión de la frontera agrícola es acompañada de la concentración de la tierra. El aumento de la producción por unidad de superficie ejerce una mayor presión sobre los bienes de la naturaleza, con el incremento sostenido en el uso de insumos externos por unidad de superficie: fertilizantes y biocidas (insecticidas, fungicidas, herbicidas).

La extensión de la superficie agrícola tiene como impactos de relevancia la reducción espacial de campos naturales, humedales y bosques, y la configuración territorial de nuevas regiones productivas. La especialización productiva conlleva a la disminución de la biodiversidad. La extensividad de los monocultivos se asocia a la especulación en el mercado inmobiliario rural, lo que aumenta los precios de arrendamiento y compra de campos y la concentración de la propiedad. El incremento de la presión por unidad de superficie favorece la erosión y degradación de los suelos y la contaminación hídrica.

En contrapartida, la intensificación trae como fenómeno asociado la acelerada reproducción del capital en el espacio agrario y el incremento de las ganancias de los productores vinculados a los agronegocios. La dimensión económica del modelo de desarrollo agrícola es la que manifiesta los impactos positivos de mayor relevancia, pero cuyas externalidades no son consideradas, por ejemplo, la degradación de los suelos, la contaminación de las aguas, la disminución de la biodiversidad y la expulsión de población rural y sus saberes.

El bioma pampa

Al conjunto de las formaciones ambientales de pastizales en la zona sur de la Cuenca del Plata, se las denomina bioma pampa y corresponde a una de las regiones de praderas templadas más extensas del planeta. Ocupa una superficie

de 750.000 Km², distribuidos en los territorios de Uruguay, Paraguay, Brasil y Argentina, donde viven aproximadamente 35 millones de personas. A nivel global el bioma pampa comprende al 2.5 % de las tierras agrícolas del mundo con el 0.45 de la población mundial. El bioma pampa es una zona estratégica de la cuenca del Río de la Plata, ya que corresponde a los territorios de la cuenca baja ocupando el 40% de las tierras agrícolas de la cuenca y el 35% de la población (SORIANO et al., 1992).

Los territorios de la Cuenca del Plata y en especial del bioma Pampa son valorizados geopolíticamente por las coronas española y lusitana por primera vez a mediados del siglo XVI como territorio de frontera viva y como puerta de ingreso al interior del continente que se debía cerrar herméticamente. Tras años de exhaustivas exploraciones geográficas concluyeron en la fundación de las ciudades puerto sobre los principales cursos fluviales navegables de la cuenca: Buenos Aires, Concepción de Buena Esperanza y fundamentalmente Asunción del Paraguay, todas ellas con una posición geoestratégica de privilegio, en el heartland de América del Sur (PESCE, 2003). Así la importancia geográfica del Bioma Pampa implicó que fuera considerado por las potencias colonizadoras como polo geográfico colonizador definitivo en la Cuenca del Plata y de la región templada de América del Sur durante las últimas décadas del siglo XVI.

El conocimiento sobre la diversidad biofísica y sociocultural de estos territorios es diferencial e incompleto, presentando diferencias significativas entre países. Sin embargo la configuración de la diversidad paisajística, en el sentido de paisaje cultural, le confiere al bioma Pampa una singularidad e identidad propia que se manifiesta en todo su territorio y se construye durante el proceso de transformaciones del espacio culturalmente ocupado, al cual corresponde un tiempo específico. Entonces el bioma Pampa es un estado del sistema ambiental, que alude al trabajo humano que se ejerce sobre una porción de espacio. Una producción a partir del espacio que pone en juego un sin número de relaciones que se inscriben en un campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

La profundización del sistema capitalista, signado por el desarrollo de la agricultura industrial, con el proceso de intensificación agraria, aumenta la presión sobre los atributos estructurales y/o funcionales del territorio. Se configu-

ran en este proceso, sistemas más simples y los territorios se abren al aporte de cantidades crecientes de insumos. Las transformaciones del uso del suelo, con cambios acelerados en los sistemas tecnológicos y en los estilos y géneros de vida en la población rural, la aparición de nuevos agentes transnacionales que incrementan su poder sobre los territorios y la producción de alteraciones ambientales, están construyendo una territorialidad diferente. Estas transformaciones operan en forma multiescalar e interdependiente en las actividades agrarias, entre ellas y en el territorio. La presión sostenida de agentes externos al sistema genera tensiones nuevas en la estabilidad del territorio generando frentes de inestabilidad multidimensional que fragmenta los paisajes, las sociedades locales y los territorios. Aumentando la vulnerabilidad de las poblaciones locales y por lo tanto sus niveles de riesgo para satisfacer sus expectativas de desarrollo sustentable.

Este proceso es especialmente intenso y complejo en los últimos 30 años, donde las mutaciones de los territorios agrarios presentan distintos ritmos de profundización como respuestas a tres fases de organización económica y política implementadas por los gobiernos nacionales significativamente diferentes, las cuales es necesario comprender para avanzar en la identificación de estrategias posibles de avance hacia niveles crecientes de sustentabilidad.

Fase 1. el escenario neoliberal (1980 - 1990)

Desde el punto de vista político las décadas de los 80 y 90 del siglo pasado se caracterizaron por la sucesión de gobiernos cuyas políticas económicas consolidaron en América Latina el modelo neoliberal emergente del denominado Consenso de Washington (BATISTA, 2009; GEORGE, 2008; MORA, 2005). En realidad, las políticas neoliberales habían comenzado a implementarse en la región durante la década de los años 70. Sin embargo, lo que ocurrió durante los dos últimos decenios del siglo veinte es lo que Ramonet (1997) denominó la imposición de los regímenes “*globalitarios*”, identificando como tales, a aquellos gobiernos que impulsaron los dogmas del libre mercado y que subordinaron las economías, las sociedades y las culturas nacionales a la razón competitiva de los mercados financieros transnacionales, y con ello transfirieron decisiones fundamentales de la esfera pública a la privada. Para ello se promovió a nivel mundial la liberalización del comercio internacional y la inversión extranjera directa y a nivel interno en cada país se dio impulso a las privatizaciones de patrimonios, servicios y bienes naturales, la desregulación de la economía, la implementación de reformas impositivas, y la reducción del gasto público (WILLIAMSON, 1990).

Ese proceso estuvo basado en una estrategia integrada por tres premisas básicas: a) que era necesario promover la inversión extranjera para que los países de la región alcanzaran el crecimiento económico sostenido (ANAYA, 2012), b) que para atraer las inversiones era necesaria la más amplia apertura de los mercados internos (PUELLO-SOCARRÁS y GUNTURIZ, 2013) y c) que se debían efectuar reformas institucionales para levantar las restricciones, subsidios y regulaciones por parte de los Estados nacionales, ya que se entendían como una competencia desleal desde la perspectiva del capital (FARJE, 2013).

Chomsky (2001) plantea que la política neoliberal impulsada por los organismos multilaterales de crédito se caracterizaba por la *“la ideología del doble filo”*, ya que en realidad promovían que los gobiernos de la región latinoamericana impulsaran la protección estatal y los subsidios públicos para los inversores del capital y, por otro lado, impulsaban la disciplina de mercado para la prestación de servicios públicos. Para esto último impulsaban que los estados efectuasen un recorte económico a los programas de asistencia social, a los que conciben como *“gasto público”*.

El discurso para los espacios agrarios en este periodo se construyó sobre la base de la necesidad de acondicionar territorios eficientes. Entendidos como aquellos espacios locales que permiten implementar innovaciones tecnológicas y se abren a las inversiones extranjeras directas. Para ello deben contar con una frontera agrícola potencial y amplia disponibilidad de recursos naturales. Por su parte los gobiernos locales deben proveer beneficios logísticos, económicos y fiscales como incentivos atractores de los capitales internacionales.

En esta fase se desarrollan procesos tendientes a acondicionar los territorios agrarios del bioma Pampa para recibir la inversión extranjera, generando las condiciones para optimizar los factores de producción y posibilitar la obtención de commodities y materias primas de origen agrícola. En la práctica esto se traduce en maximizar la producción exportable minimizando los costos de producción. Para lograr estos resultados fue necesario el desarrollo ideológico que postuló el pensamiento único de desarrollo en base a la apertura de los espacios locales a la inversión extranjera.

De esta forma los territorios eficientes se organizan en función de los requerimientos del mercado global que impone que, cuando y como producir. Se asigna especial importancia a la gestión financiera y empresarial para lograr la eficacia económica entendida como la trayectoria que maximice la rentabilidad. Se consolidan cadenas de actividades especializadas desde el punto de vista productivo, ambiental y territorial a partir de la valorización sectorial y unidireccional de la diversidad de bienes y servicios ecosistémicos existentes en los territorios. En los espacios agrarios resultó necesaria la aplicación de tecnológi-

as especializadas en la monoproducción a gran escala, con la homogeneización y uniformización de los patrones de producción, comercialización y consumo. Procesos que fueron acompañados y sostenidos por discursos que intentaron la banalización de la diversidad social-cultural y biológica preexistentes en los territorios, con argumento que los territorios que no se acondicionaran con estos criterios pasarían a ser considerados territorios ineficientes (MISLEH, 2011).

Sobre fines de la década de 1980 y principios de los 1990 se consolida el crecimiento de los territorios del agronegocio en el bioma Pampa, principalmente sobre la base de la soja como cultivo estrella de las grandes multinacionales presentes en la región. Los agronegocios constituyen un complejo espacio económico en el que convergen inversiones de capital transnacional en el conjunto de las actividades y sectores vinculados a la producción, distribución y comercialización de productos agrarios a escala global. El avance de la frontera del agronegocio genera territorios disociados y degradados, que se consolidan a partir de la homogeneización de los diversos territorios rurales preexistentes. Las estrategias espaciales del accionar de las empresas transnacionales son selectivas y consolidan la fragmentación territorial. Disminuyendo progresivamente la soberanía alimentaria de la población local, acelerando los procesos de expulsión de la población rural de sus territorios, con la justificación de la eficiencia de la modernización del espacio rural por el accionar del agronegocio.

En esta fase el capital transnacional consolida procesos crecientes de acumulación por desposesión, implementando los mecanismos más eficientes y depredadores de capitalismo (HARVEY, 2005). Los ejemplos de la aceptación pasiva de los estados nacionales en los procesos de patentes y licencias de materiales genéticos por parte de empresas transnacionales, y usadas luego contra poblaciones cuyas prácticas de manejo ambiental han jugado un papel crucial en el desarrollo de estos materiales. La necesidad de estas empresas de incorporar la discusión de la propiedad intelectual en las negociaciones de la OMC, como mecanismo de legalizar la biopiratería. Es decir se presenta un complejo accionar para lograr la total transformación de la naturaleza del bioma Pampa en mercancía, como imagen objetivo de la fase neoliberal.

Fase 2. El progresismo latinoamericano a inicios del siglo XXI

Las consecuencias sociales y económicas producto de la aplicación de las políticas neoliberales por casi una década derivaron en la elección, por la vía

democrática en muchos de los países de América Latina, de gobiernos que por sus discursos políticos y sus prácticas se llaman los *nuevos gobiernos latinoamericanos*, e incluso algunos autores referirán a ellos como las nuevas izquierdas del Cono Sur latinoamericano (MOREIRA *et.al*, 2008).

A partir del ascenso democrático al gobierno de Venezuela del presidente Hugo Chávez en 1998, el mapa político de América del Sur comenzó a experimentar cambios que han significado rupturas discursivas y de instrumentación de políticas públicas con respecto a las dos décadas anteriores. Estos “nuevos” gobiernos tienen como denominador común programas orientados a enfrentar los efectos sociales y económicos, e incluso la falta de credibilidad en la política, provocados por el neoliberalismo. Los programas de gobierno, con sus diferentes matices, siguen lineamientos comunes en Latinoamérica (MOREIRA *et.al*, 2008) y pueden sintetizarse como:

a) Oposición al rol del mercado como eje estructurante y articulador de las dimensiones sociales y culturales

b) Presencia del Estado en la regulación del mercado interno y la inversión del capital transnacional

c) Planificar y ejecutar políticas públicas desde el Estado en áreas estratégicas para la sociedad

d) Negociar el endeudamiento externo con los organismos internacionales de crédito desde un posicionamiento internacional más firme

e) Desarrollar estrategias internacionales específicas para captar mercados e inversión extranjera

f) Generar una fuerte tensión interna por la gestión de los bienes de la naturaleza.

La geografía política latinoamericana se ha ido modificando a lo largo de la primera década del siglo veintiuno con el surgimiento y la consolidación de nuevos gobiernos que tienen como objetivo alcanzar nuevos escenarios sociales, económicos y políticos. Esos gobiernos se proponen superar las consecuencias sociales y políticas producto de la aplicación de las transformaciones neoliberales manteniendo las relaciones sociales de producción, sin alterar las condiciones estructurales de distribución de la renta. Lo interesante es que las denominadas *nuevas izquierdas latinoamericanas* surgen como producto de la competencia electoral. Así amplias coaliciones de partidos políticos comparten la finalidad de introducir reformas para corregir las consecuencias sociales de los ajustes neoliberales en la década de los 90 (VILAS, 2008).

El proceso político de la región es producto del ciclo de ascenso, consolidación y declive de los regímenes neoliberales, lo que implica la irrupción en el escenario de la política de actores socio-políticos con nuevos discursos y prácticas

que combinan el marxismo con la política de clases y las luchas por los derechos de las minorías. Este fenómeno se encuadra en un patrón de acumulación del capital transnacional que adiciona a la inversión de capital en el sector financiero la explotación de cuatro bienes naturales fundamentales en el mundo contemporáneo: los bienes energéticos convencionales y fundamentalmente los bienes hídricos, edáficos, y genéticos (CANTOR, 2012). Desde la lógica capitalista, los bienes ambientales de los territorios de América del Sur se han transformado en las variables económicas de mayor rentabilidad, principalmente la posibilidad de extender la frontera agrícola a expensas de grandes extensiones ecosistémicas nativas (SPOOR *et al.*, 2011).

Esos procesos afectan a los territorios rurales de los países del bioma Pamapa, en donde la apropiación de los bienes naturales se produce por la imposición de los agronegocios llevada a cabo con el protagonismo de mega corporaciones transnacionales. La inversión de capital transnacional en la agropecuaria va acompañada del discurso de la obligada reconversión productiva como ventana de oportunidad para el desarrollo de los países del Sur. La adopción del modelo y sus lógicas inherentes, la permeabilidad política y cultural para adaptarse a la innovación, la apertura a las inversiones del capital, el fomento de la producción para la exportación, el incremento de excedentes agropecuarios, la especialización de la producción de bienes alimentarios, constituyen las bases promisorias para convertir las economías atrasadas de los países del Cono Sur latinoamericano en “*geografías ganadoras*”. (ACHKAR *et.al*, 2008).

En síntesis esta segunda fase es una aproximación a una definición “pos-neoliberal”, pero entendida como la construcción de un capitalismo “pos-neoliberal”. En un proceso que presta especial atención a las urgencias sociales, ensayando estrategias de redistribución de la renta e integración social. Con importantes avances en la institucionalización de la participación ciudadana y presentando bosquejos de reformas estructurales. Sin embargo en los espacios agrarios no se rompe con la consolidación de los territorios del agronegocio, al contrario se profundiza la importancia del agronegocio y se procesa un avance del modelo extractivista. Por lo tanto se profundiza la acumulación por desposesión y se agudiza la disputa por los territorios

La agricultura en la región sur de América del Sur está procesando cambios sin precedentes. La soja, el maíz, forestación y sistemas intensivos ganaderos son el motor de estos cambios. Las tendencias de los precios internacionales y la fuerte incorporación de nuevas tecnologías (semillas transgénicas, gigantismo de las prácticas agrícolas y la sobre explotación de los suelos, aguas y biodiversidad articulados con la destacada posición geográfica, orientan al agronegocio de exportación. Generando importantes impactos multidimensionales (PENGUE, 2015).

En este periodo Argentina pasa de 27 a 36 millones de hectáreas en superficie agrícola, donde los cultivos de soja ocupan el 43%. Uruguay pasa de 800.000 a 1.600.000 hectáreas en superficie agrícola, la soja con el 62% de la superficie. En Paraguay se pasa de 1,5 a 4 millones de hectáreas en superficie agrícola donde la soja ocupa el 70% y Brasil pasa de 50 a 75 millones de hectáreas en superficie agrícola con un 42% de soja.

Entonces en los territorios agrarios se manifiesta un avance del agronegocio y de la intensificación agraria con una profundización del sistema capitalista agrario y la consolidación de la agricultura industrial en detrimento de la agricultura campesina y de los productores familiares. Aumentan los impactos negativos en la dimensión biofísica pero también social económica y política, generando espacios ambientales agrarios en conflicto con aumento de los niveles de riesgo para la seguridad y soberanía alimentaria de la región.

Acosta (2011) caracteriza el modelo de desarrollo post neoliberal en la región Latinoamericana como un modelo extractivo, al que define de la siguiente manera,

“(...) Para intentar una definición comprensible utilizaremos el término de extractivismo cuando nos referimos a aquellas actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales que no son procesados (o que lo son limitadamente), sobre todo para la exportación. El extractivismo no se limita a los minerales o al petróleo. Hay también extractivismo agrario, forestal e inclusive pesquero” (ACOSTA, 2011).

Fase 3. El actual avance del neoliberalismo

El avance actual del neoliberalismo en la región es significativamente diferente al vivido en la década de 1990. En primer lugar se estructura desde una situación generada en el periodo progresista en América Latina, a diferencia de la situación pos-dictaduras. Los niveles de organización social y los avances, aunque limitados, en los logros de construir soluciones para algunos problemas sociales, son muy diferentes a la desestructuración social a la salida de las dictaduras de la década del 1970 y 1980. La propuesta de desarrollo neoliberal está liderada por una “derecha revanchista”. Boaventura de Souza (2016), que orienta el proceso hacia el logro de dos grandes metas: por una parte la destrucción de

los avances del progresismo en relación a la integración social; y por otra parte el intento de recuperar los recursos que se destinaron en la fase progresista a atender las urgencias de amplios sectores de la población.

Las primeras señales que se observan en la región (Paraguay, Argentina, Brasil) indican que se intenta transitar hacia la reapropiación de los recursos destinados a políticas sociales. En el sentido de avanzar en la clásica acumulación ampliada del capital, pero y especialmente en los espacios agrarios profundizando la acumulación por desposesión.

En la práctica se agudiza la disputa por los territorios, lo que implica una nueva fase de fragmentación de los territorios. Pero generando nuevas tensiones en el proceso de apropiación de los bienes de la naturaleza.

La coincidencia sistemática entre los discursos oficiales de algunos de los representantes de los gobiernos de la región y las grandes empresas transnacionales resulta un elemento destacable en esta nueva fase. Estos discursos hacen referencia a la importancia estratégica de las empresas transnacionales y de la inversión extranjera directa para desarrollar las regiones marginales o lograr los equilibrios territoriales a escala nacional. Sin embargo, estos principios fundamentalistas son refutados en forma sistemática por los resultados concretos, algunos de los cuales son la consolidación de territorios nacionales disociados, degradados y desarticulados (GONZÁLEZ GÓMEZ, 2012).

Además, estas propuestas son resistidas por los movimientos sociales a través de movilizaciones que promueven la revalorización y reconstrucción de lo público y/o movilizaciones que ponen de relieve las fronteras de la exclusión y que van, desde las demandas de trabajo, hasta la oposición al saqueo de los bienes naturales, la extranjerización de la tierra y la contaminación ambiental (KURi, 2014).

Así describe de David (2008) la reconfiguración de los territorios rurales en la región:

“En las últimas décadas, el espacio rural viene presentando una serie de transformaciones que evidencian la construcción de nuevas formas organizativas sociales y productivas, que son producto de los avances tecnológicos en la agricultura, de las demandas del mercado urbano industrial en lo que tiene que ver con la producción de alimentos y materias primas y también, de la presión siempre creciente de la sociedad organizada que, por medio de sus reivindicaciones, materializa en ese espacio, sus luchas” (DAVID , 2008).

Campos (2009) sostiene que existen tres esquemas interpretativos para comprender el modelo de desarrollo impulsado en la región:

i) El modelo extractivo como generador de riquezas y desarrollo económico, si se logran conciliar acuerdos de gestión y distribución entre instituciones –internacionales, nacionales- empresas transnacionales, trabajadores y población local.

ii) El desarrollo económico a partir de la articulación entre el extractivismo y las dinámicas rentistas de los Estados

iii) La integración de la estructura económica internacional con las históricas relaciones de producción y la división internacional del trabajo.

La autora finaliza proponiendo enfoques analíticos más complejos, que además de integrar el conjunto de factores propuestos en las tres perspectivas, que entiende no son excluyentes, atiendan a las trayectorias históricas, a las conexiones y redes transnacionales y al rol de las Instituciones, dado que el extractivismo está teniendo implicancias políticas, económicas y sociales a distintas escalas geográficas.

En el marco de los actuales procesos de estructuración neoliberal, aparecen algunas características y tensiones que podrían considerarse como singulares en este período y que son elementos importantes a considerar a la hora de avanzar en el diseño de estrategias posibles. Desde ese lugar es que se propone repensar la sustentabilidad socio ambiental como un nuevo paradigma de desarrollo.

Así, la sustentabilidad, Achkar, Domínguez y Pesce, (2004), podría ser concebida como un estado de condición (vinculado al uso y estilo) del sistema ambiental en el momento de producción, renovación y movilización de sustancias o elementos de la naturaleza, minimizando la generación de procesos de degradación del sistema (presentes o futuros). Esto implica necesariamente incorporar la materialidad de las relaciones que se presentan en los sistemas ambientales y que están constituidas por las dimensiones: físico-química-biológica; socio-cultural; económica y político-institucional, en tanto la materialidad espacial de las relaciones de estas múltiples dimensiones se presenta en el territorio.

Por lo tanto, los procesos implicados en la construcción de sustentabilidad en un territorio implica en primer lugar, que el estilo de desarrollo sea objetivado por un grupo o clase social que impulse la propuesta, en segundo lugar asumir la necesidad de formular escenarios sustentables socialmente apropiables y por último, diseñar estrategias de implementación con enfoque participativo (SAAVEDRA, 1993; ELIZALDE HEVIA, 2003; LIRA, 2006).

Finalmente el bioma Pampa es un territorio en disputa, como manifestación de la contradicción fundamental entre:

La expansión de la agricultura industrial que implica aumentar el uso intensivo de insumos (energía, maquinaria, fertilizantes y plaguicidas), la concentración del control sobre los medios de producción y la segregación de los productores familiares (HOUGHTON, 2001; LAL, 2005).

Por otra parte las propuestas de iniciar procesos de transición agroecológica, construyendo opciones de desarrollo rural sostenibles que se plantean desde lo agrario pero que lo trascienden porque se trasladan y emergen en toda la sociedad (PLAN NACIONAL DE AGROECOLOGÍA, 2015).

Notas

1) Maestría en Ciencias Ambientales Facultad de Ciencias- UDeLaR , Uruguay. Doctorado Medio ambiente y gestión sostenible del espacio Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, Francia. Licenciado em Geografía en La Facultad de Ciencias- UDeLaR , Uruguay

Bibliografía

ACHKAR, M; DÍAZ, I; DOMÍNGUEZ, A., PESCE, F. 2010. La Intensificación del uso Agrícola del suelo en el Litoral Oeste del Uruguay en la última Década”. **Revista Pampa**. Revista Interuniversitaria de estudios territoriales. AUGM. ISSN. 1669-3299. Santa Fé. Rep. Argentina.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A., PESCE, F. (2008). **Agronegocios Ltda**. Nuevas modalidades de colonialismo en el Cono Sur de América. FWW- REDES- AT. Montevideo.

ACHKAR, M.; DOMINGUEZ, A., PESCE, F. (2004) **Diagnóstico socio-ambiental participativo en Uruguay**. Programa Uruguay Sustentable/REDES- AT. Ediciones Tomate Verde. Montevideo.

ACOSTA, A. Extractivismo y neo extractivismo. Dos caras de la misma maldición. En: **Más allá del desarrollo**. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Fundación Rosa Luxemburgo. Ediciones ABYA AYALA, 2011. Quito.

ANAYA, A. 2012. Inversión extranjera directa y crecimiento económico. Evidencias para América Latina 1980-2010. **Revista de Economía del Caribe**. Nº10. Colombia. 36-64pp.

BATISTA J. 2009. **El condicionamiento al capital externo como instrumento para la implementación de reformas neoliberales en América Latina:** La aplicación del Consenso de Washington en Argentina (1989 – 2001) U.C.M.N.S.R. Facultad de Relaciones Internacionales. Bogotá. Colombia. 61pp.

BOAVENTURA DE SOUZA, 2016, Conferencia Facultad de Ciencias Sociales Ude-laR. Montevideo Uruguay.

SPOOR, M.N, BORRAS, S.M, JR., FRANCO, J.C, KAY, C. (2011). El Acaparamiento de Tierras en América Latina y el Caribe Visto Desde una Perspectiva Internacional más Amplia. EUR-ISS-PER. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1765/39173>

CAMPOS, A. 2009. Las industrias extractivas como campo social para el análisis: tres perspectivas y un ensayo de debate. En: *Relaciones Internacionales*, núm. 11, junio de 2009. GERI – UAM

CANTOR, R. 2012. *Colombia, un ejemplo contemporáneo de acumulación por desposesión*. Theomai Nº 26. Colombia. 24pp.

CHOMSKY, N. 2001. Democracia, mercados y derechos humanos. En: *Capitalismo, mundialización, socialismo*. Editorial Izquierda Hoy. Montevideo.

DE DAVID, C. 2008. Agricultura familiar en asentamientos rurales: contribuciones a la dinámica regional en el sur del estado de Río Grande del Sur. En: *Agricultura, desarrollo y transformaciones socio- espaciales*. Editora ASSIS, Uberlandia, Brasil.

ELIZALDE HEVIA, A. 2003. Planificación estratégica territorial y políticas públicas para el desarrollo local. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES): Santiago de Chile: SERIE Gestión Pública 29.

FARJE, I. 2013 Impacto de las decisiones políticas en la autonomía y gestión de los organismos reguladores de servicios públicos, Caso Osinergmin. Tesis Magister en Regulación de Servicios Públicos. Pontificia Universidad Católica Peru. 186pp.

GONZÁLEZ GÓMEZ, O. 2012. Sistemas productivos locales en América Latina: revisión de alcances y límites. *Espiral*, Vº. XIX, Nº. 53. Universidad de Guadalajara. México pp. 9-31

GEORGE, S. 2008 Cómo la deuda y el Consenso de Washington destruyen el desarrollo y crean pobreza. Coloquio Internacional del Centro Celso Furtado sobre Pobreza y Desarrollo dentro del Contexto de la Globalización. http://www.choike.org/documentos/ifis_susan_george.pdf

HARVEY, D. 2005. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión Buenos Aires : CLACSO, “<http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>”

HOUGHTON, J. T. 2001. **Climate change** 2001. Cambridge University Press.

KURI, P. 2014. La reinención de la ciudadanía desde el espacio público de la ciudad fragmentada. INTERdisciplina. Vº 2, Nº 2. Mexico. 71-96pp.

LAL, R. 2005. World crop residues production and implications of its use as a biofuel. Environment International, 31(4), 575-584.

LIRA, L. 2006. Revalorización de la planificación del desarrollo. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES). SERIE Gestión Pública 29, Santiago de Chile.

MISLEH, D. 2011. **Agricultura sostenible** – resistencia y autonomía campesina en tiempos de globalización. Un análisis basado en experiencias campesinas del estado de Oaxaca, México. Tesis Maestría. Studienrichtung: Global Studies - a European Perspective. Vienna. Austria. 89pp.

MORA, A. 2005. El Consenso de Washington como prescripción política. Aspectos Históricos, teóricos y críticos. **Revista Espacio Crítico** Nº 3. Colombia 45pp.

MOREIRA, C.; RAUS, D., GÓMEZ LEYTON, J.C. 2008. **La nueva política en América Latina. Rupturas y continuidades**. Ediciones TRILCE, Montevideo.

PENGUE, W. 2015. **Dinámicas y perspectivas de la agricultura actual en Latinoamérica**: Bolivia, Argentina, Paraguay y Brasil. Ed. H. Böll. Santiago de Chile. 212 pp.

PESCE, F. 2003. Lecturas Geopolíticas en la Cuenca del Plata. (Siglos XVI al XX). En: Linck, T. y Schiavo, C. (Comp.) **Globalización y Territorio. Nueva ruralidad, patrimonios colectivos y sustentabilidad en la Cuenca del Plata**. Ed. Nordan. Montevideo. pp 25-38.

PLAN NACIONAL DE AGROECOLOGÍA, 2015. Propuesta para la discusión del PNA en Uruguay. s/p Montevideo.

PUELLO-SOCARRÁS, J. GUNTURIZ, M. A. 2013. ¿Social-neoliberalismo? Organismos multilaterales, crisis global y programas de transferencia monetaria condicionada. **Política y Cultura**, Nº. 40, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco México pp. 29-54

RAFFESTIN, 1993. **Por una Geografía del poder**. Traducción Yanga Villagómez. México, 2013. 310p.

RAMONET I. 1997. Regímenes globalitarios. En: **Le Monde Diplomatique**, Enero. Paris.

SAAVEDRA, R. 1993. Planificación Participativa: ¿un desafío? En **Sociedad Interamericana de Planificación, Revista Interamericana de Planificación**, vol XXCI, Num. 104, oct-dic 1993. San Antonio, Texas.

SORIANO, A. LEÓN, R. SALA, O. LAVADO, R. DERGIBUS, V. CAHUEPÉ, O. SCAGLIA, A. VELAZQUEZ, C. LEMCOFF, J. 1992. Río de la Plata Grasslands. In: Coupland, R. (Ed.). **Natural Grasslands: Introduction and Western Hemisphere**. Ecosystems of the World. Vol.8a. Amsterdam: Elsevier. 367-407.

VILAS, C. 2008. La revalorización del Estado después del Consenso de Washington. ¿Hacia atrás o hacia adelante?”. En: Chaparro Alfredo, Galindo Carolina y Sallenave Ana María, ed. **Estado, democracia y populismo en América Latina**. Buenos Aires, CLACSO.

WILLIAMSON J. 1990. **Latin America adjustment: How much has happened?** Peterson Institute for International Economies. Washington.





Transformações na paisagem do pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território

Adriano Severo Figueiró¹

Acerca de paisagens e territórios

A reflexão acerca das transformações em curso nas paisagens apropriadas material ou simbolicamente pelo modelo hegemônico de produção neste momento da história da sociedade nos mostra uma situação crítica e desafiadora para a compreensão geográfica. Ao mesmo tempo em que se observa a deterioração de conjuntos paisagísticos valiosos, com a homogeneização produtiva e a perda de estruturas e processos histórica e culturalmente construídos, temos, também, a superexposição de cenários desterritorializados, consumidos virtualmente como condição necessária ao apaziguamento emocional do stress gerado pela crise civilizatória em curso (OLMO, 2006). Esta crise, gerada na ânsia da acumulação ampliada do capital, destrói a natureza, a cultura e a história, tornando o espaço homogêneo e instantâneo, mas recolocando simbolicamente no lugar daquilo que destrói, uma “mercadoria paisagística” anacrônica em termos do

real grau de degradação da vida e do planeta, e vendida em pacotes turísticos e folhetos capazes de restabelecer, ainda que por meio de uma dissociação cognitiva (a sincronização do não simultâneo, como afirmava JAMESON, 1991), a fé da humanidade no futuro.

Sob o manto daquilo que Thomas (2012) conceitua como *tourisme hors sol* (turismo descolado do lugar), ou seja, uma artificialidade construída a partir de uma ruptura com o tempo e o espaço originais, garantindo a maximização da experiência por meio da homogeneização de um cenário coerentemente artificial, que em nada lembra a diversidade e a complexidade da cultura original no processo de transformação da natureza onde ela se desenvolveu, a paisagem ressurge, distante do mundo da produção e da vida, como uma imagem turística. Este simulacro paisagístico perde a condição de um “sistema vivo” e em permanente transformação, para ser conservado como um cenário capaz de recontar com texto próprio a história da natureza e dos que ali viveram, tal como nos lembra Ingold (2000).

Nesta perspectiva, a forma cada vez mais insustentável com que o modo de produção capitalista usa o seu território nas mais diferentes regiões do planeta resulta, paradoxalmente, no ressurgimento da valorização da paisagem como expressão do interesse da sociedade pela conservação das relações de equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. Não nos é difícil concluir, portanto, que a destruição dos territórios e a conservação das paisagens (ainda que, em grande parte, apenas da sua imagem descontextualizada) são dois lados indissociáveis da dialética do espaço no período contemporâneo (FIGUEIRÓ, 2014). Se assim o entendermos, seremos capazes de perceber que o grau de valorização assumido pelas paisagens naturais e pelas culturas tradicionais hoje nos mais diferentes espaços da sociedade, especialmente a partir do seu viés patrimonial, são a medida do nível de desarticulação dos territórios e das relações entre a sociedade e a natureza que impõe o modelo contemporâneo de produzir e de viver.

Este movimento tem impulsionado uma significativa mudança naquilo que entendemos e estudamos como “patrimônio”, já que, progressivamente, temos evoluído da tutela de monumentos e bens culturais singulares para a conservação de espaços mais amplos, onde este patrimônio está inserido e mantém relações de identidade e pertencimento. É a patrimonialização dos territórios expressa na conservação das paisagens que os representam, tendo por premissa que texto e contexto são partes indissociáveis da compreensão do significado de algo e que, ao mesmo tempo, a compreensão deste significado é a única estratégia viável para justificar a sua não eliminação diante da instantaneidade e praticidade do tempo que vivemos.

É este o marco político em que se celebrou a Convenção Européia da Paisagem (assinada em 2000, com vigência desde março de 2004), ratificada por trinta e sete países europeus (NARANJO, 2008), posicionando a paisagem como uma variável fundamental de bem-estar coletivo, apontando a necessidade de manejar o território com os instrumentos técnicos e culturais da tutela para o desenvolvimento e conservação das paisagens com alto valor patrimonial (tangível e intangível) em diferentes escalas. Na esteira deste processo vários movimentos tem sido feitos no sentido de se construir, a partir da UNESCO, uma Convenção Internacional da Paisagem, cujos esforços resultaram, até o momento, na Declaração de Florença, de 2012, publicada a partir do encontro internacional da UNESCO intitulado “A proteção internacional das paisagens”, realizado em Florença (Itália) de 19 a 21 de setembro de 2012; nesta declaração se indicou a criação, em 2013, de um Fórum Internacional para a salvaguarda da paisagem como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável (AGNOLETTI e EMANUELI, 2016), dando início à criação de mecanismos internacionais capazes de serem incorporados na agenda mundial de desenvolvimento para o período pós 2015.

Neste mesmo caminho segue a Iniciativa Latinoamericana da Paisagem (LALI, por suas iniciais em inglês), coordenada pela Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas, a qual tem sido responsável pela proposição e aprovação das Cartas Nacionais da Paisagem na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, México, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela (FAJARDO, 2015).

O Brasil tem procurado acompanhar este movimento internacional de “re-descoberta” e valorização da paisagem, esforço este que se expressa na Portaria IPHAN 127/2009, que cria a chancela da paisagem cultural, entendendo esta como “(...) uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (WEISSHEIMER, 2009).

Não há dúvidas de que esta iniciativa do IPHAN, em que pese todas as dificuldades de operacionalização da política, representa um grau a mais no entendimento da paisagem como um sistema complexo onde o conhecimento e o uso sustentável do patrimônio natural ao longo da história molda uma cultura e estabelece as bases para uma ocupação racional e sustentável da terra, baseada numa identidade entre a natureza e a sociedade que dela usufrui e com a qual interage (FIGUEIRÓ, 2012). É exatamente neste sentido que Weissheimer (2010) afirma que:

a chancela Paisagem Cultural busca assinalar a diversidade de relações que o homem estabeleceu com seu meio, criando cenários de vida que diferenciam os lugares e, por isso, testemunham a inteligência, a criatividade e contribuem para a riqueza humana (p.25).

Assim, podemos entender que a paisagem nasce sobre o patrimônio natural, mas se transforma pela cultura, guardando e expondo as marcas da ação humana na sua recorrente dinâmica de uso, adaptação e transformação da natureza. Desta forma, a paisagem é, ao mesmo tempo, uma realidade física e uma representação cultural que se possa fazer a partir dela; a fisionomia externa e visível de uma determinada porção da superfície terrestre e a percepção individual e social gerada pela sua interpretação, ou seja, um tangível geográfico e sua interpretação intangível. Podemos dizer, então, que a paisagem é, a um só tempo, significante e significado, continente e conteúdo, objetividade e subjetividade (NOGUÉ e FONT, 2008).

Esta identidade criada pela indissociável relação entre os homens e a natureza no processo histórico de produção da existência, levando a mútuos processos de adaptação/evolução, é apontada por Figueiró (2016) como um modelo claro de “acoplamento estrutural”, tal como proposto por Maturana e Varela (2001), ou seja, um processo de interação recorrente entre os indivíduos e seu meio que promove, por meio do conhecimento, um mecanismo de mútua adaptação e transformação das estruturas sistêmicas.

Portanto, diferentemente da perspectiva de uma “paisagem-cenário” ou de uma simples fonte de recursos econômicos a serem explorados, a visão patrimonial da paisagem a toma a partir de uma perspectiva mais dinâmica, buscando compreender a história da cultura humana no espaço a partir da transformação da natureza. Nesta perspectiva, a compreensão e conservação da paisagem assume um protagonismo como eixo estruturador do território, marca de uma síntese coevolutiva entre a natureza e a cultura de um dado lugar, e sobre a qual se desenvolvem as atividades econômicas e se estabelecem os laços de identidade.

Esta condição de reciprocidade entre a apropriação do espaço natural e a sua manifestação paisagística nos leva a concluir que, do ponto de vista epistêmico dentro da própria Geografia, corresponde um equívoco tratar estes conceitos (de paisagem, território e lugar) como entes separados no processo de interrogação científica que se faz sobre a realidade, já que a paisagem se coloca como um “livro aberto” para contar a história de um território onde os homens definem a sua identidade e constroem a autenticidade do lugar. Neste particular, afirma Olmo (2006):

A territorialização da paisagem, quer dizer, o reconhecimento de que cada território se manifesta paisagisticamente em uma fisionomia singular e dinâmica e em plurais imagens sociais (...) é, antes de tudo, resultado da relação sensível das pessoas com seu entorno percebido, cotidiano ou visitado. Por isso mesmo a paisagem é também elemento de afinidade e de identidade territorial, e manifestação da diversidade do espaço geográfico que se faz explícita na materialidade de cada paisagem e em suas representações sociais. Se trata de uma diversidade que resulta da articulação do físico, do biológico e do cultural em cada lugar, um patrimônio valioso e dificilmente renovável, que não deve ficar eclipsado por esta outra diversidade, a biológica, politicamente mais assumida até agora e integrada no todo paisagístico. (p.18)

Os aproximadamente 700 mil km² de paisagens pampeanas do cone sul, compartilhadas entre o Brasil, Argentina e Uruguai, guardam a marca indelével de uma cultura forjada no tempo histórico de uma natureza que se fez paisagem pela mão gaúcha; uma identidade construída pelo hibridismo étnico daqueles que carregam a paisagem na sua existência, como se a natureza, os seus ritmos, movimentos e mistérios fossem apenas um prolongamento da vida humana no seu fazer cotidiano. Uma paisagem que coloca em questão a própria identidade nacional, tal como afirma Eduardo Bueno na apresentação do livro de Ita Kirsch e Bala Blauth (KIRSCH e BLAUTH, 2006), ao afirmar que “o Brasil Meridional começa a terminar na grande calha do vale do Jacuí e se encerra de vez no vale do Camaquã. Dali para baixo começa o Pampa – e aquele céu às avessas, recoberto de grama, pode ser tudo, menos Brasil.” (p.2). Mais à frente, o autor complementa: “o Pampa pertence a outro mundo, platino, quase austral, bravo e indômito. (...) Um mundo à parte, uma terra de ninguém que virou o país dos gaúchos” (*op.cit.*).

A principal marca que define a paisagem do Pampa como uma construção histórica e cultural não é nem mesmo o aparato cultural humano representado pela vestimenta, gastronomia e músicas típicas, mas sim os animais trazidos da Europa para as Reduções Jesuíticas do sul do Brasil a partir de 1608, já que os aparatos humanos retratam apenas uma estratégia adaptativa ao modo de vida pampeano imposto pela pecuária em grandes áreas despovoadas de campo. Já os animais, a partir dos seus hábitos alimentares, redefiniram as estruturas pai-

sagísticas (porquanto interferiram nas cadeias alimentares existentes em período anterior à sua introdução) e impuseram aos homens uma rotina de trabalho e de vida que hoje os confunde com a própria essência desta paisagem.

Este patrimônio paisagístico único e desprotegido do ponto de vista da sua conservação, historicamente relegado pelas políticas e estratégias conservadoras de desenvolvimento adotadas pela burguesia brasileira e sul-americana, tem servido, nas últimas décadas, como fronteira privilegiada de expansão do capital dentro da lógica neoextrativista (GUDYNAS, 2009) instalada em diferentes países latino-americanos desde os anos 2000. Não é só a natureza do Pampa que está ameaçada por este avanço impiedoso da homogeneização do agronegócio, mas, especialmente, a teia de relações e culturas tramadas na história da relação dos homens com esta natureza. O Pampa neoextrativista, transformado pela soja, mineração e monoculturas arbóreas sofre de uma erosão cultural sem precedentes. É a paisagem que se esvai, antecedendo à morte de uma cultura e à destruição de um território, sob a ilusão de um desenvolvimento que nunca chega, ao menos não para aqueles que construíram a sua identidade em uma paisagem-território que, pouco a pouco, vai deixando de existir.

A territorialização do capital no contexto do Neoextrativismo

Durante longas décadas alijados dos processos econômicos que impulsionam o desenvolvimento transfigurando as paisagens, os territórios periféricos como o do Pampa sul-americano criaram e reproduziram identidades muito fortes na ligação da cultura humana com as estruturas da natureza. Tal condição garantiu ao Pampa não apenas a manutenção de paisagens relativamente bem conservadas, como também um capital cultural comparável com muito poucos territórios dentro do contexto sul-americano. Todavia, nas últimas duas décadas uma dilatação das fronteiras produtivas do capital, associada a uma política de aprofundamento do setor extrativista, agrícola e mineral (ACOSTA, 2012), tem colocado em risco a manutenção deste imenso patrimônio ainda pouco protegido.

O neoextrativismo, dentro da América Latina, representa uma reedição contemporânea da política colonial acerca de um modelo de desenvolvimento pautado na exploração direta de recursos naturais, com baixa tecnologia e valor agregado. Para Gudynas (2012_a) o neoextrativismo se define como um modelo dependente de desenvolvimento, focado no crescimento econômico e basea-

do na apropriação destrutiva dos territórios, a partir de redes produtivas pouco diversificadas que se inserem de forma subordinada na economia internacional globalizada. Representa, portanto, algo subestimado pela teoria marxista clássica, que é a incorporação da natureza à teoria do valor, configurando aquilo que Leff (1998) define como a “segunda contradição do capital”, ou seja,

uma autoprodução de escassez de recursos, gerada pelo incremento do consumo produtivo de recursos não renováveis, assim como pela destruição ecológica das condições de fertilidade e regeneração dos recursos renováveis, que induzem uma crise de subprodução, limitando a acumulação do capital e erodindo suas bases de sustentabilidade. (p.341)

Este modelo de desenvolvimento dependente começa a ressurgir na América Latina desde o início dos anos 90, sucedendo ao já então moribundo conceito cepalino de “industrialização por substituição de importações” (LIMA, 2011), sepultado pelas crises econômicas crescentes desde o final da década de 70, com as mudanças na política internacional de juros.

A expansão de uma política de viés profundamente neoliberal nos governos latinoamericanos a partir de fins dos anos 80 busca responder a esta crise econômica por meio de um processo de reprimarização da economia que levou a uma retomada do crescimento econômico voltado à remuneração do capital, com conseqüente aumento na concentração de renda e geração de conflitos sócio-políticos e territoriais de diferentes naturezas.

É exatamente este o contexto diante do qual a política latino-americana sofre uma nova guinada a partir dos anos 2000, definindo um processo de “ruptura com continuidade”; ou seja, buscando uma alternativa à destruição neoliberal produzida na década anterior, governos de centro-esquerda instalam políticas sociais redistributivas, porém, ancoradas no aprofundamento da dependência das exportações primárias, ampliando, ao invés de reverter, muitos dos conflitos socioambientais desencadeados pelos processos de transformação territorial em curso desde os anos 90, pautados pela distribuição desigual dos recursos, bem como pela repartição injusta dos riscos ambientais.

É exatamente por isso que Gudynas (2012_b) afirma que os governos latino-americanos, especialmente aqueles de corte progressista, desempenharam um papel central na retomada e aprofundamento deste modelo de desenvolvimento dependente, uma vez que buscaram sustentar a base social de apoio à legitimação das políticas sociais com o financiamento derivado da venda dos recursos

naturais; esta nova direção do modelo de desenvolvimento define, para este início de um novo século, aquilo que Gudynas (2011) chama de um “neoextrativismo progressista” no continente. Neste particular, talvez nunca seja demais lembrar o clássico de Eduardo Galeano acerca daquele velho extrativismo, agora reeditado em nova roupagem, quando afirma:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (GALEANO, 1976, p.18)

À diferença do extrativismo colonial, onde o território representava tão somente um depósito de recursos explorados em prol do desenvolvimento da metrópole, o neoextrativismo busca refundar o desenvolvimento da economia a partir de uma aliança “orgânica” entre os capitais internacionais e a burguesia local, dedicada à exploração acelerada e primária do seu próprio território, em um nítido processo de desenvolvimento autofágico (TURCO, 2015) que destrói com grande velocidade a natureza e a cultura historicamente enraizada em uma teia bioecológica lentamente entretecida. Nestes casos, o território se abre à verticalidade do mercado global, criando desordem no âmbito local da paisagem e fazendo tábula rasa da história pretérita e suas heranças espaciais (SANTOS, 1996). Se, de um lado, estas políticas ampliam e fortalecem o espectro de ação dos grandes grupos corporativos, em um processo bem descrito por Harvey (2011) como “acumulação por despossessão”, por outro lado, enfraquecem o poder dos Estados e vulnerabilizam as paisagens e as culturas frente aos novos processos produtivos em curso.

Assim, cada um a seu modo e em diferentes intensidades, os representantes políticos da “nova esquerda” latino-americana, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa no Equador, Hugo Chávez (e seu sucessor Nicolás Maduro) na Venezuela, Lula e Dilma no Brasil, Ricardo Lagos (e sua sucessora Michele Bachelet) no Chile, Tabaré Vazquez (e seu sucessor José Mujica) no Uruguai, Néstor Kirchner

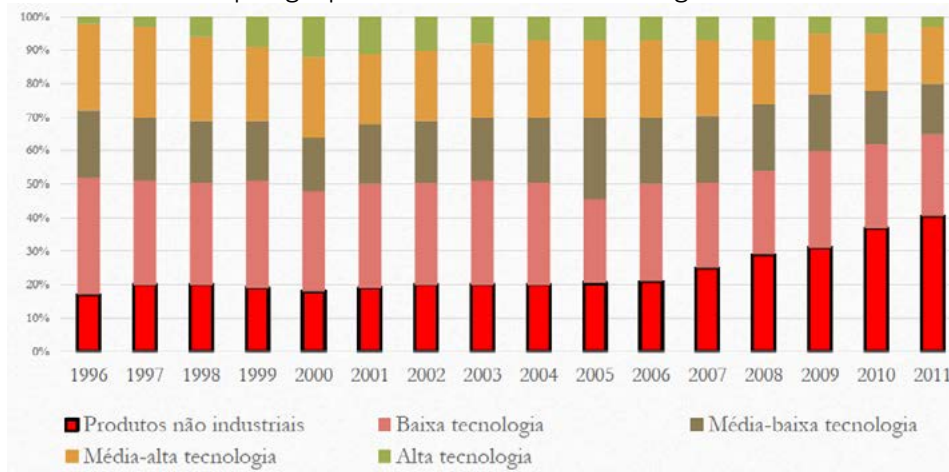
(e sua sucessora Cristina Kirchner) na Argentina e Fernando Lugo no Paraguai, compartilharam entre si um projeto de fortalecimento das políticas sociais no continente, sustentado de forma quase obsessiva no cumprimento de metas de crescimento da economia com base na reprimarização gerada pela expansão do mercado de *commodities* (BASTOS e GOMES, 2011). Ilustra este processo o fato de que somente nas economias de Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai e Paraguai, as exportações minerais passaram de US\$ 20 bilhões em 2004, para mais de US\$ 58 bilhões em 2008 (GUDYNAS, 2011), ao mesmo tempo em que a participação das exportações primárias da Venezuela sobre o seu PIB passaram de 80% para 90% durante este mesmo período (SANTOS e MILANEZ, 2013).

O caso argentino nos parece bastante elucidativo desta questão, já que desde a assinatura do “Tratado Argentino-Chileno de Integración Minera”, em vigor a partir do ano 2000, numa clara subordinação dos Estados e dos territórios dos dois países às corporações extrativistas por um período de 40 anos (CAFFI, 2001), o governo argentino deu curso a uma complexa arquitetura político-jurídica voltada ao aprofundamento da exploração mineral no país, incluindo estabilidade fiscal por 30 anos, desoneração de importações para o setor, isenção de Imposto de Valor Agregado – IVA, política de ganho mínimo presumido, permissão para remessa de lucros ao exterior sem cobrança de tributos, financiamento do Programa de Gestão Ambiental Mineira (GEAMIN), dentre outros (LENDE, 2016). Como resultado imediato desta política, o número acumulado de projetos mineiros na Argentina cresceu acima de 800% e as inversões estrangeiras acumuladas aumentaram em 490% (GUDYNAS, 2011).

O Brasil não fica atrás nesta política de expansão do mercado de *commodities*, o que se traduz em uma evidente redução da participação dos setores de alta tecnologia nos últimos quinze anos (figura 1).

O gráfico abaixo representa, sem nenhuma dúvida, a consequência de uma política de fortalecimento dos setores de baixa tecnologia agregada no conjunto da economia brasileira e, ao mesmo tempo, expressa a causa do acirramento de um grande número de conflitos socioambientais que tem sido registrados no território nacional nestes últimos anos. Falamos aqui desde o aumento da concentração fundiária, perdas aceleradas de biodiversidade, erosão cultural, redução da soberania alimentar, aumento da violência contra populações tradicionais, baixo investimento em C&T, crise hídrica, dependência tecnológica, envenenamento de águas e pessoas, dentre outras consequências. As políticas sociais compensatórias e redistributivas promovidas pelos governos de centro-esquerda não foram suficientes, nem de longe, para fazer frente aos impactos gerados pelo avanço das corporações e a consequente concentração do capital decorrente das políticas neoextrativistas.

Figura 1- Gráfico de evolução das exportações brasileiras entre 1996 e 2011 por grupos de intensidade tecnológica.



Fonte: MDIC *apud* Santos e Milanez (2013).

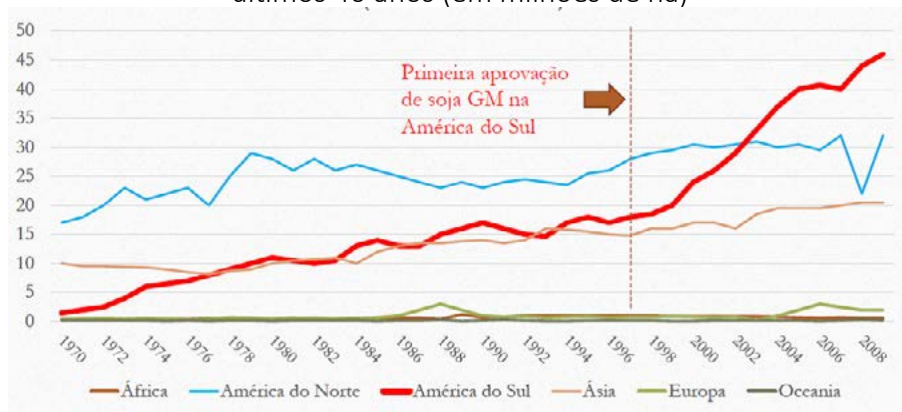
Apenas para nos atermos a uma das resultantes deste processo, que é a perda de biodiversidade, os dados nos mostram que o Brasil perdeu, desde 2008, 12.400 Km² de Áreas Protegidas por declassificação e 31.700 Km² por redução, tendo sido Dilma Rouseff, no seu primeiro mandato, a presidente que menos criou Unidades de Conservação no Brasil desde a ditadura Geisel, entre 1974 e 1979 (MARQUES, 2015). Um estudo realizado por Bernard *et al* (2014), concluiu que em três décadas foram realizadas 93 modificações de área em Unidades de Conservação distribuídas em 16 estados brasileiros, o que fez com que elas perdessem 5,2 milhões de hectares.

Por certo que a maior parte destas perdas de áreas protegidas está concentrada na Amazônia (somente o estado de Rondônia eliminou sete Unidades de Conservação, e outras 20 podem ter o mesmo destino se os projetos de lei que tramitam no congresso forem aprovados), mas isso não reduz em nada os riscos daí decorrentes para o bioma Pampa, especialmente se levarmos em conta a integração dos sistemas atmosféricos entre o norte e o centro-sul do país em termos de recarga da umidade. Segundo Marques (*op.cit.*), 70% da precipitação do estado de São Paulo entre setembro e outubro é proveniente do vapor de água da Amazônia. Neste sentido, pergunta José Marengo, meteorologista do Cptec-Inpe e membro do IPCC: “o que pode acontecer no sul do país se a floresta tropical for destruída para dar lugar a mais pasto, soja e cana-de-açúcar?” (*apud* MARQUES, 2015, p.99).

Avanço das políticas neoextrativistas sobre a paisagem-território do Pampa

Graças a esta política neoextrativista que discutimos acima, a América do Sul é a região que tem registrado o crescimento mais acelerado da produção de soja em todo o mundo. Nos últimos 40 anos, houve um crescimento de 3000% na área plantada (figura 2), já tendo sido alcançado na região, aproximadamente, um total de mais de 40% de toda a área mundial plantada de soja (CATACORA-VARGAS *et al* 2012). Cabe ressaltar, neste caso, que o principal ciclo de expansão da soja se deu após a entrada das variedades geneticamente modificadas, cujo cultivo teve início em 1996 a partir do acordo TRIPS – Trade Related Intellectual Property Rights². Desde então, a área plantada cresceu 25 milhões de hectares em 14 anos (de 1996 a 2009), em comparação com o aumento de 17 milhões de hectares que havia acontecido nos 25 anos anteriores, desde que se introduziu o cultivo de soja na América do Sul (de 1971 a 1995).

Figura 2- Gráfico de evolução da área de soja plantada por região mundial nos últimos 40 anos (em milhões de ha)



Fonte Adaptado de Catacora-Vargas *et al* (2012)

Embora a introdução da soja transgênica não tenha se refletido em um aumento significativo de produtividade (PENGUE, 2005; ANDRIOLI, 2008), é muito provável que as facilidades logísticas criadas a partir das corporações detentoras das patentes tecnológicas (crédito, assistência técnica, manejo simplificado, resistência às variabilidades climáticas) tenham contribuído para impulsionar um aumento significativo da área plantada a partir da metade da década de 90, o

que justifica os números impressionantes de aumento na quantidade colhida. Acerca desta questão, comenta Andrioli (*op.cit.*):

A soja transgênica possibilita um processo unificado de cultivo, necessitando menos força de trabalho, menos conhecimento técnico e menos máquinas dispendiosas. Com isso, naturalmente se necessita, gradativamente, de menos pessoas na agricultura. Nos últimos 10 anos, 160 mil famílias migraram às cidades, e o número de propriedades rurais decresceu, no período de 1998 a 2002, de 422 mil para 318 mil, isto é, 24,6% (p.124)

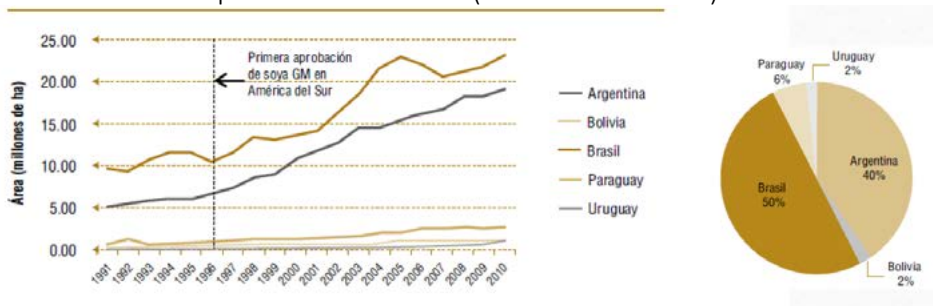
A maior parte da produção de soja na América do Sul é produzida nos países do cone sul, especificamente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Embora tenha sido a Argentina, em função de sua posição geográfica, o país escolhido para ser a base da expansão da soja transgênica na América Latina durante a década de 90 (PENGUE, 2001), atualmente é o Brasil que aporta com aproximadamente a metade da produção regional (figura 3), alcançando 26% da produção mundial em 2009, contra 24% da soja argentina.

A perda da soberania alimentar destes países onde a monocultura se expande com grande velocidade é, por óbvio, uma das consequências mais visíveis e imediatas que se observa em termos de mudanças bioculturais nestes territórios. Na Argentina, de 1996 a 2003, produtos tradicionais como arroz, milho, girassol e trigo diminuíram a área plantada em 44,1%, 26,2%, 34,2% e 3,5% respectivamente, com implicações diretas na segurança alimentar de um país onde, atualmente, uma em cada três pessoas vive abaixo da linha da pobreza. Estes números são bastante assustadores, considerando que até a década de 80 a fome era praticamente desconhecida na Argentina, mesmo entre as camadas mais pobres; com uma produção oito vezes superior à demanda interna, o país era auto-suficiente de carne e grãos, com baixo uso de insumos tecnológicos, até que a mudança na base produtiva primária Argentina se configurasse como uma das mais drásticas do continente.

É claro que um projeto econômico de tal envergadura não ocorre de forma desconectada de um projeto político protagonizado pelos interesses do próprio capital em expansão. Daí que o governo de Carlos Menen (1989-1999) configurou-se como estratégico na década de 90 para conduzir o país a este grau de subordinação ao mercado internacional. No caso do Paraguai, o risco de quebra da soberania alimentar é ainda mais acentuado, como se pode verificar pela figura 4.

Os demais países da região acompanham esta mesma tendência nas três últimas décadas, já que só no Rio Grande do Sul, por exemplo, entre 2010 e 2014, a área plantada de feijão sofreu uma queda de 51,4%, passando de 92.400 ha, para 44.900 ha, segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Figura 3- Gráfico de evolução da área de soja plantada por país do Cone Sul no período 1991-2010 (em milhões de ha)



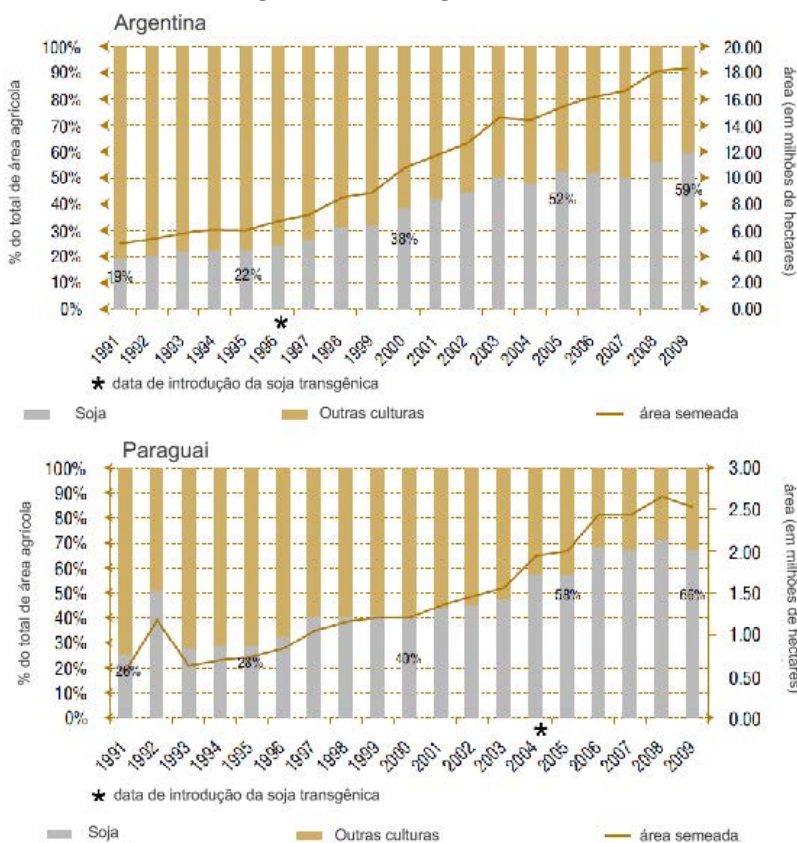
Fonte Adaptado de Catacora-Vargas *et al* (2012).

Outro produto extremamente ligado à cultura alimentar no Brasil, o trigo, apresenta as mesmas tendências de redução da participação no conjunto da agricultura brasileira, e esta dinâmica apresenta ligação direta com o avanço da cultura da soja, seja pela valorização da oleaginosa no mercado (que passa a ocupar as áreas mais férteis, empurrando o trigo para áreas com menor produtividade), seja pelas recorrentes quebras de produção do trigo em função dos extremos climáticos. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda do mercado brasileiro por trigo aumentou 15,26% de 2001 a 2010, a entrada de trigo argentino no Brasil cresceu 288,52% neste mesmo período (JESUS JÚNIOR *et al*, 2011). Somente no estado do Rio Grande do Sul, segundo maior produtor de trigo do Brasil, a safra diminuiu 55,29% entre 2011 e 2014. Obviamente que a redução da área plantada de trigo na Argentina e o aumento da dependência brasileira do cereal, trarão grandes implicações para a soberania alimentar brasileira a curto prazo.

Desta forma, a soja, como um dos principais representantes do modelo agroexportador de sustentação da política neoextrativista, representa a cultura agrícola que mais cresceu em área plantada no Rio Grande do Sul nas últimas décadas, e esse crescimento tem se dado especialmente em direção ao Pampa (figura 5), alterando profundamente a base produtiva e fundiária deste território. Ao contrário de outros estados produtores no centro-norte do país (ou mesmo nos países vizinhos, onde a soja é plantada, segundo o WWF – 2014, em propriedades superiores a 1.000 ha), a área do planalto gaúcho, tradicionalmen-

te produtora de soja no RS desde a década de 70, se caracteriza pelo predomínio de pequenas e médias propriedades. Todavia, com a expansão da soja em direção ao Pampa, a condição topográfica e a cultura da grande propriedade gaúcha favorecem uma mudança da base fundiária da soja gaúcha, com ampliação da concentração de terras, tecnificação e despovoamento.

Figura 4- Percentual da área plantada com soja em relação à superfície agrícola total da Argentina e Paraguai, entre 1991 e 2009.

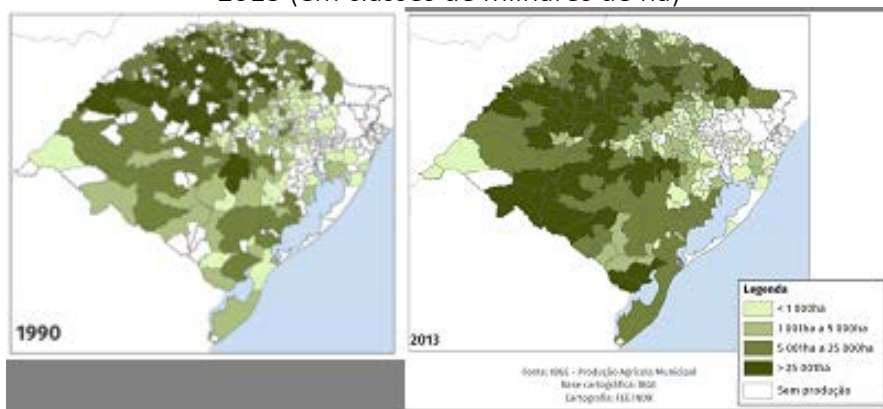


Fonte: Catacora-Vargas *et al* (2012)

Se a grande propriedade já abarcava, em 2006, 70% de toda a área agrícola do estado do Rio Grande do Sul, mas ocupando apenas 19% do pessoal envolvido no setor primário e com um retorno financeiro absolutamente desproporcional em termos do valor de produção alcançado (figura 6), a tendência acelerada de expansão da soja nesta última década só deverá agravar este quadro concentrador, injusto e socioambientalmente insustentável.

Esta tendência se repete, de forma ainda mais ampliada no pampa uruguaio, onde a área plantada de soja passou de aproximadamente 12.000 ha no ano 2000 para mais de 1 milhão de hectares em 2013. Neste mesmo período, a produção cresceu nada menos do que 100 vezes, passando de 28.000 toneladas em 2000 para 2.800.000 toneladas em 2013 (REDES, 2015).

Figura 5- Variação da área plantada de soja, por município do RS, entre 1990 e 2013 (em classes de milhares de ha)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2014).

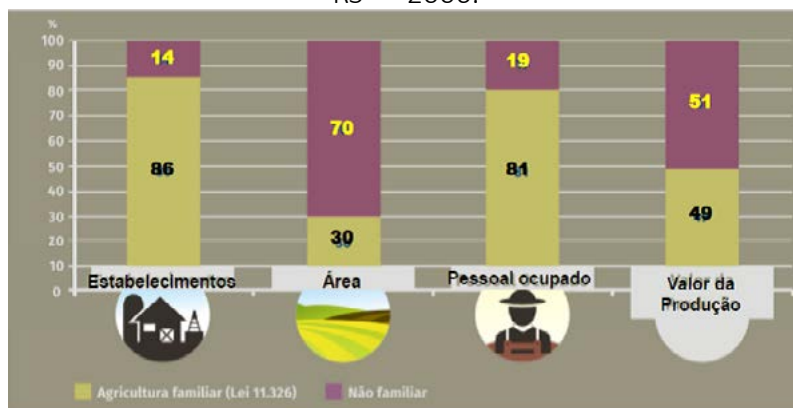
Esta incorporação das terras à lógica agroexportadora acarreta duas consequências imediatas: de um lado, a rápida valorização das terras, que, no caso do Uruguai, tiveram o seu preço médio aumentado em 900% entre 2002 e 2013 (*idem*); de outro lado, e devido à valorização da terra, o aumento proporcional da figura do arrendamento, que envolvia 24% das terras agricultáveis em 2002 e, já em 2010, passou a representar 54% de todas as terras agrícolas do Uruguai (CATACORA-VARGAS *et al*, 2012), com presença cada vez mais marcante do capital internacional na exploração direta da terra arrendada³. No Rio Grande do Sul o total de terras na mão do capital internacional já representa 2,62% (SAUER e LEITE, 2012), número bastante inferior aos 19,41% do sojicultor MT ou aos 11,30% do canavieiro SP mas, ainda assim, muito acima da média brasileira de 0,47% (*idem*). Estes percentuais tenderão a subir de forma considerável caso o PL nº 4.059/12, que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional, seja aprovado, já que o projeto de lei regulamenta a compra de terras por estrangeiros no Brasil, atraindo capitais, aumentando a dependência e comprometendo a soberania do país.

Logicamente que este processo representa a materialização de um conjunto de transformações que ocorrem na economia e nas paisagens rurais do Pampa, já que o aumento do preço das terras e dos produtos gera grandes difi-

culdades de competitividade para os pequenos e médios proprietários que manejam outros sistemas produtivos, obrigando-os a abandonar as terras ou a se deslocarem para áreas com solos de menor qualidade. No caso do Uruguai, esta dinâmica resultou em uma redução de 15% na área ocupada pela pecuária leiteira e 30% na pecuária de corte apenas na última década (REDES, 2015).

Neste particular o Brasil, em especial a sua porção mais meridional, que compartilha semelhantes paisagens e políticas com o país vizinho, vem demonstrando as mesmas tendências assinaladas acima para o caso Uruguai. Também aqui a pecuária de corte se ressentiu de uma diminuição de 2,46% no tamanho do rebanho entre 2000 e 2010 (MARION FILHO *et al*, 2012), demonstrando o descompasso deste território em relação ao restante do Brasil, onde não só o consumo interno de carne bovina aumentou 9,2% na primeira década do século XXI, como a produção teve um aumento de 48,1%, em função do aumento das exportações (ROPPA, 2008).

Figura 6- Distribuição do número de estabelecimentos, área, pessoal ocupado e valor da produção da agropecuária da agricultura familiar e não familiar no RS — 2006.



Fonte: Feix e Leusin Júnior (2015).

No que se refere ao preço da terra, embora o Pampa siga, ainda, com um valor de compra e venda um pouco abaixo da área tradicionalmente ocupada pela soja no Rio Grande do Sul, a análise dos dados demonstra de forma inquestionável que a grande valorização do preço da terra na última década ocorreu nesta nova área de expansão das oleaginosas, com uma óbvia ampliação do índice de concentração de terras (figura 7), que já era tradicionalmente elevado na região do Pampa.

Quando analisamos a impressionante transformação porque passa o Pampa em função da incorporação atual deste território ao mercado mundial de commodities, não podemos deixar de lembrar, também, que na esteira deste processo, outro impacto extremamente preocupante refere-se ao aumento indiscriminado no uso de agrotóxicos, especialmente em função do uso de variedades transgênicas, o que tem contribuído de forma bastante negativa para colocar o Brasil, desde 2009, no primeiro lugar do ranking internacional de consumo de agrotóxicos (MARQUES, 2015), superando até mesmo os Estados Unidos, cuja produção agrícola é bastante superior à brasileira.

Figura 7- Valor médio do preço do hectare de terra no Rio Grande do Sul em 2003 e 2012 (em milhares de Reais) e índice de concentração da terra no Estado (classes à direita).



Fonte: Organização do autor, com base nos dados do Informe Economics/FNP (<http://www.informaecon-fnp.com/publicacoes/2>, acesso em 02 de abril de 2016) e Girardi (2015).

A venda de agrotóxicos no Brasil saltou de US\$ 2 bilhões em 2001, para mais de US\$ 8,5 bilhões em 2011, resultando em uma média de 5,2 kg de veneno por habitante (PELAEZ *et al*, 2011), sendo que esta média, até fins da década de 80, não ultrapassava o valor de 1 Kg por habitante. Apenas a título de comparação, a média de consumo de agrotóxicos nos EUA, em 2012, era de 1,8 kg por habitante (FDA, 2012). Enquanto o mercado mundial aumentou em 93% a venda de pesticidas na última década, no Brasil este crescimento chegou a 190% (figura 8).

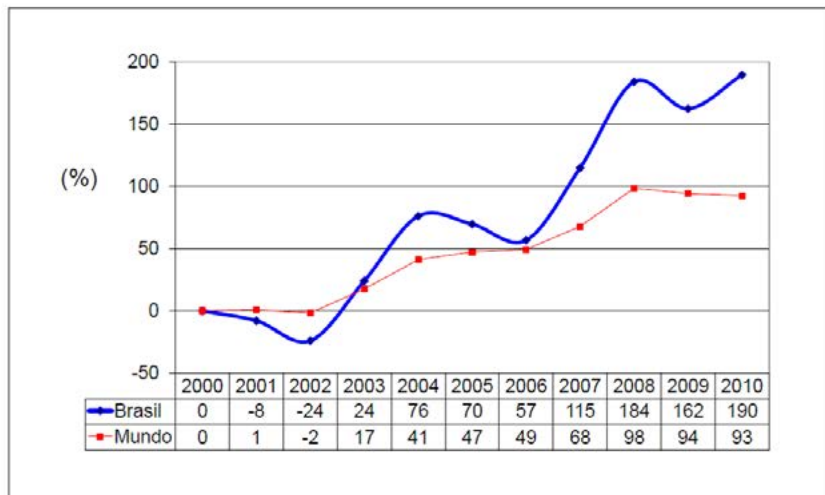
Novamente nós insistimos com o fato de que este nível de transformação da base agrária do país, consubstanciado em um projeto econômico de internacionalização neoextrativista, com evidentes prejuízos sociais e ambientais, especialmente nas suas fronteiras de expansão (transição cerrado-Amazônia e Pampa) só é possível de ter êxito quando suportado por um projeto político de grande envergadura, liderado pela burguesia. Neste sentido, a política de concii-

liação de classes adotada por Lula e Dilma no período 2003-2016, não foi suficiente para estabelecer tais garantias políticas a este projeto de territorialização do capital, especialmente em um momento de recessão mundial da economia.

Uma rápida análise dos oito ministros da agricultura que se sucederam na pasta a partir de 2002, e do atual ministro, indicado após o golpe de Estado que resultou no impeachment de Dilma Roussef, demonstra-se pedagógica para a compreensão desse processo. Os três primeiros ministros a ocupar este ministério, compreendendo o período de 1 de janeiro de 2003 a 24 de abril de 2010, apresentavam um perfil de formação técnico-acadêmica na área, com um espectro amplo de políticas voltadas ao setor rural. O último deles, inclusive (Reinhold Stephanes), com origem em família de pequenos agricultores.

Os três ministros da agricultura seguintes, correspondendo ao período de 24 de abril de 2010 a 17 de março de 2014, abandonaram o perfil técnico e caracterizaram-se nitidamente como políticos conservadores, com pouca intimidade com os assuntos da pasta e, portanto, com muito maior flexibilidade para a construção de políticas que interessassem ao grande mercado de commodities. Por fim, a última ministra da agricultura do governo Dilma, Kátia Abreu, ruralista por herança de marido, mas cujo epíteto de “motosserra de ouro” já expressava claramente suas intenções no ministério, representou a mais alta sinalização de um governo autoproclamado progressista em direção à conciliação das políticas com o agronegócio. Nem isso assegurou a manutenção do acordo político. Mesmo sendo uma liderança da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, e do mesmo partido do Presidente Michel Temer, a ministra foi substituída por ninguém menos do que um dos maiores plantadores de soja do Brasil, a fim de “blindar” o setor do agronegócio brasileiro contra eventuais impactos recessivos decorrentes da crise político-financeira atravessada pelo país.

Figura 8- Taxa de crescimento das vendas de agrotóxicos no Brasil e no mundo entre 2000 e 2010.



Fonte: Pelaez *et al*, 2011.

O Uruguai segue esta mesma tendência brasileira de aumento indiscriminado do consumo de agrotóxicos. Apenas a título de comparação, entre 2000 e 2012, enquanto a área agrícola aumentou 370% naquele país, a venda de agrotóxicos aumentou 500%, sendo que apenas o glifosato aumentou a sua importação em 760% neste mesmo período (REDES, 2015).

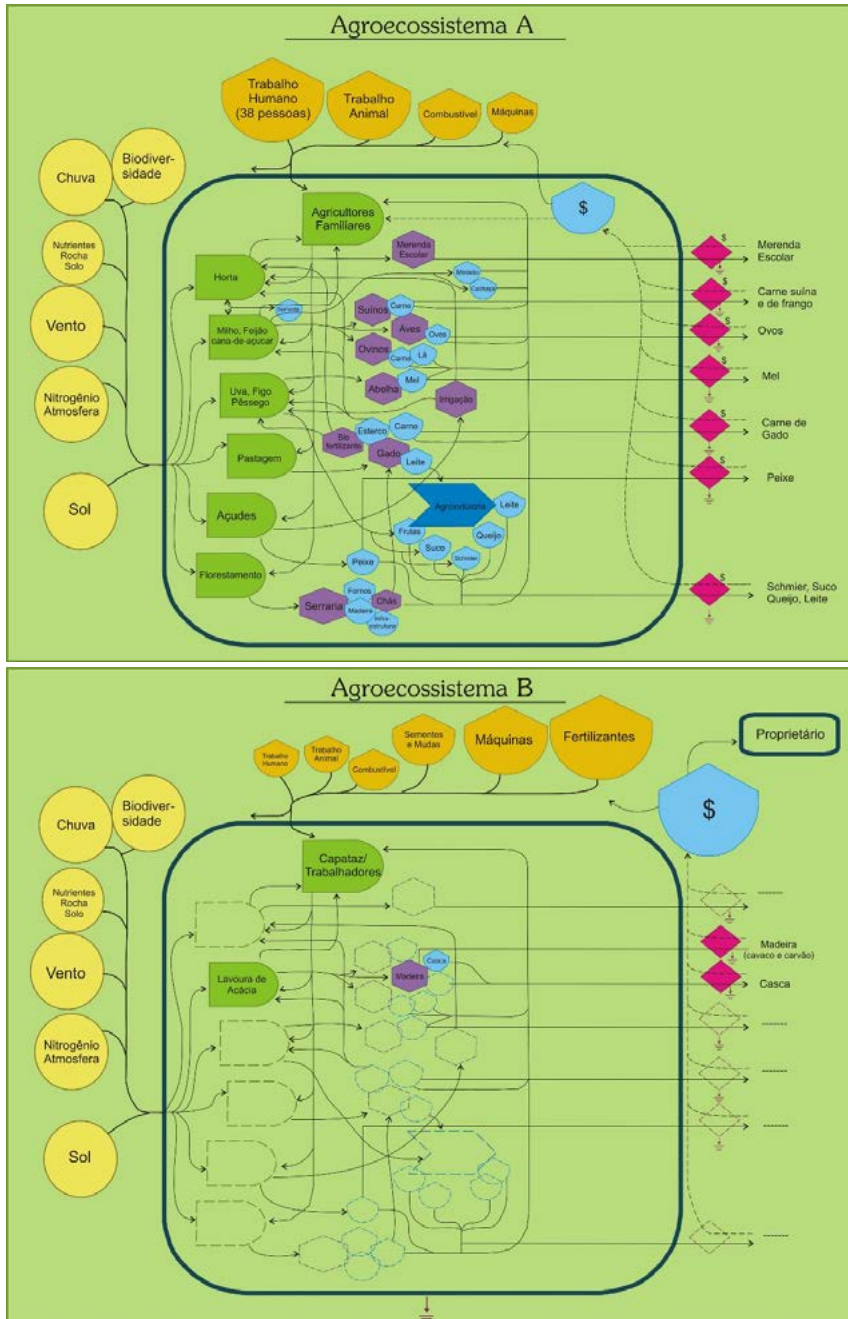
A Argentina compartilha do mesmo cenário, tendo a venda de glifosato aumentado em 220% entre 2000 e 2013, passando de 145 para 320 milhões de litros de agrotóxico comercializados⁴. Ao total, são vinte e dois milhões de hectares contaminados, com 13,4 milhões de pessoas afetadas, em função do glifosato utilizado em 21 variedades de plantas transgênicas liberadas na Argentina desde o governo de Carlos Menem⁵. Em diversas províncias da Argentina já são registrados casos de contaminação por arsênico, através de uma doença batizada como CKDu (Doença Renal Crônica de etiologia desconhecida), muito provavelmente relacionada ao uso do glifosato. Ocorre que o pesticida, quando em contato com os metais pesados existentes na água subterrânea, imobiliza estes íons e impede a detecção pelo fígado no caso desta água contaminada ser ingerida. Quando este complexo chega aos rins, a alta acidez do aparelho renal permite que o metal se separe do glifosato e se deposite nos túbulos renais, levando à progressiva falência do órgão. Atualmente a CKDu é a segunda maior causa de mortalidade entre os homens de El Salvador, enquanto que no Sri Lanka, mais de 20 mil pessoas morreram por CKDu nas últimas duas décadas.

Não apenas a soja, mas também as monoculturas de árvores exóticas avançam de forma agressiva sobre o território do Pampa, transformando a paisagem e redefinindo os processos políticos, econômicos, ambientais e culturais deste espaço. Apenas no Uruguai, mais de 5% do território nacional já encontrava-se recoberto de eucalipto e pinus em 2012 (REDES, 2012), sendo que 40% destas terras são controladas diretamente por três empresas estrangeiras: UPM (Finlândia), Montes del Plata (Chile-Suécia) y Weyerhaeuser (EUA).

No Brasil, a área coberta por pinus e eucalipto ultrapassa os 6 milhões de hectares (ABRAF, 2013), sendo que apenas no estado do RS já são quase 300.000 ha. Somente uma empresa, a Fibria (resultante da fusão entre a Aracruz e a Votorantim Celulose e Papel), possui 856.000 ha plantados de eucalipto, empregando 17.000 trabalhadores (FIBRIA, 2015), o que resulta em uma média miserável de 0,02 trabalhadores empregados por hectare de eucalipto plantado. Esta forma de territorialização do capital não apenas intensifica a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores rurais, como empobrece de forma significativa as relações que se estabelecem na propriedade rural tradicional, tal como identificou a pesquisa de Sell (2011) na comparação entre duas diferentes formas de produção no Pampa (figura 9), pois, como afirma Shiva (2003), na produção monocultora, “a riqueza da natureza, caracterizada pela diversidade, é destruída para criar riqueza comercial, caracterizada pela uniformidade” (p. 45).

O processo de especialização monocultora se coloca em total conflito com a diversidade geo-bio-cultural desta paisagem, gerando um processo irreversível de degradação da energia investida, a qual é exclusivamente direcionada para a geração de riqueza acumulada extra-localmente, e sem nenhum compromisso com qualquer processo endógeno de sustentabilidade e desenvolvimento.

Figura 9- Diagrama sistêmico dos fluxos de energia em dois agroecossistemas distintos do Pampa, no município de Piratini (RS): acima, um sistema policultor familiar e, abaixo, um sistema monocultor de acácia, especializado e empobrecido sistemicamente.

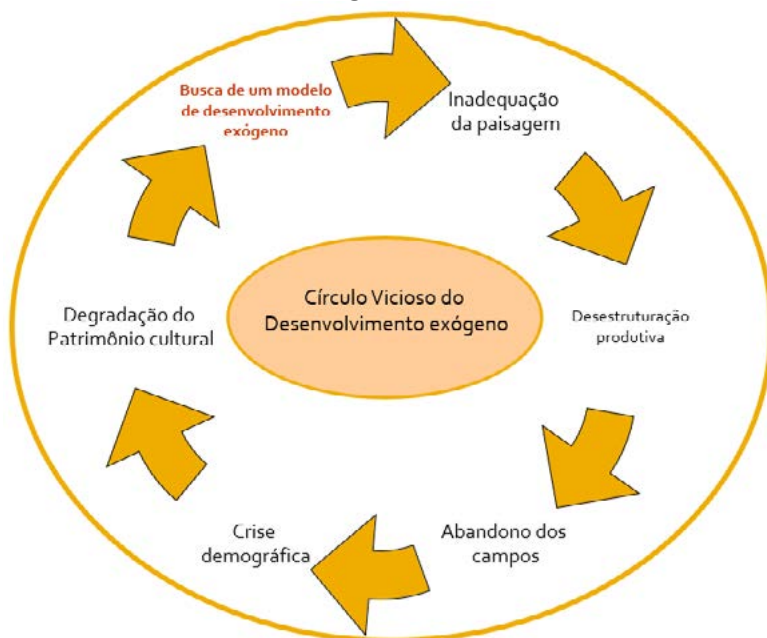


Fonte: Sell, 2011.

Tudo o que apresentamos até aqui, configura uma transformação profunda da paisagem-território do Pampa a partir do processo de territorialização do capital, tendo por base uma lógica internacional de incorporação deste território às políticas neoextrativistas em curso, seja pelo avanço da soja, seja pelas monoculturas arbóreas ou, ainda, pelo aumento considerável da pesquisa e exploração mineral, que coloca em risco importantíssimos patrimônios paisagísticos do Pampa sul-americano (FIGUEIRÓ, 2015).

Tais estratégias encaminham esta paisagem-território para a insustentabilidade do círculo vicioso do desenvolvimento exógeno (figura 10), onde a inadequação da estrutura biofísica da paisagem aos requerimentos da exploração intensiva do mercado internacional tende, em curto espaço de tempo, a marcar este espaço de forma indelével com as cicatrizes do abandono, da pobreza e da degradação ambiental, os quais precedem o esvaziamento demográfico e a erosão cultural que, por sua vez, continua a alimentar as esperanças e fantasias de um novo desenvolvimento impulsionado pelos interesses externos.

Figura 10- Diagrama esquemático do círculo vicioso do desenvolvimento exógeno.



Fonte: Organização do autor.

Assim, em que pese o fato de que o Pampa sul-americano é palco de uma paisagem ímpar no contexto regional, ele tem sido grandemente afetado pela ausência de políticas capazes de valorizar e conservar suas paisagens para, a partir disso, estruturar o desenvolvimento de dentro para fora do território. Apesar do grande potencial de geo-bio-sociodiversidade desta paisagem, ela vem sendo rapidamente transformada por uma política público-privada que desconsidera os seus melhores potenciais, em favor de um projeto de reprimarização exportadora, “vendido” à comunidade deste território como um “passaporte ao desenvolvimento”.

No curso deste processo, os saberes, potencialidades e características tradicionais desta paisagem, bem como as alternativas locais de desenvolvimento, têm passado por uma dinâmica de “marginalização” frente às possibilidades de inserção dependente deste território à economia global. Um novo modo de vida se redesenha e se organiza, de maneira insustentável, à medida que o mundo insiste em tornar-se homogêneo (GUIMARÃES, 2001).

Mais do que nunca, é urgente colocar em curso um debate acerca das possibilidades de desenvolvimento pós-extrativista para o Pampa. Felizmente, na América Latina como um todo, este debate já começa a acontecer de forma bastante intensa e, especialmente, a partir de novos movimentos sociais e formas de organização que buscam estabelecer os processos de resistência e apontar para alternativas socialmente consistentes e ambientalmente sustentáveis. São inúmeras e dos mais diferentes formatos as frentes criadas para denunciar o descumprimento da lei pelos agentes do capital instalados no Pampa, assim como vários são os projetos locais que buscam organizar os sujeitos para pensar uma outra forma possível de desenvolvimento para este território.

Em todos os casos, o que se tem observado é a importância dos níveis crescentes de organização, de uma forte dose de inovação e da construção de “pontes” entre diferentes grupos e pautas de luta. Assim, em que pese o duro enfrentamento com os governos e os gerentes do capital, a agenda pós-extrativista está em debate. Com isso, não apenas se oferecem alternativas de superação da dependência mineira ou agroexportadora, mas, especialmente, se recolocam na pauta novas opções de vida que estejam para além da acumulação e do mercado.

Notas

1) Professor da Universidade Federal de Santa Maria. Pós Doutor pela Universidade do Minho – UMINHO/PORTUGAL. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria.

2) O acordo TRIPS refere-se ao reconhecimento, entre os diversos países, da propriedade intelectual sobre a tecnologia desenvolvida nos mais diferentes ramos do conhecimento, o que resultou, no Brasil, na aprovação da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, também conhecida como lei de Patentes. Este acordo é integrante de um conjunto de acordos assinados em 1994, que encerrou a chamada “Rodada Uruguai” (denominação dada ao conjunto de negociações envolvendo os países signatários do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, de 1982) e criou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

3) Em 2010, um total de 12 joint ventures estrangeiras atuaram na produção da soja no Uruguai, representando 35% da soja produzida e 1% dos agricultores (VALDOMIR, 20102)

4) <http://www.unr.edu.ar/noticia/7413/investigacion-efectos-neurotoxicos-del-gli-fosato>

5) <://www.comambiental.com.ar/2015/03/ecologia-politica-del-gli-fosato-en.html>

Bibliografia

ABRAF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS. **Anuário estatístico ABRAF 2013**. Brasília: ABRAF, 2013.

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Orgs.) **Más alla del desarrollo**. Ciudad de México: Ediciones Abya Yala, 2012. p. 83-120.

AGNOLETTI, M.; EMANUELI, F. (Eds.) **Biocultural Diversity and Landscape in Europe: Framing the Issue**. London: Springer International Publishing, 2016.

ANDRIOLI, A.I. A Monsanto e a colonização biotecnológica da América Latina. In:

ANDRIOLI, A.I.; FUCKS, R. (Orgs.) **Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-134.

BASTOS, S.Q.A.; GOMES, J. E. Modificações na estrutura das exportações brasileiras: análise diferencial-estrutural para o período de 1997 a 2009. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, vol. 6, n.11, p. 111-132, 2011.

BERNARD, E.; PENNA, L. A. O.; ARAÚJO, E. Downgrading, Downsizing, Degazette-ment, and Reclassification of Protected Areas in Brazil. **Conservation Biology**, vol.28, n.4, p. 939-950, 2014.

CAFFI, M.T.I. Tratado minero entre Chile y Argentina. Una visión global. **Estudios Internacionales**, vol. 34, n. 135, p.22-42, 2001.

CATACORA-VARGAS, G.; GALEANO, P.; AGAPITO-TENFEN, S.Z.; ARANDA, D.; PALAU, T.; NODARI, R.O. **Producción de soya en las Américas: actualización sobre el uso de tierras y pesticidas**. Cochabamba (Bolívia): GenØk/ REDES-AT/UFSC/ BASE, 2012.

FAJARDO, M. Landscape: Beyond the View. The Power of Landscape: case studies in Latin America and Colombia;LALI (Latin American Landscape Initiative), a novel idea to approach, to understand, to rediscover, to think and to interact with the landscape. In: BUHMANN, E.; ERVIN, S. M.; PIETSCH, M. (Eds.) **Peer Reviewed Proceedings of Digital Landscape Architecture 2015**. Bemburg (Alemanha): Anhalt University of Applied Sciences, 2015. P.22-31.

FDA- U.S. FOOD AND DRUG ADMINISTRATION. **Pesticide Monitoring. Program Fiscal Year 2012 Pesticide Report**. Washington: FDA, 2012.

FEIX, R.D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015**. Porto Alegre: FEE- CEES/NEA, 2015.

FIBRIA. **Relatório FIBRIA 2015**. São Paulo: FIBRIA, 2015.

FIGUEIRÓ, A.S. Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos. **Revista Geonorte**, Edição Especial, 4 (4): 57 – 77, 2012.

FIGUEIRÓ, A.S. Para uma compreensão dialética da paisagem cultural na Geografia: reflexões a partir da transformação da natureza por comunidades tradicionais peruanas. In: PIMENTA, M.C.A.; FIGUEIREDO, L.C. (Orgs.) **Lugares: Patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p.257-292.

FIGUEIRÓ, A.S. Eco região do Pampa Uruguaio-sul-rio-grandense: ameaças ao patrimônio natural e estratégias de conservação. **II Simpósio de Pesquisa em Geografia**. Guimarães (Portugal): UMDGEO- Departamento de Geografia da Universidade do Minho, 2015. p. 7-27.

FIGUEIRÓ, A.S. **Quando a natureza domestica o homem: apontamentos acerca da resiliência geo-bio-cultural da paisagem do pampa sul-americano**. (No prelo). 2016.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GIRARDI, E.P. (Coord.) **DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil 2014**. Presidente Prudente: UNESP, 2015.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, J. *et al.* **Extractivismo, política y sociedade**. Quito: Centro Andino de Acción Popular –CAAP/ Centro Latinoamericano de Ecología Social –CLAES, 2009. p. 187-225.

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In: ACOSTA, E. *et al.* **Colonialismos del siglo XXI. Negocios extractivos y defensa del territorio en América**. Barcelona: Icaria, 2011. p. 75-92.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012_a.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Eds.) **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012_b. p. 303-318.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (org.). **O desafio da Susten-**

tabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=11&i=P&c=1613>>. Acesso em: 02 de abril 2016.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill.** Londres: Routledge, 2000.

JAMESON, F. **Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism.** Londres: verso, 1991.

JESUS JÚNIOR, C.; SIDONIO, L.; MORAES, V.E.G. **Panorama das importações de trigo no Brasil.** Brasília: BNDES, 2011.

KIRSCH, I.; BLAUTH, B. **Visões do Rio Grande.** Porto Alegre: Ita Kirsch, 2006.

LEFF, E. **Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.** Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1998.

LENDE, S.G. Psicoesfera y Minería Metalífera en la Argentina: el Mito de la Creación de Empleo en las Provincias de Catamarca y San Juan. **Geografia (Londrina)**, v. 25, n. 1. p.143-164, 2016.

LIMA, S.C. Da substituição de importações ao Brasil potência: concepções do desenvolvimento 1964-1979. **Aurora**, vol.5, n.7, p.34-44, 2011.

MARION FILHO, P.J.; REICHERT, H.; SCHUMACHER, G. A pecuária no Rio Grande do Sul: a origem, a evolução recente dos rebanhos e a produção de leite. 6º Encontro de Economia Gaúcha. **Anais...** Porto Alegre: PUC/FEE, 2012.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas: editora da UNICAMP, 2015.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano.** São Paulo: Palas Athena, 2001.

NARANJO, F.Z. (Ed.) **Estudio comparativo de las políticas de paisaje em Francia, los Países Bajos y Suiza.** Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008.

NOGUÉ, J.; FONT, P.S. El paisaje en la ordenación del territorio. Los catálogos de paisaje de Cataluña. **Cuadernos Geográficos de la Universidad de Granada**, n.43, p.69-98, 2008.

OLMO, R.M. Un concepto de paisaje para la gestión sostenible del territorio. In: OLMO, R.M.; COSCUELA, A.T. (Orgs.) **El paisaje y la gestión del territorio. Criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo.** Barcelona: Diputació Provincial de Barcelona, 2006. P. 17-46.

PELAEZ, V.; ARAÚJO, E.; GUIMARÃES, T.; HAMERSCHMIDT, P.; HERMIDA, C.; MELO, M.; HOFMANN, R.; MELO, M.; PROBST, R.; SOUZA, D. **Monitoramento do mercado de agrotóxicos.** Curitiba: UFPR/Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas, 2011.

PENGUE, W.A. Impactos de la expansión de soya en Argentina. **Biodiversidad**, n.29, p.7-14, 2001.

PENGUE, W.A. Transgenic crops in Argentina: The ecological and social debt. **Bulletin of Science Technology & Society**, vol. 25, p.314-322, 2005.

REDES. **Agentes empresariales del agronegocio.** Montevideo: REDES, 2012.

REDES. **Soberanía alimentaria en Uruguay. Situación actual, propuestas y experiencias.** Montevideo: REDES, 2015.

ROPPA, L. Brasil: O consumo de carnes passado a limpo! **AveWorld**, n.42, p.10-14, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R.S.P.; MILANEZ, B. Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.10, n.19, p.119-148, 2013.

SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.50, n.3, p.503-524, 2012.

SELL, J.C. **Diferentes modelos, diferentes caminhos: problematizando a sustentabilidade ambiental no município de Piratini, RS**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Santa Maria: UFSM, 2011.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

THOMAS, E. **Le tourisme sous bulle : une nouvelle forme de tourisme. Le cas de la bulle tropicale de Center Parcs les Bois-Francis**. Toulouse: Université de Toulouse II- Le Mirail, 2012.

TURCO, A. Ontology of territoriality: the eighteenth contradiction of capitalism? **Bollettino della Società Geografica Italiana**, vol.8, p. 403-415, 2015.

VALDOMIR, S. **Inversiones, transnacionales y desarrollo. El caso de Uruguay**. Montevideo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2012.

WEISSHEIMER, M.R. (Org.) **Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN, 2009.

WEISSHEIMER, M.R. A chancela da Paisagem Cultural: uma estratégia para o futuro. **Desafios do Desenvolvimento**, vol.7, n.62, p.25, 2010.

WWF- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE CONSERVACIÓN. **El crecimiento de la soja: impactos y soluciones**. Gland (Suíça): WWF International, 2014.





A ação do capital no território do pampa

Janete Webler Cancelier¹

Kelly Perlin Kassol²

Tatiane Almeida Netto³

A territorialização, a qual irá se tratar neste capítulo, refere-se apropriação social do espaço a partir de relações sociais, naturais, técnicas, de trabalho, de redes, conflitualidade e identidade, conforme destaca Saquet (2015). Neste sentido, cabe destacar que na contemporaneidade, a territorialização é expressa por novos modos de produção do capital, onde prevalecem os interesses de grandes grupos empresariais, os quais apropriam-se do espaço, reestruturando-o.

No Bioma Pampa a territorialização das relações capitalistas de produção ganha lugar nas discussões entre estudiosos das ciências humanas e sociais, à medida que vão se estabelecendo relações de exclusão social das populações locais e a degradação do meio ambiente. Muitas vezes, ocorre uma reestruturação da produção sobre a lógica do capital, desterritorializando-se assim, o saber fazer local. Essas novas dinâmicas, que acompanham o movimento do capital, substituem a economia natural por atividades altamente especializadas (SILVA, 1999).

Transformações de toda ordem ocorrem no campo e na cidade, pois de acordo com o que ressalta Elias (1996), o atual período histórico é marcado por novos signos que seriam a multinacionalização das firmas, a internacionalização da produção e dos produtos, os novos papéis do Estado, a grande revolução da transmissão da informação, a generalização do fenômeno do crédito e da circulação, alterando a dinâmica da cidade e do campo. Além disso, Santos (1996) ressalta que este período globalizante é definido como meio técnico- científico – informacional que possibilita um aumento da fluidez do território e propicia a dispersão espacial da produção, especializações e complementaridades regionais, intensificando as trocas de toda natureza. A técnica por sua vez, é redefinida pelo lugar e, ao mesmo tempo, modifica os valores do lugar (SANTOS, 2008).

Bioma Pampa: um espaço heterogêneo

No que tange especificamente ao espaço rural do Bioma Pampa, no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), na Argentina e no Uruguai o que se observa fortemente é uma transformação no sistema produtivo, principalmente frente ao agronegócio. Estas transformações são, sem dúvida, reflexos das políticas desenvolvimentistas aplicadas, as quais, por sua vez, vêm acarretando fortes interferências nas relações com a natureza e com a sociedade. A incorporação de novas cadeias produtivas é um fenômeno presente e atuante nesse espaço.

De acordo com Correia e Moreira (2014) o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre com a monopolização do território pelo capital, que se define pela apropriação da renda da terra ao capital e pela subjugação do trabalho realizado. Assim, pode-se destacar que o capital se insere no campo promovendo uma alteração e a monopolização da concentração de renda e do trabalho.

No que se refere ao Pampa podemos destacar que o fenômeno de apropriação da terra e concentração do capital é histórico. Inicialmente com a instalação das grandes fazendas, posteriormente a inserção de novos atores, entre eles: as fábricas, as grandes lavouras agropecuárias com a soja, arroz e vinhedos que se utilizam de técnicas modernas e capital internacional, demandando reduzidamente de trabalhadores.

Para Faria, Savian e Vargas (2016) os processos históricos geradores das desigualdades se alteram, mas a racionalidade das relações de poder se mantém. Sequencialmente os autores ainda enfatizam que “os novos modos de produção do território do Pampa se instalam sobre essa realidade desigual, cuja existência se coloca como condição para sua perpetuação” (2016, p.3).

O funcionamento do mercado a partir dos commodities agrícolas, particularmente com o crescimento exponencial do cultivo do soja, tem gerado uma constante pressão sobre o Bioma do Pampa. A esse respeito, Kuster (2016, p.3) relata que “el agronegocio sojero conduce a un proceso de concentración de la producción y de tierras, dejando muchas veces a productores independientes fuera del sistema, o en el mejor de los casos como rentistas o contratistas”.

Nessa perspectiva as desigualdades de toda ordem se ampliam na atualidade, afetando diretamente as comunidades tradicionais como os quilombolas, pescadores artesanais, pecuaristas familiares, entre outros... Comunidades estas presentes historicamente no Pampa, ainda que, pouco discutidas e visibilizadas.

A história de ocupação, estrutura fundiária e produção agropecuária no Pampa favoreceu a concentração de terra, fato que caracterizou as atividades rurais centralizadas na pecuária extensiva e na agricultura comercial. Dentro dessa perspectiva, o Pampa é visualizado como o espaço voltado a atender as demandas de grandes latifúndios. Por sua vez, as necessidades da agricultura familiar e dos povos tradicionais são invisibilizadas.

Osório (2016) e Farinatti (2003) destacam a existência de agricultores no Pampa, nos séculos XVIII e XIX, em pequena escala, principalmente por meio do trabalho familiar. Fato é que a agricultura familiar até a década de 1980, no Pampa, estava limitada a pequenas explorações da pecuária de corte, da ovinocultura e pequenas plantações de arroz, isso até a inserção dos assentamentos na campanha Gaúcha, RS – Brasil, na década de 90 (ALVEZ, et al 2007, CHELOTTI, 2010).

O contexto histórico da estrutura fundiária do território no Pampa, tem sua origem principalmente pós Lei de Terras no Brasil, em 1850, fato este que transformou a terra em propriedade privada e mercadoria, dificultando e até impedindo o acesso à terra para aqueles que não dispunham de condições para adquiri-la, principalmente negros e trabalhadores migrantes descapitalizados.

O trabalho escravo foi uma característica marcante nas grandes fazendas do Pampa. O que a principio justifica a presença de remanescentes quilombolas, que têm origem nas fugas de escravos das estâncias e de deserções nas diversas guerras de fronteira.

Osório (2016) analisando dados de inventários *post-mortem*⁴ de proprietários de estâncias⁵ que possuíam até 1.000 cabeças de gado observou que estes detinham a posse, em média, de 7 escravos que eram utilizados tanto em tarefas domésticas como produtivas, principalmente nas lidas com o gado, sendo denominados de campeiros. Já os proprietários com mais de 1.000 cabeças de gado

detinham em média 22 escravos. Estudos como o de Osório (2016) demonstram que tanto os escravos quanto os homens livres trabalharam juntos na produção pecuária em todo território do Rio do Prata.

As populações negras referidas pelos autores, constituem hoje parte das denominadas comunidades tradicionais.

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/2007) Povos e Comunidades Tradicionais são considerados:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...] (Brasil, 2007).

Atualmente no Bioma Pampa encontram-se 92 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares. Os quilombolas são considerados um grupo social que sobrevivem de uma agricultura familiar diversificada, e que necessitam de políticas públicas para proteção da cultura e manutenção do seu modo de vida, fortemente impactado pelas transformações provocadas pelo capital na área dos estudos. Os quilombolas obtiveram visibilidade através do Decreto nº4.887/03, segundo o Art 2º:

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida [...] (BRASIL,2003).

O pecuarista familiar, grupo social que compõem os produtores familiares também tiveram sua identidade forjada no contexto histórico de ocupação do Pampa, derivando de três fatores: fracionamento de terras das grandes estâncias (processos de sucessão); compra de terras por agricultores familiares que migraram da região colonial, e a compra da terra por meio dos peões que trabalhavam nas estâncias (FERNANDES e MIGUEL, 2016).

São considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições: tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano; detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a 300 hectares; tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e obtenham no mínimo 70% da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BRASIL, 2011; EMATER, 2014).

Pela sua concepção, o pecuarista familiar apresenta um modo peculiar de exploração da terra, ou seja, suas atividades e lógicas de condução das mesmas estão ligadas a reprodução e sobrevivência da família. A prática da pecuária em campo natural ocorre vinculada ao ecossistema do Pampa, a qual, se beneficia diretamente da vegetação nativa, vegetação esta que propicia a forragem para o gado, dependendo apenas do sol, da água da chuva e da fertilidade natural do solo para o seu desenvolvimento (QUADROS et al, 2015).

Diegues (1988) ao analisar a origem dos pescadores presente no Pampa, afirma que os mesmos advêm de comunidades costeiras e ribeirinhas que combinavam atividades de agricultura e pesca. O mesmo autor diferencia os pescadores em dois grupos, de acordo com a atividade: pequena produção mercantil familiar simples (os pescadores-lavradores), e pequena produção mercantil pesqueira (ampliada) os pescadores artesanais.

Os pescadores- lavradores para o referido autor se caracterizam por se utilizar da pesca como uma atividade ocasional, restrita a períodos de safra. *‘Ele não vive somente da pesca nem tem conhecimento e experiência para ir buscá-los além dos estreitos limites do meio ambiente, que controla precariamente’* (DIEGUES, 1988, p. 5).

Sequencialmente Diegues (1988) relata que o pescador artesanal é o sujeito social que tem a atividade pesqueira como sua principal fonte de renda:

[...] atividade pesqueira passa a ser a principal fonte de renda, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedente, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidos padrões menos igualitários. [...]O grupo doméstico não mais constitui a base das unidades de produção e cooperação na medida que a pesca deixa de ser uma atividade

complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados a venda[...] (DIEGUES, 1988, p. 6)

No Pampa podemos identificar a presença de pescadores/lavradores tanto quanto pescadores artesanais, pescadores que fazem uso de baixo poder tecnológico utilizando a força de trabalho familiar e/ou grupo de vizinhança que destinam o seu produto excedente para o mercado (CARDOSO, 2001).

Este segmento busca assegurar sua reprodução através da apropriação direta dos recursos naturais. Assim como os pecuaristas familiares e os quilombolas, os pescadores artesanais também competem pelo território, enfrentam problemas como especulação imobiliária, poluição e degradação dos ambientes (PASQUOTTO, 2005).

As Comunidades Tradicionais, presentes no Pampa, preservam conhecimentos e práticas herdadas de antepassados proporcionam a preservação da cultura regional (campeira) e a biodiversidade deste ecossistema único (QUADROS et al., 2015). Segundo Mazurana et al (2016), as Comunidades Tradicionais, ao se utilizarem dos elementos presentes no território, conservam também valores simbólicos e espirituais.

Contudo, a imposição de novas técnicas de cultivo e manejos, vem gradativamente interferindo nas relações de produção e na utilização dos saberes tradicionais historicamente construídos. Os sujeitos sociais do Bioma Pampa vêm perdendo sua autonomia na medida em que as grandes corporações se apropriam do espaço, desqualificando seus saberes.

Estudos apontam a presença de uma ruralidade diferenciada, que proporciona a inserção de agricultores familiares ligando-os cada vez mais ao mercado, seja através de complexos agroindustriais, de uma agricultura moderna, fundamentada em commodities, ou pequenos negócios agropecuários (piscicultura, apicultura, horticultura...). As unidades familiares, nesta nova conjuntura, estariam se afastando das atividades tradicionais e sua gestão, não se resume mais a família, e sim a um único membro.

No caso do Bioma Pampa é possível visualizar essas mudanças a partir da inserção de novas atividades agrícolas como horticultura, fruticultura e a vitivinicultura.

Neste sentido de transformação da paisagem do Pampa, da introdução de novas relações de produção, de novos cultivos, os povos tradicionais encontram-se ameaçados e em disputa de território para manterem-se presentes e ativos.

Não apenas a biodiversidade e a paisagem pampeana está sendo ameaçada, com a inserção de novos cultivos (silvicultura e a soja) mas, principalmente se ameaça as diferentes identidades presentes, seu modo de vida, sua relação com o território e sua relação familiar de produção.

Diante do contexto anteriormente exposto, identificamos a fragilidade das produções familiares típicas do Bioma Pampa, e mesmo que invisibilizadas historicamente frente a supremacia da pecuária extensiva comercial, e mais recentemente pela sojicultura e silvicultura, esteve e está presente naquele espaço. Nesse sentido estamos diante de conflitos explícitos que envolvem processos de territorialização orientados pelo capital e pela constituição de commodities, contraposto a territorialização, ainda incipiente, das populações tradicionais ali estabelecidas desde tempos imemoriais.

Assim sendo é urgente a construção e ressignificação de políticas e de programas que fomentem o desenvolvimento local sustentável.

Notas

1) Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: janetewc@gmail.com

2) Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: perlinkelly@gmail.com

3) Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: tatianetto@gmail.com

4 O acesso a estes inventários é através do acervo de Arquivos Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

5 Osório (2016) ressalta que o significado de “estância” se refere somente a produção de gado, não se limita a extensões de terra ou quantidade de rebanho.

Referências

ALVEZ, F. D., SILVEIRA, V. C. P., FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.2, n. 4 p. 82-97, ago. 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 48.316, de 31 de Agosto de 2011.** Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar- PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL; Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais:** Natureza, Território, Movimento Social. Tese de doutorado. USP,SP, 143p. 2001.

CORREIA, S. C. C.; MOREIRA, E. de R. F. A monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa em nova floresta na Paraíba. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais eletrônicos...** Vitória, 10-16 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403917571_ARQUIVO_ArtigodeSilvanadaCBG2014.pdf. Acesso em: 14 de fev. 2016.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.

DIEGUES, A.C.S.; Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos. In: Encontro de Ciências Sociais e o marno Brasil 2. São Paulo, **Coletânea de Trabalhos apresentados.** São Paulo, PPCAUB/F.Ford/UICN.p.1-39. 1998.

ELIAS, D. **Meio técnico- científico- informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP).** 294p. 1996. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

EMATER. 2014. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/pecuaria-familiar.php#.VEP6OiLF8u0>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FARIA, R.; SAVIAN, P.S.; VARGAS D. Dinâmica populacional e desenvolvimento territorial: os desafios do Pampa Sul-Rio-Grandense. In: I Congresso Internacional do Pampa: olhares sobre o Pampa um território em disputa. Universidade Federal de Santa Maria, 2016. **Anais**. Primeira edição. p. 1-14. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acessado em 10/10/2016.

FARINATTI, L. A. **Um campo de possibilidades**: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul século XIX). História Unisinos, São Leopoldo, v. 8, p. 253-276, ago-dez 2003.

FERNANDES, V. D.; MIGUEL, L. A.. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: Waquil, P.D.; Matte, A.; Neske, M. Z.; Borba, M. F. S.. (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v. 1, p. 41-64.

KUSTER, S. Intensificación agraria en la cuenca del arroyo tambores, en los últimos 20 años (1995 – 2015). Tacuarembó- Uruguay. In: In: I Congresso Internacional do Pampa: olhares sobre o Pampa um território em disputa. Universidade Federal de Santa Maria, 2016. **Anais**. Primeira edição. p. 1-16. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acessado em 10/10/2016.

MAZURAMA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L.C. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016. 224 p

OSÓRIO, H.. Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUIL; MATTE; NESKE; BORBA. (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v. , p. 15-40.

PASQUOTTO, V.F. **Pesca Artesanal no RS**: Os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. Dissertação de mestrado. PGDR, Porto Alegre. RS, p. 166. 2005.

QUADROS, F.L.F. de, SOARES, E.M, OLIVEIRA, L.B.de, RIBEIRO, C. M. Cuidar e fazer diferente. In PILLAR, V. de P. & LANGE, O. **Os Campos do Sul**. Rede Campos Sulinos. UFRGS,2015. Porto Alegre, 192p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A.. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: consequência, 2015.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.



PARTE 3

**O pampa invisibilizado e
as populações esquecidas**





Resistencias rurales y recursos naturales en el Uruguay

Pablo Díaz Estévez¹

Introducción

El objetivo de este artículo es realizar un recorrido pormenorizado por tres conflictos pioneros por la disputa de los recursos naturales en el Uruguay, que se manifestaron durante los gobiernos recientes del Frente Amplio y que surgieron por el avance del modelo neo-extractivista en el medio rural. No describimos todos los conflictos ocurridos, sino tres de los que consideramos más significativos en la disputa por los recursos naturales en un nuevo escenario. Se analiza para ello la contribución de la protesta rural a la construcción de demandas agrarias y ambientales desde 2004 hasta el 2015, y los consiguientes mecanismos estatales de resolución de conflictos, para lo cual partimos de las siguientes hipótesis:

- La resolución de conflictos agrarios similares a los que presentamos- por el avance de la soja y la forestación- habilitaron la expansión de los monocultivos, implementando regulaciones mínimas (DÍAZ, 2015), venciendo resistencias

y amortiguando otra serie de situaciones conflictivas que no son objeto de este escrito.

- La primer movilización ambiental de carácter masivo del país fue protagonizada inicialmente por productores ganaderos de la Cuchilla Grande (sierras del este y centro-sur del país) frente al avance de un proyecto de megaminería a cielo abierto. (DÍAZ, 2013)

- Si bien la expansión de forestación y soja avanzó en todo el período, se frenó el primer proyecto de megaminería, desbloqueando la “cuestión ambiental” sin instalar una “cuestión” por la conservación de los recursos naturales del Uruguay.

Demandas y “cuestiones”

El Frente Amplio en el Gobierno ha promovido proyectos neo-extractivistas en el medio rural (forestación, soja y megaminería) frente a los cuales emergieron una serie de acciones colectivas de resistencia que colaboraron en agendar la “cuestión ambiental”.

Teniendo en cuenta, que académicos, funcionarios y ONGs podemos plantear “demandas de conservación” de los bienes naturales, debemos preguntarnos si estas demandas son asumidas por la ciudadanía de los distintos países del ‘bioma pampa’, o si forman parte de reclamos y movilizaciones ciudadanas más amplias.

Para clarificar los conceptos utilizados, debemos distinguir entre las diferentes “cuestiones”: una es la “cuestión agraria” pero otra es la “cuestión ambiental” y otra distinta es la “cuestión de la conservación”, de acuerdo a cual es la serie de reclamos que está en disputa. Entendiendo por “cuestión” a las necesidades y demandas “socialmente problematizadas” ante el Estado que toma una posición o “respuesta predominante”, la que “no tiene por qué ser unívoca, homogénea, ni permanente” (O’DONELL, OSZLAK, 1984:383- 385).

La entrada en la agenda de este tipo de “cuestión ambiental” es novedosa si tomamos en cuenta que el campo uruguayo “se ha caracterizado por tener una baja conflictividad social” lo cual se explica “por la existencia en la sociedad uruguaya de mecanismos generales de integración social y de amortiguación de los conflictos” (PIÑEIRO, 2004:292).

Pese a los cuales se pueden registrar una serie de actos de protesta localizados en el período 2004-2015 que aprovecharon la apertura de “ventanas de oportunidades políticas” para expresar su descontento.

El efecto “gualaguaychú” y el triunfo de la forestación

Una de las expresiones de descontento sucedía el 8 de setiembre de 2004 cuando se realizaba un “corte de ruta” en el Departamento de Soriano (suroeste del país), donde se asociaba la escasez de agua en zonas rurales al avance de la forestación. En esa ocasión el Movimiento de Chacareros de los alrededores de la ciudad de Mercedes llevó adelante una “jornada informativa sobre la ruta 2”, donde se repartían volantes que denunciaban que los pozos de agua de 60 familias se habían secado, y las mismas comenzarían a ser abastecidas por un camión cisterna de la Intendencia Municipal de Soriano. Al año siguiente el número de familias había aumentado a 120 y en el 2006 ascendía a 146. (GUAYUBIRA, 2006).

En el mismo Departamento de Soriano, el día 27 de setiembre de 2006 productores de “Colonia-Agraciada” y “Buena Vista” y vecinos de Nueva Palmira y Agraciada, también “cortaron la ruta” en “rechazo a la instalación de la planta de ISUSA (Industria Sulfúrica Sociedad Anónima) en la 4ta. Sección Judicial del departamento de Soriano”.

Los productores analizaban que dicha planta industrial iba a abastecer de ácido sulfúrico a la planta de celulosa finlandesa de *Botnia* sobre el Río Uruguay (que preveía utilizar 17 mil toneladas anuales) y eventualmente a la de la empresa española *Ence* en Colonia. La protesta local incluyó una presencia masiva en ocasión de la “Audiencia pública” previa a la aprobación del Informe de impacto ambiental por parte de la Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA). También hicieron una manifestación los productores involucrados en el Congreso de la Federación Rural (representativa de medianos y grandes ganaderos) increpando al entonces Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca (José Mujica) ante los medios para que tome posición con respecto al tema. Finalmente el conflicto incluyó un tercer corte de rutas el primero de junio de 2006, con la presencia de más de cien productores, donde se manifestaba:

- “Para que no aumente la despoblación de la campaña, defendemos el trabajo de 87 productores rurales, de 56 apicultores con 2.500 colmenas, instalados en un radio de 5 kms. de la futura instalación, decimos NO A ISUSA y afirmamos que DINAMA MIENTE.” (GUAYUBIRA, 2006).

Pese a estos “cortes de ruta” y otros actos de protesta de carácter local, no hubo durante el primer gobierno del Frente Amplio (2005-2010) una movilización masiva contra las plantas de celulosa ni contra el avance del modelo forestal.

En la opinión pública nacional el “corte de rutas” como metodología de protesta se fue asociando a una identidad (ambientalista= piquetero= Argentino) en la disputa por la instalación de la pastera de *Botnia* en Fray Bentos. La construcción simbólica de una “causa nacional” desde el gobierno de Tabaré Vázquez (espejo de la “causa nacional” definida por Néstor Kirchner) fue opacando los actos locales de protesta, mientras que desde las ONGs ambientalistas “la mayoría de las reivindicaciones son levantadas a través de actividades formales, como la participación en audiencias públicas, las acciones legales, los comunicados de prensa, las actividades de educación y sensibilización” (GRAZIANO, 2010: 142).

Mientras tanto en la Argentina, la Asamblea Ciudadana y Ambiental de Gualeguaychú (nacida en agosto de 2005 en la Provincia de Entre Ríos) fue claramente la expresión de un movimiento social, que construyó una identidad/ acción colectiva disruptiva con resonancia nacional (DELAMATA, 2007). La “cuestión ambiental” no se traspoló al Uruguay, por el contrario el “efecto Gualeguaychú” generó un rechazo en buena parte de la opinión pública del Uruguay, que -adhiriendo a la ideología dominante- entendía que el ejercicio de la soberanía nacional pasaba por rechazar el reclamo de los “piqueteros argentinos” y respaldar la instalación de una fábrica europea que operaría en régimen Zona Franca (exonerada de impuestos).

En el nuevo escenario político del primer gobierno del Frente Amplio, fue minoritaria la manifestación del descontento rural y de las organizaciones ambientalistas, bloqueándose la “cuestión ambiental” y aislando los “cortes de rutas” que tuvieron lugar en las luchas tempranas del Departamento de Soriano que denunciaban los efectos directos e indirectos del modelo celulósico-forestal en el Uruguay.

“Cuchilla de soja no”²

Los mecanismos amortiguadores de “mediación”, de los gobiernos Departamental y Nacional, fueron necesarios para evitar una confrontación explícita de intereses entre empresarios sojeros y pobladores rurales del sur del país hacia finales del primero gobierno del Frente Amplio.

Las primeras demandas autónomas en torno a los impactos de la sojización del campo uruguayo, no surgieron en las áreas de mayor expansión del país (en el litoral oeste del Rio Uruguay) sino en la zona granjera de Canelones y Montevideo Rural, aunque también en la localidad de Palmitas (Dpto. De Soriano) ya en marzo de 2006 se habían realizado cuatro denuncias ante el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) por fumigaciones aéreas a menos de

300 metros del centro poblado, lo cual fue sancionado por la Dirección General de Servicios Agrícolas.

Dos años después la Sociedad de Fomento Rural de Santa Rosa (Departamento de Canelones) denuncia la aplicación aérea de insecticidas para un cultivo de sorgo sobre la “Escuela Rural Nº 86, monte de abrigo de ganado y apiario”, por parte de la empresa avícola CALPRYCA, en consorcio con la argentina Agrogocios Del Plata (ADP).

Estas empresas comienzan a arrendar tierras en el paraje rural Cuchilla de Rocha, a pocos kilómetros de la ciudad de Sauce (Depto. De Canelones), con la intención de sembrar trigo a la brevedad y soja en el verano 2008-2009. Esta situación lleva los pobladores rurales (“vecinos”) a realizar importantes reuniones informativas y una campaña para que los propietarios no le alquilen sus predios a CALPRYCA. La primer audiencia de la Comisión de Vecinos de Cuchilla de Rocha con las autoridades de Desarrollo Productivo del Gobierno Departamental y el Director del MGAP en Canelones se realiza el 15 de julio, el mismo día que el Ministro del MGAP decreta el levantamiento de la suspensión de autorizar nuevos eventos transgénicos (Decretos 353 y 535 del MGAP). El día 28 de julio la Mesa de Desarrollo Rural del Santoral de Canelones del mismo MGAP (que abarca a Sauce, Santa Rosa y otras localidades urbanas de referencia de los productores familiares) resuelve exigir al gobierno la prohibición de las fumigaciones aéreas para cultivos agrícolas en el Departamento de Canelones.

Mientras la Comisión de Vecinos recoge miles de firmas de rechazo a la siembra de soja, el 4 de agosto se realiza una sesión extraordinaria de la Junta Local (gobierno municipal) de Sauce en la capilla de Cuchilla de Rocha. Si bien se solicita una audiencia con la Junta Departamental de Canelones, la misma no es concedida, y se canalizan mediante las Comisiones de “Asuntos rurales y medio ambiente” los planteos de los productores y vecinos afectados. En la medida en que la Junta Departamental de Canelones como órgano no recibía a la Comisión de Vecinos, se solicitaron reuniones a las bancadas partidarias que la integraban, obteniendo únicamente la participación de los ediles (representantes en la Junta) del Partido Nacional (partido tradicional de oposición) en una reunión en Cuchilla de Rocha.

El día 23 de octubre de 2008 el Intendente del Departamento de Canelones Marcos Carámbula resuelve crear una Comisión para estudiar el uso del suelo rural (Resolución 6317) que estaría integrada por representantes de diferentes instituciones y los vecinos organizados. Mientras no se pone en funcionamiento dicha Comisión (por falta de *quórum* de los representantes institucionales), la Comisión de Vecinos de Cuchilla de Rocha lleva adelante una “Feria-Fiesta” en la Capilla de Cuchilla de Rocha, haciendo visible la biodiversidad y la producción

de alimentos de esta zona granjera, con la participación de 2000 personas y la consigna: “*Cuchilla de Soja NO*”.

Al mes siguiente, el día 17 de noviembre la Dirección de Servicios Agrícolas del MGAP emite una resolución que reglamenta las distancias a las escuelas rurales las que no pueden ser menores a 30 metros en el caso de las fumigaciones terrestres y a 50 metros en el caso de las aéreas. En el mes de diciembre de 2008 se realiza la apertura formal de la Comisión de Uso de Suelo Rural sin mayores novedades.

A fines de diciembre y comienzos de enero de 2009 la Comisión de Vecinos de Cuchilla de Rocha organiza dos entrevistas con la empresa CALPRYCA con la intermediación del gobierno Departamental y la Dirección Departamental del MGAP, en la Casa de la Cultura de Sauce, donde los vecinos criticaron las medidas de aplicación de agrotóxicos en el cultivo del trigo del invierno 2008.

La sequía del verano 2008-2009 imposibilitó la siembra de soja en Cuchilla de Rocha, y también el avance de la Comisión de Uso del Suelo Rural en los temas para los que fue creada inicialmente. La sequía también generó el aumento explosivo de afiliados de organizaciones rurales que se asociaban para acceder a los apoyos en semillas forrajeras y ración animal del MGAP.

También cabe destacar que en noviembre de 2009 se había obtenido por iniciativa de los productores orgánicos de la Cuenca del Arroyo Carrasco una medida cautelar (mecanismo previsto por la Ley de Ordenamiento Territorial) del poder judicial para frenar los cultivos transgénicos en Montevideo rural, la cual fue dejada sin efecto por el Tribunal de Apelaciones a raíz de los informes ministeriales y de la Intendencia Departamental de Montevideo.

Finalmente en el verano 2009/2010 se siembra la soja en Cuchilla de Rocha y al momento de su cosecha la Junta Departamental de Canelones (JDC) prohíbe las fumigaciones aéreas en todo el Departamento (Decreto 18/3/2010) apoyada en la Resolución N°1 de la Comisión de Uso de Suelo Rural de diciembre de 2009 que recomendaba tal prohibición y en la postura de la Dirección general de planeamiento territorial de la Intendencia Departamental de Canelones (IDC).

El 29 de junio de 2010 la “Comisión de Uso de Suelo Rural” aprobó otro texto en el que recomendó al intendente que adoptara la medida cautelar de impedir la siembra de cultivos transgénicos en el suelo rural del departamento de Canelones en el área comprendida al sur de la ruta 11 (a una distancia de entre 40 y 50 kilómetros del centro de Montevideo, entre los Ríos Santa Lucía y de La Plata), por un lapso de ocho meses a partir de la resolución. Durante ese período, debería hacerse un relevamiento de indicadores para contemplar las características de la zona, la producción, la densidad poblacional, y establecer lineamientos para el uso del suelo y tecnologías de producción a utilizar, contem-

plando la defensa de los recursos naturales. A tales efectos debería conformarse un equipo de trabajo que hiciera una evaluación técnica y objetiva; luego de los ocho meses, se resolvería si debía mantenerse, ampliarse o reducirse la zona comprendida por la medida cautelar.

Sin embargo el 19 de agosto, el Intendente del Departamento de Canelones emitió una resolución negando tal recomendación y explicando “que se han presentado a este despacho organizaciones representativas de agricultores familiares como la Asociación Nacional de Productores de Leche, la Agronomía de Tamberos de Canelones, la Asociación de Productores de Leche de San Ramón y la Asociación de Ingenieros Agrónomos del Uruguay y su Centro Regional, planteando no haber participado en las instancias de discusión del tema”. También negaría la recomendación-que surgiría luego de algunos casos de intoxicaciones en la zona de La Palmita (cercano al balneario Atlántida)- de la Alcaldía de Atlántida del mes de setiembre de 2010. Allí se manifestaba el rechazo “al monocultivo intensivo, a la utilización de herbicidas y pesticidas propios del método de producción”; además se hacía pública la “preocupación ante la contaminación de reservorios de agua, especialmente la Laguna del Cisne, proveedora de agua potable a los habitantes de este municipio” (MUÑOZ, 2010).

En el verano 2010-2011 se vuelve a sembrar soja en Cuchilla de Rocha, mientras que en el mes de febrero de 2011 el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) prohíbe las aplicaciones aéreas y terrestres mecanizadas con agrotóxicos sobre cultivos que se encuentren respectivamente a menos de 500 y 300 metros de predios de centros educativos, “para disminuir el riesgo de exposición de sustancias intrínsecamente peligrosas”. (RAPAL, 2011)

La Comisión de Uso de Suelo Rural se ha desactivado, y la Comisión de Vecinos de Cuchilla de Rocha también. En el verano 2011/2012 se vuelve a sembrar soja en Cuchilla de Rocha.

Quizás haya que destacar en el caso de Cuchilla de Rocha como juega la nueva institucionalidad bajo el “progresismo” en la amortiguación del conflicto agrario en la medida en que si bien habilita mayores espacios de “descentralización”, “asociativismo”, prevención y consulta, mantiene el sesgo hacia la política de hechos consumados por el agronegocio. Al mismo tiempo que logra absorber hacia los espacios más institucionalizados la iniciativa social independiente.

Los productores ganaderos de “a caballo” y la megaminería

En cuanto a los conflictos pioneros ante el avance de la megaminería en Uruguay durante el gobierno de José Mujica, es necesario situarse en la Cuchilla Grande, entre las sierras del este y el centro-sur del país, en la localidad de Cerro Chato (Departamentos de Treinta y Tres, Durazno y Florida) en el año 2009 cuando mediante acuerdos amistosos con los productores la empresa minera “*Aratiri*” de *Zamín Ferrous Groups* comienza la prospección y exploración de los yacimientos de hierro en el Departamento de Florida, siguiendo por el Departamento de Durazno, hasta que empiezan a surgir dificultades en el relacionamiento empresa-propietarios, dada la forma y condiciones en que se llevan a cabo la prospección y exploración. Es así que los productores comienzan a presentar recursos ante la Dirección Nacional de Minería y Geología (DINAMIGE, del Ministerio de Industria, Energía y Minería) entre enero y junio de 2010 para evitar que la empresa avance con la prospección en el Departamento de Treinta y Tres.

El incremento del descontento lleva a los productores ganaderos de la zona a movilizarse el día 26 de marzo de 2010, concentrándose en las inmediaciones de la localidad de Valentines (Dpto. De Treinta y Tres). Allí unos 150 productores ganaderos, de ‘a caballo’, manifestaron públicamente su oposición al proyecto que intentaba ser acelerado por el Poder Ejecutivo a raíz de la visita al Uruguay del principal titular de la empresa multinacional.

Esto no sería un hecho aislado, ya que durante el gobierno de José Mujica (2010-2015) se anuncian varios mega-proyectos inter-relacionados: la megaminería a cielo abierto para la extracción del concentrado de hierro, la construcción de una Regasificadora (Contrato con OAS), de un Puerto de Aguas profundas en la costa atlántica y de la Segunda mega-pastera de celulosa de la multinacional Montes del Plata.

Las acciones locales de denuncia en la Cuchilla Grande resonaron en el ámbito nacional, sobretudo a partir de la articulación de territorios afectados a megaproyectos mineros (en Cerro Largo, Tacuarembó, Rocha y Rivera) y portuarios (en el Departamento de Rocha de la costa oceánica) con la microregión de Cerro Chato-Valentines. Dicha articulación se expresó de forma masiva el 11 de mayo de 2011 en la primer “Marcha en defensa de la tierra y los recursos naturales”, realizada en Montevideo y encabezada por 150 caballos de Cerro Chato y Valentines, y logrando la asistencia de miles de activistas.

El 12 de octubre del año 2011 el número de caballos se duplicó, y en la tercera “Marcha en defensa de la tierra y los bienes naturales” (11 de octubre de 2012) participaron entre 6 y 10 mil personas, siendo la movilización más multitudinaria del año según valoraciones de algunos medios de prensa.

Este proceso liderado inicialmente por los productores ganaderos de Cerro Chato y Valentines marcó un punto de inflexión en la vía de acción no-institucional, que va amalgamando las experiencias previas de movilización y protesta rurales tras la disputa territorial con las empresas multinacionales, venciendo los mecanismos de amortiguación del segundo gobierno nacional del Frente Amplio (DÍAZ, 2013).

Uno de los argumentos para justificar la sustitución de la actividad ganadera por un proyecto de megaminería metalífera era que la renta minera es más conveniente al “interés general” de la nación que la baja productividad de los productores rurales tradicionales de la zona, que se dedican a la ganadería de cría, en sistemas productivos familiares y empresariales.

En el año 2011 el 81% de los predios del “distrito minero” eran menores a 500 hectáreas, lo cual ha sido reconocido por la misma empresa minera como uno de los indicadores de una zona con fuerte presencia de “productores familiares” (según la Solicitud de Autorización Ambiental Previa del Proyecto Valentines de Minera Aratirí de octubre de 2011).

En su mayoría presentan bajos niveles de incorporación de tecnología (DÍAZ, 2013), una carga animal similar al promedio nacional (de 0,66 unidades ganaderas por hectárea) y baja productividad (72% de tasa de preñez).

También otra característica de los productores de la zona tiene que ver con la permanencia de familias del lugar que por generaciones han subdividido y conservado la tierra mediante la herencia, explicando de esta forma la alta presencia de propietarios (aunque el arrendamiento y el pastoreo representen al 27% de las explotaciones del “distrito minero” según Datos oficiales (DÍAZ, 2013).

A partir del anuncio en 2010 de la implementación del proyecto de megaminería comienza en la zona un auge por la compra-venta de la tierra y la suba del precio del recurso. Es así que al 2015 se contabilizan unas 12 mil hectáreas adquiridas por las Sociedades Anónimas pertenecientes a la empresa multinacional minera, que planificó afectar unas 30.000 hectáreas de superficie catastral del Distrito Minero (DÍAZ, 2013).

La alta renta minera era un argumento para sustituir a una actividad de baja productividad como la actividad ganadera. Sin embargo la mayor parte de los productores ganaderos comprendidos en el “distrito minero” se negaron a vender sus campos a la megaminería: ¿por qué?

En las entrevistas del trabajo de campo realizadas en octubre de 2011 y publicadas en el Tercer Informe del Observatorio de Política de Tierra (DÍAZ, 2013b), se puede apreciar como los productores entrevistados no valoraron tanto la venta de la tierra como una oportunidad para maximizar sus beneficios particulares sino que optaron por la “defensa” de su modo de vida:

“En el caso de la explotación minera dentro de treinta años sacaremos equis cantidad de plata, pero ¡ esto de productivo va a tener un caramba de la vela!. ¡Se va pal’ caño.!.³ Nosotros hoy plantados acá arriba, podemos decir: ‘ Heredamos esto, lo tomamos hace equis cantidad de años: ahí lo tienen señores, esos arroyos están vírgenes, esas costas...y tienen capacidad de producir alimentos.’ Al resto cambiamos de producir alimentos por un cráter y contaminación.” (Productor familiar del Dpto. De Durazno).

Algunos entrevistados ante la pregunta ¿por qué es productor ganadero? ¿qué satisfacción obtienen de la actividad? afirmaban:

“Todos nacemos para algo, y yo nací para esto. Será que mi padre era productor...y el estar tranquilo en mi casa en campaña no se paga con nada. Y disfruto haciendo el trabajo. [...] Principalmente (aspiro) poder seguir en el campo y viviendo del campo, y bueno por supuesto porque mis hijos están todavía a nivel de liceo y escuela, y van a necesitar luego salir a estudiar, o si uno pudiera pagarles ojalá para que pudieran seguir estudiando.” (Productor Familiar del Dpto. De Treinta y Tres)

“...creo que hay que sentirse privilegiado , es un privilegio el hecho de ver engordar un novillo o un ternero, sacar un novillo gordo, atender un parto de oveja . Me parece que dentro de todas las limitantes que tiene la campaña en comparación con elementos de acceso a la diversión o a espectáculos o ir a comer una buena pizza o ir a ver una obra de teatro, una buena película todas esas privaciones me parece que la balanza incli-

nan que somos unos privilegiados en estar con la naturaleza y la producción.” (Productor Familiar del Depto. De Durazno)

El eje de las demandas de los productores se centraban al comienzo de la protesta en pedir información sobre el proyecto minero y así constituirse en interlocutores del gobierno a la hora de la planificación del uso del territorio. A medida que crecía la acción colectiva las demandas fueron desembocando progresivamente en el cuestionamiento al modelo de desarrollo del Uruguay progresista, lo que abrió el arco de alianzas en las Marchas “en defensa de la tierra y los bienes naturales” realizadas en la capital nacional.

Difícilmente comprendieran los activistas urbanos la defensa del modo de vida del productor ganadero que ha sido catalogado históricamente (independiente de su escala) como “conservador” y pro- latifundista.

Conclusiones

El bloqueo de las demandas rurales para frenar la sojización y la forestación en el período 2004-2010, y la imposibilidad de unir la cuestión ambiental y la cuestión agraria fue superado con el nacimiento en 2011 del movimiento “en defensa de la tierra y los bienes naturales” originado en el medio rural en la resistencia a la megaminería a cielo abierto.

Si bien es cierto que la movilización de los productores ganaderos surgió como reacción a la territorialización de capitales globales, puede ser considerada como un acto de resistencia territorial y de defensa de un modo de vida, que logra vencer: los mecanismos de amortiguación del conflicto instalados en las políticas estatales nacionales y los “estereotipos” urbanos.

Cabe considerar que tales mecanismos “amortiguadores” fueron actualizados por el Gobierno del Frente Amplio. En el primer conflicto sobre el avance del modelo celulósico-forestal dicha actualización implicó re-significar los contenidos de un proyecto “progresista” (más a la izquierda de los partidos tradicionales que gobernaron históricamente al Uruguay) en una “causa nacional” por la no injerencia de gobierno y “piqueteros” argentinos en las decisiones nacionales. Lo que llevó a un mayor aislamiento de las protestas locales y a una institucionalización de las demandas ambientales que vehiculizaron las ONGs ambientalistas.

Pero también bajo este primer gobierno “progresista” el progresivo perfeccionamiento de los mecanismos institucionales de resolución y prevención

de conflictos, puede observarse en detalle en las diferentes etapas del pionero proceso de la implantación de los cultivos de soja en la zona granjera del Departamento de Canelones, ante una demanda independiente de las reglas de juego de los partidos políticos y sus representantes institucionales.

En todo el período la mayor parte de las demandas rurales se canalizaron hacia las audiencias ambientales (espacios también regulados por el Estado) o hacia los espacios “descentralizados”, los procesos “asociativos” y los espacios de participación dirigida (Mesas de Desarrollo Rural del MGAP) al mismo tiempo que se re-activaba la autorización de los eventos transgénicos en la agricultura de gran escala, los megaproyectos del complejo celulósico-forestal, y finalmente se promovía paralelamente la Ley de Megaminería.

Al frente del Gobierno (2010-2015), José Mujica acelera los procesos para “diversificar la matriz productiva” agro-exportadora haciendo del Uruguay “un enano del hierro”, encadenando otra serie de megaproyectos, y promoviendo como Ministro del MGAP a un dirigente empresarial del agronegocio nacional. Con un Ministro “productivista” y un presidente “neo-extractivista” los productores ganaderos estaban arrinconados. En ese contexto es que se vence la amortiguación, des-bloqueándose la “cuestión ambiental” a partir de la movilización rural, generando un hecho político novedoso: la presencia de una marcha “de a caballo” en la capital que concita la solidaridad de amplios sectores sociales en torno a una reivindicación concreta: la no instalación en una zona históricamente ganadera del primer proyecto de megaminería a cielo abierto para la extracción de concentrado de hierro y su exportación como materia prima.

Detrás del conflicto territorial y de dicha movilización masiva en la capital del país (que se repite anualmente hasta la actualidad), la cuestión ambiental comienza a ser referencia de una serie de conflictos y demandas autónomas, de diferentes territorios: en la oposición a la regasificadora en el oeste de Montevideo, en la oposición a la construcción de puertos de aguas profundas en la costa Atlántica, en oposición al *fracking* en el litoral del Río Uruguay y el norte del país, en las denuncias de fumigaciones con agrotóxicos de la agricultura de gran escala en escuelas y poblados rurales de todo el territorio, en la oposición a la megaminería metalífera y de minerales en el sur y el este del país, en la denuncia de la contaminación de los cursos de agua y fuentes de agua potable en el sur y el este del país, en la denuncia del modelo celulósico-forestal, etc.

En síntesis la política estatal del Frente Amplio en el gobierno avanza en los proyectos neoextractivistas mientras perfecciona una serie de mecanismos de amortiguación del descontento en el medio rural, en el marco de la promo-

ción de la concentración y extranjerización de la tierra y los recursos naturales, generando con el consiguiente éxodo rural una importante pérdida de modos de vida arraigados en la tierra.

La producción ganadera nacional fue muchas veces considerada como símbolo del atraso y el latifundismo, sea empresarial o “familiar” (campesino), lo que evidencia el auto-desconocimiento del valor del campo nativo como un agroecosistema privilegiado para soportar una ganadería sustentable de carne. Quizás también evidencie que pusimos en un mismo saco a los capitalistas ganaderos y a los trabajadores ganaderos. Sin embargo cuando perdemos los recursos naturales por la explotación neoextractivista, vamos siendo conscientes de que en nuestro país la ganadería sobre campo natural ha conservado durante más de cuatrocientos años el suelo, la biodiversidad y los pastizales nativos, por lo que comenzamos a dudar aquello de si *“el capim ya no conviene”*.

Más allá de las alianzas circunstanciales para contrarrestar megaproyectos, ¿no deberíamos pensar proyectos de transformación agraria retomando el alto potencial agroecológico del “bioma pampa” para producir carne, sin destruir recursos naturales, en un país donde la mayor parte de los productores familiares y los asalariados rurales son ganaderos?.

Notas

¹⁾ Profesor Adjunto de la Universidad de la República y Coordinador del Observatorio de Política de Tierra- UDELAR. Educador Popular uruguayo. Doctor en Ciencia Política.

²⁾ En esta sección realizamos una síntesis del proceso tomando como base la sistematización brindada por el Guarda Parques Daniel Erman, poblador y activista de Cuchilla de Rocha.

³⁾ Expresión relacionada con el “Mineroducto” o caño que trasladaría por arrastre con agua el concentrado de hierro desde el “distrito minero” hasta el Puerto de Aguas profundas, a más de 200 kilómetros de distancia.

Bibliografía

DELAMATA, G. El movimiento asambleario de Gualaguaychú: construcción y reclamo (internacional, nacional y transnacional) de un derecho colectivo, avance preliminar de investigación. **Anais do Seminario Política y Pasteras en el Río**

Uruguay. Medio ambiente, modelos productivos y movimiento social: Escuela de Política y Gobierno y Escuela de Humanidades de la UNSAM, 2007.

DÍAZ, P. **El hierro y la resistencia ‘de a caballo’ en la Cuchilla Grande.** Montevideo: UDELAR, v. 2, p. 73–80, 2013. Disponible en: <<http://www.contrapunto.edu.uy/uruguay/28-el-hierro-y-la-resistencia-de-a-caballo-en-la-cuchilla-grande.html>>, Último acceso: julio de 2016.

DÍAZ, P. (Coord.). **Observatorio de política de tierra.** Universidad de la República. Año 2012, Informe n. 3, 2013b. Disponible en: <http://www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/3_er_informe__observatorio_de_politica_de_tierra.pdf>, Último acceso: julio de 2016.

DÍAZ, P. **Políticas públicas y el problema de la tierra en el Uruguay actual.** Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2015. Disponible en: <<http://www.porlatierra.org/documentos/uruguay>>. Acceso: julio de 2016.

GRAZIANO, A. **Raíces Fragmentadas: Acción Colectiva, Movimientos Sociales y Modelo Forestal en Uruguay.** 2010. Maestría (Sociología del Desarrollo) - Universidad de la República, Uruguay, mimeo, 2010.

O’DONELL, G., OSZLAK, O. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. En KLIKSBURG, B. y SULBRANDT, J. (comp.). **Para investigar la Administración Pública.** Madrid: INAP, 1984.

PIÑEIRO, D. **En busca de la identidad:** La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

Fuentes

GUAYUBIRA, P. 16 junio 2006, Disponible en: <www.ecoportel.net>. Acceso: julio de 2016.

INTENDENCIA DEPARTAMENTAL DE CANELONES (IDC), Resolución, 19/8/2010.

JUNTA DEPARTAMENTAL DE CANELONES (JDC): 2009, 2010, Resoluciones de la Comisión de Uso de Suelo Rural, 2010, Decreto 18/3/2010.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA, MGAP, 2009, Decretos 353 y 535, Disponibles en: <<http://www.mgap.gub.uy>>Ultimo acceso: julio de 2016.
MUÑOZ, AMANDA, 2010, "Rodeados", La Diaria (periódico), 14/9/2010.

RED DE ACCIÓN EN PLAGUICIDAS DE AMÉRICA LATINA (RAPAL), 2011, Límites sobre Escuelas Rurales, Disponible en: <http://www.rapaluruaguay.org/agrotoxicos/Uruguay/LimitesEscuelasRurales_23febrero2011.pdf>. Ultimo acceso: julio de 2016.





Etnografia da pecuária: o modo de vida campeiro no pampa Brasileiro¹

Flávia Rieth²
Daniel Vaz Lima³

As reflexões levantadas neste texto buscam dialogar com o tema proposto para este evento enquanto um momento de geração de conhecimento e troca de experiências com vistas a construção de múltiplos “olhares sobre o pampa” dando conta das suas especificidades socioculturais, econômicas, políticas e ambientais. Objetivam embasar uma compreensão das transformações geradas pela atual configuração e atuação do capital no território e, também, de reflexão das possibilidades de ações e políticas para a conservação ambiental e cultural. A antropologia pode contribuir para este debate enquanto um saber e modo de fazer que se caracteriza por investir a aprendizagem no mundo da experiência (WAGNER, 2010), na relação intersubjetiva com o outro (BRANDÃO, 2007) e na vivência das práticas cotidianas. Um processo em que ao invés de “pensar sobre”, adote o “pensar com” sendo um preceito epistemológico que insere nas discussões acadêmicas os olhares, de certa forma, não legitimados pela academia de modo que os créditos sejam dados aos detentores desse conhecimento.

Com relação a problemática ambiental, a contribuição da antropologia se referem as diferentes etnografias que narram vivências apresentando as diversas

possibilidades de relações estabelecidas pelos diferentes grupos humanos com os não humanos e com os ambientes (FOLADORI & TAKS, 2004). Nesse processo, questiona-se a ontologia ocidental que separa o social e o natural, tornando possíveis ontologias alternativas, outros conceitos conformando as diferenças como contínuas, as tornando relacionais.

O conjunto de reflexões elaboradas por meio da experiência do trabalho de campo do “INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé”, pesquisa que descreveu, documentou e reconheceu as práticas e saberes – entendidas como *lidas campeiras* - associadas à atividade da pecuária no pampa brasileiro enquanto patrimônio cultural, constitui as reflexões propostas neste texto sobre aquilo que viemos denominando “lógica da caça” (RIETH et al, 2015). O termo refere-se à composição do modo de vida dos peões campeiros no manejo das atividades da criação extensiva de rebanhos bovinos, equinos e ovinos e está relacionado ao gosto por manter relações próximas à caça com animais de criação – correr atrás, laçá-lo, derrubá-lo.

O “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lidas Campeiras na região de Bagé/RS”, se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A pesquisa fez uso da metodologia para o registro de bens imateriais do IPHAN e propôs levantar dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações estabelecidas entre humanos, animais não humanos, artefatos e ambientes envolvidos na pecuária praticada no pampa brasileiro, identificando os ofícios que a compõem, seus saberes e modos de fazer. O trabalho de campo ocorreu nos anos de 2011 e 2012 sendo os relatórios entregues ao IPHAN em 2013. Atualmente, em razão da mobilização de alguns interlocutores do Inventário, está se encaminhando o pedido do registro das lidas campeiras como patrimônio imaterial brasileiro junto ao IPHAN.

O pampa é um dos seis biomas terrestres do Brasil sendo o único que se estende por um só estado, ocupando 63% do território do Rio Grande do Sul embora faça parte de uma extensa região natural que abrange todo o Uruguai, o centro-leste da Argentina e o extremo sudeste do Paraguai. A vegetação composta por gramíneas e outras plantas rasteiras adaptadas ao solo e as condições climáticas formam planícies imensas e desertas com pequenas matas, principalmente em volta dos cursos de água, formando os campos naturais enquanto nas áreas mais acidentadas tem o predomínio de florestas (BENCKE, 2016). Sua flora campestre abrange cerca de 2.150 espécies vegetais consistindo em uma intensa diversidade florística ao passo que em um metro quadrado de campo nativo

pode conter mais 50 espécies diferentes de plantas o que torna essas pastagens naturais adequadas ao pastoreio. (Idem, 2016).

Mas o que é o pampa na percepção de um peão campeiro? Ao vivenciar o contexto com os campeiros aprende-se que este é percebido a partir de uma relação de alteridade: ao caminhar pelos campos, o etnógrafo percebe que o olhar que encontra bois, cavalos, pica-paus e quero-queros é também “encontrado” pelo olhar deles; os cavalos e bois param de pastar para nos olhar e acompanhar nossos movimentos; os quero-queros e os pica-paus denunciam nossa presença e quebram o silêncio com seus gritos. Constantemente está se estabelecendo relações, pois as presenças e os olhares se encontram e influenciam a ação uns dos outros. Imersos no ambiente aprende-se que os animais não humanos não estão reduzidos a condição de objetos, mas vivendo uma “vida paralela” (SÜSSEKIND, 2014) em constante interação com os demais entes. O etnógrafo aprende que o pampa é constituído por meio das relações que se estabelecem entre os humanos com os diferentes ambientes, com os artefatos e com os outros animais, e é construído a partir desses encontros e circulações.

Assim, no contexto do pampa encontramos diferentes formas de sociabilidade constituídas a partir das estreitas relações estabelecidas entre humanos com os não humanos cujas possibilidades se pode apreender por meio do estudo das diferentes técnicas de manejo desses últimos. O que está se denominando “modo de ser campeiro” é concebido levando em consideração os bois, os cavalos e os cachorros, constituindo uma etnografia multi-espécies (TALLBEAR, 2015), além da cultura material. Os campeiros são trabalhadores que tem a habilidade no manejo dos saberes e práticas que envolvem as atividades de pastoreio para a manutenção da pecuária (RIETH et al, 2015). Eles experienciam um modo de vida em que humanos e outros animais vivenciam um jogo de olhares e de forças, sendo encontros que deixam marcas e saberes. A lida é concebida como *brabíssima*, pois é um modo de vida experimentado em meio às intempéries climáticas, manejo de gado bravo e cavalos xucros, demandando muita força física (o que significa, na linguagem do campeiro, a necessidade de ter “força no braço”) e atenção que, por sua vez, é educada no vivenciar e habitar o ambiente (INGOLD, 2012).

Etnografia da lida no pastoreio extensivo: vacinação do gado bovino

A etnografia de Álvaro Banducci Jr (1999) sobre os peões de gado no contexto do pantanal apresenta um modo de vida cuja marca é a relação de proximidade com o os animais não humanos e o meio natural marcada por laços de afinidade, simpatia por um lado e de agressividade por outro considerando que há momentos, como o do abate, em que há a necessidade de distanciamento. Os animais definem o ritmo da vida e do tempo e o convívio diário dos vaqueiros com os mesmos faz com que sejam capazes de prever os seus comportamentos, identificá-los pelo temperamento mantendo um diálogo permanente por meio de sons, gestos e palavras. O autor escreve que o convívio marca o modo de vida e constitui um conjunto de representações por meio de “analogias” em que os vaqueiros “acabam de atribuir atitudes e qualidades com as quais representam a si próprios” (BANDUCCI JR, 1999, p. 109).

A etnografia com os campeiros no pampa traz uma contribuição no sentido de que além das analogias construídas pelos humanos para dar conta das relações com os outros animais, há um aprendizado sendo constituído com esses últimos em que os campeiros aprendem novas possibilidades de viver a vida (WAGNER, 2010) na relação com outros animais. Trazemos uma descrição etnográfica dessas relações tendo como contexto o momento de vacinação do gado bovino. Nesta descrição, pode-se perceber a interação entre os humanos e não humanos que com seus sons, gestos e movimentos constituem o ambiente ao mesmo tempo que são envolvidos por ele.

Berros do gado, latidos de cães, gritos humanos, o tilintar das esporas. É dia de vacinação. Humanos e animais se movimentam em direção ao curral. Montados em cavalos, junto aos cães os campeiros tocam a diante uma tropa de gado vacum. Homens, cavalos e cachorros, todos atentos ao movimento da tropa. Os bois atentos ao movimento dos cães e cavalos. As vacas com cria olham os cães, cuidando seus movimentos e vez por outra, avançam em direção a algum deles. O manejo com o gado leva em consideração a personalidade de cada grupo de animais. O gado xucro e as vacas com bezerros são os que demandam maior cuidado, pois podem atacar em algum momento de desatenção. Estes estão alerta à atenção dos cães e dos campeiros a cavalo, constituindo uma relação visual e constante de “vigilância recíproca” (SÜSSEKIND, 2014). Por outro lado, os animais que os campeiros manejam para conduzir a tropa são aqueles chamados de “gado manso”, posto que esses têm medo dos cavalos e seguem os movimentos indicados por eles.

O observador, que está a pé, é percebido pelo gado, que entra em fuga em direção ao mato. Homens em cavalos e cachorros iniciam a tarefa retomar o gado disperso. Um campeiro solta a *rédea* do freio sendo um movimento que, em conjunto com a inclinação do corpo para a frente, comunica ao cavalo para que ele corra, fazendo-o iniciar um movimento rápido atrás de um novilho, cercado o animal por longe até encontrá-lo, atacando a fuga. Outro campeiro a cavalo vem atrás e, juntos, cercam o boi fazendo a *paleteada*: juntam o corpo dos cavalos nos dois lados do corpo do bovino, tocando-o para junto da tropa. Cabe aos cães trazerem os bois que foram para o mato. A matilha, latindo em volta do novilho, faz com que este busque refúgio aos outros animais, fazendo-o sair do mato. O gado está novamente reunido e a atenção se intensifica, visto que a tropa aprendeu a fugir e constantemente vai tentar novamente.

Os animais são tocados para dentro da mangueira. Os campeiros e cachorros ficam atrás da tropa, gritando e fazendo-a entrar lentamente. O gado tem guampa e os peões descem dos cavalos, pois a guampa pode machucar o animal em algum ataque. Assim, pegam o *guizo*, uma vara de madeira de 1,5 metro de comprimento que apresenta uma espora numa das extremidades, cuja rodilha encosta no lombo do animal, causando dor e fazendo com que este siga para frente. O peão balança o artefato, cujo som remete ao bater do *guizo* de uma cobra cascavel (*Crotalus durissus*). O animal bovino conhece o barulho e, junto aos gritos dos peões, se movimenta para a frente.

Os peões e os cães iniciam os trabalhos no gado: separam um lote com 15 animais vacuns que estão na área maior da mangueira, tocando-os para dentro do *brete*, um corredor em que os animais ficam presos para serem vacinados. Os peões novamente separam, a partir do lote que se encontra dentro da pera, um número calculado de animais que caberão dentro do brete. É aconselhável não separar um lote maior que o tamanho do recinto, pois o animal que sobra e retorna juntos aos outros aprende a *refugar* a entrada do brete. Com gritos, latidos e os sons dos guizos, os animais vacuns são tocados para dentro o local. Eles têm que ficar apertados para não se movimentarem no momento em que se crava a agulha da seringa no couro e injeta-se o produto químico; no caso em questão, a vacina é para eliminar o carrapato (*Rhipicephalus microplus*). Quando entra o último animal, é colocada a retranca que atravessa os últimos troncos do brete. Os animais recebem a vacina, que é dolorida. Alguns tentam fugir e pular, outros se atiram no chão e os campeiros, com gritos e auxiliados pelos cachorros que mordem, o fazem levantar. Os peões observam que os animais que ficam na pera se tornam apreensivos, pois conhecem o barulho da pistola que injeta o remédio e, assim, a atenção é redobrada. Nesse caso, aumenta-se a recusa dos bois para entrar no brete.

O trabalho da mangueira termina e os animais são soltos para o campo. O campeiro tira as varas que fecham a porteira da mangueira e abre a porteira do potreiro. Os cavalos são levados para perto do brete e os bois, observando que a porteira está aberta, começam, lentamente, a sair, para depois correr em disparada na direção do campo. Os campeiros juntam as vasilhas com remédio e a seringa, guardando-as num saco que colocam nos **arreios** (conjunto de artefatos da montaria). Montam nos cavalos e, acompanhados dos cães que devem ficar sempre atrás, tomam a direção das suas casas. Ao mesmo tempo, é comentado o trabalho dos cachorros e dos cavalos, o que eles aprenderam, qual atividade tem maior habilidade e o que estão fazendo errado, necessitando de correção.

“Lidas brabíssimas”: a lógica da caça constituindo o modo de vida

Roy Wagner (2010) concebeu uma antropologia que ultrapassasse os limites de suas próprias convenções investindo a imaginação no mundo da experiência como pressuposto para se construir uma forma de conhecimento e não uma “ideologia”. Assim, evidencia que é somente a partir da experiência de uma estreita interação com o outro que a antropologia se constitui e se transforma. Nesse sentido, a cultura é uma “invenção” do antropólogo para nomear o fenômeno humano. O que o autor nos ensina é que o termo “invenção”, longe de uma mera fantasia, é uma forma de conceber o outro a partir do próprio modo de vida, ou seja, que o antropólogo inclui seu universo de significados no momento etnográfico em que experiencia outro contexto e também no relato que faz ao comunicar essa experiência aos membros de sua própria cultura. A convivência em uma “nova cultura” faz com que o antropólogo “identifique novas potencialidades e possibilidades de viver a vida” (WAGNER, 2010, p. 30). O modo de vida experienciado inicialmente como uma maneira distinta de fazer as coisas se transforma para a maneira no qual se poderia fazer as coisas. Nesse contraste a invenção da cultura do outro possibilita a reinvenção da própria cultura do antropólogo.

Por conseguinte, a invenção da cultura não se dá somente na experiência do trabalho de campo, mas consiste num processo que ocorre na experiência da vida cotidiana quando algum “conjunto de convenções ‘alienígenas’ ou ‘estrangeiras’ seja posto em relação com o sujeito.” (idem, 2010, p. 39). Nesse encontro se aprende novas possibilidades de viver a vida, pois ao familiarizar-se com o estranho, estranha-se o familiar e a cultura se torna um processo dinâmico

de transformações. A compreensão de si e do outro se dá por meio do uso de “elementos simbólicos” (palavras, gestos, imagens) que são colocados em associações dentro de um “contexto” entendido como “um ambiente no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e é formado pelo ato de relacioná-los” (WAGNER, 2010, p. 78). Assim, os elementos simbólicos adquirem sentido considerando que estão inseridos em um contexto e o significado é, assim, produzido nas relações.

A cultura é um processo dinâmico de aprendizagem e ensino que se estabelece entre “nós” e os “outros” em que se inventa criativamente novas possibilidades de viver a vida. O modo de vida dos peões campeiros é construído por meio de experiência e interação com os “outros”, sejam humanos, sejam não humanos. Os campeiros são trabalhadores que têm habilidade no manejo das lidas que envolvem as atividades de pastoreio para a manutenção da pecuária no pampa brasileiro. Quando vendem esse saber/fazer como força de trabalho, são chamados de *peões*. Ofício descrito como árduo, perigoso e insalubre, esse modo de vida traz os atributos ontológicos necessários à construção desses humanos como pessoas, sendo a condição de sua existência (RIETH, RODRIGUES e SILVA, 2015).

O trabalho – lidas campeiras – constrói e constitui ontologicamente os sujeitos, sejam os humanos ou animais próximos (SAHLINS, 2003), tais como os cães e os cavalos. Humanos, cavalos e cães estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida. É no cotidiano da lida que o campeiro aprende a se comunicar com o cavalo por meio dos artefatos e dos movimentos corporais, formando uma simbiose entre os dois corpos (LIMA, 2015). Por conseguinte, as habilidades de humanos e cavalos são complementadas pelas dos cães. Campeiros, cavalos e cachorros estabelecem uma relação entrosada, formando uma equipe, e a ação de um é complementada pela ação dos demais. Essa organização tem como objetivo segurar e conduzir o gado. Em cada movimento da tropa, acionam-se técnicas e determinados movimentos. Em sua dissertação, Éric Barreto (2015) descreve sobre a aprendizagem dos cães na lida, que também se dá por um processo de incorporação de habilidades constituídas na experiência e na vivência do trabalho. Os cães jovens, por observação e imitação, vão aprendendo com os adultos antes de tomarem parte efetiva nas tarefas (BARRETO, 2015). Assim, humanos e animais não humanos se domesticam por meio dos encontros que transformam seus corpos e suas formas de ser e viver.

O aprender das técnicas de pastoreio se dá por meio da “educação da atenção”, conceito apresentado por Tim Ingold (2010). Para o autor, o fato de ser estar no mundo se envolvendo com outros entes que constituem o ambiente, além do próprio ambiente, desenvolve a “habilidade”, um conhecimento in-

corporado no *modus operandi* do organismo do animal humano, e também do animal não humano, por meio da “prática e treinamento, sob orientação de praticantes já experientes, num ambiente caracterizado por suas próprias texturas e topografias, e coalhado de produtos de atividade humana anterior” (INGOLD, 2010, p. 16). A “educação da atenção” é o aprendizado que se dá pelo “copiar”, sendo um misto de imitação e improvisação:

O iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista e procura através de tentativas repetidas, igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste ritmo de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente (...) (INGOLD, 2010, p. 21).

O peão campeiro tem que conhecer a linguagem do boi, ou seja, através da observação do movimento corporal e do berro deste, deve saber como agir. Quando dentro de uma mangueira, o peão sabe qual o animal que é manso e qual pode atacá-lo. O uso da violência é estabelecido por regras mercadológicas: não se pode bater no animal com rebenques e varas porque machuca a carne e, quando este for abatido, a parte machucada vai ser descontada no valor pago em dinheiro. Além disso, se condena a violência sem justificativa, considerando que esta ação deve ser uma resposta ao ataque. Os animais bovinos e ovinos são os mais distantes das relações com os humanos e são tratados de forma coletiva; entretanto, eventualmente algum bovino, como as vacas de leite que recebem nome e cuidados com ração e pasto, assim como um capão cuja mãe morreu e passa a receber leite na mamadeira, são incorporados no meio dos campeiros. Nesses casos, desfazer-se do animal é algo sentido e, muitas vezes, este é vendido para não ser abatido na propriedade.

Os animais vacuns, domesticados para a produção de carne e couro, também têm agência na construção das lidas. Há uma ambiguidade na relação entre o humano e o boi, na qual, em certos momentos, este último encontra-se na condição de “sujeito”, estabelecendo-se uma relação afetiva entre humanos e animais que se comunicam; em outros, ele é tido como objeto ou “mercadoria”. A relação entre campeiros e animais bovinos e ovinos é menos próxima no sentido afetivo devido à dinâmica de circulação dos animais, que passam alguns dias no campo e são vendidos a qualquer momento. Uma relação que oscila entre a proximidade e distanciamento (BANDUCCI JR, 1999).

Por serem destinados também ao consumo humano, a relação deve ser “objetificada” para justificar o abate. Conforme Guilherme Howes Neto (2009),

a morte faz parte do cotidiano do campeiro, sendo percebida como um fato da vida: *“Nesse mundo uns morrem para matar a fome dos outros.”* Sahlins (2003), tendo como campo a sociedade norte-americana, desenvolve a noção de uma “razão cultural” que hierarquicamente separa os animais comestíveis dos não comestíveis, sendo que a questão da relação entre humanidade e animalidade está relacionada ao status que o animal tem na “participação como sujeito ou objeto” quando em presença de humanos. Bois e porcos são considerados comestíveis, pois não participam como sujeitos nas relações com os humanos. Cavalos e cachorros são animais não comestíveis pelo fato de estarem próximos dos humanos, participando na condição de sujeitos. O cavalo participa na condição de empregado e não-aparentado e o cachorro é considerado um aparentado, o que explica o tabu de comestibilidade deste animal.

As transformações da pecuária influenciam diretamente nas configurações do trabalho e, conseqüentemente, no seu modo de vida. A pesquisa do INRC – Lidas Campeiras levantou dados sobre a introdução do método de pastoreio rotativo Voisin (LIDAS CAMPEIRAS COM BOVINOS/SISTEMA VOISIN, 2012) por seu Nilo e dona Percila, sendo um manejo que não utiliza implementos químicos como carrapaticidas, com alternância da ocupação das pastagens pelos animais, que altera a relação dos humanos e animais na lida extensiva. Para José, peão campeiro da Fazenda Conquista, no manejo é *“o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi”* e a lida é feita sem cavalos e cachorros. A convivência diária entre o gado e o *peão a pé* estreita a relação entre ambos. Segundo um interlocutor da pesquisa, o gado vê o humano de outra maneira, não como um predador, mas como *“uma pessoa que está lidando com ele todos os dias”*. José aprendeu a exercer o ofício de campeiro trabalhando nas *estâncias*, propriedades rurais voltadas para a pecuária extensiva, e percebe que a diferença entre as lidas se dá no fato de que, no método Voisan, o peão não *“toca as vacas”*, gritando e utilizando cachorros e cavalos, mas convida o gado com a expressão *“vem boi”*, e este imediatamente responde, acompanhando o campeiro. O controle dos carrapatos não se dá por meio de injeção de produtos químicos, mas pela rotação dos piquetes e o controle natural feito pelas garças, que acompanham o gado e se alimentam desses artrópodes. Ao invés da cerca de arame, a cerca elétrica divide a propriedade em pequenas áreas chamadas de *piquetes*. Em vez de cavalos, cachorros, esporas e rebenques está o *levante*, uma vara com média de dois metros de altura que serve para levantar o fio da cerca elétrica para os animais passarem quando estão sendo trocados de *piquetes*. Os proprietários da Fazenda Conquista ressaltam a dificuldade em contratar campeiros para as lidas com o método Voisan: percebe-se uma resistência dos trabalhadores na “lida a pé”, sem cavalos, cachorros e os artefatos com os quais

aprenderam a trabalhar. A preferência dos peões em correr atrás do boi ao invés de ensiná-lo a seguir seus passos reflete um modo de vida sustentado na lógica da caça, em que o animal domesticado se torna xucro quando manejado de forma tradicional.

Conclusão

Ao descrever o gosto dos peões de manter relações próximas à caça com animais de criação, refletimos sobre as noções de caça e domesticação de humanos e dos outros animais. Assim, concebendo a pecuária no contexto estudado como um modo de vida, podemos compreender o porquê de certas preferências, que entram em conflito com a racionalização financeira, serem mantidas. Como um modo de vida, a atividade pecuária transcende a concepção de uma atividade econômica voltada exclusivamente para o lucro, tornando-se, além disso, uma questão cultural. A preferência em correr atrás do boi, ao invés do peão ensiná-lo a seguir os seus passos, nos diz sobre uma cultura sustentada na lógica da caça, que torna o animal, então domesticado, um ser xucro, asselvajado, e demonstra o quanto são híbridos os manejos tradicionais e os manejos modernos, considerados racionais.

Notas

¹⁾ A primeira versão deste texto foi apresentada no GT 32 “Ser animal, ser humano: saberes y haceres en las relaciones entre humanos y animales” da XI Reunión de Antropología del Mercosur, realizada em Montevideu – Uruguai no ano de 2015.

²⁾ Professora associada da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³⁾ Mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

Referências

BARRETO, É. **Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro:** as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. 2015, 116

p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BANDUCCI JR, Á. Os peões de gado e a representação dos animais no pantanal da Nhecolândia. **Cadernos de campo**, v. 8, n. 8, 1999, p. 107 – 123.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n.1, p. 11 – 27, 2007.

BENCKE, G. A. Biodiversidade. In: CHOMENKO, L.; BENCKE, G A. **Nosso pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 60 – 75.

FOLADORI, G. e TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. 2004, v.10, n. 2. p. 323-348

HOWES NETO, G. **De bota e bombacha**: Um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo. 2009, 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

INGOLD, T. “Da transmissão de representações à educação da atenção”. **Educação**, n. 1, v. 33, jan./abr. 2010, p. 6-25.

_____. “Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais”. **Horizontes antropológicos**, n. 37, ano 18, jan./jun. 2012 p. 25-44.

LATOUR. B. **Jamais fomos modernos** – ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, O. F. **The Gaúchos**: male culture and identity in the Pampas. Berkeley: University of Califórnia (USA), tese de doutorado, 1989.

LIDAS Campeiras com bovinos/Sistema Voisin. Direção: Cláudia Turra; Mauro Bruschi. Equipe: Flávia Rieth (coordenadora); Marília Kosby; Liza Bilhalva Martins da Silva; Marta Bonow Rodrigues; Pablo Dobke; Daniel Lima. Pelotas: LEPPAIS. DVD – documentário etnográfico, 2012.

LIMA, D. **“Cada doma é um livro”**: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

RIETH, F. et al **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013, 356p.

RIETH, F.; RORIGUES, M. B.; SILVA, L. B. da. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na cultura campeira. In: NUMMER, F. V.; FRANÇA, M. C. C. C. (Organizadoras). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFGPA. 2015, p. 175 – 195.

SAHLINS, M. A Sociedade Ocidental enquanto cultura. In: _____. **Cultura e Razão Prática: La pensée Bourgeoise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.185 – 199.

SÜSSEKIND, F. **O rastro da onça**: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

SILVA, L. B. M. da. **Entre lidas**: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Dissertação (mestrado em antropologia)- Universidade Federal de Pelotas, 2014.

TALLBEAR, K. An indigenous reflection on working beyond the human/not human. **GLQ: A Journal of Lesbian And Gay Studies**, 21(2-3):230-235, 2015.

ULLOA, A. Concepciones de la naturaleza en la antropología actual. IN: MARTINEZ, L. M. (ed). **Cultura y Naturaleza**, Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, 2011. p. 26-46.

WEBER, M. **Ciência e política**: Duas vocações. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.



A dramatic sunset scene with a bright sun low on the horizon, casting a golden glow across a sky filled with wispy clouds. The sun is partially obscured by the dark silhouette of a large tree in the foreground. The bottom of the image is a solid black silhouette of a field.

PARTE 4

**Alternativas e experiências
de sustentabilidade
no pampa**

Agricultores assentados reconstruindo sua identidade na região da campanha gaúcha

Rosa Maria Vieira Medeiros¹

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo apontar as mudanças ocorridas na paisagem da região integrante da Campanha Gaúcha onde os agricultores camponeses reterritorializados implantaram novas formas produtivas, econômicas, sociais.

A paisagem é então observada a partir da imagem tradicional da Campanha Gaúcha, ou seja, coxilhas cobertas por campos onde historicamente se instalaram as grandes propriedades com sua atividade pecuarista. Os agricultores assentados encontraram essa mesma paisagem, mas sua tradição camponesa, voltada para a produção de alimentos, alterou essa imagem tradicional com a introdução de novas alternativas de produção nos assentamentos. Esses assentamentos, criados nos anos de 1990 são então analisados a partir das categorias e dos conceitos: paisagem e território. São considerados os aspectos ambientais, econômicos, políticos e culturais das famílias assentadas, reterritorializa-

das, sujeitos que transformaram a paisagem de seu novo território. Destacam-se as limitações encontradas (materiais, imateriais); suas experiências positivas no assentamento e suas potencialidades relacionadas às novas práticas agrícolas. Também o lugar e a identidade possibilitam compreender o caminho construído para que essas novas alternativas de produção se tornassem efetivamente uma prática, uma filosofia de vida para os assentados.

Estas mudanças na paisagem da Campanha Gaúcha, ligadas à nova relação do camponês com a natureza, foram identificadas através da análise de fotografias feitas nos anos de 1960-1970 pelo geógrafo francês Raymond Pebayle (1932-2010) e comparadas com fotografias da mesma região, mas realizadas no período de 2010 a 2015, durante as pesquisas de campo dos pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários- NEAG.

Para MEDEIROS e LINDNER (2016) é possível afirmar que dois espaços culturais distintos foram aproximados através da luta pela terra. Assim, ao mesmo tempo em que os assentados transformam a realidade regional, eles também são transformados. De certa maneira, é o que Pebayle já dizia em meados da década de 1970, sobre o difícil encontro de duas sociedades rurais no Rio Grande do Sul.

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. Esses homens [os estancieiros] rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta [...] O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário (PEBAYLE, 1975, p. 3).

O território é revelador destas transformações na paisagem cujas marcas são visíveis e possibilitam identificar seus sujeitos, agentes deste processo.

Claval (1999) coloca que a cultura é dinâmica e as populações modificam o meio de acordo com suas necessidades, provocando um enraizamento de seus valores que legitimam suas escolhas e por consequência a paisagem se transfor-

ma de acordo com suas preferências, suas aspirações. Foram, portanto, as escolhas dos assentados que provocaram as ações que mudaram a paisagem e que são efetivamente o reflexo da sua construção identitária com o novo território ora constituído, ou seja, o território dos assentamentos na Campanha Ocidental da Campanha Gaúcha.

É possível ainda afirmar que o território é o lugar identificado por uma rede de lugares, com suas fronteiras definidas que delimitam e marcam o espaço de sobrevivência, o espaço de força, defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado, mas que possui uma forte força afetiva e simbólica (MEDEIROS, 2009).

O território é, pois, o lugar onde terra e trabalho são agentes de construção de novas identidades, de novas territorialidades, de novas territorializações. O camponês reconstrói, através dessa relação, sua territorialidade para assim se reconhecer enquanto sujeito e agente desse novo território. Nesse contexto é que a Campanha gaúcha no Rio Grande do Sul se constituiu um novo território para os camponeses assentados pela Reforma Agrária.

A campanha gaúcha

Para melhor compreender as transformações ocorridas na Campanha Gaúcha é importante resgatar a configuração do espaço agrário gaúcho considerando a estrutura fundiária, o processo de ocupação relacionado à imigração e o uso da terra (Foto 1).

Foto 1- Imagem panorâmica da Campanha Gaúcha



O Rio Grande do Sul apresenta seu espaço historicamente organizado e dividido de acordo com sua estrutura fundiária. Uma parte é de domínio do latifúndio pecuarista, localizado nas Mesorregiões Sudoeste e Sudeste que se caracteriza pela concentração de terras em grandes propriedades rurais, produção baseada na pecuária extensiva, rizicultura e soja. Outra parte é de domínio das pequenas e médias propriedades localizadas nas Mesorregiões da Metade Norte do estado, onde ocorreu a colonização alemã e italiana.

Originalmente nesta região predominavam pequenas propriedades familiares com produção diversificada, entretanto, atualmente estas mesorregiões constituem os espaços modernizados e especializados da agricultura gaúcha com altos investimentos voltados, sobretudo à exportação. O Índice de Gini no Mapa 1, permite observar esta estrutura fundiária dominante no Rio Grande do Sul.

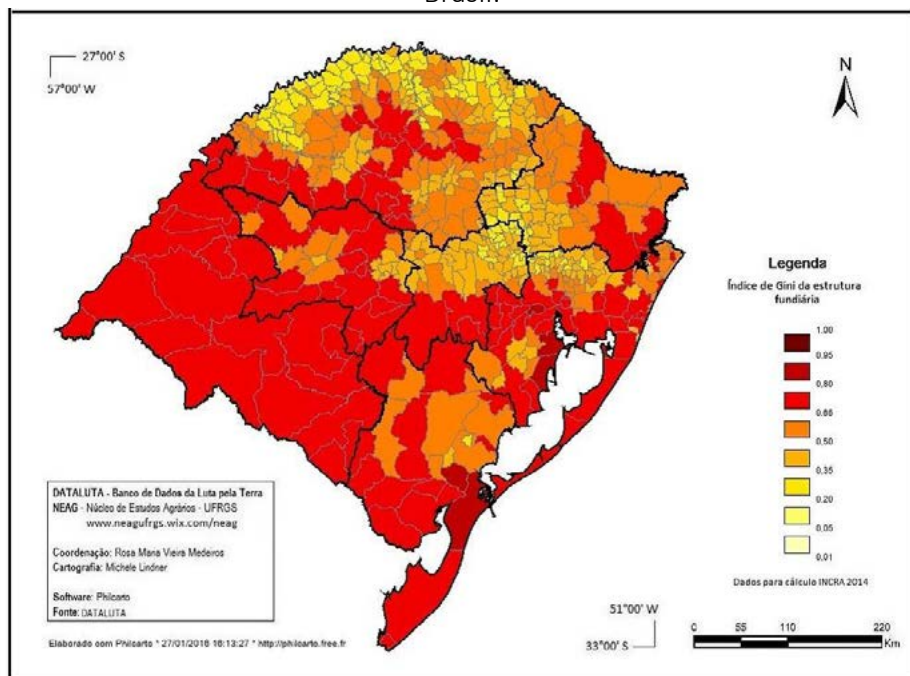
No espaço sul-rio-grandense, portanto coexistem duas formas distintas de ocupação da terra: o latifúndio e a pequena propriedade familiar que foram modernizadas, fracionadas, concentradas, dinamizadas ou até estagnadas demonstrando as suas contradições. Nesse processo vários agricultores foram excluídos e desterritorializados e isso os fez buscar um novo lugar através de seu engajamento na luta pela terra, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST. Foi, portanto, na Campanha Gaúcha que o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária os assentou, ou seja, na região de domínio do latifúndio. É nesta região que os assentamentos foram buscar sua inserção ao processo produtivo do qual haviam sido excluídos. Procuraram novas formas de produzir, se organizar, relacionar com o ambiente, com a paisagem que os acolhia. Preci-savam resgatar seus conhecimentos esquecidos para retomar através da produção, da cultura e da organização político-econômico-social de seu território uma autonomia que lhes foi “tirada”.

A história dos agricultores assentados é a expressão do domínio do capital no campo que desterritorializa e que forma contraditória territorializa também. O processo é difícil, as dificuldades econômicas e sociais são grandes. É uma nova etapa na vida dos assentados para a reconstruírem sua identidade e territorialidade. No caso da Campanha Gaúcha esta reconstrução trouxe uma nova forma de organização do espaço com mudanças na paisagem e na forma de produzir.

Segundo Medeiros e Lindner (2013) a criação dos assentamentos no estado do RS teve seu auge entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000. Neste período foram criados 305 novos assentamentos, o que corresponde a 91% do total dos assentamentos do estado. Portanto, uma nova forma de produzir, baseada na agricultura familiar, na produção

de alimentos, no cooperativismo se instalou na Campanha Gaúcha para mudar a paisagem e povoar as coxilhas.

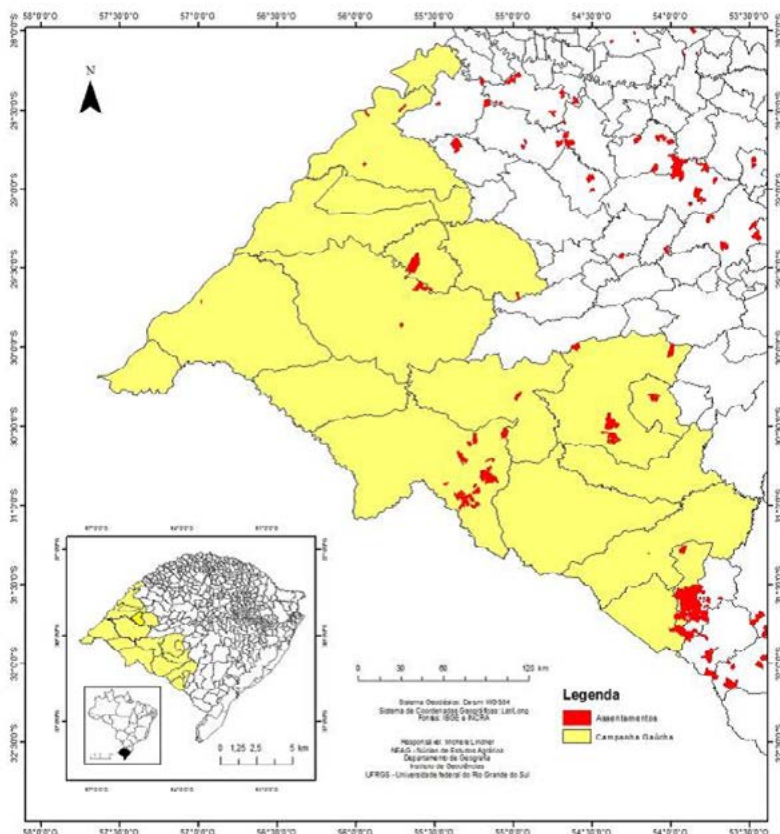
Mapa 1: Índice de Gini da Estrutura Fundiária do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte: MEDEIROS et al., 2015.

Os assentados da Campanha Gaúcha (Mapa 2) com sua organização política e econômica deixam suas marcas neste espaço com sua forma de produzir, cuja base principal é a agroecologia e por consequência a preservação do meio ambiente. A Campanha Gaúcha se reconfigura com os assentamentos, as práticas agroecológicas mudam a paisagem. O desenvolvimento sustentável se enraíza nos assentamentos baseado na cooperação e na associação de famílias tanto para a produção quanto para a comercialização.

Mapa 2: Assentamentos da Campanha Gaúcha, RS, Brasil



Fonte: NEAG

Cabe ressaltar que esta forma de produzir é atualmente a proposta do MST por considerar que esta alternativa possibilita a reterritorialização dos agricultores desterritorializados. São novos territórios virtualmente mais abertos e multiculturais, com maior liberdade de opções. É uma nova racionalidade se desenvolvendo nos assentamentos através das instalações de agroindústrias pensadas a partir da estrutura e das necessidades das cidades, da divisão do trabalho, da sociedade industrializada.

O ser camponês se manifesta no convívio cotidiano, na solidariedade, na expressão oral e corporal, embora também os assentamentos sejam tocados

pela influência da vida urbana. É um grande desafio, para estes camponeses, a construção de uma nova territorialidade nos assentamentos de Reforma Agrária que embora enraizados na sua cultura, se encontram abertos às inovações para assim realizarem seu sonho.

Território dos assentados

Os camponeses assentados na Campanha Gaúcha estão em processo de reterritorialização. Este se dá através da reconstrução de sua identidade e para tanto buscam a implantação de diferentes formas produtivas-econômicas-sociais advindas de seus saberes, de sua cultura, ligadas aos seus lugares de origem. Estas alternativas encontradas pelos agricultores no sentido de estabelecer novos vínculos com a terra provocam transformações não só na organização de seu território como na nova paisagem onde se encontram imersos.

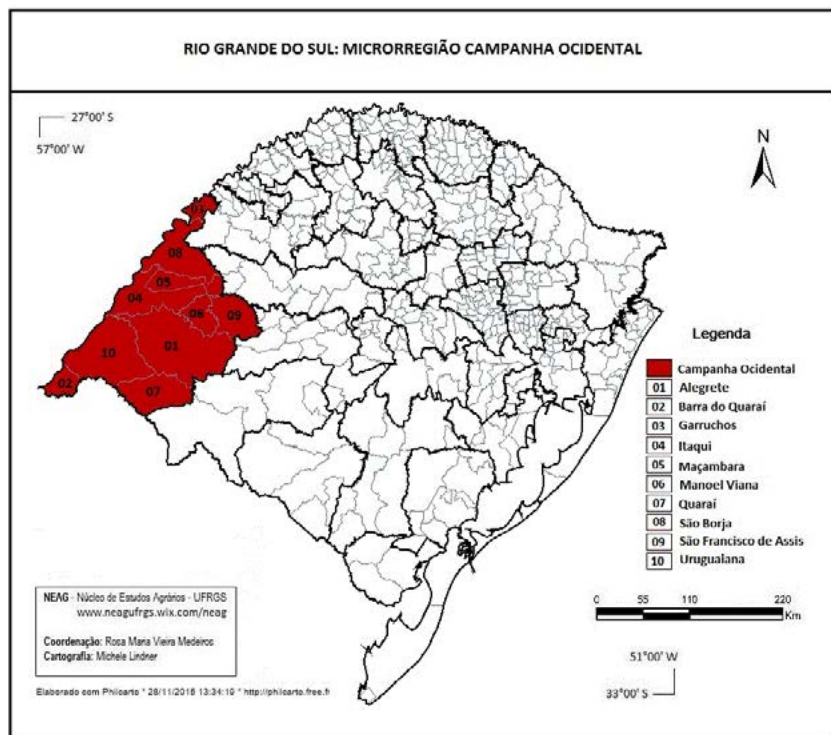
Na busca dessa nova organização, em especial na Microrregião da Campanha Ocidental (Figura 1), tem ocorrido sérios embates entre as duas forças presentes no território. De um lado, estão presentes os latifundiários, pecuaristas, agricultores empresariais ligados ao agronegócio; do outro lado, se encontram os camponeses assentados cuja atividade principal é a agricultura familiar viabilizada através de novas formas de produzir. O poder da terra está institucionalizado nesta Microrregião e este se expressa através dos discursos, da política local, dos costumes distintos, dos símbolos de cada um, mas principalmente através da propriedade de extensas áreas com suas formas produtivas historicamente institucionalizadas nesta porção territorial.

Esta realidade fica evidenciada quando Haesbaert afirma que:

[...]o território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva. (1997, p. 41)

Este grupo social representado pelos assentados, sem dúvida incorporou uma nova dimensão simbólica à microrregião que vai se expressar na valorização identitária, na valorização existencial do território por eles constituído.

Figura 1 – Municípios que compõem a Microrregião da Campanha Ocidental – RS.



Fonte: IBGE 2015.

Na análise do território considera-se também que as formas de produção estruturam e são estruturadas pelo território onde se fixam, fazendo assim com que a dinâmica econômica, social e política gravitem em torno das formas ou atividades exercidas (MEDEIROS; SOSA, 2009). Este viés de análise também possibilita compreender os conflitos e as estratégias territoriais dos diferentes atores, uma vez que as formas de produção produzem uma “expressão territorial do interesse econômico” (HEIDRICH, 2000), de modo que uma fração do território voltada a uma determinada forma de produção se opõe a formas distintas ou a inovações que resultem em formas que não lhe são interdependentes.

O território se constitui num espaço cultural de identificação, de pertencimento e a sua efetiva apropriação só se dará quando efetivamente for controlado.

O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio

entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2009 p.217).

O território possui fronteira definida, pois é um lugar identificado, marcado como espaço de sobrevivência. “É este, o espaço defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado cuja força afetiva e simbólica é forte” (MEDEIROS, 2009 p. 218).

É neste território que os assentados reconstruíram suas identidades, suas territorialidades. É este o seu lugar, a terra onde trabalham e se reproduzem socialmente, politicamente e economicamente. É onde eles se reconhecem enquanto sujeitos.

Estes assentados da Microrregião da Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul buscam a sua inserção no processo produtivo, do qual foram excluídos, através de novas formas de produzir, de se organizar, de se relacionar com o ambiente, de recuperar seus saberes e de retomar sua autonomia político-econômico-social. O processo de (re)territorialização pelo qual passam é marcado por dificuldades econômicas e emocionais. É uma etapa penosa na sua vida considerando que já foram expropriados de seus bens materiais e de sua identidade e que ainda tem que conviver com os conflitos com o poder local. Mas a realidade nos mostra que o enfrentamento teve saldo positivo nesta microrregião onde atualmente estão instaladas 512 famílias em 14 assentamentos, numa área total de 12 294 ha (Tabela 1).

Tabela 1- Assentamentos da Microrregião da Campanha Ocidental – 2014.

Nome do Assentamento	Município Sede	Município Sede	Nº de Famílias
PA NOVO ALEGRETE	Alegrete	1.197,1519	62
PA UNIDOS PELA TERRA	Alegrete	1.224,2273	42
PE ACAUE	Alegrete	328,8554	12
PAM 21 DE JULHO	Bagé	20,4500	10
PAM SEIS DE MARÇO	Bagé	20,0000	9
PE SÃO DOMINGOS	Garruchos	22,0000	45
PA SANTA MARIA	Manoel Viana	6.118,4859	216
PA SANTA MERCEDES/ GLEBA B	Manoel Viana	394,0199	7

PA SÃO MARCOS	São Borja	402,0000	17
PA CAMBUCHIM	São Borja	600,6300	30
PE CRISTO REDENTOR	São Borja	255,0000	15
PE FAZENDA CASSACAN	São Borja	395,3157	15
PA JAGUARI GRANDE	São Francisco de Assis	534,6172	25
PA IMBAÁ	Uruguaiana	81,5367	7
TOTAL	12	294,2900	512

Fonte: INCRA, 2014.

Portanto, neste território, os assentamentos coexistem com os históricos latifúndios e se constituem como agentes das mudanças que ocorreram na paisagem, principalmente a partir dos anos de 1990 quando começou a política de assentamentos na Campanha Gaúcha. Foram dificuldades econômicas, estruturais, locais e políticas que se transformaram em motivo de lutas e de reivindicações. A participação dos assentamentos na economia da região foi reconhecida a partir da produção, sobretudo de alimentos, da instalação de novas estruturas básicas tanto na área rural quanto urbana e do espírito cooperativista que os caracteriza.

Os assentamentos surgiram então no lugar de primazia, de domínio territorial e político do latifúndio pecuarista gaúcho. Sua nova forma de produção coloca em cheque o poder desses latifundiários, organizados para deter sua territorialização no território de seu poder.

A implantação e o desenvolvimento desses assentamentos na Microrregião da Campanha Ocidental, assim como na Campanha Gaúcha como um todo, não sucumbiram aos esforços dos latifundiários locais para que fracassassem. Estas dificuldades só contribuíram para o fortalecimento de seus objetivos e de suas reivindicações frente à sociedade dominante além de derrubarem o mito da fragilidade da produção familiar. Gradativamente se desligam da forma tradicional de produzir (uso de agroquímicos), que, em muitos casos, foi o fator que os desterritorializou. Sua organização política e econômica traz à região novas formas de produção baseada na agroecologia e na preservação do meio ambiente.

Para Medeiros e Lindner (2016), essas mudanças por sua vez transformaram a paisagem dos assentamentos que por consequência mudou gradativamente a tradicional paisagem da Campanha Gaúcha. São novas práticas agrícolas adotadas pelos camponeses assentados ao lado da agricultura tradicional.

É o desenvolvimento da agroecologia e de uma nova relação com a natureza. É este o território do assentado e sua apropriação se fortalece com suas novas formas de produzir.

Considerações finais

A tradição camponesa das famílias assentadas alterou a paisagem da Campanha Ocidental. São novas práticas num novo espaço com o qual se identificaram e constituíram seu território. Mas ao lado do novo permanece a tradição gaúcha expressa nos símbolos circunscritos na paisagem, na história e na cultura imediatamente apropriada pelos assentados. Novos usos, velhas tradições no espaço dos assentamentos estão reconfigurando a paisagem (Foto 2).

Foto 2- Camponês assentado com a tradição do gaúcho da Campanha.



As imagens do novo e do velho se encontram e redesenham a paisagem da Campanha Ocidental. Novos símbolos, novas significações, novas identidades marcando a presença dos assentamentos que neste processo histórico estão acrescentando a este território novos saberes, novos valores, mudanças. A paisagem revela cada uma dessas mudanças registradas ao longo do tempo ao mesmo tempo que possibilita identificar as potencialidades desse território. É um novo olhar com desenhos distintos da paisagem da Campanha Ocidental cujos territórios refletem saberes, culturas, tradições e valores do presente e do passado. Novos elementos foram acrescentados à paisagem que simbolizam o enraizamento no território. As novas tecnologias da agricultura também mar-

cam a paisagem. Onde antes se visualizava campo e gado, atualmente já são visíveis habitações, galpões para os maquinários utilizados na lavoura, silos para armazenagem do arroz colhido (Foto 4).

Foto 4- Agroindústria em assentamento da Campanha.



Mas a tradição campeira está lado a lado dessas novas tecnologias e mostram que embora sejam incorporados esses novos elementos, permanecem as tradições enquanto símbolos da cultura local. São as marcas do passado expressas na tradição (Foto 3).

Foto 3- A tradição e a tecnologia



São, portanto, novos territórios na Campanha Ocidental virtualmente mais abertos e multiculturais, pluridentitários que trazem maior liberdade nas opções e nas manifestações.

A paisagem, cenário revelador dessas novas relações sociais que são marcadas pelo sentimento de pertencimento dos assentados ao seu novo espaço. São novas identidades, novos conhecimentos aliados aos saberes tradicionais.

É a construção de uma nova territorialidade num espaço desconhecido. São erros, acertos, abandonos, desistências, mas, sobretudo resistência e coragem para dar continuidade na luta e assim reconstruir sua história no novo território.

Neste processo de reterritorialização as potencialidades dos agricultores assentados pouco a pouco vão sendo demonstradas e suas experiências positivas começam a ser reconhecidas. A agricultura tradicional permanece e não impede a adesão desses sujeitos sociais às novas práticas ecológicas, que será a expressão de uma nova racionalidade em relação ao meio ambiente e de uma forte territorialidade.

Notas

¹⁾ Professora da UFRGS et pesquisadora do CNPq. Coordenadora do NEAG / UFRGS. Contato: rvmmedeiros@ufrgs.br

Referências

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014). Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Recuperado em 20 de novembro, 2014, de http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf.

MEDEIROS, R. M. V. (2009). Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades** – teorias, processos e conflitos (pp. 217-227). São Paulo, SP/Brasil: Expressão Popular.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (2013). O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. *Boletim DataLuta*. NERA- Artigo DATALUTA, 1(68), 2-11.

MEDEIROS, R. M. V. et al. (2015). DATALUTA Rio Grande do Sul: Relatório 2014. (*Relatório de Pesquisa/2015*), Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (2016). Olhares de ontem e de hoje sobre a paisagem da Microrregião da campanha Ocidental/Rio Grande do Sul/ Brasil. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1(27), 94-111.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. **El proceso de territorialización de los productores asentados en la campaña gaúcha**. In: Yanga Villagomez. (Org.). CEISAL. Bruxelas: 2009, v. 1.

PEBAYLE, Raymond. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. *Boletim Geográfico do RS*, Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan.dez. 1975.



Una experiencia de extensión rural: síntesis metodológica del trabajo realizado en Pueblo de Los Santos y Paso de Arriera

Milva Panizza Etcheverry¹

Introdução

A continuación nos encontraremos con una síntesis del trabajo realizado en las zonas rurales denominadas: Paso de Arriera y Pueblo de los Santos ubicadas en el departamento de Rivera, Uruguay.

Tiene como marco un proceso de crecimiento teórico metodológico en el campo de la Extensión Rural, promovidos por el pro rectorado de Extensión en el período 2006- 2014, siendo el ámbito de acumulación actual el Programa de Maestría en Educación y Extensión Rural, además de otras comunidades docentes dentro de la UdelaR.

Dicho trabajo tuvo lugar a partir de un convenio interinstitucional entre el Servicio Central de Extensión de la Universidad de la República y el Movimiento de Erradicación para la Vivienda Insalubre Rural, en su sigla MEVIR.

En el apartado dos, realizamos una breve descripción de los parajes para posteriormente darle paso a los aspectos teórico metodológicos, interpelando el diseño realizado y visualizando algunos de los problemas que fueron surgiendo en la marcha del proceso de trabajo.

En el punto cuatro abordamos aspectos más generales de carácter nacional, sin desconocer que los mismos son parte de procesos regionales y globales, para comprender la realidad de los espacios rurales en su carácter de micro social.

Aspectos relacionados al marco interinstitucional

El trabajo que a continuación abordaremos nace a partir de un acuerdo y convenio interinstitucional entre el Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural (MEVIR) y el Servicio de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República.

MEVIR es una persona pública, de derecho privado creada por la ley en 1967, a impulsos del Dr. Alberto Gallinal, con el objetivo de erradicar la vivienda insalubre del asalariado rural. Con los años MEVIR amplió su objetivo original, pasando a trabajar en forma integral tanto con asalariados rurales como con pequeños productores familiares de bajos recursos, facilitando no sólo la construcción o refacción de viviendas sino también edificaciones productivas, servicios comunitarios, infraestructura (agua, electricidad, saneamiento). Su misión es contribuir en la construcción de un hábitat sostenible para la población que vive y/o trabaja en el mediorural, en el marco de las políticas de desarrollo integral (productivo, social, ambiental, territorial) del quinquenio. En este sentido, implementa un sistema de acceso a la vivienda adecuado al medio rural y basado en un concepto integral de hábitat según el cual la vivienda es un elemento dentro de un sistema complejo donde interactúan equilibradamente varios factores: el territorio, la producción de bienes y servicios, el ser humano en comunidad, los servicios comunitarios y las infraestructuras físicas.

El Servicio Central de Extensión (SCEAM) de la Universidad de la República (UdelaR), es una estructura a nivel central de la UdelaR, presidida por el Pro Rector de Extensión y cuenta con una comisión sectorial co gobernada² Su misión es crear, promover, orientar y fortalecer las políticas de extensión que se desarrollan en la UdelaR. En el período de 2006 – 2014³ el SCEAM llevó adelante programas y líneas de trabajo de carácter estable, apuntando a fortalecer la integralidad de las funciones universitarias (extensión, investigación y enseñanza).

En ese sentido, los programas de carácter temáticos funcionaban como plataforma para el desarrollo de la integralidad, es decir, las prácticas que realizan docentes y estudiantes de diferentes disciplinas en territorios acotados y cuyos aspectos a trabajar se construían a partir de una relación dialógica entre universitarios y organizaciones sociales, grupos, cooperativas, sindicatos, etc.

Dicha concepción parte de la premisa, según palabras de Tommasino 2015, de que no sólo el aula es un espacio de aprendizaje, sino que hay que buscar otros espacios distintos que lo da el entorno y los agentes sociales con los cuales trabajamos, (...) es clave que los estudiantes conozcan cuáles son sus problemas y necesidades. Ello permitirá que tengan más claridad respecto a la forma de colaborar en la búsqueda de soluciones una vez que estén graduados.

Entre ambos actores institucionales se realiza un convenio cuyo objetivo es “acordar un marco institucional que promueva el desarrollo del hábitat humano y, en particular, el intercambio y aplicación de conocimiento y habilidades universitarios en el medio rural”. (Convenio MEVIR-UdelaR, 2009).

El propósito es la construcción de una metodología de intervención que permita el trabajo en aquellos espacios rurales que son escasamente pobladas, alejadas de los centros urbanos, con carencia de infraestructura y servicios, como ser acceso a la luz, al agua, a la vivienda en condiciones adecuadas, transporte, etc.

La elección del territorio: paso de arriera y pueblo de los santos y los primeros pasos del diseño de la intervención.

La elección del territorio estuvo determinado por las características anteriormente descritas, para ello se tomó en cuenta una georeferenciación y en base a las particularidades del equipo interinstitucional se tomó la definición de iniciar el trabajo en el Departamento de Rivera, concretamente en los parajes de Paso de Arriera y Pueblo de los Santos.

Paso De Arriera y Pueblo de los Santos se ubican al sureste del departamento de Rivera y pertenece a la sección judicial N° 4 y policial N° 8, distando entre sí unos 5 km (Ilustración 1).

Se accede a dichos parajes ya sea por la ruta departamental N° 27, siguiendo por la ruta no 6 hasta la proximidad con Zanja Honda y luego por camino vecinal, o bien por la ruta N° 44 y luego 20 kilómetros por camino vecinal. Dichos caminos de acceso se encuentran en malas condiciones, identificándose situa-

ciones de aislamiento por lluvias intensas. Siendo de similares características, y debido a la proximidad existente entre parajes, se ha considerado el análisis en conjunto de Paso de Arriera y Pueblo de los Santos. Las principales ciudades de referencia son Vichadero, Departamento de Rivera, ubicado a 37 kilómetros, y Melo, Departamento de Cerro Largo a 80 kilómetros de distancia, a los cuales se acude en general por salud, trámites y compras.

Ilustración 1 Ubicación de Paso De Arriera y Pueblo de los Santos



Fuente: Elaboración del autor, 2016.

Paso de Arriera

Paso de Arriera cuenta con una población dispersa compuesta por cinco (5) familias y algunos hombres solos, alcanzando un total de veintisiete (27) habitantes. En cuanto a servicios, Paso De Arriera cuenta con la escuela rural N° 98, la cual es de carácter unidocente. La matrícula escolar desde 1991 hasta el 2010 se había mantenido relativamente estable, mostrando un descenso hacia el 2011, debido a que varios niños se trasladaron a estudiar a Melo y otros a Pueblo de los Santos. La matrícula escolar actual es de siete (7) niños en primaria y uno (1) en inicial. Cuando finalizan los estudios primarios, son pocos los jóvenes que continúan su formación secundaria, concurriendo en estos casos al liceo de Melo, capital del departamento de Cerro Largo. Tampoco existe en el área ningún otro tipo de ámbito educativo.

En materia de salud, no cuentan con policlínica en la zona, pero si acude una vez por mes un médico general a la escuela para asistir a los vecinos. En caso de necesitar asistencia especializada deben concurrir a Vichadero. En lo que respecta a servicios básicos, únicamente la escuela posee un pozo artesanal y están en vías de colocar una bomba eléctrica, dado que en la actualidad no se cuenta con el sistema de batería necesario para poner la bomba en funcionamiento. El resto de las casas no posee agua y deben trasladarse algunos metros hasta la laguna para traer el agua mediante balde. La zona está siendo recientemente electrificada, aunque las viviendas aún no cuentan con energía eléctrica.

En materia de servicios generales, cuenta únicamente con la escuela. Al no encontrarse electrificada la zona y ante la imposibilidad económica de pagar un panel solar o batería, los habitantes del área no acceden a televisión ni Internet. Tampoco cuentan con líneas de transporte público que pasen cerca del paraje. En relación a las actividades sociales y culturales, las mismas son nucleadas por la escuela, donde existe una comisión de fomento. El paraje no cuenta con lugares de esparcimiento ni celebraciones anuales. Existen solo dos productores familiares en el área, los cuales producen principalmente para el autoconsumo y venden además el excedente de lo producido. En promedio, los predios de los pobladores son sumamente pequeños, no superando las 2 hás, existiendo serios problemas con la titularidad de los mismos.

En materia de trabajo y de ingresos económicos, los pobladores de la zona se encuentran realizando actividades laborales como peones de establecimientos medianos o haciendo changas como alambradores y esquiladores. Según fuentes locales, las estancias más grandes no emplean personas de la zona. Por otro lado, la mayoría de los habitantes son beneficiarios de la tarjeta de alimentación de Mides⁴ y de los ingresos de asignaciones familiares, siendo en varios casos, la única fuente de ingreso y sustento del hogar.

Respecto a la vivienda, todo el paraje presenta serias necesidades de vivienda, existiendo un total de ocho (8) casas ocupadas, de las cuales cinco (5) viven familias constituidas y tres (3) son habitadas por hombres solos. En general, todas las viviendas de la zona son insalubres, construidas de terrón, paja y/o chapa, donde la mayoría de ellas poseen el baño fuera de la vivienda. A su vez, se identifican dos casos de familias viviendo en condiciones de hacinamiento.

Pueblo de los Santos

A una distancia de 5 kilómetros hacia el sur de Paso De Arriera, yendo por camino vecinal, se ubica el paraje Pueblo de los Santos. Las principales ciudades

de referencia son Melo, ubicada a 75 km de distancia y Vichadero a 42 kilómetros, a las cuales se acude por atención de salud, trámites y compras.

El paraje cuenta con una población parcialmente agrupada, compuesta por 10 familias, estimándose una población de treinta y cuatro (34) habitantes, la cual se ha mantenido estable en los últimos dos años.

En términos de servicios e infraestructura, Pueblo de los Santos cuenta con la escuela rural N° 125, de carácter unidocente y cuenta con una auxiliar que reside en el paraje. La matrícula escolar desde 1991 a la fecha se ha mantenido estable, teniendo actualmente ocho (8) niños en primaria y uno (1) en inicial. Los niños concurren a la escuela caminando, proviniendo de zonas aledañas.

En materia de salud, si bien Pueblo de los Santos, cuenta con el lugar físico que en sus momentos funcionó una policlínica, la misma está cerrada, por lo que deben trasladarse a la ciudad de Vichadero o Melo para ser asistidos.

En lo que respecta a servicios básicos, el consumo de agua se realiza mediante pozos artesanales, como el que se ubica en la escuela, o aljibes. La zona recién está siendo electrificada, algunos hogares cuentan con paneles solares o baterías. Las familias poseen únicamente telefonía móvil, con mal nivel de alcance.

En materia de servicios generales, el paraje posee la escuela y un almacén. Por otra parte, no cuentan con líneas de transporte, por lo que deben trasladarse por medios propios. En cuanto a la cobertura radial, acceden a radios FM y AM de Vichadero y Melo. En referencia a la cobertura de televisión, solo acceden a canales brasileños. A su vez, no poseen acceso a internet. En relación a las actividades sociales y culturales, las mismas son nucleadas por la escuela, donde existe una comisión de fomento. No tienen celebraciones anuales así como tampoco se han agrupado los vecinos de la zona con objetivos comunes. En tanto, el pueblo no cuenta con lugares de esparcimiento. No se identifican productores familiares por la zona ya que la misma está compuesta por grandes estancias.

En términos de trabajo e ingresos, los pobladores de la zona se encuentran realizando actividades laborales como peones de establecimientos ubicados sobre la ruta N° 44. Dichos puestos de trabajos son en su mayoría estables. Las familias reciben los beneficios sociales de los programas de MIDES, como ser, el ingreso por asignación familiar y la tarjeta de alimentación siendo en varios casos, la única fuente de ingreso y sustento del hogar.

En cuanto a la vivienda, se evidencia serias necesidades, en general, son insalubres, construidas de terrón, paja o chapa, identificándose una única casa hecha de mampostería. La mayoría de ellas poseen el baño fuera de la vivienda.

Sobre la construcción de la propuesta de trabajo

Una vez definido el territorio, el diseño de la intervención fue llevado adelante por un grupo, de carácter interinstitucional, cuya función era operativa en la medida que se proponía el trabajo a nivel territorial, en un ir y venir con espacios de reflexión y análisis para realizar los ajustes.

En una primera fase, se contempló la construcción del equipo de trabajo y la elaboración de algunos lineamientos que permitieran el funcionamiento del grupo, ya que al ser de carácter interinstitucional y sin antecedentes de trabajo en conjunto, hubo que destinar instancias para compartir las posturas teórico metodológico, comprender las lógicas institucionales en las cuáles se estaban inmersas, los intereses y objetivos institucionales que estaban en juego y construir la confianza que todo equipo de trabajo debe poseer. En términos de análisis de todo el proceso, éste primer aspecto consideramos que es central y lo retomaremos más adelante en la síntesis propositiva con las recomendaciones metodológicas.

En cuanto a los primeros pasos de acercamiento a la comunidad estuvieron marcados por una fuerte impronta de tipo exploratorio, cabe la apreciación que la entrada al espacio rural no fue mediada a partir de una demanda de sus pobladores, tampoco se contaba con demasiada información apriori, sino que la definición del espacio rural se toma a partir de los fines del convenio entre ambas instituciones, tomando en cuenta aquellos elementos relacionados a las capacidades y recursos de ambas instituciones para la implementación de la propuesta.

La primera aproximación al espacio rural, se realizó a partir de una entrevista con la maestra de la escuela de Paso de Arriera. Ello permitió una mayor información acerca de las características demográficas de la población, una aproximación a la historia de las comunidades y acercarnos a la dinámica socio productiva identificándose los flujos de referencia territoriales para el acceso a dimensiones como la salud, la recreación y el trabajo, entre otros. Así mismo, se ubicaron otras referencias de carácter institucional que estaban relacionadas a ambos parajes, realizándose entrevistas con los referentes para completar un primer bosquejo de diagnóstico.

Posterior a una primera fase con características fuertemente de tipo exploratoria, se define realizar un diagnóstico participativo con ambas comunidades. Utilizándolo como una herramienta que permitiera, por una lado, estrechar el vínculo con la comunidad, y por otro, construir en conjunto una propuesta de trabajo que fuera plausible de lograrla. En este marco se explicitan aquellas

necesidades que son sentidas y objetivables por parte de la población residente, las mismas refieren a mejorar las condiciones de habitat, principalmente en relación a la precariedad de las viviendas; el acceso al agua potable; mejorar las condiciones de la caminería; mejorar el acceso a los servicios de salud; mejorar el acceso a la oferta educativa; tener espacios de recreación y esparcimiento, etc.

Como sugerencia del equipo universitario, se propone una línea de trabajo cuyo objetivo es construir de forma participativa una memoria histórica de Paso de Arriera y Pueblo de los Santos para contribuir con el fortalecimiento de la identidad. Dicha inquietud que posteriormente dio lugar a la propuesta surge en los primeros pasos de la intervención, en su fase exploratoria, identificándose algunos vacíos en la memoria en cuanto a la genealogía familiar y en relación a la historia de ambos parajes.

A partir de ahí se define una estrategia de trabajo que por un lado implicó mejorar el acceso a algunos servicios básicos, realizándose gestiones con otros organismos públicos, como ser el caso de Obras Sanitarias del Estado (OSE), para el acceso al agua potable.

Cabe la consideración que la incorporación de la Universidad de la República se realizó con el fin de promoción de la integralidad de las funciones (extensión, investigación y de enseñanza), construyendo un Espacio de Formación Integral, ya que la función de extensión no puede ser entendida como algo aislado, encapsulada en un gueto, sino que debe ponerse en interacción en el acto educativo y formar parte de manera naturalizada en el mismo (TOMMASINO, 2011).

El acceso al agua potable, fue uno de los aspectos que permitió la vinculación de estudiantes y otros docentes, ya que en ese marco se realizaron análisis de la calidad del agua que la población estaba consumiendo y que la misma provenía de una laguna y de algunos aljibes y pozos artesanales. Propiciando un espacio de formación integral llevado adelante con estudiantes y docentes de la Técnicatura de Recursos Naturales del Centro Universitario de Rivera – UdelaR-. Ello permitió contar con los fundamentos necesarios al momento de realizar la solicitud y gestión ante el organismo público competente (OSE).

La dimensión que se definió como identidad, se abordó con estudiantes y docentes, realizando una investigación con una fuerte impronta de carácter etnográfico, utilizando aspectos metodológicos de la investigación acción participativa. En el transcurso de la investigación pudimos observar las motivaciones y algarabías que despertaba en los pobladores el ejercicio de realizar memoria y compartir anécdotas, personajes, fotos, etc.

La especificidad y la importancia de la vinculación de la Universidad, estuvo dado por el aporte y la problematización en relación a la metodología de

intervención. El núcleo de docentes que intervino cuentan con trayectoria en la extensión rural, si bien el mayor acumulado ha estado centrado en el trabajo con sujetos desde una perspectiva de la educación popular, propiciando un abordaje de la acción colectiva y de movimientos sociales, no obstante el trabajo realizado en Paso de Arriera y Pueblo de los Santos permitió interpelar el conocimiento teórico para construir un marco de intervención que contemplara la realidad de los parajes, la realidad sentida desde los pobladores y los intereses institucionales.

En síntesis y a modo de recomendaciones metodológicas consideramos que la intervención realizada permitió identificar algunos marcos desde los cuales intervenir y pone en evidencia la necesidad de construcción de una política que permita abordar las limitantes materiales de los pobladores que residen en espacios rurales con éstas características. La incorporación y aporte de la Universidad de la República debe estar diagramada por la implementación de espacios de formación integral, los cuales deben ser parte de un marco más amplio para contribuir con el acceso a las condiciones materiales y a los procesos de transformación y subjetivación. No debe depositarse en la UdelaR, en sus docentes y estudiantes, el rol de agentes de extensión rural, sino que su aporte pasa por otros planos.

Ilustración 2- Vecinos de Pueblo de los Santos y Paso de Arriera. Instancia de devolución del diagnóstico de Agua.



Fuente: Archivo fotográfico del Centro Universitario de Rivera (UdelaR). FREI-TAS, 2015.

La cuestión rural: una aproximación a los espacios rurales de pueblo de los santos y paso de arriera

Compartimos la postura que lo rural es parte de un universo socialmente integrado al conjunto de la sociedad y por lo tanto al contexto de las relaciones internacionales. Ello no implica, desconocer que el mundo rural tiene sus propias particularidades históricas, sociales, culturales que moldean una realidad propia.

Es necesario profundizar en la construcción de indicadores que nos permitan aproximarnos a las tipologías que hoy existen en términos de espacios rurales, ya que las diferencias y particularidades de dichos espacios son claves para comprender los procesos de carácter local y global. Compartimos la apreciación realizada por Baudel, para la autora, um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar a “questão rural” na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela que é vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a “paridade” socio-econômica em relação à população urbana, ou, pelo menos a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos (GIARRACA, 2001, p.36)

Desde la postura que las particularidades locales obedecen a otros procesos de mayor alcance dentro del contexto nacional e internacional, consideramos necesario, de forma muy breve, repasar los procesos en los que están inmersos algunos Estados Nación de América Latina, para ubicar las condicionantes económicas, políticas, productivas y sociales de los micro procesos.

Según Narbondo (2014), entre 1998 y 2013 la economía creció casi un 50%, con un especial dinamismo en el período 2002-2013 en el que el crecimiento fue de alrededor del 5,2% anual, superando nítidamente la tasa de crecimiento de largo plazo de la economía uruguaya (3% anual). El sector agropecuario acompañó este proceso atravesando profundas transformaciones aunque con una tasa de crecimiento algo inferior (4,2% anual). El país ganadero heredado de la colonia que dominó el paisaje agrario hasta fines del siglo XX ha dado paso un país que se ha convertido también en agrícola y forestal

Ahora bien, ¿éstos cambios y transformaciones evidencian un cambio estructural de la economía?, es muy interesante el aporte que realiza Narbondo, quien sostiene que el abordaje del cambio estructural no debería limitarse al análisis de la cantidad y calidad de la producción, ni a los marcos institucionales necesarios para promover cambios en ambas dimensiones, sino que la estructura económica refiere también al conjunto de relaciones sociales en torno a las cuales se organiza la producción, que son siempre relaciones de poder, y a las relaciones técnicas que la sociedad establece con la naturaleza para producir bienes y servicios.

Dejar de lado estos aspectos supone obviar la importancia del problema de la soberanía y el poder (quién controla y decide sobre la producción y cómo se distribuye) así como de los impactos ecológicos de las transformaciones productivas.

Precisamente en estas dimensiones los cambios han sido tan o más profundos y sin embargo menos problematizados. El indudable dinamismo productivo ha ido de la mano de un proceso creciente de diferenciación social, concentración y extranjerización de la tierra. Los datos del último Censo General Agropecuario arrojan que entre 2000 y 2011 desaparecieron alrededor de 12.000 explotaciones agropecuarias, en su inmensa mayoría productores familiares, consolidando una estructura agraria sumamente concentrada en la que las explotaciones de más de 1.000 hectáreas siendo el 9% del total controlan el 60% de la tierra.

Asociado a este proceso ocurrió un fenómeno de creciente anonimato en la propiedad de la tierra donde entre 2000 y 2011 las personas jurídicas (sociedades anónimas en su mayoría) pasaron de controlar de un 1% a un 43,1% del territorio, apropiándose de casi 7 millones de hectáreas. A su vez estimaciones recientes evidencian que 27 grupos transnacionales controlan 1.640.000 hectáreas, claro reflejo de los procesos de extranjerización de la tierra que han ocurrido en sectores clave del sector agropecuario, como la agricultura extensiva y la forestación.

Estos elementos intentan evidenciar que detrás del dinamismo del sector agropecuario se ha configurado un modelo de desarrollo fuertemente concentrador de la tierra y del ingreso, que profundiza relaciones de poder asimétricas, afecta seriamente la soberanía sobre el territorio y muestra síntomas de insustentabilidad ambiental.

Sin una reflexión que coloque en el centro estas problemáticas pierde potencia la discusión sobre el cambio estructural planteada únicamente en términos de qué y cuánto se produce, corriendo el riesgo de reproducir miradas acrílicas y celebratorias que identifican las transformaciones de los últimos años

con una supuesta “revolución” que compatibiliza dinamismo tecnológico y productivo con sostenibilidad social y ambiental.

Para otros autores, el modelo neodesarrollista, que se implementó en Uruguay a partir del 2005, si bien ha matizado algunas de sus peores consecuencias socioeconómicas (como el estancamiento y la pobreza absoluta), no ha afectado sus características fundamentales. El carácter dependiente de la economía no se ha modificado, aún en un contexto de crecimiento económico y precios internacionales favorables.

Por otra parte, lejos de atenuarse, se consolidó el carácter primarizado de la economía uruguaya, especializada en la producción de bienes agroindustriales de bajo valor agregado, que la ubica de manera subordinada en la división internacional del trabajo. El perfil de las exportaciones muestra que cerca del 70% de los productos son commodities de origen agropecuario o agroindustrial, encabezados por la soja, la carne bovina, el arroz, el trigo, derivados de la leche y pasta de celulosa. Mientras, las importaciones tienen un claro sesgo hacia bienes industriales de media a alta tecnología: autos y autopartes, teléfonos, insecticidas y máquinas automáticas (SANTOS et al, 2014)

Ahora bien, retomemos y centremos nuestra mirada en las comunidades rurales de Paso de Arriera y Pueblo de los Santos, ambos pueblos se construyen a partir de las oportunidades de trabajo en las estancias de la zona, este proceso fue de principios y mediados del siglo XX, evidenciándose un pico poblacional entre los años 1960 y 1970⁵.

En el caso de Pueblo de los Santos, las familias se asentaron en tierras de la familia de los Santos, aportando de ésta forma el nombre del paraje. Las familias se trasladaban hasta allí para trabajar en establecimientos rurales, particularmente se identifica un establecimiento rural de gran porte cuya producción se caracterizaba por la cría de ganado vacuno, de ovino y la plantación de trigo. En cambio Paso de Arriera, debe su nombre a la posición geográfica del espacio rural y a la función social y económica que cumplía ese lugar, siendo un lugar de paso para llevar y traer mercaderías a Brasil. Cabe destacar que Paso de Arriera, en términos de presencia del Estado, contaba con una escuela y con un destacamento policial, como forma de control de la actividad ilícita, actualmente persiste la escuela.

En la primera mitad del siglo XX, el espacio rural, estaba fuertemente diagramado por las características productivas de la zona y las necesidades que la misma requería, sumándose todas aquellas actividades de carácter secundario relacionadas al espacio rural como un lugar de vida para unas cuantas familias. En entrevista a referentes se recuerda las actividades y la dinámica que han caracterizado a la historia de los pueblos rurales, como ser las comparsas de esquiadores, los peones rurales, los almaceneros, etc..

A partir de fines del siglo XX, como correlato de procesos más amplios cuyas principales características hemos visto en los párrafos anteriores, se evidencia otro modelo agrícola ganadero, caracterizado por una mayor intensidad de capital y un modelo empresarial que pierde las referencias de relacionamiento personal con los parajes que rodean los establecimientos. La tierra que rodea ambos parajes, son propiedad de empresas extranjeras⁶ y cuyas lógicas de aproximación y vinculación con el espacio rural obedecen a otro patrón social y de acumulación del capital⁷.

En cita textual de un referente entrevistado, “el lanar fue el que dió más caída en esta zona porque desapareció. Se fue la mano de obra por eso. (...). En la esquila, dese cuenta que una máquina de 12 tijeras como tenía, este, Basilio Gaitán, que tenía 2 máquinas, de 12 tijeras para esquilar en esas estancias ahí, son 12 esquilador, 2 agarrador, 2 mangueador, 2 vellonero, 1 embolsador, el ayudante del embolsador, el atador, el cocinero, el maquinista, creo que son 20 y tantas personas por cada máquina desas. Y trabajaban 10 máquinas en la zona acá.

Si bien el tipo de actividad productiva que se realiza ha implicado una reducción significativa en la cantidad de puestos de trabajo, en términos de percepción y de subjetividad social se considera que se está ante un dominio del territorio, que tiene una base material dada por la propiedad de grandes extensiones de tierra que rodean a ambos parajes, pero que también tiene una base simbólica ya que el espacio deja de ser un lugar de trabajo y de vida.

El dominio del territorio en Pueblo de los Santos y Paso de Arriera se identifica no sólo por la presencia capitales extranjeros y posesión sin precedentes de cantidad de hectáreas, sino porque existe una acción deliberada de encierro, dominio y opresión de los pobladores ya que las empresas no contratan mano de obra en la zona, han cercado y prohibido el acceso al agua⁸, y compran las pequeñas parcelas de aquellos pobladores que desistieron de ese espacio rural.

Ahora bien, es importante la apreciación que si bien estamos ante un espacio rural que en éstos tiempos padece nuevas formas de dominación y que la misma cuestiona en términos del territorio nacional a la soberanía de un país, es importante resaltar la ausencia deliberada que ha tenido el Estado para con sus ciudadanos rurales, la precariedad de políticas públicas, de base seguramente compensatorias, pero que permitieran una vida en condiciones de dignidad. En los relatos, en el marco de la reconstrucción de la historia, se constata historias de vidas cuya carga simbólica está sujeta al sacrificio por las condiciones de vida, a la tristeza por la precaridad y a la angustia por el padecimiento de las necesidades.

Consideraciones finales

Los aspectos que a continuación expresaremos, estarán organizados en tres tópicos, lejos de ostentar una conclusión, buscan contribuir a la reflexión en sus aspectos teóricos – metodológicos, en términos de los marcos interinstitucionales y de política pública.

El trabajo realizado en Pueblo de los Santos y Paso de Arriera permitió interpelar los marcos teóricos en la medida que no partimos de una demanda de la población y nos encontramos con un espacio rural, con una escasa población que vive en condiciones de aislamiento territorial y con precariedades diversas para el desempeño de su vida cotidiana, situación que a lo largo del tiempo ha implicado formas de ser y pensar que se caracterizan por la apatía.

La intervención desde una perspectiva crítica en el marco de la Extensión Rural, no debe abrir mano de los procesos de carácter participativos que buscan promover una conciencia para identificar las contradicciones y así contribuir a los espacios de acción social y colectiva que disputen las orientaciones de la sociedad. Pero ante contextos de similares características, es necesario una intervención que contemple condiciones materiales de vida de la población.

A la Universidad de la República, a partir de su poder simbólico, le compete un rol político que aporte a la visualización de estos micro espacios rurales, articulando sus funciones y promoviendo los espacios para la discusión, así como un rol técnico, aportando en la construcción de dispositivos y visualizando las implicancias de la intervención desde sus aspectos teóricos- metodológicos.

Notas

- 1) Licenciada en Sociología por la UdelaR. Maestranda del Programa de Educación y Extensión Rural de la UdelaR. Docente del Servicio Central de Extensión de la Universidad de la República. La elaboración del documento contó con los aportes de los docentes José Luis Protti, José E Silva y Lucio Gonzalez.
- 2) Representación de los ordenes docentes, considerando las cinco áreas académicas, estudiantes y egresados.
- 3) En dicho período el rector de la UdelaR es el Dr. Rodrigo Arocena y el Pro Rector de Extensión es el Dr. Humberto Tommasino. y el Pro Rector de Extensión es el Dr. Humberto Tommasino. y el Pro Rector de Extensión es el Dr. Humberto Tommasino.

4) Ministerio de Desarrollo Social, dentro de sus planes sociales, tiene la Tarjeta de Alimentación, la cual consiste en un importe de dinero mensual que es cargado a dicha tarjeta y permite a las familias realizar compras de productos que están vinculados a la alimentación.

5) Si bien no encontramos datos específicos en relación a la cantidad de población que llegó a residir en ambos parajes, es posible estimar que la cantidad de familias al menos cuadruplicaba la cantidad actual.

6) Una de las empresas agrícola ganadera, es la estancia Ana Paula, perteneciente al empresario brasileño Correa, la misma cuenta con una extensión de tierras aproximada de 170.000 has.

7) Poncho Negro, es la otra estancia lindera a Pueblo de los Santos, con característica agrícola ganadera, perteneciente a un empresario brasileño. Es muy sugerente el nombre, Poncho Negro, canción de discos La Calesita, según transcripción "Aquí llega Poncho Negro, el jinete más valiente y más audaz (...) Poncho Negro el invencible compañero (...) corre el mundo destruyendo justicieros (...). El malvado que trataba de apoderarse del ganado de un colono, desafío y peleando con los puños y el alma, en la cárcel de cabeza lo metió (...). Poncho Negro, Discos la Calesita, gravado en 1954.

8) Pobladores de Paso de Arriera utilizaban el aguna de una laguna que se encontraba muy próxima a sus viviendas para el consumo y necesidades diarias.

Bibliografía

CLOAS A. (interprete, 1954).: Poncho Negro. Discos la Calesita. Recuperado el 17 de junio de 2016 de <https://www.youtube.com/watch?v=EkPxThiYroQ>

GIARRRACA N. **Una Nueva Ruralidad en América Latina?** CLACSO, 2001. Buenos Aires.

NARBONDO I. **El agro en Uruguay los cambios detrás de los cambios:** Cambios estructurales en el sector agropecuario en Uruguay. Separata publicada en Brecha. 2014.

SANTOS C; NARBONDO I.; OYHANTÇABAL G.; GUTIÉRREZ R. **Seis tesis sobre el neodesarrollismo en Uruguay** . 2014. Recuperado el 10 de junio de 2016 de <http://www.contrapunto.edu.uy/uruguay/31-seis-tesis-urgentes-sobre-el-neodesarrollismo-en-uruguay.html>

TOMMASINO H .Tres tesis básicas sobre la extensión y las prácticas integrales en la Universidad de la República. Cuadernos de Extensión N 1. Integralidad: tensiones y perspectivas. 2011.

TOMMASINO H.: Entrevista UPLA en el marco de la AUGM. Recuperado el 5 de junio de 2016 de <http://www.upla.cl/noticias/2014/06/24/dr-humberto-tommasino-vinculacion-con-el-medio-compromiso-etico-de-las-universidades/>



El geoparque global de la UNESCO grutas del palacio en Uruguay: instrumento para el desarrollo local sustentable

César Goso¹
Beatriz Amorín²

Los Geoparques UNESCO y su historia en latinoamérica

En los últimos años mundialmente se ha puesto en valor el concepto de **geodiversidad**. La geodiversidad se entiende como “un conjunto de recursos naturales no-renovables de índole geológica, geomorfológica, paleontológica, arqueológica, con valor científico, cultural o educativo, que permiten conocer, estudiar e interpretar una parte de la evolución histórica de la Tierra y de los procesos que la modelan” (modificado de Valcarce & Cortes, 1996). Se la puede comparar en términos de importancia con la biodiversidad, ya que los distintos paisajes en el planeta que responden a circunstancias geológicas y climáticas, constituyen el medio físico que le dan sustento a los procesos que ocurren en el medio biológico. Por lo tanto, debido a la interrelación de procesos que ocurren

en la parte superficial de la geósfera, ésta es tan importante como la biósfera, hidrósfera y atmósfera, para conformar la gran variedad de espacios geográficos en los que el hombre habita y en los que desarrolla sus actividades.

Dependiendo del valor científico de los afloramientos, paisajes, yacimientos paleontológicos o arqueológicos que disponga un territorio, éste podrá con un plan de manejo que contemple actividades educativas, de conservación y de desarrollo sustentable basado en el turismo, integrar la denominada Red Global de Geoparques UNESCO.

Un Geoparque UNESCO es un reconocimiento que otorga la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, a regiones con un patrimonio geológico singular, para que pueda servir de motor de desarrollo sustentable de los territorios elegidos y para que formen parte de esa Red Global. Desde el año 2004, la UNESCO promueve la conformación de la Red Global de Geoparques, que comenzó con cuatro en Europa viene aumentando en cantidad cada año. Actualmente, cuenta con 120 geoparques distribuidos en 34 países.

Este reconocimiento o certificación, los Geoparques deben comprender territorios bien delimitados que presenten aspectos geológicos singulares. Se deben integrar aspectos naturales y culturales de interés, incorporando activamente las comunidades locales y entidades públicas y privadas, con el fin último de fomentar el desarrollo socio-económico de la región de una manera sustentable (UNESCO, 2008). En esos territorios, se desarrollarán actividades educativas y geoturísticas, mediante las cuales se promueven la protección, la investigación y la difusión del patrimonio geológico (Schilling et al 2010).

Entre sus objetivos, están:

- avanzar en el conocimiento y la comprensión de la naturaleza;
- asistir a las comunidades locales en el conocimiento de su patrimonio natural y cultural;
- preservar el patrimonio de la Tierra para las generaciones presente y futuras;
- educar y enseñar al público en general acerca de los temas geocientíficos y su relación con las cuestiones ambientales y riesgos naturales;
- asegurar un desarrollo sustentable socio-económico y cultural basado en el sistema natural o geológico;
- fomentar la conservación de los vínculos multiculturales con el patrimonio natural o geodiversidad, uti-

lizando esquemas asociativos de participación para la gestión;

- estimular la investigación cuando sea apropiado;
- promover acciones conjuntas entre Geoparques Globales (p.e. comunicación, publicaciones, intercambio de información, hermanamiento).

Figura 1- Distribución de los geoparques en el mundo.
Distribution of GGN Members

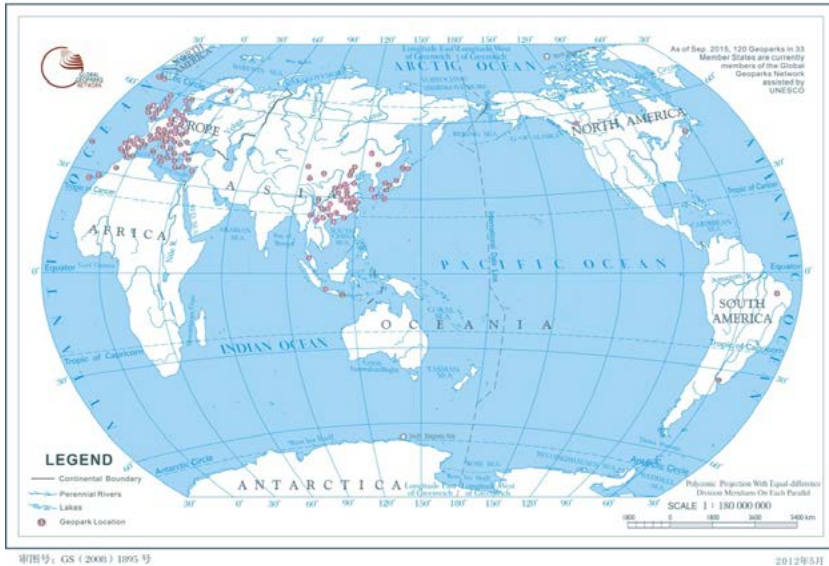


Figura: Distribución de los geoparques en el mundo.

Cada uno de los geoparques integrantes transita por una exhaustiva evaluación cada cuatro años para mantenerse como miembro institucional. En caso que no se demuestre haber cumplido con los objetivos de conservación, educación y geoturismo planteados, puede ser renovado por un período menor o perder la calidad de Geoparque UNESCO.

En Latinoamérica y el Caribe han sido muchas las oportunidades que especialistas en patrimonio geológico, minero y/o metalúrgico han encontrado instancias para intercambiar sus experiencias de conservación y divulgación del conocimiento geológico con fines geoturísticos. Incluso varios de ellos han conocido por programas de intercambio algunas experiencias de geoparques europeos.

Desde 2001 con motivo del XI Congreso Latinoamericano de Geología en Montevideo, se incluyó en su programación lo que estaba se estaba propiciando

con apoyo *ad hoc* de UNESCO sobre la temática Geoparques. El principal hito lo constituye la aplicación (2005) a la Red Mundial del Geoparque Araripe en el Estado de Ceará (Brasil) con la gestión de la Universidad Regional de Cariri (URCA) y la asistencia de especialistas en geoparques europeos en Portugal, confirmándose su ingreso en 2006. Sucesivos encuentros como en Loja (2008 y 2010, Ecuador); Caracas (2009), Cusco, Juazeiro do Norte (Brasil) y Minas (Uruguay) en 2010; Malipeuco (Chile), Rio de Janeiro, Trinidad (Uruguay) y Medellín en 2011; Ouro Preto y San Martín de los Andes (Argentina) en 2013; Lençóis (2015, Brasil), son algunos de esos eventos nacionales y regionales que trataron sobre la importancia del uso del patrimonio geológico y la utilización de los recursos naturales para la educación y el turismo.

Desde Noviembre de 2015 existe en el marco de la Unión Internacional de Ciencias Geológicas (IUGS) el Programa Internacional de Geoparques y Geociencias de la UNESCO. De esta forma, los geoparques mundiales de la UNESCO son el mecanismo de cooperación internacional por medio del cual zonas con patrimonio geológico de valor internacional, se respaldan unas a otras para promover junto con las comunidades locales, el cuidado de dicho patrimonio y adoptar un enfoque sostenible del desarrollo de la zona. Esos territorios pueden solicitar a la UNESCO ser designados como “geoparque mundial de la UNESCO”, basándose en el mandato general de la Organización. La red promueve el trabajo en redes. Ya existe la Red Europea de Geoparques y la Red Asia-Pacífico de Geoparques con un gran número de geoparques y experiencia de *networking*.

Actualmente, en América existen cuatro geoparques: *Tumbler Ridge* y *Sto-
ne Hammeren* Canadá, *Araripe* en el Estado de Ceará en Brasil y *Grutas del Pala-
cio* en Uruguay. Hansido a Octubre de 2016 presentadas otras cuatro propuestas de ingreso: dos geoparques en México en 2015 Mixteca Alta y Comarca Minera Hidalgo; y otros dos en Ecuador (uno en 2015 y otro en 2014) Imbabura y Volcán Tungurahua, sin tener al momento sus ingresos aprobados. Al momento, existen varios proyectos que en el futuro cercano podrán aplicar y solicitar su ingreso a la Red Global, entre los que se conocen están los trabajos que vienen desarrollando colegas en Argentina, Brasil, Chile, Ecuador, México y Perú, que seguramente en los próximos años serán presentados.

A su vez, se están transitando las primeras etapas para la creación de la Red Latinoamericana y del Caribe de Geoparques UNESCO con los dos geoparques existentes y los cuatro aspirantes, a partir de reuniones regionales realizadas en 2015 en Ciudad de México y en Arequipa, para promover que cada vez más territorios aprovechen este instrumento a instancias de UNESCO. En particular en la reunión de Arequipa en 2015 se firmó una declaratoria que reafirma la de

Araripe realizada en 2010, por la cual se marca una hoja de ruta para trabajar sobre estatutos y la conformación de la Red LAC Geoparques.

El Geoparque Mundial de la UNESCO Grutas del Palacio

El **Geoparque Mundial de la UNESCO Grutas del Palacio** hizo su ingreso a la Red Global de Geoparques en Setiembre de 2013. Este ingreso fue el resultado de un largo proceso de acciones y actores locales motivados por la conservación de los recursos naturales y patrimoniales del Departamento de Flores.

Los primeros pasos se iniciaron en la década de los noventa cuando en setiembre de 1995, la Comisión de Medio Ambiente del Senado de la República comenzó a tratar un Proyecto de ley con exposición de motivos, para declarar a las Grutas del Palacio “Monumento natural” (Carpeta Nº 267 y Distribuido Nº 384 de 1995 de la Dirección General de Comisiones, Secretaria del Senado). En el mes de abril de 1997, a instancias del Ministerio de Educación y Cultura de Uruguay, dos geólogos del Servicio Geológico de Brasil (CPRM) elaboraron un informe de su visita a las Grutas del Palacio, el cual tuvo como objetivo su caracterización geológica y espeleológica, a efectos de su evaluación para su eventual presentación a la Comisión de Patrimonio de la UNESCO (das Neves & Pereira 1997). Basado en ese informe el Vice Ministro de Educación y Cultura y Presidente de la Comisión Nacional para UNESCO de Uruguay, Prof. Antonio Guerra Carballo consideró pertinente la postulación y solicitud de inscripción de la “Gruta del Palacio”, para formar parte de la Lista del Patrimonio Mundial. Eso llevó a las visitas en 1998 de expertos del Centro del Patrimonio Mundial de UNESCO, su secretario el Dr. Hermann van Hoff y el auditor Geógrafo Jim Thorsell.

Un relevamiento arqueológico realizado en el área contigua a las grutas por investigadores de la Universidad de la República en noviembre de 1997, permitió reconocer la existencia de diferentes tipos de sitios arqueológicos prehistóricos e históricos, con restos de actividad humana (Duran et al 1998).

Simultáneamente, se venían realizando acciones para el estudio y la conservación de las pinturas rupestres en la localidad de Chamangá. Allí, se concentran más de cuarenta pinturas en bochas graníticas en un área apetecida por los mineros, ya que se trata de un excelente macizo granítico poco fracturado apto para su industrialización como roca ornamental. Si bien algunas pinturas se conocían desde inicios del siglo pasado (Consens & Bepali, 1981), estudios de

finés de los noventa y las autoridades locales motivados por la conservación de ese patrimonio cultural, llevaron luego de un intenso trabajo a cargo del Prof. Lic. Andrés Florines (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación- UdelaR), a que en 2010 ingresaran al Sistema Nacional de Áreas Protegidas, en la categoría de Paisaje Rupestre.

A partir de 2007 cuando a instancias del Dr. Prof. César Goso (Facultad de Ciencias – UdelaR), del Lic. Kimal Amir (OnG Grupo Porongos) y de la Mtra. Beatriz Ríos Ingold (Intendencia de Flores), se estableció un acuerdo de cooperación entre esas instituciones, con fines conservacionistas y de educación del emblemático sitio del departamento de Flores: la Gruta del Palacio, con el objetivo de crear en ese departamento un geoparque. Ese sitio tiene un importante valor patrimonial para la comunidad local, evidenciado por la presencia en su escudo, su historia y los casi 20.000 visitas que recibe anualmente. Cabe mencionar el empuje que desde los inicios de las actividades se tuvo con la participación del Esc. Jorge Grezzi, promotor de acciones conservacionistas en su departamento y con el apoyo institucional del gobierno local, a través del Intendente de la época, el Dr. Armando Casteingdebat.

En esos primeros años se restringieron las actividades de conservación y educativas únicamente con el sitio Grutas del Palacio. En setiembre de 2009, se tuvo la visita técnica del experto Joerg Elbers de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN). En su informe recomendaba: a) la inscripción del sitio al Sistema Nacional de Áreas Protegidas; b) la creación de un Geoparque; y c) analizar la inscripción del sitio en la Lista Tentativa de Patrimonio Mundial por Uruguay. En 2010 con la obtención de fondos concursables del Ministerio de Educación y Cultura y propios de la Intendencia Departamental, se pudieron realizar acciones que mejoraron la propuesta educativa en Grutas del Palacio, como la construcción de un museo geológico, senderos interpretativos con cartelería explicativa, video de promoción y parque escultórico. Simultáneamente se realizaron varias actividades de divulgación en centros educativos y de capacitación a actores locales.

Figura 2- Escudo departamental de Flores.



Figura 2: Escudo departamental de Flores. En su cuartil inferior derecho una imagen de la Gruta del Palacio.

En 2010 a instancias y conjuntamente con la Lic. Beatriz Amorín se diseñó una propuesta para concursar a fondos del Ministerio de Educación y Cultura, en el marco del programa “Mejoramiento de Infraestructuras Culturales en el Interior del País”, implementándose una política de gestión cultural a través de este Proyecto. Con la obtención de esos fondos y otros aportados por la Intendencia, así como de la Generalitat de Catalunya (España), se realizó junto a docentes de Bellas Artes entre otras acciones un parque escultórico, se trabajó sobre la imagen y comunicación con logo, videos, folletería, realizándose entrevistas a referentes locales, autoridades y recorridas de campo.

Como en 2011 con el apoyo de la representación uruguaya en UNESCO París y apoyado por los delegados de Irlanda, Grecia y de varios otros países, se solicitó a la UNESCO estudiar la posibilidad y formas de relacionar a ese organismo con la ya creada Red Mundial de Geoparques, el gobierno de Flores vio la oportunidad de continuar con las acciones tendientes a tener un Geoparque en Uruguay, tal como lo establecía el acuerdo de 2007.

Por eso en ese año se organiza en Flores un taller regional con participación de especialistas de Argentina, Brasil, Chile, Ecuador, Perú, Uruguay y Venezuela, y de la Dra. Claudia Eckhardt del Geoparque Narturpark-Berstrasse de Alemania perteneciente a la Red Global de Geoparques, así como también la presencia de la Dra. Margarete Patzak de UNESCO. Como resultado de ese taller y con las recomendaciones de los delegados de UNESCO, se resolvió iniciar el proceso de elaboración de una propuesta para solicitar el ingreso del Geoparque Grutas del Palacio a la Red Global. Simultáneamente, se le encomendó al Prof. César Goso realizar el *dossier* para solicitar el ingreso de las grutas al Sistema Nacional de Áreas Protegidas, convirtiéndose en 2013 en el primer “Monumento Natural” de Uruguay. Son a destacar los aportes realizados en este proceso del Lic. Kimal

Amir por la OnG Grupo Porongos y de la Lic. Beatriz Amorín. Como se muestra en algunas de las comunicaciones en eventos de la región, distintas acciones de educación y de gestión cultural que se estaban realizando, en el marco de ese proceso de creación del Geoparque (Goso et al, 2011; Amorín & Goso, 2011; Goso et al, 2013).

A partir de allí, y con toda la experiencia acumulada, un equipo liderado por el Lic. Diego Irazábal de la Intendencia de Flores, trabajó en la elaboración de un *dossier* de aplicación a la Red Global de Geoparques, obteniéndose su ingreso finalmente en 2013. De esta forma, se consagró como el primer geoparque de Uruguay y el segundo de Latinoamérica. En 2015, la Lic. Maritza Vieytes tuvo a su cargo la sistematización presentada en un documento de todo el proceso de desarrollo del Geoparque desde su ingreso a la Red Global, con el objetivo de iniciar la implementación de la gestión de conocimientos de ese proceso (Vieytes 2015). En Octubre de 2016 se formó por decreto presidencial el **Comité Nacional de Geoparques**, con representantes de los Ministerios de: Cultura; Turismo; Industria, Minería y Geología; Medio Ambiente. A su vez, lo integran delegados de la Universidad de la República, del Congreso de Intendentes y de la Comisión Nacional de UNESCO. Este es el primer Comité Nacional en Latinoamérica y el Caribe.

El Geoparque se localiza en la región centro-sur de Uruguay, una zona del país donde prácticamente no existía el turismo como actividad, a siendo algunos pocos establecimientos agropecuarios que mostraban sus actividades para un número reducido de huéspedes. Tradicionalmente la mayor actividad turística en Uruguay se concentra en verano en el Sur en la franja costera teniendo a Punta del Este y sus alrededores como principal punto de atracción; Montevideo como destino durante todo el año y en complejos termales en el Noroeste durante todo el año. En la actualidad, el Geoparque contribuye a dinamizar la economía local y pone en el mapa turístico a esa región, con una propuesta integral con calidad UNESCO.

Figura 3- Logo del Geoparque UNESCO Grutas del Palacio.



Figura 3: Logo del Geoparque UNESCO Grutas del Palacio

El Geoparque ocupa una extensión superficial de unos 3600 km² y lo forman catorce geositios y una docena de sitios de interés turístico. La mayor parte de ese territorio pertenece al Departamento de Flores en el cual habitan unas 25.000 personas, de las que en su capital Trinidad viven unas 22.000. El Geoparque cuenta con tres geositios que se localizan en los departamentos vecinos a Flores. Hay dos geositios en el Departamento de Soriano y uno en el Departamento de Río Negro.

Los **geositios** tal como son concebidos por la Red Mundial de Geoparques y las rocas que en ellos se exponen muestran y son fundamentales para entender la evolución de la Tierra, su actividad volcánica, movimientos tectónicos, la evolución desde sus orígenes de la vida, así como las características paleoambientales. El patrimonio natural de todo país incluye el patrimonio geológico, representado por pequeños o grandes geositios, materializados en el relieve por la presencia de rocas, fósiles, minerales o geofomas. La geodiversidad del Geoparque está asegurada por la presencia de afloramientos rocosos así como también paisajes de diferente naturaleza y edades.

Entre la docena de sitios de interés turístico se incluyen estancias turísticas, dos museos, un camping, un parque urbano y un parque escultórico.

Figura 4- Mapa de ubicación y distribución de los geositos en el Geoparque.

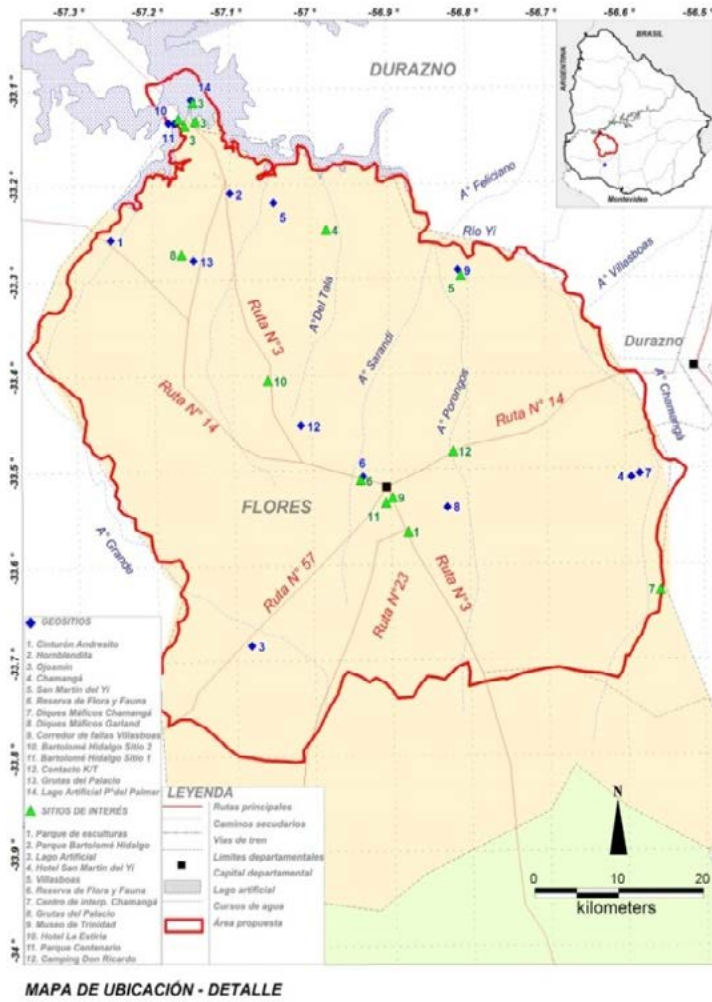


Figura 4: Mapa de ubicación y distribución de los geositos en el Geoparque

Tabela 1 – Geodiversidad y patrimonio, relevancia del Geositios.

Nombre del Geosítio	Geodiversidad y patrimonio	Relevancia
Lago Paso del Palmar	Terrazas fluviales, vestigios arqueológicos	nacional
Grutas del Palacio	Rocas sedimentarias cretácicas, paleozioco concreciones, cavernas, paleosuleos lateríticos; área protegida “Monumento Natural”	internacional
Parque Bartolomé Hidalgo (2)	Rocas sedimentarias pérmicas de origen glacial, geoformas de erosión	nacional
Falla Villasboas	Corredor de falla en rocas graníticas proterozoicas, afloramientos en bochas, formas de alteración	nacional
Dique máfico Garland	Microgabro proterozoico	internacional
Dique máfico Chamangá	Cantera abandonada de microgabro proterozoico (“granito negro”); vestigios de minería	internacional
Granito gris y pinturas de Chamangá	Rocas graníticas proterozoicas con pinturas rupestres; área protegida “Paisaje rupestre”; paisaje y relieve con bochas graníticas	internacional
Cerros Ojosmín	Elevaciones en rocas metamórficas e ígneas proterozoicas; límite histórico de la jurisdicción de Montevideo colonial	nacional
Marincho	Rocas plutónicas hornblendíticas post-tectónicas	internacional
Cinturón Andre-sito	Secuencia metamórfica, vulcano – sedimentaria proterozoica	nacional
“Mar de piedras” San Martín del Yí	Afloramientos en bochas de granitos proterozoicos; minería artesanal	nacional
Reserva Dr. Rodolfo Tálice	Afloramientos en bochas de graníticos proterozoicos; acuífero fisurado	nacional

Geoconservación es aquel conjunto de acciones tendientes a la preservación de: afloramientos rocosos por su importancia geológica, paleontológica o arqueológica; o de las formas de relieve sean éstas de origen natural o artificial. Este concepto se relaciona con geodiversidad, que hace foco en la diversidad de minerales, rocas, fósiles, o estructuras geológicas que muestren el origen o alteración de minerales, fósiles y rocas. Las diferentes formas de relieve también hacen parte de la geodiversidad de una región. Un plan de geoconservación debe primero identificar en una región los sitios a preservar, que por interés cultural o científico, merecer ser protegidos y que pueden ser utilizados para mostrar parte de la historia geológica de la Tierra con fines turísticos o educativos. A esos sitios se les conoce como geositos. Por esto es muy importante realizar un inventario de sitios geológicos o geositos.

La Facultad de Ciencias está desarrollando estudios de detalle en los geositos del Geoparque Global UNESCO Grutas del Palacio, a través de trabajos finales de licenciatura de estudiantes de la carrera de Geología o tareas de investigación en temas específicos. Por ejemplo, en 2008 con el geólogo brasileiro Prof. Dr. César Verissimo realizó el mapa espeleológico de la caverna en Grutas del Palacio, para conocer la estructura, galerías, detectar los sectores habilitados para los visitantes. Otro ejemplo es el inventario de geositos que sigue la metodología propuesta por Brilha (2015), que atiende a las características geológicas, patrimoniales, turísticas, de accesibilidad en una ponderación que permite categorizarlos. Luego de realizado los inventarios esa información generada será utilizada para elaborar los planes de manejo de visita a los geositos, buscando obtener beneficios de esos recursos en el marco de un programa de desarrollo sostenible en la región.

En el área del Geoparque Mundial UNESCO Grutas del Palacio, existen un parque nacional, dos áreas protegidas, una reserva de flora y fauna, y un parque escultórico. Como resultado de decisiones adoptadas en la década de los noventa, luego de lo que fue la EcoRío 92 y promovido por ciudadanos y autoridades departamentales, interesados en la preservación y cuidado del ambiente, la Intendencia de Flores creó la Reserva de Flora y Fauna “Dr. Rodolfo Tálice” en homenaje a un reconocido docente y protector de la naturaleza. A su vez, se le encomendó a Mario Arregui-un artista local- realizar las esculturas que formarían parte de una intervención a la llegada de la ciudad desde el Sur sobre una Ruta Nacional, un parque escultórico que él mismo denominó “Zoológico del Futuro”, como llamado de alerta para el cuidado de las especies nativas.

Figura 5- Imágenes de geositorios y otros sitios de interés turístico del Geoparque Grutas del Palacio.

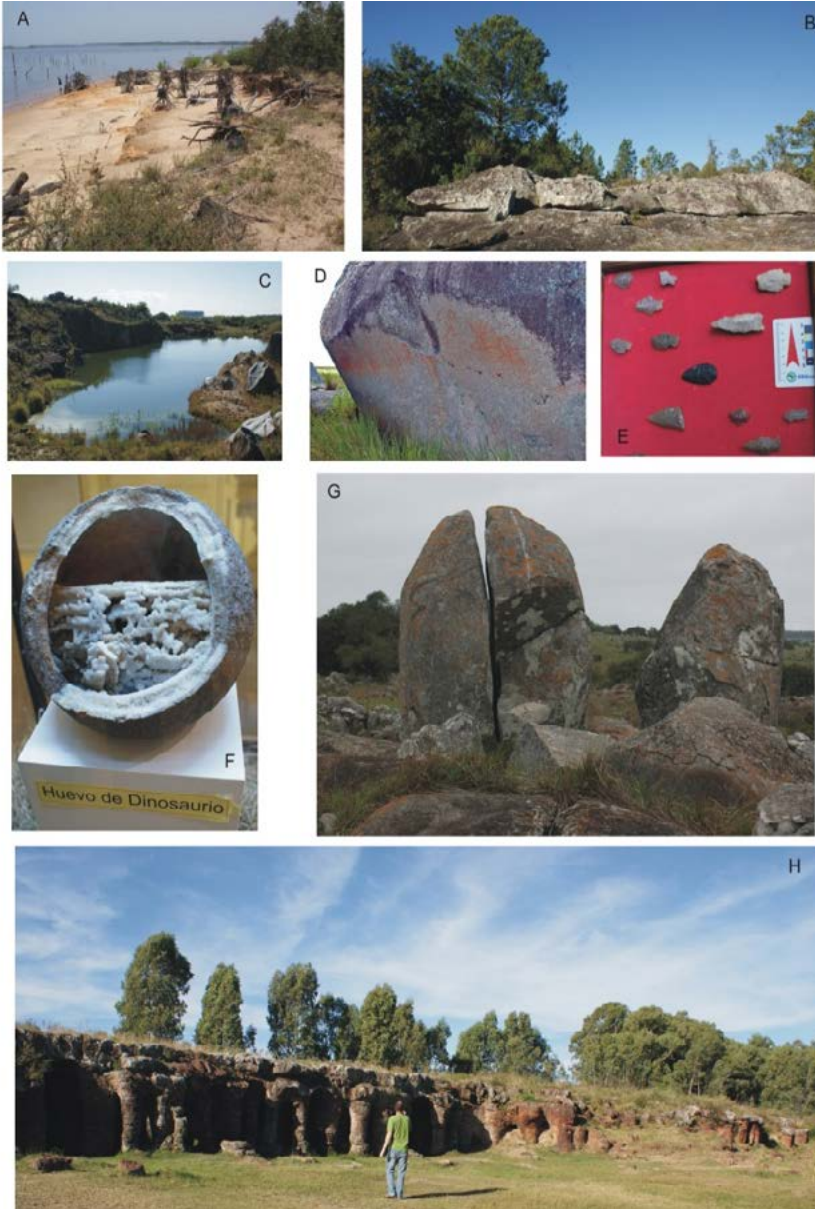


Figura 5: Imágenes de geositorios y otros sitios de interés turístico del Geoparque Grutas del Palacio. **A:** arenal del Lago Paso del Palmar; **B:** “Lagarto de piedra”, areniscas pérmicas (Parque Bartolomé Hidalgo); **C:** Cantera de “granito negro” (Chamangá); **D:** Pintura rupestre (Chamangá); **E:** artefactos líticos arqueológicos (Museo Departamental de Flores); **F:** Huevo de dinosaurio (Museo Departamental de Flores); **G:** Mar de piedras “San Martín del Yí”; **H:** Grutas del Palacio.

El Parque Nacional “Bartolomé Hidalgo” tiene una superficie de 598 hectáreas y fue creado en 1944 por el presidente Juan J. Amézaga y la Ley Nº 10.801 de– Octubre de 1946 lo designó como Parque Nacional. A su vez, en 1976 fue declarado Monumento Histórico Nacional. Lleva el nombre del primer poeta gauchesco de la patria y allí se conservan variedades de especies en un marco geográfico excepcional entre medio de dos lagos artificiales (Arroyo Grande y Río Negro).

En cuanto a su composición general y teniendo en cuenta su ubicación sobre las aguas del Lago Artificial Paso del Palmar, actualmente el parque cuenta con unas 300 hectáreas de uso público, de las cuales 188 se encuentran forestadas con una gran diversidad de especies autóctonas e introducidas. Dicho paisaje natural y agreste se encuentra en perfecto estado de conservación gracias a los planes de manejo implementados en las últimas décadas, y a la administración del Gobierno Departamental de Flores, quien lo gestiona a partir de un convenio suscrito con el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, desde el 16 de enero del 2013. El Parque además de albergar dos geositos, constituye uno de los principales sitios de interés del Geoparque Grutas del Palacio. Dispone de áreas de camping, senderos naturales, una pequeña reserva de animales, juegos para niños, parrilleros y varios servicios que permiten el pleno disfrute de los visitantes.

En 2010, fue declarada área protegida e integrante del Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) una zona de la localidad de Chamangá bajo la categoría de “Paisaje Rupestre”, en donde más de cuarenta grandes bochas de granito contienen pinturas realizadas por indígenas.

A su vez en 2013, motivado por la creación del Geoparque, se promovió la inclusión del sitio Grutas del Palacio al SNAP, siendo declarado el primer Monumento Natural del país. Ambas áreas protegidas tienen sus propios planes de gestión tendientes a la conservación y educación, como lo estipula su inclusión a SNAP.

En 2014 fue incluida la protección de los geositos del Geoparque en las Directrices Departamentales para el Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible del Departamento de Flores, específicamente en la Directriz 2 “Desarrollo productivo y social con equidad territorial e institucional”, en el ítem Forestación, se establece la prohibición de forestar en el suelo categorizado como rural natural y en los geositos del Geoparque “Grutas del Palacio”, sin perjuicio de lo que establezca el plan de gestión de los mismos.

En una reciente publicación Goso et al (2016) realizan una actualización de la situación en relación a la protección del patrimonio geológico, paleontológico y arqueológico en Uruguay, significando la importancia como instrumento para

esa protección de los geoparques UNESCO, y cómo el Geoparque Grutas del Palacio viene actuando al respecto.

Figura 6 – Parque escultórico “Zoológico del Futuro”; Reserva de Flora y Fauna “Dr. RodolfoTálice”.



Figura 6: Parque escultórico “Zoológico del Futuro”; Reserva de Flora y Fauna “Dr. RodolfoTálice”

Geoeducación

Las actividades educativas tienen un lugar destacado y es un pilar fundamental de la acción de Geoparque Grutas del Palacio, y ha logrado alcanzar el objetivo de un mayor involucramiento de la comunidad local, empezando por las generaciones más jóvenes. Estas acciones contribuyen a fomentar un interés y un reconocimiento en el sistema educativo respecto a la conservación ambiental, generando conciencia sobre la historia del pasado geológico de la Tierra. Con enfoques pedagógicos y una metodología clara de intervención, el Geoparque Grutas del Palacio ha llegado a la casi totalidad de las niñas y niños del Departamento de Flores, difundiendo su patrimonio geológico y natural. Algunas de las acciones en lo educativo incluyeron la participación del Proyecto Flor de Ceibo (CSIC-CSE de la UdelaR) en la Escuela N° 7 de Andresito; el trabajo con los escolares de la Escuela N° 21 Rincón del Palacio en su fiesta de fin de año le cantaron a ritmo de murga al Geoparque.

También se ha trabajado a nivel de adolescentes en centros educativos, tanto en actividades teóricas como prácticas. Para apoyar el trabajo de los educadores, bajo la coordinación del Geoparque se elaboró una publicación de distribución gratuita en todas las escuelas públicas y privadas del departamento, en acuer-

do con la Dirección Departamental de Primaria, de la Administración Nacional de Educación Pública. Respecto a los lugares de residencia, además de Trinidad (capital departamental), las intervenciones han llegado también al medio rural y los centros poblados del interior.

El maestro José Pedro De León, integrante del equipo técnico del Geoparque ha coordinado todas estas acciones junto a las autoridades educativas, promoviendo además la participación en ferias y clubes de ciencia. Por el entusiasmo y la motivación de maestras y maestros del departamento, los niños han trabajado las temáticas del Geoparque en diferentes instancias, generando exposiciones en ferias de conocimiento, trabajos específicos sobre procesos geológicos. A su vez, acciones educativas han sido implementadas para todo público por parte de los guías capacitados a tales efectos, durante las visitas y paseos programados con los visitantes al Geoparque.

Desarrollo local: geoturismo

Desde hace varios años Flores viene invirtiendo en el desarrollo de nuevas modalidades turísticas, procurando que los visitantes interactúen con los sitios patrimoniales, vivenciando la experiencia de reconocer los valores geológicos, históricos y culturales que presenta el territorio del Geoparque. Excursiones organizadas en acuerdo con empresas de servicios turísticos, y a través de los planes de Turismo Comunitario que promovidos por la Intendencia de Flores y se realizan excursiones didácticas, originales y divertidas para todo público.

Miles de personas durante los últimos años han reconocido el lenguaje de las rocas y han aprendido acerca de los procesos geológicos y de parte de la evolución de la Tierra.

El empleo de los recursos naturales y el empoderamiento de la comunidad local de su patrimonio, es un largo proceso que está avanzando. La hotelería, la gastronomía y empresas de buses, han visto incrementado sus ingresos por las distintas propuestas turísticas que se desarrollan. En ocasiones los productos de la región elaborados por integrantes de la población local, son presentados para la venta, contribuyendo a una economía local sustentable vinculada con el geoturismo.

Figura 7 – Actividades de educación, charlas a escolares y publicaciones didácticas.

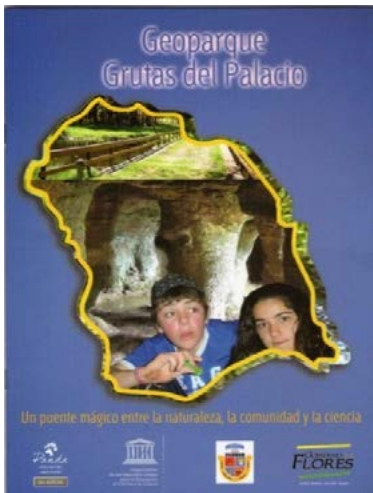


Figura 7: Actividades de educación, charlas a escolares y publicaciones didácticas.

Esto es acompañado por la autoridad local, ya que por ejemplo para una mayor comprensión por parte del gran público, el equipo técnico del Geoparque integrado por docentes y técnicos en turismo ha diseñado cartelería interpretativa que muestra con un lenguaje comprensible, los principales fenómenos geológicos que se observan en los geositios.

Desde Geoparque Global UNESCO Grutas del Palacio se propone un turismo dignificante y enriquecedor, capaz de generar una nueva comprensión en las personas. Quienes antes pasaban frente a sitios geológicos de especial relevancia científica, hoy pueden valorar su patrimonio y descubrir leyendas. El desafío es que la comunidad local utilice esos recursos con los que cuenta en su territorio y sea el principal protagonista del Geoparque.

Figura 8 – Excursiones a geositios y productos de la región elaborados por la comunidad local.





Figura 8: Excursiones a geositos y productos de la región elaborados por la comunidad local.

Notas

1 Doctor en Geología y Profesor Adjunto en Facultad de Ciencias (Universidad de la República) goso@fcien.edu.uy

2 Licenciada en Ciencias de la Educación y Profesora Adjunta en Facultad de Arquitectura y Diseño Urbano (Universidad de la República)

Bibliografía

AMORÍN B.; GOSO, C.. Grutas del Palacio: una propuesta de gestión de geoparque en el Uruguay. Actas del **I Simposio Brasileiro de Patrimônio Geológico y II Congreso Latinoamericano y del Caribe sobre iniciativas en Geoturismo**. Rio de Janeiro. 2011.

BRILHA, J.. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review. **Geoheritage**, DOI 10.1007/s12371-014-0139-3. 2015.

CONSENS, M.; BESPALI, Y. La localidad ruspestre de Chamangá, Dpto. de Flores, Uruguay. En: **Comunicaciones antropológicas del Museo de Historia Natural** 9, Vol. 1. 1981.

DURÁN, A.; BRACCO, R.; CURBELO, C.. **Prospección arqueológica**. Gruta del Palacio, Departamento de Flores. MEC, 16 pp + apéndice (*inédito*), 1998.

GOSO, C.; AMIR, K.; COLOMBO, F.; VERÍSSIMO, C.; AMORÍN, B.. Grutas del Palacio: primer patrimonio geológico en Uruguay gestionado como Geoparque. **Actas del XVIII Congreso Geológico Argentino**. Neuquén, Argentina. 2011.

GOSO, C.; AMIR, K.; CHULEPIN, H.; AMORÍN, B.; PICCHI, D.. Geoparque Grutas del Palacio: herramienta para la geoconservación, la geoducción y geoturismo en Uruguay. **Actas de III Encuentro Latinoamericano de Geoparques**. San Martín de los Andes, Argentina. 2013.

GOSO, C.; CHULEPIN, H.; AMORÍN, B.; PICCHI, D.. Geoparque Grutas del Palacio: herramienta para la geoconservación, la geoducción y el geoturismo. **Actas del VII Congreso Uruguayo de Geología**, Montevideo. 2013.

GOSO, C.; CHULEPIN, H.; MARTÍNEZ, E.; ROJAS, A.; UBILLA, M.. Uruguay. **Patrimonio geológico y su conservación. Situación y perspectivas**. En Palacio, Sánchez & Schilling (eds): Patrimonio geológico y su conservación en América Latina. UNAM, 247-266. 2016.

LEISEN, H.; BUCHER, S.; VERBEEK, C.; VON PLEHWE-LEISEN, E. **Erhaltung von Felsmalereien** in Uruguay. Report 03/03. Fachhochschule Köln Fakultät 02 – Institut für Restaurierungs- und Konservierungswissenschaften, 147 pp. (*inédito*). 2002.

VIEYTES, M.. **Geoparque Grutas del Palacio**. Sistematización del proceso. 38 pp. (*inédito*). 2015.

